



INSTITUTO FEDERAL DO ACRE - CAMPUS RIO BRANCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA - ProfEPT

MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NO ENSINO MÉDIO
INTEGRADO

Rio Branco

2023

OSMILDO FERREIRA DA SILVA

**MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NO ENSINO MÉDIO
INTEGRADO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, do Instituto Federal do Acre, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. José Júlio César do N. Araújo
(ProfEPT/IFAC)

Rio Branco

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

S586m Silva, Osmildo Ferreira.

Movimento estudantil como princípio educativo no Ensino Médio Integrado / Osmildo Ferreira Silva. – Rio Branco, 2025.
203 p. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Acre, 2025.
Orientação Prof. Dr. José Júlio César do N. Araújo.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Organização estudantil - grêmio. 3. Formação omnilateral. 4. Produto educacional. I. Título. II. Araújo, José Júlio César do N.

CDD 371.5



INSTITUTO FEDERAL DO ACRE

ATA DE REUNIÃO DELIBERATIVA

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO E DO PRODUTO EDUCACIONAL DO MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

No dia onze (11) de agosto de 2025, às 08:45 horário do Acre, realizou-se, por Web Conferência via Google Meet, link meet.google.com/cpe-ddjv-tfp, a Banca de Qualificação de Projeto de Pesquisa do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). A realização da banca por web conferência está devidamente amparada na Instrução Normativa Ifac/Proinp n.º 02/2020, de 01 de abril de 2020. A dissertação submetida para banca teve por título: **O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFAC/CAMPUS RIO BRANCO**, sendo registrado na linha de pesquisa 1 - Práticas educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Macroprojeto 3, de responsabilidade do mestrando **OSMILDO FERREIRA DA SILVA**, orientado pelo Prof. Dr. José Júlio César do Nascimento Araújo (ProfEPT Ifac/Campus Rio Branco). O presidente da Banca Examinadora apresentou os membros da banca: Prof. Dr. José Eurico Ramos de Souza (Avaliador Externo -IFAM/Campus Zona Leste); Prof. Dr. Carlos Augusto Gomes de Almeida (Avaliador Externo - UFAM/Manaus); e a Profa. Dra. Josina Maria Pontes Ribeiro (Avaliadora - Membro interno ao Programa - ProfEPT/IFAC). Relatou aos participantes as regras para esse tipo de atividade acadêmica, destacando que o mestrando teria entre vinte e trinta minutos para apresentação e, em seguida, a Banca Examinadora poderia realizar sua arguição, sendo a ordem de praxe o membros externos, membro interno e orientador. Orientou, ainda, que não se fizessem comentários pelo chat e que todos os microfones e vídeos fossem desabilitados durante a banca, a fim de não retirar a atenção ou intervir no processo avaliativo. Assim, a discente apresentou sua dissertação no tempo de 38 minutos. A banca iniciou a arguição do trabalho com o professor Dr. Carlos Augusto apontando algumas questões que devem ser observadas, seguida do professor Dr. Eurico Ramos e da Prof. Josina que apontaram outras dimensões da dissertação e sua relação com as linhas do ProfEPT. Após, o mestrando respondeu os comentários solicitados pela Banca e questões em arguição, logo em seguida, a banca reuniu-se para deliberação em sala reservada da web conferência, pelo período de 10 minutos retornando para leitura da ata e encerramento pelo presidente. No momento do retorno, o parecer foi divulgado, sendo o discente **APROVADO**. As observações e sugestões realizadas pela banca foram gravadas e serão discutidas com o orientador. Ao longo da Banca de qualificação, que se encerrou às **11:33min** (horário do Acre), participaram até 20 pessoas, com representação de segmentos da comunidade externa ao Ifac, discentes e docentes do ProfEPT local. Eu, José Júlio César do Nascimento Araújo, na condição de presidente da Banca lavrei e assinei esta ata que será também assinada pelos demais membros via Sistema Eletrônico de Informação do Ifac (SEI Ifac), após a disponibilização da mesma pela coordenação do ProfEPT.



Prof. Dr. José Júlio César do Nascimento Araújo (ProfEPT Ifac/Campus Rio Branco).

Prof. Dr. José Eurico Ramos de Souza (Avaliador Externo -IFAM/Campus Zona Leste);

Prof. Dr. Carlos Augusto Gomes de Almeida (Avaliador Externo - UFAM/Manaus);

Profa. Dra. Josina Maria Pontes Ribeiro (Avaliadora - Membro interno ao Programa - ProfEPT/IFAC)



Documento assinado eletronicamente por **Josina Maria Pontes Ribeiro, Docente de Ensino Profissional, Técnico e Tecnológico - EBTT**, em 19/09/2025, às 11:24, conforme horário oficial de Rio Branco (UTC-5), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Júlio César do Nascimento Araújo, Docente de Ensino Profissional, Técnico e Tecnológico - EBTT**, em 10/10/2025, às 09:01, conforme horário oficial de Rio Branco (UTC-5), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Eurico Ramos de Souza, Usuário Externo**, em 16/10/2025, às 14:57, conforme horário oficial de Rio Branco (UTC-5), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifac.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1208112** e o código CRC **D0491A8A**.

Dedico este trabalho à minha família, que sempre me apoiou, mesmo nos momentos mais difíceis. Agradeço a paciência e a compreensão que vocês tiveram comigo durante a realização desta pesquisa. Seu amor e carinho são o meu combustível.

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.”
(Freire, 2000, p. 72)

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço ao bondoso Deus Pai, cuja imensa misericórdia me permitiu realizar este sonho e, até este momento, tem sido meu sustento.

À minha família, por compreender que este objetivo é de suma importância para a minha trajetória acadêmica, o amor que vocês me dedicam aquece meu coração. Agradeço pelas raízes sólidas que me fortaleceram, pelos valores que me norteiam e pelas asas que me impulsionaram a voar alto em busca dos meus sonhos.

Ao meu orientador: Prof. Dr. José Júlio César do N. Araújo (PROFEPT/IFAC), manifesto minha mais profunda admiração e gratidão em reconhecimento à sua excelência como docente. Sua vasta sabedoria, perspicácia e dedicação foram elementos fundamentais que iluminaram meu percurso acadêmico, guiando-me através dos desafios e conquistas. As adversidades enfrentadas em sua trajetória acadêmica a moldaram como um exemplo de humanidade e resiliência.

À banca avaliadora no processo de qualificação, pelas contribuições que proporcionaram o amadurecimento deste trabalho.

Agradeço aos participantes desta pesquisa, que compartilharam suas experiências e conhecimento comigo de forma tão generosa e atenciosa. Sua disponibilidade, presteza e precisão foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço também aos professores do PROFEPT, que me proporcionaram um aprendizado valioso e transformador.

Ao IFAC, por ter me proporcionado a oportunidade de cursar este mestrado que mudou a minha vida.

Agradeço aos colegas de turma, que me apoiaram e incentivaram ao longo deste processo. Juntos, aprendemos, crescemos e ninguém largou a mão de ninguém.

RESUMO

Esta pesquisa investigou o movimento estudantil como princípio educativo no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com foco no Ensino Médio Integrado (EMI), ofertado pelo Instituto Federal do Acre (IFAC). O objetivo central foi analisar como o movimento estudantil pode contribuir para a formação omnilateral dos discentes, promovendo o protagonismo juvenil, a participação democrática e a formação cidadã. Fundamentado no materialismo histórico-dialético e em autores como Gramsci, Saviani e Manacorda, o estudo compreende o movimento estudantil como espaço formativo que articula saberes científicos, técnicos, éticos e políticos. A metodologia adotada foi a pesquisa-ação, com abordagem qualitativa, envolvendo oficinas temáticas com alunos dos cursos técnicos integrados do IFAC - campus Rio Branco. A investigação incluiu revisão sistemática da literatura, aplicação de questionários e análise de conteúdo das respostas. Os resultados revelaram baixo conhecimento dos estudantes sobre o movimento estudantil e escassa participação em espaços institucionais de representação. Entretanto, após as oficinas, observou-se ampliação do interesse, da compreensão crítica e do sentimento de pertencimento estudantil. Como produto educacional, elaborou-se um guia prático para a criação e fortalecimento de grêmios estudantis. Conclui-se que o movimento estudantil, quando compreendido como princípio educativo, é um potente instrumento de transformação social, capaz de contribuir significativamente para a formação integral dos sujeitos no âmbito da EPT. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC) em 14 de novembro de 2024, por meio do parecer nº 7.227.444, CAAE nº 78134024.0.0000.0233. Essa dissertação é vinculada a linha de pesquisa 1 – Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológicas (EPT) e ao Macroprojeto 3- Práticas Educativas no Currículo Integrado do Programa de Pós – Graduação em Educação Profissional e Tecnológico PROFEPT.

Palavras-chaves: Educação Profissional e Tecnológica; Movimento Estudantil; Princípio Educativo; Ensino Médio Integrado; Formação Omnilateral.

ABSTRACT

This research investigated the Student Movement as an educational principle within the context of Professional and Technological Education (PTE), focusing on the Integrated High School (IHS) program offered by the Federal Institute of Acre (IFAC). The central objective was to analyze how the student movement can contribute to students' omnilateral development by promoting youth protagonism, democratic participation, and civic education. Grounded in historical-dialectical materialism and inspired by theorists such as Gramsci, Saviani, and Manacorda, the study views the student movement as a formative space that integrates scientific, technical, ethical, and political knowledge. The methodology adopted was action research with a qualitative approach, involving thematic workshops with students enrolled in integrated technical courses at IFAC – Rio Branco Campus. The investigation included a systematic literature review, questionnaires, and content analysis of student responses. The results revealed limited knowledge among students about the student movement and low participation in institutional representation spaces. However, following the workshops, there was a notable increase in interest, critical understanding, and sense of student belonging. As an educational product, a practical guide was developed to support the creation and strengthening of student councils. The study concludes that, when understood as an educational principle, the student movement becomes a powerful tool for social transformation, capable of significantly contributing to the comprehensive formation of individuals within PTE. The research was approved by the Research Ethics Committee (CEP) of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Acre (IFAC) on November 14, 2024, under opinion no. 7.227.444, CAAE no. 78134024.0.0000.0233. This dissertation is linked to Research Line 1 – Educational Practices in Professional and Technological Education (PTE) and to Macroproject 3 – Educational Practices in the Integrated Curriculum of the Professional and Technological Education Graduate Program (PROFEPT).

Keywords: Professional and Technological Education; Student Movement; Educational Principle; Integrated High School; Omnilateral Formation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Representação das fases do ciclo básico de investigação-ação	37
Figura 2 -Estrutura da dissertação	40
Figura 3 -Registro fotográfico da primeira oficina	137
Figura 4 -Registro fotográfico da segunda oficina	152
Figura 5 -Registro fotográfico da terceira oficina	159

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Lista de trabalhos selecionados para a revisão da literatura	27
Quadro 2 – Tema categoria e fala do presidente do DCE do IFAC- campus Rio Branco (2025)	102
Quadro 3 - Tema, categoria e fala do questionário do representante de uma das atléticas do Ensino Médio Integral do IFAC - campus Rio Branco (2025)	110
Quadro 4 - Análise das respostas abertas sobre o movimento estudantil (49 entrevistados)	129
Quadro 5 - Análise da resposta aberta sobre sugestões para melhorar a participação estudantil (38 entrevistados)	130
Quadro 6 - Oficina 01: História e Origem do Movimento Estudantil	134
Quadro 7 – Oficina 02: O que é Grêmio Estudantil? E qual sua importância?	150
Quadro 8 - Última Oficina: Como montar um grêmio estudantil na minha escola ou colégio?	158

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Conhecimento sobre grêmios estudantis na instituição	112
Gráfico 2 - Discussão do movimento estudantil em sala de aula por professores – percepção dos estudantes.....	113
Gráfico 3 - Importância da participação estudantil em decisões educacionais	114
Gráfico 4 - Conhecimento dos estudantes sobre a história do movimento estudantil	115
Gráfico 5 - Conhecimento sobre a União Nacional dos Estudantes (UNE)	116
Gráfico 6 - Conhecimento sobre os objetivos do movimento estudantil	117
Gráfico 7 - Conhecimento sobre lideranças históricas do movimento estudantil	117
Gráfico 8 - Compreensão dos estudantes sobre o papel do grêmios estudantis.....	118
Gráfico 9 - Participação dos estudantes em atividades do grêmios estudantis.....	119
Gráfico 10 - Recebimento de informações sobre o movimento estudantil no Ensino Médio	120
Gráfico 11 - Participação em discussões sobre políticas educacionais	120
Gráfico 12 - Conhecimento sobre a história do movimento estudantil	121
Gráfico 13 - Participação dos estudantes em atividades relacionadas ao movimento estudantil.....	122
Gráfico 14 - Conhecimento sobre grêmios estudantis entre os estudantes.....	123
Gráfico 15 – Presença de grêmios estudantis na instituição.....	123
Gráfico 16 – Baixa participação no grêmios estudantis.....	124
Gráfico 17 - Desinteresse nas atividades do movimento estudantil	125
Gráfico 18 - Influência do movimento estudantil na sociedade.....	126
Gráfico 19 - Ausência de discussão sobre movimento estudantil em sala de aula.....	127
Gráfico 20 - Interesse em aprender sobre o movimento estudantil... ..	128
Gráfico 21 - Avaliação dos participantes sobre o alcance dos objetivos da oficina.....	139
Gráfico 22 – Percepção dos estudantes sobre clareza e compreensão do conteúdo da oficina	140
Gráfico 23 – Percepção dos estudantes sobre a eficácia da metodologia utilizada na oficina	141
Gráfico 24 - Avaliação dos estudantes sobre o tempo disponível para as discussões na oficina.....	142
Gráfico 25 – Avaliação da relevância de imagens e vídeos utilizados na oficina.....	143
Gráfico 26 Estímulo à interação entre participantes durante a oficina	144
Gráfico 27 – Interesse no movimento estudantil após a realização das oficinas	145

Gráfico 28 – Resultados da pesquisa de satisfação em relação à oficina	146
Gráfico 29 – Conhecimento prévio dos estudantes sobre o grêmio estudantil	147
Gráfico 30 - Conhecimento dos estudantes sobre o objetivo principal do grêmio estudantil.....	148
Gráfico 31 - Participação dos estudantes nas atividades do grêmio estudantil	149
Gráfico 32 - Percepção dos estudantes sobre a importância do grêmio estudantil para a vida acadêmica	150
Gráfico 33 – Compreensão do papel do grêmio estudantil após a oficina	154
Gráfico 34 - Motivação dos estudantes para participar do grêmio estudantil	155
Gráfico 35 - Nível de compreensão dos estudantes sobre a importância do grêmio estudantil na vida escola.....	156
Gráfico 36 - Capacidade dos estudantes de contribuir com o grêmio estudantil após as oficinas	157
Gráfico 37 - Compreensão da importância do grêmio estudantil na representação dos estudantes	161
Gráfico 38 – Conhecimento sobre a criação da diretoria do grêmio do grêmio estudantil.....	161
Gráfico 39 – Sentimento de capacitação para criar e liderar um grêmio estudantil	162

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CA – Centro Acadêmico
CAA – Centro Acadêmico do Agreste – UFPE
CAC – Centro de Artes e Comunicação
CAP – Colégio de Aplicação UFPE
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro
CEP – Comitê de ética em pesquisa
CF – Constituição Federal
CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CNCT - Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAs – Diretórios Acadêmicos
DASP – Departamento Administrativo do Setor Público
DCE - Diretório Central dos Estudantes
DCEs – Diretórios Centrais dos Estudantes
DCNEM - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
DCNGEPT - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e
DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais
DN- Diretório Nacional dos Estudantes
dos Profissionais da Educação
ME – Movimento Estudantil
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMI – Ensino Médio Integrado
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EPT- Educação Profissional e Tecnológica
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização
FENET - Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de
IFAC - Instituto Federal do Acre
MBL – Movimento Brasil Livre
MDE - Manutenção e Desenvolvimento da Educação
MEB: Movimento de Educação de Base
MEC – Ministério da Educação
MEPe – Movimento Estudantil de Pedagogia
MFPA: Movimento Feminino pela anistia
MPF – Ministério Público Federal
MPL – Movimento Passe Livre
MPV – Medida Provisória do Ensino Médio
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OS – Organizações Sociais
PE – Produto educacional
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PROFEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI – Programa Universidade para Todos
SETEC – Secretaria de Educação Tecnológica
TALE - Termo de Assentimento Livre Esclarecimento
TCLE - Termo de Consentimento Livre Esclarecimento
Tecnológica
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UD- União Democrática Nacional
UEE: União Estadual dos Estudantes
UEEs – União Estadual dos Estudantes
UNE- União Nacional dos Estudantes
UPE: União Paranaense dos Estudantes
Valorização do Magistério

MEMORIAL DESCRITIVO: A TRAJETÓRIA DO PESQUISADOR

Meu nome é Osmildo Ferreira da Silva, brasileiro, nascido em 04 de novembro de 1971, natural do município de Cruzeiro do Sul, mas hoje moro em Rio Branco, Acre. Sou filho de José Ferreira da Silva e Francisca das Chagas Gomes, oriundos do Nordeste, onde atuaram como seringueiros. Meus pais nunca tiveram a oportunidade de estudar, pois os momentos da vida como seringueiros retiraram as oportunidades. Meu pai ainda consegue fazer seu nome, mas minha mãe não.

Ressalto ainda que meus pais conseguiram inserir nesse mundo cinco irmãos, e eu sou o mais velho. Todos tiveram dificuldades de frequentar a escola, pois precisavam trabalhar, mesmo sendo crianças, para ajudar os meus pais. Quando vieram morar na cidade de Cruzeiro do Sul, por volta dos anos 80, confesso que, entre os cinco meus irmãos, sou o único que conseguiu seguir os estudos e obter um curso superior. Hoje sou docente da Educação Básica, vinculado à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte (SEE), lecionando Filosofia, Sociologia e Ensino Religioso no Colégio Acreano.

O presente memorial descreve minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional, marcada por desafios e conquistas, e a busca contínua por conhecimento e formação. Inspirado pelos exemplos de meus pais e professores, trilhei um caminho de superação e realização, que compartilho neste relato.

Minha educação inicial ocorreu em escolas públicas. Enfrentei dificuldades que me levaram a interromper os estudos na oitava série, aos 16 anos, em 1988. Retomei os estudos em 1994, concluindo o Ensino Médio em 1996, em um supletivo na Escola Siqueira de Menezes, no município de Sena Madureira, interior do Acre. Durante esse período, mesmo diante de adversidades, mantive vivo o sonho de cursar uma faculdade. Embora tenha enfrentado insucessos em vestibulares, não desisti de estudar e buscar aperfeiçoamento.

Iniciei minha jornada no Ensino Superior em 1998, cursando Bacharelado em Teologia, concluído em 2002, em um instituto religioso no Rio de Janeiro, com diploma reconhecido pelo MEC. Em 2013, fui aprovado para Licenciatura em Filosofia na Universidade Federal do Acre (UFAC), curso concluído em 2017. A experiência acadêmica foi enriquecedora, marcada por participações em eventos, como a 66ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em 2014, e a 69ª Reunião da SBPC em 2017, em Minas Gerais.

Durante o curso, beneficiei-me de auxílios estudantis, como bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que facilitaram minha formação. Essas experiências contribuíram para minha compreensão acerca da importância da dedicação e do trabalho coletivo na área da docência.

No mês de novembro de 2024, concluí o curso de Bacharel em direito pela Faculdade da Amazônia (UNAMA), em Rio Branco, e tenho o objetivo de seguir carreira advocatícia.

Ao longo de minha vida, atuei em diversas áreas. Em 20 anos, trabalhei como marceneiro e realizei cursos profissionalizantes pelo SENAI, como soldador, serralheiro, eletricitista e pedreiro. Contudo, não exerci essas ocupações devido à falta de oportunidades no mercado. Entre 2017 e 2019, concluí um curso técnico subsequente em Agroecologia pelo Instituto Federal do Acre (IFAC).

Como docente, busco constantemente formações continuadas que enriqueçam minha prática pedagógica. Esta busca reflete meu compromisso com a educação de qualidade e a formação de cidadãos críticos.

O ingresso no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), em 2023, representa a concretização de um sonho e a oportunidade de aprofundar conhecimentos teóricos e práticos na área da educação. Além de permitir o desenvolvimento de competências críticas e projetos inovadores, o curso oferece possibilidades de crescimento profissional, inclusive no Ensino Superior.

Minha linha de pesquisa no mestrado é Linha de pesquisa 1 - Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com foco no “Macroprojeto 3 - Práticas Educativas no Currículo Integrado, e minha perspectiva é contribuir para a formação de jovens com base em princípios democráticos e inclusivos.

O tema da pesquisa é sobre o “Movimento Estudantil como Princípio Educativo”, que terá contribuições para a Formação Omnilateral. O movimento estudantil desempenha um papel fundamental na formação de indivíduos críticos e conscientes, promovendo a participação ativa e o engajamento social. Ao incentivar a reflexão sobre questões sociais, políticas e educacionais, ele contribui para uma educação que vai além do conteúdo acadêmico, formando cidadãos capazes de atuar em diversas esferas da sociedade. Esta abordagem omnilateral valoriza não apenas o conhecimento técnico, mas também as habilidades interpessoais e a ética, essenciais para o desenvolvimento integral do estudante. Assim, o movimento se torna um espaço de aprendizado coletivo e transformação social. Dessa forma, no final da dissertação, pretendo criar um guia para montagem de grêmios estudantis como produto final, que poderá ser replicado por aqueles que

pretendem organizar um grêmio estudantil e outras instituições que porventura queiram utilizá-lo para montar um grêmio estudantil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	22
1. CAPÍTULO - A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL A PARTIR DO APORTE TEÓRICO DA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	41
1.1 O HOMEM ENQUANTO SER SOCIAL	42
1.2 O HOMEM EM MOVIMENTOS SOCIAIS	49
1.3 O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL	55
1.3.1 Origem e evolução do movimento estudantil no Brasil.....	56
1.4 AS DIVERSAS FASES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL: PARA ONDE APONTA O FUTURO?	70
2. CAPÍTULO - O PRINCÍPIO EDUCATIVO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL PARA A FORMAÇÃO OMNILATERAL	82
2.1 O PRINCÍPIO EDUCATIVO COMO CATEGORIA DE COMPREENSÃO DA REALIDADE	83
2.2 OS INTELLECTUAIS ORGÂNICOS E SEU PAPEL PARA UMA EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL	86
2.3 O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO ELEMENTO DA FORMAÇÃO OMNILATERAL DOS DISCENTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	95
3. CAPÍTULO - O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO IFAC E ANÁLISES DAS OFICINAS FORMATIVAS COMO PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NA REALIDADE PESQUISADA	99
3.1 AS ORGANIZAÇÕES ESTUDANTIS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – ACRE (IFAC) – ANÁLISE SEM CONTATO DIRETO COM OS SUJEITOS DA PESQUISA	99
3.2 DIAGNÓSTICO SOBRE MOVIMENTO ESTUDANTIL: MAPEAMENTO DOS CONHECIMENTOS PRÉVIOS DOS JOVENS NO CONTEXTO PESQUISADO	111
3.3 COMO ESTÁ ORGANIZADO O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO IFAC	131
3.4 OFICINA SOBRE MOVIMENTO ESTUDANTIL: O QUE É, ORIGENS, OBJETIVOS E IMPACTOS SOCIAIS	134
.....	140

.....	145
3.5 O PRODUTO EDUCACIONAL: GUIA PRÁTICO PARA CONSTRUIR SEU GRÊMIO ESTUDANTIL.....	164
3.5.1 Descrição e finalidade do produto educacional	165
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
5. REFERÊNCIAS.....	174
7. APÊNDICE.....	192
7.1 APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO SOBRE MOVIMENTO ESTUDANTIL	192
7.2 APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DE VALIAÇÃO SOBRE GRÊMIO ESTUDANTIL	194
7.3 APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DA VALIDAÇÃO DAS OFICINAS.....	195
7.4 APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO: PERCEPÇÕES DOS ALUNOS SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL	198
7.5 APÊNDICE E - ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO SOBRE AS ATLÉTICAS	199
7. 6 APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURA AO REPRESENTANTE (DCE).....	202
7. 7 APENDICE G - TERMO (TCLE)	203
7.8 APÊNDICE H - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA	204
7.9 APÊNDICE I - TERMO DE ASSENTIMENTO (TALE).....	205
7.10 APÊNDICE J - PRODUTO EDUCACIONAL	208
8. ANEXOS	263
8.1 ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	263
8.2 ANEXO B- DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO GRAMATICAL.....	280

INTRODUÇÃO

Antes de aprofundar o tema da formação omnilateral e da criação dos institutos federais, apresentarei um breve panorama histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. A educação profissional no Brasil surge vinculada às necessidades coloniais a partir do (Século XVI-XIX), com formações práticas em ofícios como carpintaria, alfaiataria, sapataria, mecânica, eletricidade e metalurgia em instituições como as Casas de Fundação e Centros de Aprendizagem da Marinha.

A Educação Profissional e Tecnologia (EPT) é uma modalidade de Educação, isso quer dizer um modelo próprio de fazer a Educação, e se entrega aos diferentes níveis e modalidades de Educação. Esta modalidade tem seus primeiros movimentos no ensino de ofícios artesanais, tais como alfaiataria, sapataria, mecânica e eletricidade. E com a criação dos serviços Nacionais de Aprendizagem, a profissão adentrou a sociedade, mas ainda se mantinha a segregação social, com interesse em inserir o aluno no mundo do trabalho de forma célere. Contudo, teve uma alteração recente com a publicação da Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnologia.

No Império, as Escolas de Artífices (1840–1865) atendiam às demandas por mão de obra qualificada, mas com acesso restrito a grupos marginalizados. A formação da força de trabalho se concentrava nas associações religiosas e filantrópicas. “Nesse período, havia a preocupação do Império em relação à busca da formação compulsória de trabalhadores em vários ofícios, porém, com um objetivo principal de retirar as crianças da rua para que não se transformassem em futuros desocupados” (Garcia, 2018, p. 2).

Segundo Garcia (2018), ainda sobre a origem e a trajetória da Educação Profissional e Tecnológica, afirma que, em 1909, já na República, foram criadas 19 “Escolas de Aprendizes Artífices”, instituídas pelo Decreto nº 7.566/1909, assinado pelo então presidente da República Nilo Peçanha, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito, e estabeleceram-se como marco do início da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como política pública no Brasil. A partir de 1927, o Congresso Nacional aprovou um projeto que tornava obrigatória a oferta do ensino profissional nas escolas primárias financiadas ou mantidas pela União, sendo prevista uma instância de Inspeção do Ensino Profissional Técnico logo depois, em 1930, quando foi criado o Ministério da Educação (MEC).

A partir da década de 1930, a Educação Profissional consolidou-se como política pública no Brasil, tornando-se um campo de disputa entre diferentes frações de classes sociais, conforme destaca Souza (2011). Este período marca a transição de um modelo filantrópico-religioso para uma estrutura institucionalizada, alinhada aos interesses industriais e comerciais emergentes.

Como declara Souza (2011), em 1942, as Escolas de Aprendizes e Artífices – criadas em 1909 – foram reformuladas e redesignadas como Escolas Industriais e Técnicas, sob a égide do Decreto-Lei nº 4.073. Esta reestruturação visava atender à demanda por mão de obra qualificada durante o processo de industrialização do país. Posteriormente, em 1959, estas instituições foram transformadas em autarquias, recebendo a denominação de Escolas Técnicas Federais, com autonomia administrativa e foco na formação técnica integrada às necessidades produtivas.

Quatro anos depois, em 10 de janeiro de 1946, surgiu o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), estabelecido pelo Decreto-Lei nº 8.621. Assim como o SENAI, era uma instituição privada com fins públicos, vinculada à Confederação Nacional do Comércio (CNC), dedicando-se à qualificação de mão de obra para o comércio e serviços.

Estas iniciativas refletiam a articulação entre Estado e setor produtivo, característica do modelo desenvolvimentista da época. Segundo Souza (2011), a criação do SENAI e do SENAC representou a consolidação de um projeto educacional focado na produtividade econômica, em detrimento de uma formação crítica e cidadã, perpetuando desigualdades sociais.

Na década de 1990, conforme Silva (2009), os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) consolidaram-se como substitutos das antigas escolas técnicas e agrotécnicas, marcando um avanço na educação tecnológica no Brasil. Antes disso, em 1994, a Lei nº 8.948 já havia limitado a criação de novas escolas federais, transferindo a oferta de cursos técnicos para os estados e para a iniciativa privada, enquanto os CEFETs passaram a priorizar o Ensino Superior, evidenciando um processo de descentralização e parcerias público-privadas. Em seguida, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) e o Decreto nº 2.208/1997 reformularam o ensino profissionalizante, separando-o do Ensino Médio e estabelecendo diretrizes curriculares baseadas em competências, o que representou uma mudança significativa na organização curricular da educação técnica.

Mais recentemente, em 2 de agosto de 2023, foi sancionada a Lei nº 14.645, fruto do Projeto de Lei nº 6.494/2019, que institui a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Esta legislação determina que a União, em colaboração com os estados e o Distrito Federal, deve formular e implementar, no prazo de dois anos, uma política nacional articulada com o Plano Nacional de Educação (PNE). A lei também cria um processo nacional de avaliação das instituições e cursos técnicos, visando orientar a oferta da modalidade e garantir sua qualidade e alinhamento com as demandas do mundo do trabalho (Brasil, 2023).

A nova política prevê ações como o fomento à expansão da oferta de EPT em instituições públicas e privadas, estímulo a projetos inovadores, participação ativa do setor produtivo na formação e empregabilidade dos egressos, integração curricular para viabilizar itinerários formativos e capacitação digital. Além disso, institui uma instância tripartite de governança com

representação paritária entre gestores, instituições formadoras e setor produtivo, reforçando a articulação entre os diversos atores envolvidos.

O descumprimento dessas ações pode ensejar ação civil pública, demonstrando o compromisso legal com a efetivação da política (Brasil, 2023). Esta legislação representa um avanço importante para a consolidação da educação profissional e tecnológica no país, buscando superar fragmentações históricas e promover uma formação mais integrada, qualificada e alinhada às necessidades regionais e nacionais.

A criação dos institutos federais aconteceu em 2008, unificando CEFETs, escolas técnicas e agrotécnicas em um modelo inovador de educação profissional, com foco em Ensino Médio integrado, cursos superiores tecnológicos e pesquisa aplicada às demandas regionais (Brasil, 2008).

Pacheco (2011) ressalta que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vêm a ser uma síntese do que a rede federal construiu ao longo de uma história amparada pelas leis e políticas da Educação Profissional e Tecnológica do governo federal. Além disso, os institutos têm características de inovação e ousadia, características estas que são necessárias e visam atender a uma política, sendo um conceito que buscam antecipar as bases de uma escola contemporânea do futuro comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, marcou um avanço significativo na expansão e reestruturação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. Esta legislação instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, com o objetivo de ampliar o acesso e a qualidade da formação técnica e tecnológica em diferentes regiões do país, promovendo o desenvolvimento regional e a inclusão social (Brasil, 2008). Os IFs foram concebidos como instituições multicampi, dotadas de autonomia administrativa, pedagógica e financeira, capazes de ofertar uma educação que integra as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), em seu Artigo 39, define a finalidade da Educação Profissional e Tecnológica como a preparação para o exercício de atividades profissionais, mas também enfatiza o desenvolvimento de competências adaptativas, criatividade e pensamento crítico. A EPT não se restringe à formação técnica, mas busca uma formação omnilateral, voltada para o desenvolvimento integral do indivíduo em suas múltiplas dimensões — intelectual, social, cultural e ética —, preparando-o para atuar de modo crítico e cidadão em uma sociedade cada vez mais complexa e interconectada (Saviani, 2003; Manacorda, 1991). Esta abordagem amplia o papel da educação profissional, aproximando-a dos princípios da educação politécnica, que articula saberes científicos, técnicos e culturais.

Nesse contexto, os institutos federais desempenham um papel central ao oferecerem, prioritariamente, cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, destinados a estudantes que concluíram o Ensino Fundamental, além de atenderem à Educação de Jovens e Adultos, reservando 50% das vagas para essa modalidade (Brasil, 2008). A política reforça o compromisso com a democratização do acesso à educação profissional e tecnológica, especialmente para populações historicamente excluídas. Os IFs também atuam como agentes de inovação e desenvolvimento regional, promovendo a articulação entre formação profissional, pesquisa aplicada e extensão tecnológica, o que contribui para a qualificação da mão de obra e o fortalecimento da economia local e nacional (Ramos, 2010; Frigotto, 2009).

Repensar a formação humana integral e omnilateral, especialmente no contexto da EPT, exige uma compreensão crítica do papel da educação politécnica na constituição de sujeitos capazes de intervir e transformar a realidade social. A formação omnilateral, conforme Manacorda (1991), refere-se ao desenvolvimento pleno do indivíduo em todas as suas dimensões — intelectual, social, cultural, ética e produtiva —, articulando trabalho, ciência e cultura em um processo educativo que transcende a mera preparação para o mercado de trabalho. Esta perspectiva é defendida por autores como Gramsci (1991), Saviani (2003), Frigotto (2009), Ramos (2010) e Ciavatta (2005), que ressaltam a necessidade de superar a dicotomia entre formação geral e técnica, promovendo uma educação voltada à cidadania, à autonomia e à emancipação dos sujeitos.

Segundo Saviani (2003), a politecnia busca o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas, rompendo com a fragmentação curricular, promovendo a integração entre os saberes necessários à vida ativa na sociedade. Nessa direção, a EPT deve ser compreendida como espaço de formação humana ampla, em que as dimensões do trabalho, da ciência e da cultura estão interligadas, possibilitando ao estudante entender criticamente o modo de produção em que está inserido e atuar de forma transformadora. Para Reis (2020), este processo formativo implica reconhecer o sujeito como agente crítico, capaz de tomar decisões e intervir na realidade, negando determinações históricas e abrindo possibilidades para novas trajetórias sociais.

Os movimentos estudantis, especialmente o Movimento Estudantil Secundarista (MES) e os grêmios estudantis, assumem papel central nesse processo, pois contribuem para a construção de espaços democráticos, de diálogo e de protagonismo juvenil, essenciais à formação crítica e cidadã dos estudantes. Historicamente, os estudantes desempenharam papel relevante em momentos de ruptura e mudanças políticas, tanto no Brasil, quanto internacionalmente, como evidenciado nos movimentos de maio de 1968 na França (Araujo, 2007) e nas lutas nacionais contra o Estado Novo, pela democratização, pelo “Petróleo é Nosso”, pela Reforma Agrária, pelo fim da Ditadura Militar e pelo *impeachment* de Collor em 1992. Em contextos autoritários, como destaca Araujo (2007), refere-se, principalmente, aos períodos da história política brasileira e

latino-americana, quando houve restrição das liberdades democráticas, perseguição política e repressão aos movimentos sociais.

No Brasil, destacam-se os períodos, como Estado Novo (1937-1945), regime de Getúlio Vargas marcado pelo fechamento do Congresso, censura à imprensa e repressão às organizações estudantis e sindicais e da Ditadura Militar (1964-1985), caracterizada pelo autoritarismo, cassação de mandatos, perseguição e prisão de estudantes, professores e militantes, além do fechamento da UNE e da vigilância constante sobre os grêmios estudantis, pois os estudantes, frequentemente, representam o último reduto de coragem e indignação, impulsionando mudanças sociais mesmo diante de adversidades.

No cenário contemporâneo, o movimento estudantil permanece atuante em mobilizações, como as Jornadas de 06 a 30 de junho de 2013, período em que ocorreram os principais protestos que ficaram conhecidos como jornadas de junho; a Primavera Secundarista e os protestos contrarreformas estruturais, reafirmando sua importância na defesa da democracia e dos direitos sociais.

No âmbito da EPT, a participação estudantil é reconhecida como espaço educativo e de formação crítica, conforme pesquisa realizada no IFSP campus Sertãozinho, que evidenciou o valor atribuído pelos jovens ao movimento estudantil como ambiente de diálogo, construção coletiva e fortalecimento da cidadania. No entanto, persistem desafios relacionados à falta de tempo, espaço e reconhecimento institucional para a atuação estudantil e na formação dos grêmios estudantis, o que revela a necessidade de políticas que incentivem e valorizem o protagonismo juvenil, fazendo valer a democracia nos espaços institucionais que é a escola.

A literatura aponta que, embora a EPT tenha avançado em direção a uma formação humana integral, ainda convivem, de forma tensa e contraditória, medidas progressistas e concepções arcaicas, refletindo disputas políticas e ideológicas que marcam a história da educação profissional no Brasil (Ramos, 2010). A superação dessa dualidade exige o fortalecimento dos movimentos estudantis como espaços pedagógicos, nos quais se produzem saberes diversos e se debatem as contradições sociais, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, autônomos e comprometidos com a transformação social.

Outro ponto que mereceu atenção nesta pesquisa é a carência de estudos que abordem o Movimento Estudantil Secundarista (MES) no contexto da Educação Profissional Tecnológica (EPT). De modo a ancorar a revisão teórica, foi realizado o estado da arte na Biblioteca Digital de Tese e Dissertações, publicações/artigos, plataforma Google Acadêmico, Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), como apresentado no Quadro 1.

O estado da arte foi desenvolvido entre setembro e outubro de 2023, por meio da utilização dos descritores *movimento estudantil*, *movimento estudantil como princípio educativo* e *formação*

omnilateral, considerando o recorte temporal de 2018 a 2023. Inicialmente, foram identificadas 110 produções acadêmicas. Após a aplicação dos filtros referentes ao tipo de trabalho (teses) e ao período delimitado, obtiveram-se seis teses e 30 dissertações.

A filtragem realizada com o tópico *movimento estudantil como princípio educativo em uma perspectiva politécnica e omnilateral*, organizada por assuntos, resultou na identificação de 12 trabalhos, sendo seis teses e seis dissertações. Após a leitura dos resumos e das introduções, foram selecionados 18 estudos para subsidiar a fundamentação teórica, enquanto os demais foram descartados por se tratar de duplicações.

Outro aspecto relevante identificado nesta pesquisa foi a escassez de estudos que tratam do Movimento Estudantil Secundarista (MES) no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A partir de uma busca realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES¹ e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)², considerando o período de 2018 a 2023, observou-se um número reduzido de produções acadêmicas que abordam diretamente essa temática.

Esta constatação evidencia a necessidade de ampliar as investigações referentes ao protagonismo juvenil e aos espaços de participação democrática no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Além disso, ressalta-se a relevância de intensificar o debate acerca do papel desempenhado pelos grêmios estudantis e por outras formas de organização política dos estudantes, uma vez que tais instâncias configuram-se como fundamentais para o fortalecimento da participação cidadã e da formação crítica.

Quadro 1 - Lista de trabalhos selecionados para a revisão da literatura

Ano	Autor/Tipo de trabalho	Título
2022	Maria Carolina Rosa Orlando Barbosa/Dissertação	Avanços e desafios nas políticas de promoção de acesso e permanência de estudantes negros (cotistas) na UFSCar
2022	SILVA, Edimar Aparecido da Dissertação	A educação pública municipal de Presidente Prudente-SP: políticas, narrativas e sentidos.
2021	Lívia Maria Coelho/ Dissertação	“Carras pintadas”, a juventude estudantil em 1992 e suas imagens em movimento

¹Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/info>. Acesso em: 15 out. 2023.

² Disponível em: catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/info. Acesso em: 28 out. 2023

2021	Julia Rocha Clasen/Dissertação	Juventude (S) que ousa (M) lutar: a luta do movimento estudantil secundarista e o processo de consciência política
2021	SANTOS, Gabriela Esther Nascimento dos. Dissertação	Democracia e participação estudantil: a atuação da União Nacional dos Estudantes no debate sobre universidade pública.
2021	Allana Leticia dos Santos/Dissertação	Ditaduras em perspectivas: casos de militância das mulheres em Salvador (Brasil), Coimbra, Lisboa e Porto (Portugal) (1964 – 1975)
2021	MARQUES, Alan da Silva/Dissertação	A participação do grêmio estudantil na gestão da escola pública no contexto das políticas educacionais neoliberais. 2021. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2021.
2020	Luana Regina Borges/Dissertação	Ditadura e Gênero: mulheres no movimento estudantil paraense (1964-1985)
2020	REIS, Jeniffer Fernanda Ferreira da Silva et al. Dissertação	Expressões do movimento estudantil secundarista no ensino médio integrado no Câmpus Sertãozinho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
2020	Raphaela Ferreira Mendes/ Dissertação	“Companheira me ajuda que eu não posso andar só, sozinha ando bem, mas com você ando melhor”: mulheres, coletividades e organização no movimento de ocupação das escolas em Campina grande/PB
2020	Alessandra Medianeira Vargas da Silva/Dissertação	Comissão Disciplinar Discente: Formação de Servidores e Construção de saberes com uma Abordagem Educativa no IFFAR
2019	Sheila Almeida de oliveira/Dissertação	A gestão democrática escolar e a contribuição do movimento estudantil
2019	Marcelo Veraldi Cabral/Dissertação	Análise do impacto do sistema de cotas nas Universidades públicas paulistas frente a egressos do ensino médio de uma instituição privada
2019	Ângela Ferreira Pace/Tese	O papel das comissões de hetero identificação, como mecanismo efetivo de seleção de negros aos cargos das Universidades públicas federais

2019	Guilherme dos Santos Oliveira/Dissertação	Coletivos de estudantes negros no ensino superior brasileiro: políticas da diversidade e organização política estudantil
2019	Reinaldo Antônio do Amor Divino de Souza/Dissertação	Movimento Estudantil (ME) na Universidade da Amazônia (UNAMA), Ser Educacional S.A: do alge ao declínio
2019	Orley Olavo Filemon/Dissertação	Centro de ensino em período integral (CEPI) em Goiás: o ensino médio de tempo integral em Goiânia
2018	Aline Magna de Aguiar vieira/Dissertação	A representação do movimento estadual paulista na mídia impressa: um estudo histórico - discurso
2018	Luana Ketzer/Dissertação	O movimento estudantil secundarista brasileiro (2015–2016): prática política e educomunicação.
2018	Araciele Maria Ketzer/Dissertação	“Lutar também é educar”: o potencial político e educ comunicativo do movimento estudantil secundarista brasileiro nas escolas e redes sociais online (2015 – 2016)
2018	Tamyris Proença Bonilha Garnica/Dissertação	Representações sociais de professores sobre as “dificuldades de aprendizagem”: meios de um processo de intervenção
2017	Hadassa Monteiro de Albuquerque Lucena/Dissertação	Aprendizagem em momentos sociais: um estudo a partir de narrativas biográficas de partícipe do levante popular da juventude
2012	Tamires Proença Bonilha/Dissertação	O “não - lugar” do sujeito negro na educação brasileira
2009	Jannette Filomeno Pouchain Ramos/Dissertação	Projeto educativo e político – pedagógico da escola de ensino médio

Fonte: e laborado pelo autor, com base no banco de dados da BDTD, Capes e SciELO.

Com base nos textos selecionados no Quadro 1, apresenta-se uma síntese dos trabalhos que discutem o Movimento Estudantil Secundarista no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). As dissertações analisadas evidenciam que, apesar dos desafios institucionais e políticos, os grêmios estudantis e demais formas de organização juvenil são reconhecidos como espaços educativos, democráticos e de formação crítica.

Os estudos indicam que o protagonismo estudantil contribui para o desenvolvimento da cidadania, da autonomia e da consciência política dos jovens. No entanto, também apontam obstáculos, como a falta de tempo, o insuficiente apoio institucional e a reduzida valorização da dimensão política na formação escolar. Ainda assim, os movimentos estudantis são

instrumentos fundamentais para o fortalecimento da participação juvenil e para a promoção de uma educação mais inclusiva e transformadora.

O primeiro trabalho selecionado para leitura foi a dissertação de Santos (2021), que apresenta uma análise histórica aprofundada do movimento estudantil brasileiro, destacando sua longevidade e relevância como agente de transformação social. Ao romper com a ideia de que a mobilização estudantil surgiu apenas durante a Ditadura Militar, a autora demonstra que a participação dos estudantes remonta a eventos como a resistência à invasão francesa em 1710, evidenciando que o protagonismo juvenil sempre esteve presente nas lutas por melhores condições políticas, sociais e econômicas. Seu trabalho traça um panorama das diversas formas de organização estudantil ao longo da história, indicando como essas refletiram e influenciaram os contextos sociopolíticos do país.

A conclusão da autora reforça que o movimento estudantil deve ser compreendido como um espaço legítimo de formação política, crítica e cidadã, essencial para a consolidação da democracia. Santos defende que essas mobilizações não apenas reivindicam direitos, mas também criam ambientes de reflexão e diálogo entre diferentes setores da sociedade. Ao valorizar esse protagonismo, as instituições educacionais podem contribuir para uma formação mais ampla e transformadora, que ultrapasse os limites da sala de aula e prepare os jovens para intervir ativamente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A segunda dissertação analisada foi a de Juliana de Almeida Aguiar Silva (2022), intitulada *Grêmios Estudantis 28 de Março: perspectivas crítica, cidadã e participativa nos espaços não formais de educação quanto ao mundo do trabalho*. Desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Sergipe (IFS), e investiga o papel do movimento estudantil secundarista como espaço não formal de educação no contexto da EPT. O estudo tem como foco compreender de que maneira a atuação dos estudantes no Grêmios Estudantis 28 de Março, do campus Aracaju, contribui para uma formação omnilateral, politécnica e integral, articulando saberes que vão além da dimensão técnica e abrangendo aspectos políticos, sociais e humanos.

A autora conclui que a participação ativa dos estudantes no movimento estudantil fortalece a construção da cidadania, amplia o entendimento sobre direitos e deveres e estimula a comunicação democrática, bem como a gestão participativa dentro da escola. Além disso, destaca que essa vivência gremista favorece o desenvolvimento de competências políticas, tais como articulação, mobilização e consciência crítica, as quais impactam positivamente a inserção dos jovens no mundo do trabalho. Para Silva, a escola deve ser compreendida como um experimento social, capaz de formar sujeitos transformadores, e não apenas adaptados aos sistemas vigentes.

Vieira (2018) destaca que o movimento estudantil apresenta uma atuação oscilante, marcada por ciclos de mobilização e retração conforme a conjuntura política. Seu protagonismo

surge com força em momentos de tensão social, mas tende a enfraquecer em períodos de estabilidade. Após a redemocratização, especialmente nos anos 1990, o autor observa sinais de desgaste e fragmentação, com perda de articulação e diminuição da força coletiva, embora reforce que o movimento ainda possui papel relevante na formação cidadã e crítica dos estudantes.

Outro trabalho a ser analisado é a dissertação *Expressões do Movimento Estudantil Secundarista no Ensino Médio Integrado no Campus Sertãozinho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo*, desenvolvida por Jêniffer Fernanda Pereira da Silva dos Reis, no ProfEPT do IFSP. A pesquisa dedica-se à análise das vivências, experiências e expressões dos estudantes gremistas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O objetivo central foi compreender os desafios enfrentados por esses jovens em sua atuação no Movimento Estudantil Secundarista (MES), valorizando suas perspectivas e trajetórias.

A partir das interações com os estudantes, a autora promoveu uma roda de conversa como estratégia metodológica, buscando construir e reconstruir coletivamente os sentidos atribuídos ao movimento estudantil. Como resultado, Reis (2020) conclui que os estudantes reconhecem o MES como um espaço educativo, dialógico e de formação crítica. Contudo, também apontam limitações estruturais, como a escassez de tempo e de espaços institucionais adequados, que dificultam o pleno desenvolvimento das ações estudantis dentro da escola.

Outra dissertação que foi analisada com atenção é a pesquisa de Lima (2021), que revela que, embora haja consciência entre estudantes e gestores sobre a relevância dos grêmios estudantis, e existam normas que garantem sua existência, a presença efetiva dessas entidades no IFPI ainda é limitada. Entre os obstáculos, destacam-se: a visão reducionista da escola como mera transmissora de conteúdo; a ausência da temática no currículo de forma transversal, e a falta de conhecimento sobre o papel dos grêmios.

Como proposta, a autora sugere a reformulação curricular com base na realidade dos estudantes e na formação institucional dos envolvidos. Para apoiar essa iniciativa, desenvolveu a cartilha *Conectando Saberes: diálogos sobre Grêmios Estudantis e protagonismo juvenil*, com o objetivo de orientar a criação de grêmios e fortalecer sua função como espaço democrático e formativo.

A pesquisa de Marques (2021) investiga como as políticas educacionais de viés neoliberal têm afetado a organização, o funcionamento e a participação dos grêmios estudantis em escolas de Ensino Médio da rede estadual de São Paulo. A hipótese central é que essas políticas precarizam a participação dos estudantes na gestão escolar, tornando-a mais formal, limitada ou simbólica do que efetiva, especialmente após as reformas educacionais iniciadas nos anos 1990.

O estudo traça também o percurso histórico da organização estudantil secundarista no Brasil, discute os conceitos de gestão democrática (tanto em sua dimensão legal quanto prática), participação liberal vs. participação crítica, e analisa como as relações de poder internas à escola

e às políticas públicas condicionam o espaço do grêmio e do Conselho Escolar. Como conclusão, Marques sustenta que o neoliberalismo limita a gestão democrática, reduzindo a autonomia ou efetividade dos grêmios, que passam a depender de burocracias ou de decisões administrativas que contornam sua ação.

Borges (2020) investiga a inserção e a atuação das mulheres no movimento estudantil universitário durante a ditadura civil-militar (1964–1985), com foco especial no contexto paranaense. A autora destaca que, a partir da década de 1960, a presença feminina nas universidades impulsionou a participação política das mulheres, embora o reconhecimento institucional tenha sido tardio, evidenciado pela eleição da primeira presidenta da UNE apenas em 1982. A pesquisa revela que, mesmo em meio à repressão, as mulheres desempenharam papel ativo na militância, articulando pautas feministas e democráticas.

A conclusão de Borges indica que a participação feminina no movimento estudantil foi fundamental para a luta pela redemocratização e pela ampliação dos direitos sociais. No entanto, essa atuação foi historicamente invisibilizada, tanto pela repressão estatal quanto pela própria historiografia. A autora defende que reconhecer essa trajetória é essencial para compreender a complexidade da militância estudantil e valorizar o protagonismo das mulheres na construção de espaços políticos e educacionais mais inclusivos.

Souza (2019) analisa o movimento estudantil da Universidade da Amazônia (UNAMA), destacando uma mudança significativa em sua estrutura e atuação após a aquisição da instituição pelo Grupo Ser Educacional, em 2014. Antes da compra, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) apresentava forte organização, autonomia e articulação com outros segmentos sociais. No entanto, após a financeirização da universidade, o movimento passou a enfrentar dificuldades de mobilização, perda de representatividade e restrições institucionais.

O autor conclui que o modelo de gestão empresarial adotado pelo grupo educacional contribuiu diretamente para o declínio do movimento estudantil, por meio de práticas como censura, vigilância, supressão de espaços democráticos e desarticulação das entidades representativas. Ainda assim, Souza reconhece que os estudantes mantêm formas de resistência por meio dos centros acadêmicos, evidenciando que, mesmo diante de um cenário adverso, o protagonismo estudantil persiste como força crítica e transformadora.

Mendes (2020) analisa as ocupações das escolas em Campina Grande/PB, ocorridas em 2016 como resposta à Reforma do Ensino Médio e à Emenda Constitucional nº 55. O autor destaca que estes movimentos criaram um espaço simbólico de reorganização social, especialmente para os estudantes e as pautas de gênero.

A pesquisa conclui que as ocupações reacenderam o protagonismo juvenil nas decisões políticas, com destaque para a atuação das mulheres, que se tornaram figuras centrais na condução das lutas contemporâneas e na redefinição das formas de organização dos movimentos estudantis.

Clasen (2021) analisa o movimento estudantil secundarista em Pelotas/RS durante as ocupações escolares de 2016, destacando como os estudantes transformaram o espaço escolar por meio da organização coletiva e da produção de conteúdos em redes sociais. A autora mostra que estes jovens romperam com a ideia de uma juventude despolitizada ao desenvolverem consciência política e capacidade de articulação.

A pesquisa conclui que o movimento deixou marcas duradouras na formação dos participantes, fortalecendo sua identidade coletiva e ampliando sua atuação em outras esferas sociais. As ocupações funcionaram como espaços de resistência e aprendizado, revelando o potencial transformador da ação estudantil na disputa por uma educação mais democrática.

Ketzer (2018) analisa o movimento estudantil secundarista brasileiro entre 2015 e 2016, destacando seu caráter político e educacional. A autora evidencia que, além das ocupações físicas das escolas, os estudantes também utilizaram as redes sociais como espaços de resistência, expressão e construção de contranarrativas. Esta atuação ampliou o alcance das demandas juvenis e fortaleceu a identidade coletiva do movimento.

A principal conclusão da pesquisa é que o grêmio estudantil se configura como um espaço estratégico para o exercício da democracia e do protagonismo juvenil. Ketzer afirma que a participação ativa dos estudantes na escola contribui para sua formação política e cidadã, promovendo uma cultura de engajamento social e valorização da educação pública como instrumento de transformação.

Oliveira (2020) analisa o movimento estudantil em quatro universidades federais brasileiras entre 2013 e 2016, com foco na presença de discursos liberais dentro das organizações estudantis. O autor investiga como esses discursos se articulam ideologicamente e politicamente, revelando tensões entre práticas democráticas e influências de modelos gerenciais e individualistas.

A principal conclusão da pesquisa é que, apesar das transformações e disputas internas, o movimento estudantil continua sendo um espaço estratégico para a construção de uma escola democrática. Oliveira destaca que a organização estudantil tem papel fundamental na promoção da autonomia, da criticidade e da gestão participativa, especialmente em um cenário ainda marcado por resquícios autoritários e pela lenta consolidação da democracia nas instituições educacionais.

Coelho (2021) analisa o movimento dos caras pintadas como uma das maiores mobilizações estudantis de rua da história brasileira, ocorrida em 1992, durante o processo de impeachment do presidente Fernando Collor de Mello. A autora destaca que o movimento foi protagonizado por jovens e estudantes que, diante da crise ética, econômica e política, ocuparam as ruas em busca de justiça social e renovação democrática. O estudo também evidencia o papel

simbólico das manifestações, como o uso de rostos pintados com a palavra “chega”, que se tornou um ícone da mobilização.

Na conclusão de sua pesquisa, Coelho afirma que o movimento dos caras pintados representou uma ruptura com a apatia política juvenil, revelando a potência da juventude como agente de transformação. Ela ressalta que esse tipo de mobilização reafirma o papel histórico do movimento estudantil na luta por direitos, especialmente pela educação pública, e reforça a urgência de pautas como a democratização, a justiça social e o combate ao racismo.

A pesquisa reuniu estudos acadêmicos que discutem o movimento estudantil e os grêmios estudantis em diferentes contextos educacionais. Os trabalhos analisados mostram que essas organizações são reconhecidas como espaços formativos, democráticos e de construção da cidadania, contribuindo para o desenvolvimento de uma formação crítica, social e política dos estudantes.

Apesar dos avanços, os estudos também apontam desafios, como a falta de estrutura, tempo, apoio institucional e reconhecimento político. Ainda assim, os grêmios e movimentos estudantis seguem como ferramentas essenciais para fortalecer a participação juvenil e promover uma educação mais omnilateral, inclusiva e transformadora.

Dessa forma, a atuação dos movimentos estudantis na EPT deve ser entendida como elemento fundamental para a efetivação de uma formação omnilateral, que relacione os conhecimentos escolares com a prática social e atenda às múltiplas necessidades dos estudantes, promovendo uma educação verdadeiramente emancipadora e democrática.

A partir das reflexões construídas neste estudo, esta pesquisa investigou a existência e a atuação do Movimento Estudantil Secundarista (MES) no Instituto Federal do Acre (IFAC), com foco especial na presença e no funcionamento dos grêmios estudantis. O objetivo principal foi compreender se há, efetivamente, organizações estudantis estruturadas na instituição e que tipo de apoio é oferecido a essas entidades. Mediante a análise, buscou-se propor estratégias para a criação ou reativação do grêmio estudantil no IFAC.

Para tanto, foram elaborados materiais orientativos que serviram como guia para a formação desses espaços de representação estudantil, visando o fortalecimento do protagonismo juvenil e da participação democrática no ambiente escolar. Com a implementação dessas ações, os estudantes puderam se organizar coletivamente, ampliando o diálogo, a troca de experiências e a capacidade de reivindicação, consolidando-se como sujeitos ativos e representativos tanto na instituição quanto na sociedade.

Frente às análises realizadas e aos contextos observados, este estudo apresentou como problemática a seguinte questão: quais são os princípios educativos de um movimento estudantil? O tema do movimento estudantil como princípio educativo configurou-se como questão de pesquisa a partir da desmobilização e dos fatores que vinham provocando o enfraquecimento dos

movimentos estudantis nas instituições de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Diante dessa narrativa, emergiu o seguinte questionamento: seria possível desenvolver um conjunto de atividades formativas para constituir novas lideranças entre os discentes a partir da concepção do movimento estudantil como princípio educativo?

Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo geral analisar o princípio educativo para a formação integral do sujeito no movimento estudantil. Como objetivos específicos, estabeleceu-se:

- Descrever a trajetória do movimento estudantil no Brasil a partir do aporte teórico da revisão sistemática da literatura.
- Analisar o princípio educativo do movimento estudantil para a formação Omnilateral.
- Propor, a partir da pesquisa-ação, a organização e implementação de um coletivo de alunos do Instituto Federal do Acre – campus Rio Branco através de oficinas temáticas.
- Avaliar as oficinas sobre organização estudantil ofertada aos alunos no Instituto Federal do Acre - campus Rio Branco, para a construção do produto educacional.

Esta pesquisa adotou como base o método científico dialético, considerando que se tratou de um método de investigação, que, segundo Marx (2013), especialmente no capítulo 1 do volume 1 de *O Capital*, apresenta uma abordagem fundamentada na ideia de que a realidade é contraditória e está em constante transformação. Para compreender esta realidade, foi necessário analisar suas contradições e as relações entre elas, de modo a alcançar uma compreensão aprofundada sobre o objeto e o sujeito da pesquisa.

A abordagem adotada foi qualitativa, desenvolvida de forma aplicada, pois, conforme Gil (2008), “a pesquisa aplicada é aquela que tem como objetivo a aplicação dos conhecimentos científicos na solução de problemas concretos”. Dessa forma, a pesquisa possibilitou intervenções do pesquisador junto ao objeto e aos sujeitos envolvidos, com vistas à elaboração de um produto educacional. Em relação à sua finalidade, apoiou-se em estudos anteriores para aplicá-los na prática, buscando contribuir para a disseminação de temas relacionados ao movimento estudantil como princípio educativo.

No que diz respeito aos objetivos, tratou-se de uma pesquisa explicativa, pois procurou identificar e compreender os tipos de ações envolvidos, bem como as dificuldades enfrentadas para que ocorressem o desempenho e o progresso desse movimento social, promovendo a inserção humana e igualitária dos estudantes no contexto social.

A pesquisa também teve caráter exploratório, uma vez que, segundo Gil (2008, p. 41), est e tipo de investigação tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito ou permitindo a formulação de hipóteses. Assim, foram realizados levantamentos bibliográficos e análises que estimularam a compreensão dos fatos, identificando

as ações envolvidas e os obstáculos que influenciaram a inserção igualitária dos estudantes no ambiente social.

Sob a perspectiva dos modos e procedimentos técnicos, esta pesquisa utilizou a pesquisa-ação como estratégia metodológica, com o objetivo de envolver os participantes e o pesquisador de forma colaborativa e participativa. Nesse sentido, seguiram-se os pressupostos da pesquisa-ação, uma vez que, conforme Thiollent (2022), esta metodologia tem como base a transformação da realidade e a interação entre o pesquisador e os membros da situação investigada por meio de uma ação planejada.

Quanto às técnicas e procedimentos adotados, a pesquisa fundamentou-se na pesquisa-ação, pois está, “além de compreender, visa intervir na situação, com vistas a modificá-la” (Severino, 2016, p. 120). Em investigações dessa natureza, o pesquisador atua diretamente, propondo formas de transformação do fenômeno identificado e, posteriormente, avaliando os resultados da intervenção junto ao público-alvo.

Dessa forma, a pesquisa partiu da realidade de um grupo social, aplicando um estudo centrado na participação ativa dos agentes envolvidos, com vistas à mudança dessa realidade. Este processo foi viabilizado pela elaboração e aplicação de um instrumento: o produto educacional descrito neste trabalho.

Com base no levantamento bibliográfico sobre estratégias metodológicas, compreendeu-se que o método de procedimento adotado foi, de fato, o da pesquisa-ação, devido à sua capacidade de articular teoria e prática, promovendo intervenções significativas no contexto investigado.

Uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas implicada no processo investigativo, visto partir de um projeto de ação social ou de solução de problemas coletivos e estar centrada no agir participativo e na ideologia de ação coletiva (Baldissera, 2001, p. 6).

De acordo com Thiollent (1986), um dos principais objetivos da pesquisa-ação é capacitar pesquisadores e participantes a compreenderem a problemática investigada e os resultados das ações transformadoras. Nesse contexto, a metodologia pressupõe uma relação dialógica entre os envolvidos, pautada na colaboração ativa para a resolução de problemas concretos. Para o autor, a pesquisa-ação fundamenta-se no objetivo prático de transformação da realidade, o que exige uma interação contínua entre o pesquisador e os membros da situação investigada, além de um planejamento estratégico das ações. Esta abordagem metodológica, portanto, não se limita à análise teórica, mas articula reflexão e prática, garantindo que o processo investigativo seja, simultaneamente, um espaço de aprendizagem coletiva e de intervenção social.

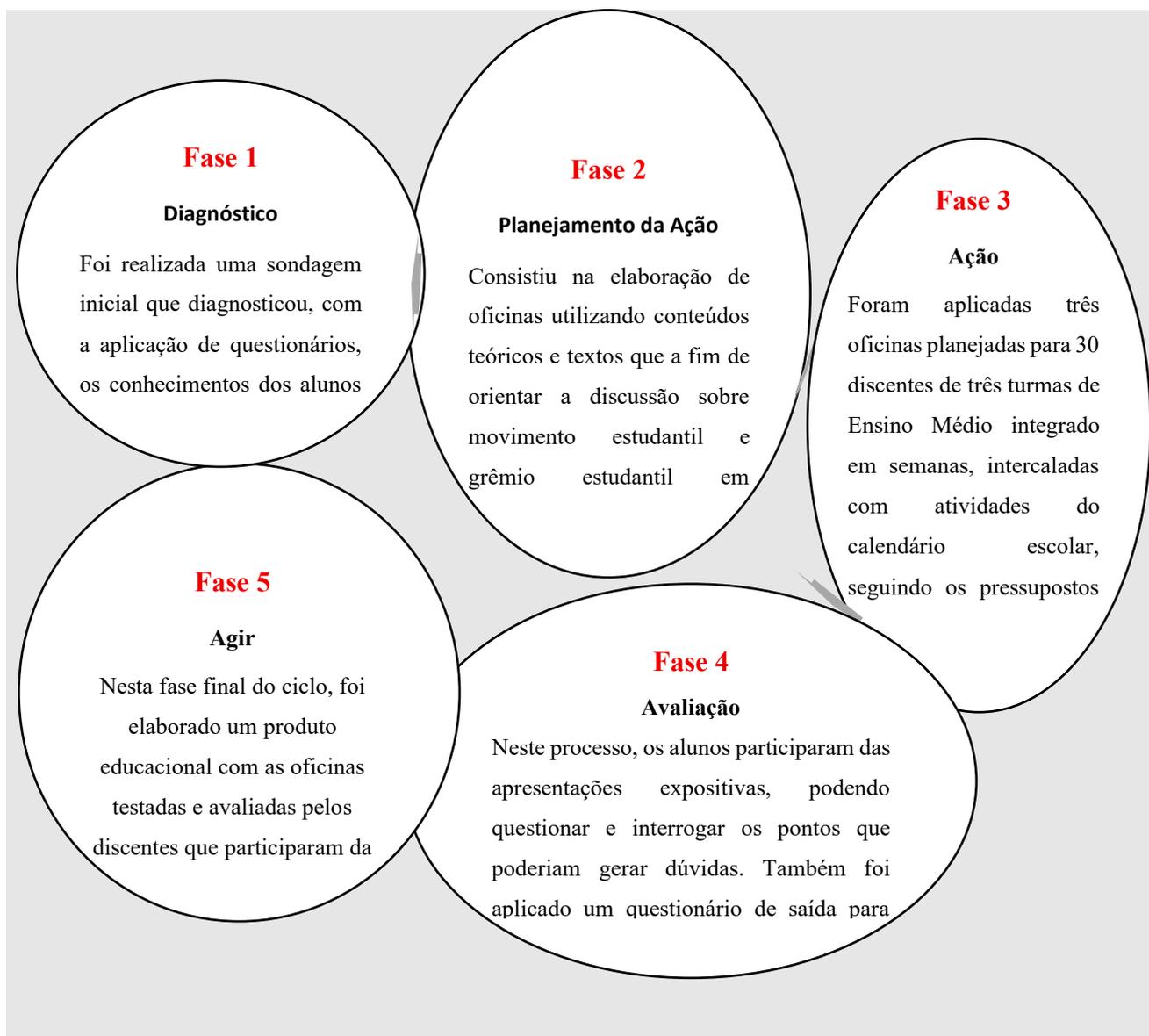
De maneira mais específica, David Tripp (2005) debruça-se sobre a temática da pesquisa-ação aplicada ao âmbito educacional. Ao definir esta metodologia, o autor afirmam tratar-se de

um dos diversos tipos de investigação, podendo ser “um termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela” (Tripp, 2005, p. 447).

Quanto à pesquisa-ação propriamente dita, Tripp (2005) a define como um tipo de investigação-ação que aplica técnicas de pesquisa já consagradas para informar que tipo de ação utilizar com vistas à melhoria da prática. Dessa forma, compreende-se que este método de procedimento requer atuação tanto no campo prático, quanto no campo investigativo.

A Figura 1 ilustra a estrutura organizacional de uma pesquisa-ação.

Figura 1- Representação das fases do ciclo básico de investigação-ação



Fonte: adaptado de Tripp (2005), elaborado pelo autor.

O ciclo de Tripp, baseado na pesquisa-ação, envolveu quatro etapas principais: o planejamento de melhorias na prática, a implementação dessas melhorias, o monitoramento e a descrição dos efeitos da ação, e a avaliação dos resultados obtidos. Tratou-se de um processo

contínuo e cíclico, que permitiu ajustes constantes a partir da reflexão crítica sobre a prática. Cada etapa alimentou a seguinte, promovendo transformação e aprendizagem coletiva. O objetivo central foi integrar ação e investigação para aprimorar a realidade educacional de forma participativa.

A maioria dos processos de melhoria seguiu esse mesmo ciclo. A solução de problemas, por exemplo, iniciou-se com a identificação do problema, seguida pelo planejamento de uma solução, sua implementação, o monitoramento dos resultados e a avaliação de sua eficácia.

Quanto às fontes de informação, tratou-se de uma pesquisa empírica, pois envolveu a interação direta do pesquisador com os sujeitos que atuavam no campus Rio Branco do Instituto Federal do Acre. Além disso, foi também uma pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que o tema “movimento estudantil como princípio educativo” foi discutido em teses e dissertações que fundamentaram o referencial teórico e as etapas da investigação.

A pesquisa foi desenvolvida no Instituto Federal do Acre (IFAC), campus Rio Branco, localizado na Avenida Brasil, nº 920, bairro Xavier Maia, no município de Rio Branco, estado do Acre. Trata-se de uma instituição pública de Ensino Superior e Técnico, criada a partir da transformação da antiga Escola Técnica Federal do Acre. A reitoria também está situada em Rio Branco. À época da realização da pesquisa, o IFAC oferecia cursos técnicos integrados, subsequentes e superiores, além de dispor de estrutura para o ensino à distância. Ressalta-se que o instituto contava com diversos campi, e o processo de matrícula ocorria pela seleção que considerava o histórico escolar e o desempenho acadêmico, priorizando estudantes oriundos da rede pública de ensino.

O campus Rio Branco ofertava os seguintes cursos técnicos integrados ao Ensino Médio: Técnico em Edificações, Técnico em Redes de Computadores e Técnico em Informática para Internet.

Quanto aos grupos e participantes, a pesquisa utilizou uma amostra de 30 alunos do Ensino Médio integrado, dos 1º e 2º anos dos cursos de Informática para Internet, Redes de Computadores e Edificações do curso técnico do IFAC, campus Rio Branco. Foram incluídos na pesquisa estudantes de ambos os sexos e devidamente matriculados nas turmas do primeiro e segundo ano desses cursos, na modalidade EMI no ano de 2024.

Foram excluídos da pesquisa os estudantes cujos pais e/ou responsáveis recusaram-se a assinar e preencher o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido por parte dos adolescentes.

O formato de questionário, criado no Google Forms, foi escolhido como ferramenta de coleta de dados devido à sua facilidade de aplicação. Este instrumento consistiu em um conjunto de questões organizadas para levantar dados escritos por parte dos participantes, com a finalidade de conhecer suas opiniões sobre o assunto estudado (Severino, 2007 apud Prado, 2019). Desse

modo, as informações recolhidas nos questionários serviram para avaliar a eficácia das atividades e dos materiais desenvolvidos ao longo da pesquisa. Outrossim, com relação à análise e interpretação dos dados e resultados obtidos, numa perspectiva de pesquisa qualitativa, sua finalidade foi “a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que se pretende investigar” (Gomes, 2009, p. 79).

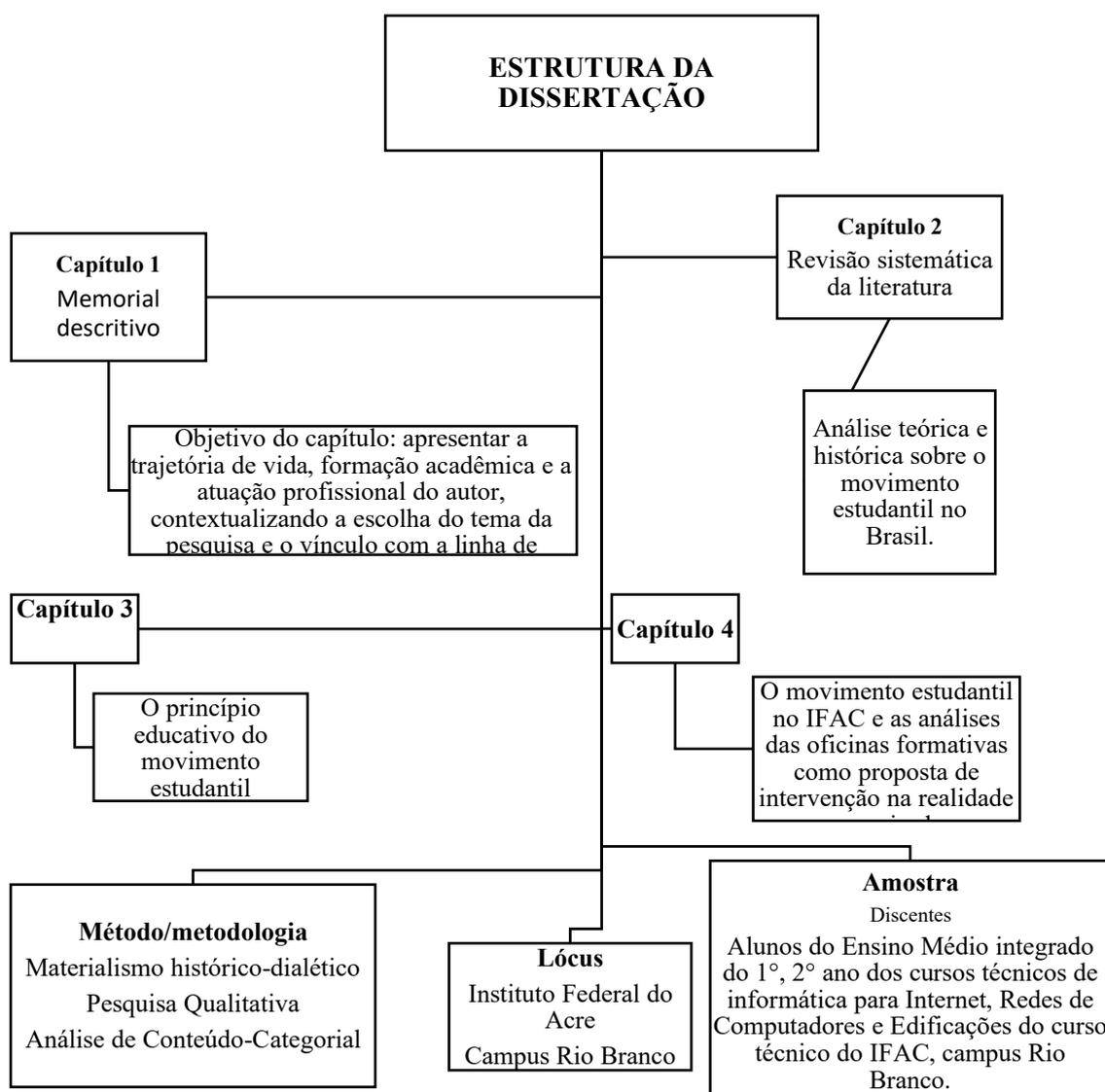
A pesquisa também utilizou a análise de conteúdo proposta por Bardin (1979 apud Minayo, 2009), seguindo três etapas principais: a primeira consistiu na ordenação dos dados, por meio da releitura do material e da organização das respostas dos participantes; em seguida, os dados foram classificados, entendendo-se que “o dado é construído a partir de um questionamento deste com base em uma fundamentação teórica” e, por fim, realizou-se a fase da análise final, na qual se buscou articular os dados com os referenciais teóricos do estudo, com o intuito de responder à pergunta de pesquisa (Scziminski, 2015, p. 80).

Com relação ao produto educacional — uma produção técnica de caráter obrigatório no âmbito dos programas de Mestrado Profissional da área de Ensino (Prado, 2019) —, este foi desenvolvido conforme os tipos indicados pela CAPES (2016), por meio da realização de três oficinas presenciais, com o objetivo de construir o referido produto.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC) em 14 de novembro de 2024, por meio do parecer nº 7.227.444, CAAE nº 78134024.0.0000.0233.

Para orientar o leitor e proporcionar uma visão clara do desenvolvimento da pesquisa, apresenta-se, a seguir, a estrutura da dissertação. Esta organização contemplou, de forma sequencial e lógica, os principais temas, fundamentos teóricos, procedimentos metodológicos e análises realizadas ao longo do trabalho. A divisão em capítulos e seções foi pensada para facilitar o acompanhamento do raciocínio, permitindo que o leitor compreendesse, de maneira integrada, tanto o contexto histórico e institucional, quanto os processos de acolhimento, integração e socialização analisados. Portanto, a estrutura exposta serviu como um guia, tornando mais acessível a navegação pelos diferentes momentos da pesquisa e favorecendo uma leitura fluida e objetiva de todos os elementos que compõem esta dissertação. Vejamos a Figura 2.

Figura 2 -Estrutura da dissertação



Fonte: elaborada pelo autor.

A base do diagrama destacou os pilares metodológicos — materialismo histórico-dialético, abordagem qualitativa e análise categorial —, bem como os elementos do campo empírico: o lócus (IFAC) e a amostra (alunos do Ensino Médio integrado). A estrutura conferiu solidez científica à pesquisa e evidenciou o comprometimento com a coerência entre o objeto investigado, o método adotado e a proposta desenvolvida.

1. CAPÍTULO - A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL A PARTIR DO APORTE TEÓRICO DA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

O objetivo central deste capítulo foi descrever a trajetória do movimento estudantil no Brasil a partir do aporte teórico da revisão sistemática da literatura. Para tanto, iniciou-se, na primeira seção, a discussão a respeito do homem enquanto ser social e abordou-se a construção do ser humano como um ser social e político, com ênfase nas contribuições filosóficas de diversos autores.

Aristóteles (384–322 a.C.), em suas obras *Política* e *Ética a Nicômaco*, destacou que o homem é, por natureza, um animal político, enfatizando a importância da vida em comunidade para a formação do cidadão virtuoso.

Complementaram as discussões desta seção os estudos de Karl Marx (1818–1883), que, em seus *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, argumentou que a essência humana é moldada pelas condições materiais e sociais, criticando a alienação do trabalhador no capitalismo; Resende (2016), que reforçou esta visão ao afirmar que o ser social é historicamente constituído e que a práxis humana pode transformar a realidade social, e Lessa (2012), que explorou como as relações sociais são determinadas pela forma de produção capitalista, ressaltando que o trabalho é fundamental para a construção da identidade e da interação social. A análise crítica revelou como as estruturas de poder e as relações de classe influenciam a percepção do indivíduo na sociedade contemporânea.

Na segunda seção, apresentou-se a participação do ser humano em movimentos sociais, destacando sua importância na construção da identidade e no empoderamento coletivo. Utilizando a psicologia social como base, explorou-se como as interações sociais influenciam comportamentos e atitudes, enfatizando a relação entre indivíduo e sociedade. Autores como Castro (2006), Lane e Codo (1988), Florestan Fernandes (1975), Marília Coutinho (2003), Heloisa Buarque de Almeida (2000) e Paulo Freire (1979) foram discutidos, cada um contribuindo com perspectivas sobre a identidade social, a ação coletiva e a transformação social. Nesta seção, salientou-se a evolução histórica dos movimentos sociais e suas estratégias contemporâneas, ressaltando seu papel fundamental na promoção da justiça social e na ampliação da participação cidadã.

Na terceira seção, tem-se uma análise abrangente do movimento estudantil no Brasil, desde suas origens históricas até suas manifestações contemporâneas. O texto destacou a resiliência do movimento como uma força de resistência e transformação social, abordando momentos-chaves, como a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e as mobilizações contra a Ditadura Militar. Autores como Moretti (1984), que discutiu a evolução do movimento e sua importância histórica; Junior (1982), que o dividiu em três períodos distintos; Santana (2007), que analisou a

rearticulação pós-golpe militar; Araújo (2007), que ressaltou o papel da UNE na democracia, e Dutra (2020), que conectou o movimento a lutas globais por justiça social, foram apontados a fim de oferecer uma visão crítica das dinâmicas sociais e políticas que moldaram o ativismo estudantil no Brasil.

Na quarta seção, discutiu-se a rica história do movimento estudantil brasileiro por meio das lentes de diversos autores, cada um com sua própria perspectiva. Autores como Santos (2015), com sua análise sobre a importância das primeiras organizações estudantis, e Silva (2012), que aprofundou a relação entre o movimento estudantil e a política nacional, ofereceram visões complementares sobre a trajetória desse movimento. Ao longo desta abordagem, também foram examinadas as contribuições de Costa (2018), Oliveira (2003), Mendes (1983), Ferreira (2005), Gaspari (2002), Skidmore (1988), Fausto (2013), Toledo (2014), Caldeira (2017), Sader (2017), Gentili (1995), Gohn (2011), Souza (2017), Rocha (1990), Alves (1984) e Almeida (1979), cujas análises ajudaram a entender as diversas faces do movimento estudantil brasileiro.

Na seção seguinte, foi discutido o tema “O Homem Enquanto Ser Social”, com o objetivo de compreender como a convivência, a interação e a participação em grupos são elementos essenciais para a constituição do ser humano. A proposta consistiu em analisar, à luz de diferentes perspectivas filosóficas e sociológicas, como o indivíduo se desenvolve e se realiza a partir das relações sociais, culturais e políticas que estabelece ao longo da vida.

Foram abordadas, por exemplo, as reflexões de pensadores como Aristóteles, Marx e Engels, que destacaram a necessidade do convívio coletivo para a construção da identidade e para o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas. Também foram discutidos aspectos como a comunicação, o trabalho, a cooperação e a busca por objetivos comuns, considerados fundamentais para que o homem se reconheça como sujeito ativo e transformador de seu meio social.

Ao longo deste tópico, evidenciou-se que o ser humano, embora dotado de individualidade, só alcança sua realização plena quando inserido em uma sociedade, interagindo, aprendendo e contribuindo para o bem comum. Este entendimento mostrou-se essencial para refletir sobre o papel de cada indivíduo como cidadão e agente de transformação social.

1.1 O HOMEM ENQUANTO SER SOCIAL

Desde a construção do pensamento clássico ocidental, a discussão a respeito do homem enquanto ser político e social se apresenta como tema relevante. As obras *Política e Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, representam duas das mais importantes contribuições filosóficas para o entendimento da natureza humana e da vida em comunidade e apontam que ser humano é um ser naturalmente social.

A vida social constitui uma forma específica de coexistência entre os seres humanos, marcada por símbolos, práticas, normas, valores e leis que definem a identidade de cada participante dentro da sociedade, determinando como se darão as relações e o verdadeiro sentido das ações recíprocas. Com a interiorização dessas normas, o indivíduo passa a se ver obrigado a segui-las, afastando-se da vida natural e criando modos de existência regulados por símbolos e preceitos que tornam possível a convivência comum. A sociedade, assim, é instituída pela ação humana, o que faz do ser humano um ser social.

Segundo Aristóteles (1991), a educação assume um papel crucial na formação do cidadão virtuoso e comprometido com o bem comum, pois, através dela, o indivíduo desenvolve as capacidades necessárias para participar ativamente da vida política da *polis*, tomando decisões justas e contribuindo para o florescimento da comunidade.

Em *Política*, Aristóteles investiga a natureza da cidade (*polis*) e seu papel na realização da vida boa e virtuosa. Para o filósofo, o homem é, por natureza, um animal político, ou seja, tem uma tendência inata para viver em comunidade e participar da vida política. Nesse contexto, a *polis* é vista como o espaço onde os seres humanos podem desenvolver plenamente suas capacidades e alcançar a felicidade através da prática das virtudes morais e da participação na vida política.

Marx (1844), em *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, apresenta sua teoria do ser social a partir de uma perspectiva materialista e histórica e argumenta que a essência humana não é algo abstrato ou transcendental, mas é formada pelas condições materiais e sociais em que os indivíduos vivem. Marx critica a alienação que ocorre sob o capitalismo, quando os trabalhadores são alienados de seu trabalho, dos produtos que produzem e até mesmo de si mesmos. Para Marx, o ser social do indivíduo está profundamente enraizado em suas relações sociais e em sua posição dentro do sistema de produção. Ele enfatiza a importância das relações de produção na determinação da consciência e da identidade dos indivíduos. Sob o capitalismo, essas relações de produção são caracterizadas pela exploração e alienação, o que leva à fragmentação do indivíduo e à alienação de si mesmo e de sua humanidade.

Evangelista; Baptista e Veríssimo (2016, p.2), destacam que:

A ideia do ser social como individual é um princípio sustentado pela sociedade burguesa que toma o ser social como indivíduo. Porém, é uma construção falsa que não corresponde à realidade. A construção dessa forma de sociabilidade é histórica e não natural. Na atualidade, as relações de dependência são evidentes, mas, ainda assim existe uma forte convicção no indivíduo.

A ênfase no indivíduo como ser social tende a obscurecer as estruturas de poder e as relações de classe que moldam as interações sociais. Ao colocar o foco no indivíduo, muitas vezes se negligencia o impacto das desigualdades sociais e econômicas na vida das pessoas, perpetuando, assim, a ideologia dominante que sustenta a ordem estabelecida. Além disso, a ideia do ser social como indivíduo pode levar a uma visão atomizada da sociedade, onde cada pessoa é vista como responsável por seu próprio destino, sem considerar os contextos sociais, históricos e econômicos que influenciam suas escolhas e oportunidades.

É importante reconhecer que a construção do ser social como indivíduo é uma narrativa ideológica que serve aos interesses da classe dominante, ao mesmo tempo em que mascara as relações de poder e exploração que permeiam a sociedade. Somente ao compreendermos e questionarmos essa narrativa, podemos buscar formas mais justas e equitativas de organização social.

Conforme Evangelista, Baptista e Veríssimo (2016), a ideia de o indivíduo como ser autônomo e independente é uma construção histórica, não uma realidade natural. Marx argumenta que a essência do ser humano é social e que a produção da vida material em conjunto é o que nos define como espécie. A divisão do trabalho no sistema capitalista, no entanto, cria a ilusão de individualidade, alienando o trabalhador de sua própria atividade e do produto final do seu trabalho. A divisão do trabalho, intensificada no sistema capitalista, fragmenta o processo produtivo e desumaniza o trabalho. O trabalhador, especializado em uma única tarefa repetitiva, perde a visão holística do processo e a autonomia sobre seu trabalho. Esta fragmentação gera competição entre os trabalhadores e os torna dependentes do sistema para sua subsistência.

A ideologia burguesa, através da mídia, da educação e da cultura, propaga a ideia de o indivíduo como ser autossuficiente e responsável por seu próprio destino. Esta visão mistifica a realidade, mascarando as relações de exploração e dominação presentes na sociedade capitalista.

Marx e Engels, na *Ideologia Alemã: teses sobre Feuerbach*, criticam as concepções idealistas da natureza humana e da sociedade e argumentam que as ideias e as concepções filosóficas não surgem de forma independente, mas são moldadas pelas condições materiais e sociais em que os indivíduos vivem. Em vez de entender a história como o resultado do desenvolvimento das ideias, Marx e Engels propõem uma visão materialista da história, onde as relações de produção desempenham um papel fundamental na determinação do desenvolvimento social.

Segundo Marx e Engels, o indivíduo é um ser social que é moldado e influenciado pelas relações sociais em que está inserido. Eles destacam a importância das relações de produção na formação da consciência e da identidade dos indivíduos, argumentando que a luta de classes é o motor da história e que a transformação social só pode ocorrer através da superação das relações de produção capitalistas.

Resende (2016) argumenta que o ser social é historicamente constituído e que as condições materiais e sociais desempenham um papel fundamental na determinação da existência humana. E apresenta a importância da práxis humana na transformação da realidade social, salientando que a ação humana é mediada pelas estruturas sociais existentes, mas também tem o potencial de transformá-las.

Tanto Marx (2019) quanto Resende (2016) abordam o indivíduo como um ser social cuja identidade e consciência são moldadas pelas condições materiais e sociais em que vivem. Eles enfatizam a importância das relações sociais e das estruturas de poder na determinação da existência humana e defendem a necessidade de transformação social para superar as injustiças e alienações presentes nas sociedades capitalistas.

Segundo Lessa (2012), para compreender a ontologia do ser social, é fundamental conhecer as relações sociais determinadas pela forma de produção capitalista, as quais indicam que o homem se constitui a partir de suas condições materiais, isto é, na objetividade do trabalho.

Para Lessa (2012, p. 25):

Na investigação ontológica de Lukács, o conceito de trabalho comparece em uma acepção muito precisa: é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Nesse preciso sentido, é a categoria fundante do mundo dos homens. É no trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência social sem trabalho.

Diante da investigação filosófica de (Lukács 2010) o trabalho é entendido de forma específica, sendo uma atividade realizada pelos seres humanos para transformar a natureza em produtos necessários para a vida em sociedade. Logo, o trabalho é a base fundamental que estrutura a vida dos seres humanos e é através dele que ocorre uma mudança essencial na condição humana, transcendendo as simples determinações biológicas. Em outras palavras, o trabalho é o que nos torna mais do que meros seres biológicos e nos permite construir e manter a vida em sociedade. Sob essa perspectiva, segundo (Lukács 2010), a existência social é inseparável do trabalho.

O trabalho é uma categoria social. Dessa forma, ele cria um intercâmbio entre o homem e a natureza, formando as relações sociais entre os indivíduos. Em outras palavras, a interação dos homens na sociedade em relação ao trabalho influencia tanto a identidade quanto o papel social. Lessa (2012), ao explorar a centralidade do trabalho e sua relação com a identidade e interação social, se depara questões fundamentais que permeiam a existência humana.

A obra de Lessa, em sua análise profunda da ontologia de Lukács e das discussões sobre teleologia, causalidade e objetivação, lança luz sobre a complexa teia que une o homem ao seu

ambiente social através do trabalho. Ao examinar os conceitos de valorização, alienação e liberdade no contexto laboral, Lessa (2012) nos convida a uma jornada de compreensão mais profunda da natureza humana enquanto ser social e produtivo, e nos desafia a repensar a importância do trabalho não apenas como uma atividade produtiva, mas como um elemento fundamental na construção da identidade e da inserção do indivíduo na sociedade e sua relação com a realização pessoal e coletiva.

A análise crítica desses elementos evidencia as complexas interações entre o homem, o trabalho e o ambiente social em que se inserem, e a reflexão sobre trabalho e liberdade nos leva a considerar de que modo as condições laborais influenciam diretamente a capacidade do homem de exercer sua autonomia e agência na sociedade.

Como destacado anteriormente em relação ao trabalho, Marx, nos *Manuscritos Filosóficos*, discorre que esta é uma atividade vital que não apenas sustenta a existência humana, mas também estabelece uma relação intrínseca entre o homem e a natureza, bem como entre os próprios seres humanos. Para Marx, a essência humana se dá através do trabalho, que é a forma pela qual o homem se apropria da natureza, moldando-a de acordo com suas necessidades e desdobrando-se não apenas intelectualmente, mas também ativamente na criação de um mundo que o reflete (2004, p. 112).

Marx diferencia o trabalho como uma expressão objetiva da essência genérica do ser humano, que reproduz a vida e cria valor de uso para os indivíduos, da forma como o capitalismo distorce essa essência ao alienar o trabalhador por meio da divisão social do trabalho. A alienação ocorre à medida que o trabalhador se torna “estranhado” ao produto de seu próprio trabalho e é reduzido a uma mera mercadoria dentro do sistema capitalista (Marx, 2004, p.105-106).

Seguindo essa linha, Fagner (2010), em sua dissertação sobre os *Manuscritos Econômico-Filosóficos de Karl Marx*, destaca o trabalho como um momento crucial para a autoafirmação da condição genérica do ser humano, sendo basilar para a produção e reprodução da essência humana. No entanto, o desenvolvimento do capitalismo conduz a uma dilaceração dessa essência, subjugando-a à propriedade privada e desumanizando o trabalhador.

No contexto da economia capitalista moderna, os trabalhadores se tornam indiferentes entre si, pois sua relação com o trabalho se reduz à venda de sua força de trabalho em troca de dinheiro, estabelecendo assim uma relação alienada com suas próprias necessidades (Marx, 2004, p.149).

O estranhamento do trabalhador em relação ao seu próprio produto e ao processo de trabalho é exacerbado pela lógica do capitalismo, em que a produção de riqueza para os ricos se traduz em privações para os trabalhadores. O aumento dos salários não representa uma melhoria

na condição do trabalhador, mas, sim, uma forma de acentuar a hostilidade do trabalho e fortalecer o poder da burguesia sobre a classe trabalhadora (Marx, 2004, p.08).

A propriedade privada, sob o capitalismo, emerge como uma força opressora que submete o trabalhador ao domínio do capital, relegando-o à condição de mercadoria volátil cujo valor é determinado pelas flutuações do mercado. O Estado, por sua vez, serve como instrumento de legitimação dessa dominação, perpetuando as leis que favorecem os interesses da classe dominante (Marx, 2004, p.40).

Em vista disso, o trabalho deixa de ser uma atividade que fundamenta a existência humana para se tornar uma força que subjuga o trabalhador, privando-o de sua liberdade e alienando-o de si mesmo e dos outros. A economia política, ao reduzir o trabalho a uma simples mercadoria, obscurece sua verdadeira essência e perpetua a alienação do ser humano no contexto da sociedade capitalista (Marx, 2004, p. 82-83).

Fundamentados em Marx (2002, 2015), elucida-se o duplo sentido do trabalho, tanto ontológico, quanto histórico. De acordo com Marx, o sentido ontológico do trabalho reside na sua condição vital no processo de desenvolvimento integral do ser humano. O trabalho é essencial para a formação completa do homem, pois, através dele, o ser humano se objetiva e se apropria da natureza que o cerca. É nesse intercâmbio com a natureza que as forças essencialmente humanas, tanto materiais, quanto espirituais, se tornam especificamente humanas.

Marx e Engels (2009) apontam que a reprodução das condições objetivas para satisfazer as necessidades humanas é um ato primordial ao longo da história, uma tarefa constante que é essencial para manter os seres humanos vivos.

Ademais, o trabalho possibilita o salto ontológico do estado animal para o humano, da condição meramente animal para a condição social. Funcionando como a mediação entre o ser humano e a natureza, o trabalho é um princípio ontológico fundamental no processo de formação humana. Para Marx (2013), o sentido histórico do trabalho deriva do fato de que, em cada formação social, este adquire significados específicos.

Outrossim, é importante ressaltar que o trabalho não apenas molda o ser humano individualmente, mas influencia as estruturas sociais e econômicas de cada sociedade ao longo da história. No contexto do capitalismo, por exemplo, o trabalho não é apenas uma atividade vital, mas se torna uma fonte de exploração e alienação para a classe trabalhadora. A divisão social do trabalho, característica deste sistema, contribui para a fragmentação da identidade e a alienação dos trabalhadores em relação ao produto de seu próprio trabalho e à sua própria essência humana.

Logo, ao abordar o trabalho sob uma perspectiva marxista, é fundamental considerar não apenas seu significado ontológico como atividade vital para o ser humano, mas sua dimensão histórica, que reflete as relações sociais e econômicas de cada época. A análise crítica do trabalho e suas implicações na sociedade moderna continuam sendo relevantes para compreendermos as

dinâmicas sociais e buscar alternativas para uma organização mais justa e equitativa da sociedade. (Marx, 2002).

Marx concebe o trabalho como uma atividade humanizadora, uma dimensão intrínseca à vida humana, na qual os indivíduos criam conscientemente sua própria realidade e a transformam conforme suas necessidades em cada período histórico. Assim, o trabalho se configura como a síntese entre subjetividade e objetividade, realizada por meio da prática. Entretanto, o que define essencialmente o ser social não é a racionalidade, mas, sim, a práxis, a atividade que articula essas categorias e dá origem ao ser social (Tonet, 2016).

Além de analisar a constituição social humana, Marx investiga o trabalho à luz das condições impostas pela sociedade capitalista. Sob o modo de produção baseado na propriedade privada, o trabalho perde sua condição fundamental de gênese humana e se torna uma atividade alienante, externa ao trabalhador. À medida que o trabalhador vende sua força de trabalho, está se transformando em mercadoria, pertencendo ao outro e não a si próprio, fazendo com que o trabalho deixe de ser a essência do ser humano e passe por um processo de alienação.

Como discutido previamente, a existência humana não se dá de forma isolada, pois requer a construção dentro de um contexto social, sendo o trabalho sua essência, moldada ao longo da história e tornando-se cada vez mais complexa. Além de ser uma prática histórica, o trabalho é sempre uma atividade de natureza social, mesmo quando executado por um único indivíduo. Quando o sujeito transforma a natureza e a si mesmo para satisfazer suas necessidades, novos conhecimentos e habilidades são incorporados à trajetória da humanidade, contribuindo para a constituição da sociedade. Como observado por Ivo Tonet (2011), a própria existência do indivíduo é socialmente construída pelo trabalho.

Ao contrário de outras espécies, os seres humanos não nascem com instruções genéticas específicas sobre como garantir sua sobrevivência, necessitando aprender a existir. O trabalho, por ser uma atividade intencional, requer uma assunção consciente, e é nesse ponto que a educação se torna indispensável na formação do ser humano, capacitando-o a participar, mesmo que de forma limitada, na vida social (Tonet, 2016). A partir desse processo de tornar-se humano pelo trabalho, a educação adquire uma importância fundamental, permitindo que os conhecimentos, habilidades, valores e comportamentos historicamente construídos sejam integrados à formação social do ser humano (Tonet, 2011).

Assim, todas as dimensões do ser social são moldadas por esse processo histórico, incluindo a educação, que desempenha um papel crucial na reprodução social, pois a construção do ser social através do trabalho seria inviável sem a transmissão do patrimônio humano às gerações subsequentes por meio da educação (Santos, 2019). Conforme Lombardi (2011), a educação deve ser compreendida como uma dimensão intrínseca à vida social e, como tal, é parte

integrante do desenvolvimento histórico da sociedade, envolvendo-se nos movimentos contraditórios decorrentes da divisão de classes e das lutas contra o sistema capitalista.

Seguindo essa linha de pensamento dos autores acima citados, percebemos que o trabalho humano não é uma atividade isolada, mas sim uma prática social. O ser humano se humaniza na convivência com outros indivíduos, e o trabalho é uma atividade consciente que se desenvolve nesse contexto social. A objetivação da “vida genérica” é influenciada pelo trabalho coletivo dos seres humanos, e essa influência se estende a outros indivíduos. Por isso, o trabalho não pode ser compreendido como uma atividade individual, pois estamos constantemente influenciados pelo trabalho dos outros e pela sociedade em geral.

No livro *Mundo dos Homens*, de Lessa (2012), a discussão sobre a relação entre capital e trabalho ganha nova configuração com as mudanças no mercado e nas relações de trabalho, o que pode ser explorado à luz das reflexões. Aqui aponta-se o papel fundamental das interações sociais para a formação do humano no homem. Os movimentos sociais, a escolarização, a vida em sociedade e a compreensão do ser enquanto ser social são parte integrante e intrínseca do desenvolvimento histórico do homem, como discutiremos na seção a seguir. Para tanto, abordaremos “o homem em movimentos sociais”, dando continuidade à compreensão do indivíduo enquanto ser social. Se antes discutimos como o ser humano se constitui e se realiza nas relações sociais, agora avançamos para analisar como estes indivíduos se organizam coletivamente para reivindicar direitos, promover mudanças e transformar a sociedade.

Discutiremos o conceito de movimentos sociais, suas características, objetivos e formas de atuação, destacando sua importância como expressão da participação cidadã e instrumento de luta por justiça social, igualdade e inclusão, e exploraremos como estes movimentos surgem a partir das insatisfações e demandas de grupos específicos, mobilizando-se para influenciarem políticas públicas e alterarem normas sociais.

Essa análise permitirá compreender o papel dos movimentos sociais como agentes de transformação, que desafiam o status quo e fortalecem a democracia, ampliando a voz dos grupos historicamente marginalizados e promovendo a construção de uma sociedade mais justa e plural.

1.2 O HOMEM EM MOVIMENTOS SOCIAIS

Castro (2006, p. 72) observa que “a participação do homem em movimentos sociais pode ser vista como uma forma de reivindicar sua identidade e seu papel na sociedade, promovendo um senso de pertencimento e empoderamento.” Assim, nesta seção, buscaremos a psicologia social para entendermos os traços do homem em movimentos sociais.

A psicologia social se debruça sobre a dinâmica das relações interpessoais e dos grupos, investigando como os indivíduos são influenciados e influenciam o ambiente social. Como campo

interdisciplinar, estuda as interações entre os sujeitos, sociedades, investigando como fatores sociais, culturais e situacionais influenciam o comportamento humano. Quando aplicada ao estudo dos movimentos sociais, analisa como as identidades, percepções, atitudes e comportamentos individuais e coletivos contribuem para a formação, dinâmica e impacto desses movimentos na sociedade.

Conforme Lane e Codo (1988), discutindo sobre a psicologia social em uma nova perspectiva do homem em relação à psicologia, no século XIX, ocorria oscilações na América latina entre o pragmatismo norte-americano e a visão de um homem com somente a possibilidade de ser compreendido filosoficamente e sociologicamente, isolado das situações reais, históricas e presentes, nas quais transcorre sua personalidade e se estabelecem relações de todo o tipo. O primeiro passo para superar a crise estabelecida entre esses dois paradigmas seria olhar para a tradição biologicamente da psicologia, em que o sujeito era considerado um organismo que se relaciona no meio físico e para os processos psicológicos, que ocorrem internamente dentro desse indivíduo, sendo assumidos como causa e efeito, explicando seus comportamentos, ou seja, para compreender esse ser humano bastaria conhecer o que ocorre dentro dele, quando esse indivíduo se defronta com estímulos do meio externo, que são modificações de alguma parte do ambiente que é perceptível por um indivíduo através da excitação de um órgãos receptores do organismo, isto é, dos sentidos.

Entretanto, para Lane e Codo (1988), o homem interage através da fala, do pensamento, aprende e ensina; além do mais, ele modifica a natureza. O homem é cultura e, também, é um sujeito histórico, e este pensamento, do ponto de vista biológico, não se sustenta por si, nem é uma espécie que se reproduz tal e qual, com as mudanças que decorrem baseadas no clima, alimentação e outros meios. O ser é, para os autores, uma infraestrutura que permite o desenvolvimento de uma superestrutura que é social e histórica. Na teoria marxista, a sociedade é constituída em superestrutura e infraestrutura, sendo as superestruturas os mecanismos de controle e a infraestrutura as forças produtivas e as relações de produção.

Nas palavras de Lane e Codo (1988, p. 12-13), o ser humano traz consigo uma dimensão que não pode ser descartada, que é a sua condição social e histórica. Assim, fatores como a situação, estado ou circunstância de um indivíduo, grupo, população, localidade, infraestrutura sanitária, emprego, escolaridade, pobreza e outros parâmetros socioeconômicos. Já do ponto de vista histórico, observa-se o contexto geral de uma determinada sociedade, sua situação política, econômica, social e cultural.

De acordo com os autores supracitados, o método que busca compreender toda essa dinâmica é o materialismo histórico e a lógica dialética, tendo em vista o encontro dos pressupostos epistemológicos para a reconstrução de um conhecimento que irá atender à realidade

social de cada ser humano e permitirá uma intervenção na plena relação social que irá definir cada sujeito.

Fica claro, portanto, que os pesquisadores percebem dois fatores que contribuem para o conhecimento desse indivíduo, como: o homem só consegue sobreviver interagindo, participando da relação com o próprio indivíduo; o outro é a linguagem, que é produzida no decorrer da história através da sociedade e que o sujeito apreende nessa relação específica com outros indivíduos.

Isto possibilita fazer uma análise do indivíduo através da comunicação, implicando o repensar, o ter consciência de si mesmo e dos outros que estão envolvidos; o refletir sobre o sentido pessoal atribuído às palavras e ao seu fazer no movimento e para o movimento; e o confrontar com as consequências que serão geradas pelo grupo social. É nessa reflexão que se processa a consciência do indivíduo, que é inseparável deste enquanto ser social.

A consciência, na reprodução ideológica, como forma de conceder ao mundo mais clareza nos aspectos sociais, permitirá que os sujeitos, quando inseridos em um grupo, superem as particularidades, caracterizando o grupo como sendo uma única unidade; e, na proporção em que vai se desenvolvendo o processo grupal, este indivíduo tende a processar uma consciência de classe, que estará sujeita à transformação histórica social.

Seguindo essa linha, Lane e Codo (1988), citando Vygotsky e Leontiev, apontam que o ser humano é uma manifestação de uma totalidade histórico-social, e que se percebe que, na linguagem, encontra-se parte fundamental do desenvolvimento da consciência de si e social de um indivíduo, que se processa através da linguagem, do pensamento e das ações que o homem realiza ao se relacionar com outro homem.

Desta feita, acerca do homem em movimentos sociais, Andery et al. (1988) afirma que:

Para compreendermos melhor a ideia de ser a identidade constituída pelos grupos de que fazemos parte, faz-se necessário refletirmos como um grupo existe objetivamente: através das relações que estabelecem seus membros entre si e com o meio onde vivem, isto é, pela sua prática, pelo seu agir, trabalhar, fazer, pensar, sentir, etc., já não mais substantivo, mas verbo [...] como devemos dizer: o pecador peca, o desobediente desobedece, o trabalhador trabalhar? Ao dizer assim, estamos pressupondo antes da ação, do fazer, uma identidade de pecador, de desobediente, de trabalhador, etc.; contudo é pelo agir, pelo fazer, que alguém se torna algo: ao pecar, pecador, ao desobedecer, desobediente; ao trabalhar, trabalhador (1988, p. 58).

Fica claro, pois, que a identidade é de suma importância para conhecer este homem nesse movimento dialético de construção social e movimentos sociais. Ao participar de um movimento social de quaisquer espécies, as perguntas fundamentais devem ser: quem sou eu? Quem somos nós? O conhecimento de si é dado pelo reconhecimento recíproco dos indivíduos que são identificados através de um determinado grupo social que existe objetivamente, sua história, suas tradições, suas diretrizes e normas e seus interesses. Porém, ressalta-se que a existência de um grupo social ou classe social seus próprios participantes podem não se identificar

com seus membros e muito menos se reconhecer de forma recíproca. De certa maneira, nós somos nossas ações, nós nos fazemos pela nossa própria prática. Mas a consciência de classe em si e de classe para si forja-se nas complexas relações humanas em sociedade, quando o homem tem consciência de si enquanto ser no mundo.

O movimento social do qual o homem faz parte é histórico. Por isso, destaca Andery (1988)

:

A história é progressiva e contínua hominização do homem, a partir do momento que este diferenciando-se do animal, produz suas condições de existência, produzindo-se a si mesmo consequentemente. A história, então como a entendemos, é a história de autoprodução humana, o que faz do homem um ser de possibilidades de humanização do homem, mas é certo que a continuidade desse desenvolvimento constitui a substância do homem (o concreto, que em si é possibilidade e, pela contradição interna, desenvolve-se levando as diferenças a existirem, para serem superadas); aquela só deixará de existir se não mais existir nem a história nem a humanidade (1988, p. 64)

Sob essa perspectiva, o homem como espécie é dotado de uma substância, que se apropria da natureza e suas relações com esta produz também relações com os demais homens, como qualquer sujeito, que parte de uma substância humana, que se realiza na história e como sociedade, nunca como um indivíduo isolado, mas sempre como humanidade, fazendo parte de uma totalidade. Esta identidade é formada por vários fatores representativos, que fazem o homem ser, considerando a sua natureza social e histórica, expressa pela contínua e progressiva hominização do homem.

Dentro desse contexto, os movimentos sociais emergem como um campo de estudo crucial para entender a complexa relação entre o indivíduo e a sociedade. Nós os vemos como atividades coletivas de cunho sociopolítico e cultural que permitem diferentes formas da população se organizar e manifestar suas necessidades (Gohn, 2008).

No que tange à conceituação de movimento social, devemos partir do século XIX, quando ocorreu o crescimento industrial, a urbanização, a formação e a construção de um modelo de Estado – nação dentro de um desenvolvimento capitalista em que toda dinâmica acontecerá com grande ênfase a partir do século XX.

De acordo com Souza e Pereira (2022):

Entre os séculos XIX e XX tivemos poucos avanços na caracterização teórica que seriam os movimentos sociais. Reinou nesse período a percepção de que tais movimentos eram meras articulações “marginais” ao conjunto da sociedade, de que causavam uma “desordem” nos padrões sociais vigentes à época. A definição mais disseminada de movimento social de lá para cá entende que se trata de ações coletivas que buscam articular um interesse comum, agindo de forma externa às instituições políticas

localizadas na arena estatal. Portanto, ao longo de boa parte do século XX, a sociologia seguiu o entendimento de que os movimentos sociais tinham um caráter irracional diante de um comportamento coletivo que apresentava práticas sociais à margem do conjunto “normal” da sociedade (2022, p. 12).

Conforme Souza e Pereira (2022), para compreender de fato os movimentos sociais, é necessário entender como agentes coletivos pretendem transformar a sociedade através de protestos, fóruns, congressos, ocupações, entre outros, para alcançarem os objetivos desejados. Segundo os autores (2022), os movimentos sociais se adjetivam como todas as formas poderosas de ação coletiva que podem alcançar resultados significativos.

Os movimentos sociais, de acordo com Souza e Pereira (2022), passam por etapas que se assemelham a ciclos em sua atuação na sociedade, variam ao longo do tempo e dependem dos recursos humanos e materiais disponíveis. Na modernidade, os movimentos assumiram um papel significativo na vida política, indo além da representação política tradicional por meio do voto, tendo como objetivo levar suas demandas e lutas ao Estado, buscando alcançar direitos e políticas públicas.

O que os movimentos sociais produzem é uma forma de participação política que altera e transforma a maneira como os governos atuam e representam interesses. Portanto, é essencial considerar os movimentos sociais como um conjunto de ações coletivas que emergem no mundo moderno, tendo como um dos objetivos influenciar o funcionamento das sociedades, muitas vezes disputando interesses e visões de mundo entre os membros de uma sociedade.

Na prática, são movimentos que empregam diversas estratégias, que vão desde a mera denúncia, passando pela pressão direta (manifestações, marchas, concentrações, passeatas, tumultos contra a ordem estabelecida, atos de desobediência civil, negociações, entre outros), até as pressões indiretas. Atualmente, os principais movimentos sociais operam por meio de redes sociais, em âmbitos local, regional, nacional e internacional ou transnacional, e fazem uso intensivo das novas tecnologias de comunicação e informação, como a web. Eles surgem da mobilização de grupos de indivíduos que compartilham interesses, valores ou objetivos comuns e que se unem para defender suas causas, reivindicar direitos, protestar contra injustiças ou buscar transformações em diversas esferas da vida social.

Os movimentos sociais podem abranger uma ampla gama de temas e questões, como direitos humanos, igualdade de gênero, meio ambiente, justiça social, entre outros, e desempenham um papel fundamental na promoção da democracia, na ampliação da participação cidadã e na construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

A participação humana em movimentos sociais é um fenômeno intrínseco à dinâmica social, política e cultural de uma sociedade. Ao considerar o homem como um ser social, é fundamental entender como suas interações e relações coletivas moldam e são moldadas pelos

movimentos sociais. Conforme Florestan Fernandes (1975), o ser humano é essencialmente um ser social, cujas identidade e ação são mediadas pelas relações sociais estabelecidas em sua comunidade.

A participação em movimentos sociais é uma manifestação dessa natureza social, na medida em que indivíduos se unem em torno de objetivos comuns. Fernandes (1975) ressalta que a sociabilidade humana é fundamental para a construção de movimentos sociais, que surgem da interação entre indivíduos que compartilham valores, interesses e as mesmas aspirações.

De acordo com Coutinho (2003), a participação humana nos movimentos sociais é motivada por questões de identidade social e valores pessoais. Indivíduos se engajam em movimentos sociais em busca de justiça social e para expressar sua indignação diante das desigualdades existentes na sociedade. “A participação do homem em movimentos sociais muitas vezes é impulsionada por um profundo senso de injustiça e desejo de promover mudanças significativas na sociedade” (Coutinho, 2003, p. 45).

Assim, a transformação e o engajamento coletivo do ser humano, em perspectiva geral, de acordo com Almeida (2000), são um reflexo da busca por transformações sociais e políticas que promovam a igualdade e a justiça. Os movimentos sociais são espaços de articulação coletiva para a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva. Para Almeida (2000), a participação humana nos movimentos sociais é essencial para desafiar estruturas de poder e promover mudanças que atendam às demandas de diversos grupos sociais marginalizados.

Paulo Freire (1979) argumenta que o homem tem um papel fundamental na transformação social por meio de sua participação ativa e engajamento nos processos de conscientização e organização comunitária. O estudioso (1979, p. 65) afirma: “O homem se transforma na medida em que se compromete com a transformação da realidade em que está inserido, tornando-se sujeito ativo na busca por uma sociedade mais justa e igualitária”.

Ressalta-se que, em nossa atualidade, ainda tratando-se de movimentos sociais, quanto a sua ênfase da participação do homem em movimentos sociais, o papel e sua participação em todo esse ativismo social, os movimentos sociais continuam sendo uma ferramenta vital na luta por direitos e na promoção de mudanças sociais (Biroli, 2015).

Nos movimentos sociais, a “chama da insatisfação” muitas vezes serve como uma força motriz para mobilizar indivíduos e comunidades em torno de causas comuns e pode inspirar ações coletivas, como protestos, marchas, greves, manifestações e outras formas de resistência e luta por mudança social. Embora os movimentos sociais sejam fenômenos coletivos, o indivíduo assume um papel crucial em sua formação e desenvolvimento.

A partir da identidade social, da consciência de classe e da percepção de injustiça, o indivíduo se mobiliza e se junta a outros para lutar por mudanças, e nossa identidade social é a base sobre a qual construímos nossa visão de mundo, e a consciência de classe refere-se à

percepção das relações de poder e desigualdade existentes na sociedade. Indivíduos com alta consciência de classe reconhecem as disparidades entre diferentes classes sociais e como estas afetam suas vidas e as vidas dos outros. Esta percepção pode impulsionar a ação social, pois leva à busca por justiça e igualdade, sendo composta por diversos elementos, como gênero, raça, etnia, classe social, orientação sexual e religião. Cada um desses elementos contribui para como nos vemos e como somos vistos pelos outros. A identidade social molda nossas experiências, valores e crenças, influenciando diretamente nossas ações.

Na seção a seguir, discutiremos o movimento estudantil no Brasil, aprofundando a trajetória histórica dessa importante força social, que, desde o início do século XX, tem desempenhado papel fundamental na luta por direitos, democracia e transformação social. Partindo dos primeiros agrupamentos estudantis, como a Federação dos Estudantes Brasileiros em 1901, e o surgimento dos primeiros grêmios, até a consolidação de entidades nacionais como a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (FENET), e buscaremos compreender os principais momentos, desafios e conquistas do movimento estudantil brasileiro.

Analisaremos também como os estudantes se posicionaram em diferentes contextos políticos, especialmente durante períodos de repressão, como a Ditadura Militar, e como continuam sendo protagonistas na defesa da educação pública, da democracia e da justiça social. Esta reflexão permitirá entender a importância do movimento estudantil como agente histórico e atual de mobilização, resistência e construção coletiva no Brasil.

1.3 O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL

Desde os primórdios da sua história moderna até os dias atuais, o movimento estudantil no Brasil tem sido um reflexo das aspirações e demandas da juventude brasileira. Emergindo em diferentes períodos históricos, este movimento tem sido uma voz de resistência contra a opressão, uma força de renovação política, motriz por trás das transformações sociais e educacionais e mobilizadora que tem desempenhado um papel fundamental na busca por mudanças e na defesa de direitos e valores democráticos.

O Brasil tem sido marcado por movimentos sociais que refletem a busca por justiça, igualdade e mudança. Assim, o movimento estudantil tem suas origens profundamente enraizadas no tecido social e político do país, surgindo como uma força vital na luta por direitos civis, democracia e reforma educacional.

1.3.1 Origem e evolução do movimento estudantil no Brasil

Ao longo das décadas, o movimento estudantil no Brasil tem demonstrado uma resiliência notável, adaptando-se às transformações políticas, sociais e econômicas do país. Desde os primeiros protestos contra a Ditadura Militar até as manifestações mais recentes em defesa da educação pública e contra políticas governamentais controversas, o movimento estudantil continua a desempenhar um papel crucial na articulação das demandas e aspirações da juventude brasileira.

Neste tópico, discutiremos a trajetória do movimento estudantil no Brasil, desde suas raízes históricas até suas manifestações contemporâneas e analisaremos os momentos-chaves que marcaram sua evolução, desde as lutas pela democratização do ensino durante a Ditadura Militar até as mobilizações recentes em defesa da educação pública e contra políticas governamentais que ameaçam sua qualidade e acessibilidade.

Moretti (1984, p. 4) nos situa em relação ao movimento estudantil no Brasil no que tange a sua história e evolução.

Registra-se em 1710, sua primeira manifestação, quando repeliram a invasão de mil soldados franceses no Rio de Janeiro que, devido à bravura dos estudantes, capitularam. Ainda naquele século os estudantes estavam presentes na Inconfidência Mineira. Já no Brasil Império, com a fundação das primeiras faculdades, apareceram as Sociedades Acadêmicas que desempenharam importante papel nas campanhas da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República. As Sociedades Acadêmicas representaram o primeiro passo da atuação coletiva e, portanto, organizada dos estudantes. A partir de então, a atuação estudantil empreendeu uma crescente participação no destino do País. E foi nas entranhas do Estado Novo que os estudantes conseguiram consolidar seu movimento, com a fundação da UNE, em 1937. Com a criação da UNE, as lutas estudantis foram centralizadas e, progressivamente, adquiriram caráter organizado e de emancipação nacional que resultou na “desmistificação do significado da independência política formal conquistada pelo Brasil em 1822”.

Moretti (1984) salienta a relevância do movimento estudantil brasileiro ao longo da construção social e política do país e destaca a coragem e a liderança dos estudantes desde os primeiros anos do século XVIII, atravessando momentos decisivos como a Inconfidência Mineira, as lutas pela Abolição da Escravatura e a Proclamação da República.

A criação da UNE, em 1937, representou um marco de união e organização das manifestações estudantis, destacando seu papel constante na busca pela libertação nacional e na crítica à independência formal de 1822.

O autor enfatiza que o movimento estudantil surge como uma reação organizada dos estudantes contra as estruturas de opressão e dominação da classe privilegiada e que a mobilização é uma resposta a um sistema educacional que serve como instrumento ideológico da classe dominante. Segundo Moretti (1985, p. 5):

Há, porém, que ressaltar que o movimento estudantil brasileiro advém da reação organizada dos estudantes às estruturas que mantêm um sistema de opressão e garantem o domínio de uma minoria privilegiada às custas da grande maioria da população. Esta reação, que inicialmente, é de caráter reivindicatório, origina-se da contradição da função do próprio sistema educacional; instrumento ideológico da classe dominante, para garantir sua hegemonia no poder e, assim, perpetuar seu sistema de dominação e exploração.

O movimento estudantil brasileiro, de acordo com Moretti, surgiu como uma reação organizada às estruturas opressoras que beneficiam uma minoria privilegiada. Esta reação, inicialmente reivindicatória, nasceu da contradição do sistema educacional, que é usado pela classe dominante para garantir sua hegemonia e perpetuar a dominação. Dessa maneira, os estudantes se mobilizaram contra a perpetuação da exploração e desigualdade social promovidas pela elite.

Para Moretti (1984), o movimento estudantil é um agente de transformação social, buscando não apenas melhorias nas condições educacionais, mas também mudanças nas estruturas sociais arcaicas e opressoras. O autor ressalta a importância da atuação coletiva e organizada dos estudantes na luta por justiça e liberdade.

Junior (1982) divide o movimento estudantil em três períodos. O primeiro teria uma atuação mais de cunho individual, que ocorreu no período colonial. Nesse período, a educação era ministrada pelos jesuítas, que tinha por objetivo catequizar os indígenas. Devemos lembrar que, nesse tempo, o Brasil ainda não tinha o Ensino Superior organizado e a elite encaminhava seus filhos para estudarem principalmente na faculdade de Coimbra em Portugal.

O segundo momento histórico teve uma atuação mais coletiva, na época do Império, com a abolição da escravatura. Os jovens se engajaram com essa campanha de cunho abolicionista, além de usarem a imprensa para divulgar as injustiças e os maus tratos sofridos pelos escravos, que organizavam fugas e buscavam lugares para esconder os negros fugitivos. Já na época da Proclamação da República existiam dois grupos de cunho político: os militares e os civis (cafeicultores), sendo um período de política bastante confusa, e os estudantes não tinham uma estrutura organizada de movimento.

O terceiro momento histórico, ainda de acordo com o autor, é a fase da atuação organizada, que inicia com a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 11 de agosto de 1937, um órgão que representa todos os estudantes brasileiros.

O movimento estudantil é uma forma de organização política protagonizada por estudantes das mais diversas faixas etárias, sendo formado, principalmente, por alunos do Ensino Médio e das universidades. A participação movimento pode, ou não, estar vinculada a partidos políticos. Isso significa que existem movimentos estudantis relacionados a partidos políticos, tanto de esquerda, quanto de direita, mas também existem aqueles que são autônomos.

Podemos encontrar vários exemplos de movimentos estudantis das mais diversas áreas, como Aliança pela Liberdade, que é um movimento estudantil autônomo, sem ligação partidária. Surgido abril de 2009, objetivava fazer oposição ao movimento estudantil existente em sua época, se identificando com uma política liberal.

Outro movimento estudantil é a juventude do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido político brasileiro fundado em 25 de junho de 1988, juntamente da criação do próprio partido, ganhando força especialmente durante a campanha presidencial de Mário Covas em 1989. A JPSDB também teve papel ativo nas manifestações pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello.

A UNE tem uma longa trajetória de mobilização e luta em defesa da educação pública, da democracia e dos direitos estudantis, atuando como uma das principais entidades representativas do movimento estudantil brasileiro. Estes exemplos evidenciam a pluralidade e a riqueza do movimento estudantil no país, que se expressa por meio de diferentes organizações, cada uma com suas características, objetivos e formas de atuação.

A trajetória de mobilização estudantil ocorreu em meio a um contexto político marcado pelo autoritarismo do Estado Novo. Araújo (2007) ressalta que, durante esse período, o parlamento foi fechado, partidos políticos foram banidos, liberdades civis e públicas foram cerceadas, e os movimentos sociais ficaram sob rígido controle estatal. O Ministério da Educação, sob a direção de Gustavo Capanema, durante o Estado Novo, especialmente com a publicação da Lei Orgânica do Ensino Secundário, em 1942, promoveu uma reforma educacional que valorizava o Ensino Superior como instrumento estratégico para a formação das elites que dirigiam o país. Foi justamente esse reconhecimento da importância da organização estudantil, aliado ao controle estatal, que gerou tensões significativas entre a UNE e o governo do Estado Novo, evidenciando o desafio de conciliar a mobilização social com as restrições políticas da época.

Ainda para Araújo (2007), o movimento estudantil teve grande importância no período da democracia (1945–1964), pois o movimento se consolidou como um movimento organizado, com grande capacidade de mobilização de massas e com uma direção política crítica e contestadora em relação ao Estado, configurando-se como um ator político dos mais relevantes no cenário nacional.

Os estudantes participaram ativamente, principalmente na campanha “O Petróleo é Nosso”, na luta pela reforma universitária e na campanha pelas reformas de base. Durante todo o período democrático de 1945 a 1964, a UNE foi um ator político importante, influente, criativo e corajoso.

Em 1964, ano do golpe militar, a organização foi posta na ilegalidade e novas foram criadas com novos meios de seleção de seus representantes. Apenas em 1979 a UNE foi refundada. Hoje, ela conta com várias instâncias.

Ressalta-se também a União Estadual dos Estudantes (UEE), que está ligada diretamente ou relacionada à UNE, representando todos os universitários de um estado. E a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), que representa os estudantes secundaristas (alunos do Ensino Médio e Técnico) em nível nacional. A organização teve seu primeiro desenho no primeiro Congresso Nacional dos Estudantes Secundaristas, realizado no Rio de Janeiro, após o importante papel dos secundaristas na campanha “O petróleo é Nosso” em 1948.

Bem mais recente, tem-se a Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (FENET), uma entidade estudantil de caráter nacional que representa os estudantes do ensino técnico no Brasil, fundada em 23 de abril de 2011, durante o I Congresso Nacional dos Estudantes de Ensino Técnico, realizado em Brasília (DF). A mobilização desses grêmios visou criar uma representação nacional para reivindicar direitos e promover ações pelo fortalecimento do ensino técnico. A entidade já está presente em 22 estados, consolidando-se com bandeiras como piso salarial para técnicos, expansão com qualidade da rede técnica e garantia de investimento de 10 % do PIB na educação pública. A federação faz parte do movimento estudantil secundarista, mas com foco específico nos alunos de cursos técnicos integrados, subsequentes e concomitantes — principalmente em institutos federais, escolas técnicas estaduais e outras instituições de Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

O movimento estudantil no Brasil, especialmente entre 1964 e 1984, é marcado por fases distintas que refletem a luta pela democracia e pelos direitos civis. De acordo com Santana (2007), o movimento se rearticulou após o golpe militar. Nesse período, a atuação do movimento foi expressa por manifestações e protestos que buscavam a defesa da liberdade e a crítica às arbitrariedades do governo militar, mostrando a força e a determinação dos jovens em um contexto de opressão.

A autora destaca o impacto duradouro da ditadura civil-militar brasileira, iniciada em 1º de abril de 1964, que perdurou por 21 anos. O regime autoritário deixou profundas marcas no tecido social e nas instituições do país. Para manter o controle, o governo utilizou métodos repressivos como tortura, prisão, supressão de direitos políticos, perseguição e censura, o que gerou confrontos políticos e sociais significativos. Nesse período, houve cinco mandatos militares e dois governos transitórios de juntas militares. A Ditadura moldou a história contemporânea do Brasil, influenciando suas dinâmicas políticas e sociais. As consequências desse período ainda

ressoam na sociedade brasileira atual, destacando a importância da democracia e dos direitos humanos.

Para se compreender melhor o movimento estudantil no Brasil a partir de 1964, é necessário buscar informações no tempo, no que tange o cenário político social e econômico que cercava as ações dos estudantes, para entender as motivações que estão por trás de sua resistência.

De acordo com Araújo (2007), a UNE foi uma entidade de caráter social e político que reunia um grande número de estudantes, pertencentes a diferentes grupos com diversas tendências políticas e ideológicas, e cada um desses grupos possui uma versão ímpar da trajetória da entidade.

Na ótica de Dutra (2020), o movimento estudantil no Brasil possui raízes profundas que se conectam a um contexto global de lutas por justiça social e direitos democráticos. A efervescência política de 1968, em Paris, marcada por uma onda de protestos estudantis, tornou-se uma referência mundial, influenciando as mobilizações no Brasil.

Os movimentos internacionais criaram precedentes que inspiraram formas de protesto e resistência, moldando a trajetória do ativismo estudantil brasileiro. Esta conexão com movimentos globais demonstra a interdependência das lutas por direitos em diferentes partes do mundo.

No Brasil, o movimento estudantil emergiu como uma força significativa durante as mobilizações contrarregimes autoritários, especialmente durante a Ditadura Militar (1964-1985). Os estudantes desempenharam um papel crucial na luta pela democratização do país, organizando protestos, ocupações e ações diretas contra o regime. As origens históricas sublinham o papel do movimento estudantil como um agente de mudança social, comprometido com a defesa da democracia e dos direitos civis.

Após o golpe militar em 1964, o país vivia um ambiente de repressão e restrição das liberdades. O governo Castello Branco buscava legitimidade e apoio popular, enquanto os estudantes se organizavam para resistir às arbitrariedades do regime. Nesse período, uma conjuntura política, econômica e social foi marcada por vários momentos, como: o momento político destacado por Santana (2007, p. 50), no excerto abaixo:

Castello Branco assumiu no dia 15 de abril, embora a sua indicação houvesse enfrentado a oposição de alguns setores militares mais conservadores. Pelo menos teoricamente, tratava-se de um governo provisório, com duração de menos de dois anos. Não foi bem o que aconteceu. Enganaram-se aqueles que acreditaram que seria um ato transitório e que, tão logo a situação se normalizasse, o poder seria restituído a um membro civil da elite política.

Segundo Araújo (2007), após o golpe militar de 1964, as entidades estudantis, diretórios e centros acadêmicos foram fechados. Em muitas universidades, o governo militar interveio, cassando o registro de professores acusados de comunistas, nomeando interventores como chefes

de departamento ou diretores de unidades e expulsando estudantes. Apesar disso, os estudantes continuaram a desenvolver intensa atividade política nas universidades que não foram o principal alvo da repressão em 1964. No período militar, o governo buscou, de todas as formas, acabar com o movimento estudantil, sendo marcado por censura, fechamento de entidades e as pessoas que não eram presas eram exiladas.

Segundo Pelegrini (1997), o governo militar criou a Lei nº 4.464, chamada Lei Suplicy Lacerda, que subordinava os órgãos representativos aos órgãos governamentais e proibiu qualquer ação, manifestação ou propaganda partidária, visando a extinção do movimento estudantil brasileiro, destruindo a autonomia e a representatividade do movimento, deformando as entidades estudantis em todos os escalões e transformando-as em meros apêndices do Ministério da Educação, dele dependentes em verbas e orientação. Em 13 de dezembro de 1968, foi criado o Ato Institucional nº 5, que representou o total autoritarismo do regime militar (Leher, 2009).

Safelice (1986) destaca que, por meio dos atos institucionais, a Ditadura Militar cerceou os direitos políticos e impôs, de forma truculenta, a repressão. A UNE estava desarticulada, atuando na clandestinidade, pois, com tanta repressão, poucos eram os estudantes que conseguiam se colocar contrários à ditadura.

Conforme destacado anteriormente sobre o período da Ditadura militar no âmbito econômico, segundo Santana (2007, p. 53), “Castello Branco adotou Medidas que visavam, basicamente, combater a inflação, recuperar o desenvolvimento econômico e sanear os problemas da balança de pagamentos”, que tinha como ministro do Planejamento e Coordenação Econômica Octávio Gouvêa de Bulhões e Roberto de Oliveira Campos como ministro do Planejamento. Para isso, foi criado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG).

Ainda para Santana (2007), precisamente nos anos de 1968–1974, no tocante às questões políticas, sociais e econômicas (Santana, 2007, p. 117):

Com a decretação do AI-5, o Congresso Nacional permaneceu fechado entre dezembro de 1968 e outubro de 1969, e o regime se impôs ao país através de sucessivos Atos Institucionais, Atos Complementares e decretos-lei, que institucionalizaram o controle arbitrário da sociedade. Em 1º de fevereiro de 1969, Costa e Silva editou o Ato Institucional nº. 6, que modifica a Constituição de 1967, abolindo a possibilidade de recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal nos casos de crimes contra segurança ou instituições militares. No dia 26 do mesmo mês, foi decretado o Ato Institucional nº. 7, que suspendia as eleições parciais para cargos executivos ou legislativos da União, dos estados, territórios e municípios.

Partindo dos pontos explanados por Santana, pode-se compreender o cenário da época citado pela autora. O AI-5, decretado em 1968, marcou um período de forte repressão e

autoritarismo no Brasil. Com o Congresso Nacional fechado por quase um ano, o regime militar impôs sua vontade em uma série de atos institucionais, atos complementares e decretos-leis que deram poderes ilimitados ao governo para controlar arbitrariamente a sociedade. Em 1969, os Atos Institucionais nº 6 e 7 aprofundaram ainda mais o controle do regime, modificando a Constituição para limitar recursos contra crimes de segurança nacional e suspendendo eleições em todos os níveis. A resistência do regime após o AI-5 criou um ambiente de medo e repressão generalizada, com graves consequências para a liberdade e os direitos políticos no país durante os anos seguintes.

Com a abertura política em 1974, o movimento estudantil começou a se reorganizar e houve uma rearticulação do movimento estudantil após anos de repressão, destacando a luta pela anistia e a defesa das liberdades democráticas. A descrição da nova fase do movimento e suas bandeiras seria essencial para mostrar como os estudantes se tornaram protagonistas na luta pela redemocratização, ou retomada (1974-1984). Assim, é crucial entender como os estudantes retornaram para ocupar o espaço público, lutando pela anistia e pela restauração das liberdades democráticas. A mobilização durante esse período foi intensa, e os estudantes se tornaram protagonistas na luta pela redemocratização do Brasil, mostrando que a resistência nunca foi completamente silenciada (Santana, 2007, p. 160).

O general Ernesto Geisel assumiu a presidência em 15 de março de 1974, com quatro objetivos principais: a manutenção do apoio militar majoritário, através da redução do poder da linha dura e do restabelecimento do caráter profissional dos membros das Forças Armadas; o controle da subversão que ainda persistisse após o governo Médici; a promoção do retorno à democracia, por um processo de distensão “segura, lenta e gradual”; e a manutenção das altas taxas de crescimento econômico.

Dessa maneira, observa-se o cenário político, econômico e social desses dez anos. Procurar-se-á, pois, evidenciar a retomada da atuação estudantil após os anos de fechamento do regime, bem como a participação dos estudantes nos grandes episódios que marcaram esse período. Revela-se que o movimento estudantil não apenas sobreviveu à repressão, mas também se adaptou e se fortaleceu ao longo dos anos. A capacidade de mobilização e a busca por novos caminhos para a luta política são aspectos que destacam a importância dos estudantes na construção de um Brasil mais justo e democrático.

“A partir de 1974, o movimento estudantil começou, lentamente, a sua reconstrução, através das primeiras reuniões nacionais de área e de greves localizadas que reivindicavam questões imediatas”(Santana, 2007, p. 182). Maciel (2011, p. 59) sustenta que “o movimento estudantil continuou atuando na clandestinidade, mas foi fortalecido na eleição do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992)”. Esta afirmação pode parecer paradoxal, visto que Collor

não apoiava diretamente o movimento estudantil. No entanto, a eleição de Collor inaugurou um contexto de crise política e econômica — agravada com seu plano econômico e denúncias de corrupção — que catalisou a mobilização estudantil.

Como argumenta Martuscelli (2015) em sua análise do movimento “Fora Collor”, estes elementos configuraram uma conjuntura em que a juventude se sentia desamparada, o que fomentou sua ação mobilizadora. Ou seja, o “fortalecimento” não veio de um apoio institucional, mas da crise política e econômica gerada pelo governo Collor, que acabou sendo o estopim para a mobilização estudantil, culminando no movimento dos caras pintadas, que foi decisivo no processo de *impeachment* em 1992.

Quintão (2010, p. 6) destaca o protagonismo dos caras pintadas: “Os caras-pintadas surgiram ... como figuras de destaque entre as diversas forças responsáveis pela derrocada do primeiro presidente por voto direto em quase trinta anos. Esse movimento de caráter estudantil se tornou uma espécie de porta-voz do movimento Fora-Collor junto à esfera pública.”

Esta narrativa encontra sustentação teórica na sociologia dos movimentos sociais, que entende que os sujeitos — mesmo jovens ou sem organização formal — podem emergir como atores políticos influentes em contextos de crise (Tilly, 2006). Os caras pintadas, com sua presença massiva e simbologia (caras pintadas de verde e amarelo), transcenderam o caráter espontâneo e se consolidaram como articuladores públicos da contestação, convertendo-se em emblemas da resistência estudantil e cidadã no processo de *impeachment*.

O legado desse movimento refletiu-se nas conquistas sociais e políticas que se seguiram, tais como: a retomada da atuação estudantil após anos de repressão e silenciamento impostos pela ditadura militar; a participação ativa do movimento estudantil nos grandes episódios que marcaram o período de abertura política, como a luta pela anistia, pela educação e pela redemocratização; a reorganização das entidades estudantis, como os diretórios acadêmicos e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), que passaram a se articular e a defender os interesses dos estudantes; a adoção de novas bandeiras e direcionamentos pelo movimento estudantil, acompanhando as transformações políticas e sociais do país rumo à redemocratização, e a manutenção da resistência estudantil, mesmo diante da repressão ainda presente no período de abertura, evidenciando a força e a determinação do movimento na luta por suas causas.

Gohn (2009) enfatizou que:

Entre 1968 e 2009, os estudantes universitários atuaram e intervieram muitas vezes na cena pública – nos anos 1970, resistindo contra o regime militar (Semeraro, 1994); em 1984, no “Diretas Já”, e nos anos 1990, como os alegres “caras-pintadas”. Neste novo milênio, o movimento universitário (ME) volta à cena pública, protagonizando outras lutas que articulam questões específicas de seu cotidiano com questões éticas da sociedade brasileira. As primeiras manifestações se refletem nas condições de

infraestrutura das universidades: falta de professores, salas, equipamentos, refeitórios e qualidade da comida, bibliotecas desatualizadas; a eterna luta sobre o valor das mensalidades, no caso das instituições particulares; aceitação das carteirinhas da União Nacional dos Estudantes (UNE) em cinemas, teatros etc. As questões éticas, na pauta estudantil desde a era Collor com os “Caras-Pintadas”, tiveram seu ápice em 2008 com a ocupação da Universidade de Brasília (UnB) e a luta pela saída do então reitor, amplamente denunciado na mídia por gastos pessoais ou exagerados com o dinheiro público dos “cartões corporativos”, novo instrumento de viabilização de práticas clientelísticas e ilegais. A greve nas universidades públicas paulistas em 2009, com a ocupação do campus da USP por forças policiais, seguida de confrontos – fato que não ocorria desde os anos 1960, é outro registro que aponta para a retomada do movimento dos estudantes (2009, p. 34)

Gonh descreve a atuação dos estudantes universitários brasileiros em momentos históricos importantes, desde a resistência ao regime militar nos anos 1970 até os protestos do novo milênio. Os estudantes articularam lutas relacionadas tanto às condições de infraestrutura das universidades, quanto a questões éticas mais amplas, como no caso das Diretas Já, em 1984, e os caras pintadas, nos anos 1990. A retomada dessas lutas é evidente em eventos como a ocupação da UnB em 2008 e os confrontos na USP em 2009, demonstrando a persistência do ativismo estudantil.

Ainda para Gonh (2009), nos anos 90, houve uma grande mudança no cenário político e social. No início, houve uma diminuição significativa dos protestos nas ruas que destacavam os movimentos populares nas cidades durante os anos 80. Alguns especialistas afirmaram que isso ocorreu devido a uma crise, já que haviam perdido seu foco principal: o regime militar. A partir de 1990, surgiram novas formas de organização popular, mais institucionalizadas, como a criação de Fóruns Nacionais em prol da Educação, Moradia, Reforma Urbana, e a participação popular a nível nacional, entre outros.

Para Dutra (2020), com o fim da Ditadura Militar em 1985, o movimento estudantil sofreu transformações, mas continuou ativo na defesa da educação pública e dos direitos sociais. Nos anos 1990 e 2000, novas gerações de estudantes se mobilizaram contra políticas neoliberais que ameaçavam cortes na educação, organizando greves e ocupações de universidades para defender seus interesses. Estes eventos marcaram a consolidação do movimento estudantil como um ator político relevante na esfera pública.

De acordo com Dutra (2020), em 2016, o movimento estudantil ganhou destaque com as ocupações de escolas e universidades em resposta à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55, que previa cortes significativos no orçamento da educação. Estas ocupações, que ocorreram em diversas partes do Brasil, representaram um novo capítulo na história do movimento,

mostrando a capacidade dos estudantes de se organizar e resistir a políticas que consideravam prejudiciais ao futuro do país.

A partir de 2019, com a ascensão do governo conservador de Jair Bolsonaro, o movimento estudantil brasileiro passou a enfrentar novos desafios relacionados à criminalização de suas ações e ao enfraquecimento das políticas educacionais. As medidas de contingenciamento de recursos destinadas às universidades e institutos federais geraram forte reação das entidades estudantis, que organizaram grandes manifestações conhecidas como “Tsunami da Educação”, em maio de 2019, em defesa do financiamento público e da autonomia universitária (Carvalho, 2020).

Nesse contexto, o discurso governamental, marcado por ataques à legitimidade das mobilizações estudantis, reforçou a repressão estatal e intensificou o clima de polarização política, ao mesmo tempo em que fortaleceu a relevância do movimento estudantil como ator de resistência democrática.

O movimento estudantil contemporâneo, já no século XXI, tem se mostrado cada vez mais diversos e multifacetados, refletindo a complexidade das questões sociais contemporâneas. Além das tradicionais pautas educacionais, como a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, e os estudantes têm se engajado em debates mais amplos, como a luta por direitos das minorias, questões de gênero, raça, sexualidade e sustentabilidade. Segundo Tatagiba e Galvão (2019), esta diversificação das pautas reflete uma nova geração de estudantes que se identifica com múltiplas causas, mostrando um movimento mais inclusivo e conectado às demandas sociais emergentes.

Um dos momentos mais marcantes do movimento estudantil contemporâneo foi a participação nas jornadas de junho de 2013. Os protestos, que tiveram início com a oposição ao aumento das tarifas de transporte público, rapidamente se expandiram para incluir uma ampla gama de reivindicações, desde a melhoria dos serviços públicos até a crítica à corrupção e ao sistema político. Do ponto de vista de Moura (2014), a presença massiva de jovens e estudantes nas ruas durante as jornadas de junho simbolizou um novo ciclo de mobilizações no Brasil, caracterizado por uma grande capacidade de articulação e uso das redes sociais para a organização dos protestos.

As jornadas de junho de 2013 teve início no dia 6 de junho de 2013, em Porto Alegre e São Paulo, com protestos contra o aumento das tarifas de ônibus, e o seu auge entre os dias 17 e 20 de junho de 2013, quando milhões de pessoas foram às ruas em diversas capitais e cidades brasileiras.

Josué Medeiros (2015) aponta que os protestos começaram com pautas muito concretas e próximas do cotidiano, como aumento das tarifas de transporte, insatisfação com transporte público precário e serviços urbanos e mobilização comunitária. A mobilização inicial foi impulsionada por jovens urbanos, secundaristas e universitário, muitos ligados ao Movimento

Passe Livre (MPL), que não tinham historicamente fortes vínculos partidários ou ideológicos, o que favoreceu uma fluidez política na manifestação.

Vale ressaltar que as entidades tradicionais do movimento estudantil — como a UNE (União Nacional dos Estudantes) e a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) — participaram das jornadas de junho, mas de modo diferenciado. Por exemplo, no dia 28 de junho de 2013, mais de 20 movimentos da juventude, entre eles, UNE, UBES, participaram de reunião com Dilma Rousseff para apresentar reivindicações conjuntas acerca de educação, transporte, reforma política e combate à corrupção. Isso indicou que havia diálogo institucional dessas entidades com o governo em resposta às manifestações, embora sua participação não tenha sido necessariamente dominante nas primeiras fases do protesto.

As jornadas de junho de 2013 foram um evento complexo e marcado pela diversidade e descentralização dos atores. Como aponta a socióloga Maria da Glória Gohn (2014), a força do movimento veio da horizontalidade e espontaneidade, com jovens se organizando de forma autônoma pelas redes sociais, sem a liderança de entidades tradicionais, como a UNE. Embora a UNE e outros grupos estabelecidos tenham participado e tentado interagir com as pautas, o protagonismo ficou com coletivos independentes e o ativismo digital.

O caráter multifacetado dos protestos permitiu que uma gama de discursos coexistisse. O movimento incluiu não apenas a esquerda institucional e coletivos autônomos, mas também discursos críticos ao governo da época. Não há consenso acadêmico de que a direita organizada, com lideranças claras, tenha sido protagonista em 2013, mas é amplamente reconhecido que os protestos foram posteriormente apropriados por setores conservadores e pela mídia para fins políticos. A mistura de forças reflete a complexidade e a natureza fluida do ativismo na era digital.

Finalmente, em termos de contribuição para a narrativa de golpe ou para o enfraquecimento de Dilma Rousseff, algumas análises, como as feitas por Alonso (2017), sustentam que as jornadas não foram lideradas por uma direita conservadora desde o início, mas serviram de terreno fértil para o estabelecimento de uma "correlação de forças" desfavorável ao governo, como reconheceu a própria Dilma em entrevistas e em prefácios recentes. As entidades estudantis tradicionais e movimentos de esquerda enfrentaram dilemas, como participar institucionalmente sem perder autonomia e como reagir a pautas que se ampliaram muito além de suas agendas típicas. Isso mostra que o movimento estudantil de 2013 foi politicamente complexo, com dimensões cruzadas, sem poder reduzir tudo a uma narrativa de “pro-direita” ou “pro-esquerda”, mas analisar os muitos atores, discursos e articulações envolvidas.

A partir de 2015, o movimento estudantil intensificou sua atuação em resposta aos cortes no orçamento da educação e às reformas propostas pelo governo, como a reforma do Ensino Médio. As ocupações de escolas e universidades em diversos estados do país foram uma das principais formas de protesto adotadas pelos estudantes, que buscavam não apenas impedir a

implementação dessas reformas, mas também abrir um debate mais amplo sobre o futuro da educação no Brasil. Como expõe Rocha (2017), estas ocupações representaram um novo momento de radicalização do movimento estudantil, com forte engajamento de estudantes secundaristas e universitários.

Em paralelo às mobilizações contra as reformas e os cortes na educação, o movimento estudantil também tem se posicionado ativamente na defesa dos direitos das minorias. A questão da representatividade nas universidades, com destaque para as políticas de cotas raciais e sociais, tem sido uma das principais pautas dos estudantes. De acordo com Silva e Costa (2020), o movimento estudantil contemporâneo tem desempenhado um papel crucial na ampliação dessas políticas, lutando por um ambiente educacional mais inclusivo e democrático que reflita a diversidade da sociedade brasileira.

Outro aspecto importante do movimento estudantil contemporâneo é sua articulação com outras formas de ativismo, como o feminismo, o movimento LGBTQIA+ e a luta ambiental. Est a interseccionalidade de lutas tem fortalecido o movimento, que se apresenta cada vez mais como uma força capaz de mobilizar amplos setores da sociedade em torno de causas justas. Para Pereira (2018), esta nova configuração do movimento estudantil reflete uma compreensão mais profunda das múltiplas opressões e desigualdades existentes na sociedade, o que torna as reivindicações estudantis ainda mais relevantes e legítimas.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) e outras organizações estudantis continuam a ser atores importantes na mobilização e organização dos estudantes, embora tenham surgido novos coletivos e grupos independentes que também desempenham um papel significativo. Estes novos atores, muitas vezes organizados de forma horizontal e sem a estrutura formal das entidades tradicionais, têm contribuído para a diversificação e ampliação das formas de protesto e participação política dos estudantes. Segundo Almeida (2019), esta pluralidade de atores tem fortalecido o movimento estudantil, tornando-o mais dinâmico e adaptável às mudanças do contexto social e político.

No entanto, o movimento estudantil contemporâneo no Brasil enfrenta desafios significativos, como a crescente polarização política e as tentativas de deslegitimação de suas ações por parte de setores conservadores, mas a capacidade de mobilização e resistência dos estudantes, somada à sua capacidade de se articular em torno de causas diversas e urgentes, mostra que o movimento estudantil segue sendo um importante ator na luta por direitos e pela construção de uma sociedade mais justa e democrática. Como conclui Santos (2021), o movimento estudantil, apesar dos desafios, continua a desempenhar um papel vital na defesa da educação e na promoção de transformações sociais no Brasil.

O movimento estudantil no Brasil, especificamente em (2019-2020), enfrentou desafios significativos, sobretudo em meio à polarização política e à crise econômica que afetam o país.

Esta conjuntura tem gerado um ambiente adverso para as universidades e escolas públicas, com cortes orçamentários e reformas que ameaçam a qualidade da educação. Segundo Diniz (2022), a resposta dos estudantes tem sido marcada por uma mobilização constante e pela busca por novas formas de resistência, evidenciando a persistência do movimento em lutar por uma educação inclusiva e de qualidade.

As recentes mobilizações estudantis têm se concentrado, em grande parte, na defesa das universidades públicas e contra as tentativas de privatização do ensino superior. As manifestações de 2019, contra o contingenciamento de verbas para a educação, representaram um marco importante, reunindo milhares de estudantes em todo o país. De acordo com Silva e Souza (2020), os protestos demonstraram a capacidade de organização dos estudantes e a centralidade da educação como uma pauta unificada no contexto político atual.

Além das questões econômicas, o movimento estudantil tem se engajado em debates sobre diversidade e inclusão dentro das instituições de ensino. A defesa das políticas de cotas raciais e sociais, assim como a luta contra o racismo e outras formas de discriminação, têm sido temas recorrentes nas pautas estudantis. Para Martins (2021), esta ênfase em questões de identidade reflete um movimento mais consciente das desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira, e disposto a combatê-las no ambiente educacional.

Outro aspecto relevante do contexto foi a resistência dos estudantes às reformas educacionais, como a do Ensino Médio, sancionada em 2017 (Lei nº 13.415/2017) e implementada gradualmente nos anos seguintes, sendo fortemente debatida no período 2017-2020, que, segundo críticos, pode aprofundar as desigualdades educacionais. Para Gomes (2021), o movimento estudantil tem desempenhado um papel crucial ao questionar as mudanças impostas no diálogo com a comunidade escolar, mobilizando-se através de protestos, ocupações e campanhas nas redes sociais para defender um ensino médio que atenda às reais necessidades dos jovens.

A pandemia de covid-19 também trouxe novos desafios para o movimento estudantil, que precisou adaptar suas estratégias de mobilização para o ambiente digital. As restrições às atividades presenciais não impediram os estudantes de continuarem a se organizar, utilizando as plataformas on-line para promover debates, manifestações virtuais e campanhas de conscientização. Para Pereira (2022), a transição para o ativismo digital mostrou a resiliência do movimento e sua capacidade de se reinventar em meio às adversidades.

O movimento estudantil também tem se posicionado contra o avanço de políticas conservadoras que ameaçam direitos fundamentais, como a liberdade de expressão e a autonomia universitária. As tentativas de cerceamento do debate crítico nas escolas e universidades têm sido enfrentadas com veemência pelos estudantes, que defendem a educação como um espaço de

pluralidade e pensamento crítico. Para Santos (2022), esta postura reafirma o papel histórico do movimento estudantil como guardião dos valores democráticos e dos direitos sociais.

Em seu artigo publicado em 28 de maio de 2025 no *Jornal da Universidade* da UFRGS, o mestrando em História Hector de Oliveira Vieira analisou o movimento estudantil brasileiro como um fenômeno complexo e dinâmico, moldado pelos contextos sociais, políticos e culturais de cada época. Ele destacou que, apesar das adversidades enfrentadas, o movimento estudantil continua a desempenhar um papel fundamental na luta por um país mais justo e democrático, sendo um espaço de formação política e cidadania desde o início do século XX.

De acordo com a literatura, o movimento estudantil no Brasil tem desempenhado um papel central na defesa da educação pública. Nos últimos anos, suas ações de resistência têm se destacado por mobilizar amplos setores da sociedade. Um exemplo emblemático foram as ocupações de escolas e universidades em 2016, em resposta à Proposta de Emenda à Constituição 55 (PEC 55), que propunha congelar os gastos públicos, incluindo a educação, por 20 anos. Segundo Oliveira (2018), as ocupações, conduzidas principalmente por estudantes secundaristas, foram fundamentais para colocar a pauta da educação no centro do debate público, evidenciando a capacidade de articulação e mobilização política dos jovens.

Outro exemplo relevante foi a mobilização contra os cortes no orçamento das universidades federais em 2019, promovidos pelo governo federal. Estudantes de todo o país organizaram manifestações massivas, conhecidas como "Tsunami da Educação", que ocorreram em diversas capitais e cidades brasileiras. Para Costa (2020), as manifestações mostraram a força do movimento estudantil em articular uma resposta contundente às políticas de austeridade que ameaçam a qualidade da educação superior no Brasil, reunindo estudantes, professores e servidores em uma frente comum.

Em 2021, o movimento estudantil também se destacou na defesa das políticas de cotas raciais e sociais, especialmente em face de tentativas de revisão dessas políticas em algumas universidades. Estudantes organizaram debates, manifestações e campanhas de conscientização para garantir a manutenção das cotas, fundamentais para a inclusão de grupos historicamente marginalizados no ensino superior. Segundo Lima (2022), a mobilização foi crucial para reafirmar a importância das políticas afirmativas e garantir a continuidade desses avanços sociais.

Além das questões educacionais, o movimento estudantil tem se envolvido ativamente em pautas de direitos humanos e democracia. Em 2022, estudantes participaram de atos em defesa da autonomia universitária e contra o avanço de medidas autoritárias que ameaçavam a liberdade de expressão nas universidades. Como analisa Ferreira (2023), estas ações demonstram o compromisso do movimento estudantil com a defesa dos princípios democráticos e a construção de um espaço educacional livre e plural.

Em 2023, os estudantes brasileiros se mobilizaram contra as tentativas de privatização da educação pública, especialmente no ensino superior. Movimentos como a União Nacional dos Estudantes (UNE) têm organizado protestos e campanhas de sensibilização sobre os riscos de desmonte da educação pública e gratuita. Segundo Mendes (2023), estas ações refletem a resistência contínua dos estudantes diante de políticas que ameaçam a educação como um direito fundamental, reafirmando o papel do movimento estudantil como um ator central na luta pela justiça social no Brasil.

1.4 AS DIVERSAS FASES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL: PARA ONDE APONTA O FUTURO?

Este tópico sintetiza a história do movimento estudantil brasileiro, desde suas origens até os desafios contemporâneos. A trajetória do movimento, em âmbito nacional e estadual, está organicamente ligada às transformações político-sociais do país. Como destaca Luana Regina Borges (2020, p. 29): “A história do movimento estudantil, tanto nacional quanto estadual, está organicamente ligada às mudanças político-sociais e, conseqüentemente, ao seu reflexo na educação”. Ao longo dos anos, os estudantes têm desempenhado um papel fundamental na defesa da educação pública e na resistência a regimes autoritários.

Desde a década de 1930, o movimento estudantil brasileiro se organiza em entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Historicamente, as entidades têm sido fundamentais na defesa de direitos e na influência sobre políticas públicas. A UNE, fundada em 1937, ganhou destaque na oposição ao Estado Novo e se consolidou como uma forte influência política na resistência à ditadura militar, como na memorável Passeata dos Cem Mil em 1968.

A retomada da democracia ao Brasil, em 1985, foi um fato histórico importante após duas décadas sob o regime militar. Este processo foi impulsionado por diversos protestos sociais e movimentos políticos, nos quais os estudantes tiveram um papel central na luta pela volta da democracia, resultando na criação da nova Constituição de 1988. Nesse período, o movimento estudantil ampliou suas reivindicações, marcando presença em momentos decisivos como as manifestações pelas Diretas Já e o afastamento de Collor.

Em sua origem e primeiros momentos (1920-1945), o movimento estudantil no Brasil teve suas raízes estabelecidas ainda no início do século XX, mas ganhou maior destaque a partir da década de 1920, quando surgiram as primeiras organizações estudantis, que tinham como objetivo principal defender os interesses dos estudantes e lutar por melhorias na educação, mas logo se envolveram em questões políticas mais amplas. Nesse período, o movimento estudantil já

mostrava sinais de engajamento em lutas nacionais, refletindo as tensões políticas e sociais do país (Santos, 2015).

Um marco fundamental na história do movimento estudantil brasileiro foi a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1937, durante o governo de Getúlio Vargas, período conhecido como Estado Novo. A instituição surgiu em resposta à crescente centralização política e ao autoritarismo do governo, que restringia espaços de participação e debate democrático nas universidades. Segundo Silva (2012), a fundação da UNE evidencia a notável capacidade de articulação dos estudantes brasileiros, ao mesmo tempo em que demonstra a necessidade de uma organização nacional que pudesse unificar e representar as diversas lutas estudantis em todo o país, garantindo voz a reivindicações que, de outra forma, permaneceriam fragmentadas.

Desde sua criação, a UNE assumiu um caráter nacionalista e engajado em pautas de interesse coletivo. Um exemplo emblemático dessa atuação foi a participação ativa na campanha “O Petróleo é Nosso”, na década de 1940, que buscava assegurar a soberania nacional sobre a exploração do petróleo, defendendo a intervenção do Estado e a proteção dos recursos estratégicos do país (Costa, 2013). Apesar das limitações impostas pelo regime autoritário do Estado Novo, que perseguiu e reprimiu lideranças estudantis, o movimento manteve-se resistente e crítico, contribuindo para a formação de uma consciência cívica e política entre os jovens universitários (Oliveira, 2014).

A relação entre a UNE e o governo de Vargas foi marcada por tensões e complexidades, alternando entre momentos de cooperação estratégica e confrontos diretos em função da defesa de direitos e autonomia estudantil (Mendes, 2011). Paralelamente, o movimento estudantil concentrou esforços em torno das reformas educacionais da época, buscando ampliar o acesso à educação superior, democratizar o ensino e consolidar mecanismos de representação estudantil que pudessem atuar como instrumentos de transformação social (Ferreira, 2016). Assim, a UNE não apenas se consolidou como espaço de articulação política, mas também se tornou referência histórica na luta por direitos, cidadania e democratização da educação no Brasil.

No período da Ditadura Militar (1964-1985), o movimento estudantil tornou-se alvo de intensa repressão. A Passeata dos Cem Mil, em 1968, simbolizou a resistência estudantil, reunindo diversos setores da sociedade contra o regime (Gaspari, 2002; Skidmore, 1988). Com o AI-5, a repressão tornou-se mais violenta, levando o movimento à clandestinidade. Estratégias de resistência variaram entre luta armada, produção cultural e grupos de estudo político, mantendo viva a oposição ao regime. Nos anos finais da ditadura, o movimento começou a se reorganizar, preparando terreno para a transição democrática (Silva, 2012).

Na redemocratização (1985-2000), o movimento estudantil desempenhou papel central na campanha Diretas Já e em mobilizações contra o *impeachment* de Collor em 1992. Nos anos 1990,

ampliou suas pautas para incluir direitos sociais, educação pública de qualidade e inclusão (Gentili e Sader, 1996; Santos, 1997; Gohn, 2001).

Com a eleição indireta de Tancredo Neves e a transição para o governo de José Sarney, o movimento continuou a desempenhar um papel crítico na política brasileira. Nos anos 1990, o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992, representou outro marco importante, quando estudantes novamente foram protagonistas. O "Fora Collor" mobilizou milhares de jovens em todo o país, simbolizando a força do movimento estudantil como um ator relevante na defesa da ética na política e na consolidação da democracia (Caldeira, 2000).

A partir da década de 1990, o movimento estudantil passou por um processo de reestruturação e adaptação a novas demandas sociais. Com o fim da ditadura, as pautas estudantis começaram a se diversificar, incluindo a defesa da educação pública de qualidade, a ampliação do acesso ao ensino superior e a luta por direitos sociais mais amplos. Segundo Gentili e Sader (1996), a reestruturação foi essencial para a manutenção da relevância do movimento, que passou a dialogar com questões mais amplas da sociedade brasileira.

Portanto, o período de redemocratização e as novas pautas que emergiram entre 1985 e 2000 mostram a capacidade do movimento estudantil de se adaptar às mudanças políticas e sociais, reafirmando sua importância na defesa da democracia e dos direitos sociais no Brasil. A participação em campanhas como Diretas Já e Fora Collor, juntamente da diversificação de suas pautas, consolidou o movimento estudantil como uma força política essencial na história recente do país.

Além das tradicionais demandas por educação, o movimento estudantil incorporou novas causas, como as relacionadas aos direitos humanos, à igualdade de gênero e às questões raciais. Esse período marcou uma expansão do escopo de atuação das organizações estudantis, que começaram a atuar em sinergia com outros movimentos sociais, fortalecendo a luta por uma sociedade mais justa e inclusiva. Conforme Santos (1997) destaca, a diversificação de pautas foi crucial para a renovação do movimento e para a continuidade de sua importância no cenário político nacional.

A articulação com outras forças sociais e políticas se intensificou, ampliando o papel do movimento estudantil na defesa de direitos civis e sociais. A partir desse momento, a UNE e demais organizações estudantis passaram a atuar de forma mais integrada com movimentos de trabalhadores, grupos de defesa dos direitos das mulheres e movimentos negros, fortalecendo uma agenda progressista e democrática. Para Gohn (2001), a ampliação das alianças constituiu uma característica marcante da atuação estudantil, sobretudo ao longo da década de 1990.

Quanto às mobilizações contemporâneas (2000-2020), destacam-se as jornadas de junho de 2013, contra a corrupção e a precarização dos serviços públicos (Gohn, 2014). Houve forte mobilização contra cortes na educação, reformas no Ensino Médio e em defesa de políticas de

ações afirmativas (Silva, 2019; Souza, 2017; Rocha, 2018). A mobilização digital se tornou ferramenta central para articular campanhas e protestos em escala nacional, ampliando a participação e a representatividade dos estudantes.

Além das jornadas de junho, o movimento estudantil também se mobilizou fortemente contra os cortes na educação e as reformas no ensino médio propostas durante os governos pós-2016. Estas reformas, vistas como uma ameaça à qualidade e à universalidade da educação pública, foram alvo de ocupações de escolas e universidades em todo o país. De acordo com Souza (2017), a resistência estudantil a essas medidas demonstrou a capacidade de organização e de mobilização dos jovens, que utilizaram estratégias inovadoras para contestar as políticas educacionais.

Outro aspecto central das mobilizações contemporâneas foi a defesa das políticas de ações afirmativas, especialmente das cotas raciais e sociais nas universidades públicas. Essas políticas, implementadas a partir dos anos 2000, foram constantemente defendidas pelos estudantes como instrumentos de democratização do acesso ao Ensino Superior. Para Silva (2019), o movimento estudantil teve um papel vital na consolidação dessas políticas, promovendo a inclusão de grupos historicamente marginalizados no ambiente acadêmico.

A ampliação do acesso ao Ensino Superior também se tornou uma bandeira importante do movimento estudantil. Programas como o Prouni e o Fies foram defendidos por estudantes que lutavam por uma maior democratização da educação no Brasil. Conforme análise de Rocha (2018), as mobilizações refletiram uma nova fase do movimento estudantil, quando as lutas por acesso e permanência na educação superior ganharam centralidade, em paralelo com a luta contra a mercantilização da educação.

As mobilizações contemporâneas evidenciam a continuidade do movimento estudantil como uma força crítica e propositiva na sociedade brasileira. Seja na luta contra as reformas educacionais, seja na defesa das cotas, seja na ampliação do acesso ao Ensino Superior, os estudantes demonstraram capacidade de articulação e resistência, desempenhando um papel crucial na defesa da educação pública e de qualidade. A diversidade de pautas e a capacidade de mobilização digital também foram características marcantes desse período, que renovaram e fortaleceram o movimento (Silva, 2019).

Acerca dos desafios e das perspectivas futuras (2020 - presente), a polarização política, a crise econômica e a ameaça à educação pública desafiam o movimento estudantil contemporâneo (Menezes, 2021; Silva, 2022). A privatização da educação, a vigilância digital e a repressão política impõem obstáculos à mobilização, mas o movimento mantém sua função de formação política e cidadã, fortalecendo alianças intersetoriais e buscando estratégias de resistência digital (Almeida, 2020; Costa, 2020; Gonçalves, 2021; Alves, 2020). A defesa da educação pública,

inclusiva e de qualidade permanece central, assim como a luta por direitos sociais e diversidade nas instituições de ensino (Santos, 2020; Almeida, 2019; Costa, 2021; Leite, 2021).

Para Silva (2022), um dos principais desafios do movimento estudantil contemporâneo é a luta contra a privatização da educação. A crise econômica, agravada pela pandemia de covid - 19, levou a cortes significativos no orçamento da educação pública e à proposição de políticas, que incentivam a entrada de capital privado nas instituições de Ensino Superior. A mobilização digital tem sido uma ferramenta crucial para os estudantes na organização de campanhas e protestos virtuais, permitindo a articulação de ações em escala nacional e internacional.

De acordo com Rocha (2021), a defesa da educação pública e gratuita tem se reafirmado como uma das principais bandeiras do movimento estudantil. Com o aumento das desigualdades sociais e a precarização do trabalho, a educação pública tornou-se um dos poucos meios de ascensão social para as classes populares. Nesse contexto, os estudantes têm se mobilizado não apenas contra os cortes de verbas, mas também em defesa de uma educação que seja acessível, inclusiva e de qualidade, resistindo às tentativas de mercantilização do ensino.

A mobilização digital, intensificada pela pandemia, trouxe novas dinâmicas para o movimento estudantil, permitindo a criação de redes de apoio e resistência que transcendem os limites físicos das universidades. Plataformas como as redes sociais e aplicativos de comunicação têm sido utilizadas para organizar protestos, divulgar informações e formar coalizões com outros movimentos sociais. Este novo formato de ativismo digital tem mostrado a capacidade dos estudantes de se adaptarem às novas realidades tecnológicas e sociais, mantendo viva a chama da resistência (Almeida, 2020).

Por outro lado, a intensificação da vigilância digital e da repressão política representa uma ameaça real às liberdades democráticas e ao direito de organização dos estudantes. A criminalização dos movimentos sociais e a censura a manifestações críticas ao governo são indicativos de um cenário de retrocesso democrático. Nesse ambiente, o movimento estudantil tem buscado estratégias de resistência que envolvem tanto a mobilização legal, quanto a denúncia internacional de violações de direitos (Santos, 2021).

Para Silva (2022), o movimento estudantil também tem reafirmado seu papel histórico como espaço de formação política e cidadã. Em um contexto de desinformação e ataques às instituições democráticas, as organizações estudantis atuam como importantes formadores de opinião e como veículos de conscientização política. A defesa dos valores democráticos e dos direitos humanos é uma constante nas pautas do movimento, que busca formar uma nova geração de cidadãos críticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa.

A solidariedade entre os movimentos sociais é outro elemento-chave na atuação estudantil contemporânea. A aliança com sindicatos, movimentos feministas, antirracistas e de defesa dos direitos LGBTQIA+ fortaleceu a luta por uma agenda progressista, que transcende as fronteiras

do ambiente universitário. A interseccionalidade das lutas reforça a importância do movimento estudantil na construção de uma frente ampla de resistência contra as opressões e retrocessos sociais (Costa, 2020).

Contudo, a fragmentação política e a dispersão das pautas representam desafios para a coesão do movimento. A pluralidade de demandas e a diversidade de experiências dentro do movimento estudantil exigem uma articulação cuidadosa para evitar o enfraquecimento das lutas. Nesse sentido, a construção de espaços de diálogo e a busca por consensos mínimos têm sido fundamentais para a manutenção da unidade e da força do movimento (Gonçalves, 2021).

Para Alves (2020), o futuro do movimento estudantil no Brasil dependerá de sua capacidade de se reinventar e de se adaptar às mudanças políticas e sociais do país. O fortalecimento das redes digitais, a ampliação das alianças com outros movimentos sociais e a defesa intransigente dos direitos educacionais serão fatores decisivos para a continuidade e o sucesso das mobilizações.

O movimento estudantil, ao longo de sua história, tem demonstrado uma incrível resiliência, e há indícios de que continuará a ser uma força relevante na luta pela democracia e pelos direitos sociais.

Do ponto de vista de Silva (2022), a persistência do movimento estudantil como espaço de resistência democrática sugere que, mesmo diante dos desafios mais severos, os estudantes continuarão a desempenhar um papel central na defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade. A história do movimento estudantil no Brasil é marcada por ciclos de repressão e resistência, e o período atual não é diferente. A capacidade de organização, a criatividade nas formas de luta e o compromisso com a justiça social são características que continuarão a definir o movimento nos próximos anos.

Para Santos (2020), a democratização do acesso à educação é um dos temas centrais na agenda do movimento estudantil contemporâneo. Apesar dos avanços nas últimas décadas, ainda existem desigualdades significativas que afetam o acesso à educação de qualidade, especialmente para estudantes de baixa renda e grupos historicamente marginalizados. O movimento estudantil tem se posicionado firmemente contra políticas de austeridade que ameaçam o financiamento de instituições públicas e a qualidade do ensino. Além disso, a luta por cotas raciais e sociais nas universidades é uma extensão desse esforço, buscando garantir que a diversidade seja refletida nas salas de aula e que todos tenham oportunidades iguais de acesso ao Ensino Superior.

Outro aspecto importante do movimento estudantil até o século XXI é a defesa dos direitos dos estudantes. Questões como a saúde mental, a segurança no campus e o combate ao assédio sexual ganharam destaque nas pautas estudantis. Os estudantes estão cada vez mais conscientes de que a educação não se limita apenas ao aspecto acadêmico, mas envolve também o bem-estar e a segurança de todos os alunos. Campanhas de conscientização e mobilizações em torno dessas

questões foram organizadas, refletindo uma preocupação com a criação de ambientes educacionais mais inclusivos e seguros (Almeida, 2019).

Além disso, a luta pela qualidade do ensino é uma constante na trajetória do movimento estudantil. Os estudantes têm de ser mobilizados para exigir melhorias nas condições de ensino, como a valorização dos professores, a infraestrutura das escolas e universidades e a atualização dos currículos. A resistência contra a privatização da educação e a defesa de um modelo educacional que prioriza o acesso e a qualidade são temas recorrentes nas manifestações e assembleias estudantis. O engajamento é fundamental para garantir que a educação pública continue a ser um direito de todos e não um privilégio de poucos (Costa, 2021).

O movimento estudantil, até o século XXI, tem se adaptado a um contexto de rápidas transformações sociais e tecnológicas, refletindo as novas demandas e desafios enfrentados por estudantes em todo o Brasil. A ascensão das redes sociais alterou significativamente como os estudantes se mobilizam e se comunicam, permitindo uma difusão mais rápida de informações e a organização de protestos e campanhas. Plataformas como Facebook, Twitter e Instagram tornaram-se ferramentas essenciais para a articulação de pautas estudantis, facilitando a interação entre diferentes grupos e ampliando o alcance de suas reivindicações. A nova dinâmica de comunicação não apenas fortalece a mobilização, mas também proporciona um espaço para que vozes antes marginalizadas possam ser ouvidas, promovendo a diversidade dentro do movimento.

Fica claro, pois, que, de acordo com Leite (2021), o futuro do movimento estudantil brasileiro aponta para uma continuidade dessa luta, mas também para a necessidade de adaptação às novas realidades sociais e tecnológicas. A capacidade de se reinventar e de incorporar novas vozes e demandas será crucial para a relevância do movimento nas próximas décadas. A interseccionalidade, que considera as múltiplas identidades e experiências dos estudantes, deve ser uma prioridade, garantindo que o movimento represente a diversidade da população estudantil. Assim, o movimento estudantil não apenas enfrenta os desafios atuais, mas também se prepara para um futuro em que a luta pela educação e pelos direitos sociais permanecerá central em sua agenda.

A pandemia de covid-19 intensificou fragilidades estruturais da educação pública no Brasil. O ensino remoto escancarou desigualdades de acesso, aumentou a evasão nas camadas mais vulneráveis e aprofundou a crise orçamentária que afeta a permanência estudantil e a qualidade do ensino. Segundo Silva e Brandt (2021), o contexto pandêmico exigiu que o movimento estudantil adaptasse seus repertórios de ação, passando a articular protestos digitais e ações de solidariedade. Além disso, cortes orçamentários reduziram a capacidade das universidades e institutos federais de ofertar assistência estudantil eficaz, cenário que Costa Lima (2020) identifica como uma ameaça ao direito à educação. Logo, o fortalecimento de políticas de inclusão digital e de permanência tornou-se pauta prioritária.

A ofensiva de projetos de privatização da educação também marca o período recente. Lopes (2022) analisa o programa Future-se como uma tentativa explícita de transferir responsabilidades de financiamento e gestão para o setor privado, ameaçando a autonomia universitária. Adrião (2022) amplia a leitura ao destacar que a financeirização e a precarização do ensino público vêm corroendo o caráter universal da educação brasileira. Nesse contexto, o movimento estudantil se posiciona como resistência organizada, articulando denúncias contra cortes e privatizações. Como enfatiza Silva e Brandt (2021), as lutas estudantis não se restringem ao financiamento, mas também questionam os modelos de governança que limitam a democracia interna das instituições.

Outro desafio central refere-se à plataformização da educação e ao capitalismo de vigilância. Silva (2022) observa que a adoção massiva de ferramentas digitais nas universidades públicas expôs estudantes a riscos de coleta indevida de dados e de vigilância acadêmica. Vianna (2023) complementa que o ambiente digital polarizado também intensifica disputas políticas entre jovens, criando barreiras para a construção de espaços de diálogo plural. Nesse sentido, Gonçalves (2021) defende que a resistência estudantil deve incluir estratégias de proteção de dados e de formação crítica sobre o uso de tecnologias, de modo a preservar a autonomia política e a liberdade de expressão.

Apesar dos obstáculos, há sinais de recomposição e inovação no movimento estudantil. De acordo com Silva e Brandt (2021), alianças com sindicatos docentes e técnico-administrativos têm sido fundamentais para enfrentar cortes e privatizações. E pesquisas recentes de Santos (2020) e Leite (2021) destacam o fortalecimento das pautas interseccionais, como questões de raça, gênero e diversidade, o que amplia a legitimidade das lutas estudantis. Para Costa (2021), a incorporação de práticas digitais de mobilização e denúncia ampliou o alcance do movimento, garantindo sua presença em todo o território nacional. Dessa maneira, o futuro do movimento estudantil dependerá da combinação entre ação digital, defesa da educação pública e construção de frentes amplas de resistência democrática.

Para melhor compreensão do contexto educacional federal, é importante discutir duas entidades-chaves na defesa da educação pública no Brasil: a Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (FENET) e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE). Esta análise aborda suas origens, suas funções, a relação de parceria estabelecida entre ambas e a relevância dessa união para fortalecer a representatividade dos estudantes técnicos e servidores da Rede Federal.

A Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (FENET) foi fundada em 23 de abril de 2011, sendo resultado de um processo de mobilização dos estudantes dos Institutos Federais criados a partir da Lei nº 11.892/2008. A FENET surgiu para representar especificamente os estudantes do ensino técnico federal, organizando-os e defendendo seus direitos, integrando

grêmios estudantis de diversas regiões do Brasil. Em seu primeiro ano, a FENET já mostrou grande capacidade de articulação política, participando de manifestações e encontros nacionais, fortalecendo a representação estudantil no ensino técnico (SINASEFE, 2025; FENET, 2012).

Em suas origens, a FENET surgiu da necessidade de unir a representatividade dos estudantes de ensino técnico, até então fragmentada, e consolidar uma voz única que explicita as demandas dessa base estudantil, historicamente desassistida e pouco representada. Desde então, ela tem crescido em abrangência e relevância, ampliando sua atuação para áreas como inclusão, diversidade, assistência estudantil e políticas públicas voltadas para o ensino profissionalizante.

A federação abrange estudantes de cursos técnicos integrados, subsequentes e presenciais de todo o Brasil, sendo composta por grêmios e diretórios estudantis filiados que atuam nos institutos federais e outras redes de ensino técnico. Seus membros elegem representantes para os diferentes espaços de gestão e diálogo, fortalecendo a democracia interna e garantindo a participação ativa dos estudantes nas decisões que afetam sua formação.

Analisando sua área de atuação, observa-se que a FENET tem foco prioritário no movimento estudantil técnico, com presença em diversos municípios brasileiros onde existem campi federais. Seu alcance reforça a importância de uma entidade nacional que dialogue diretamente com as particularidades e demandas específicas desse segmento educacional, promovendo ações que articulam desde melhorias estruturais até políticas inclusivas.

A FENET foi criada para representar os estudantes do ensino técnico em todo o Brasil, especialmente após a consolidação dos institutos federais em 2008. Seu objetivo principal é defender os direitos estudantis, promover a organização em grêmios e fortalecer o movimento estudantil técnico com ações políticas, culturais e sociais. A federação funciona como entidade colegiada formada por grêmios e representações estudantis filiadas de todo o país, organizando congressos, seminários, campanhas e debates, além de atuar em espaços institucionais e legislativos para garantir direitos e melhorias no ensino técnico.

A Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (FENET) e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) são atores chave na defesa da educação pública federal.

O Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) foi fundado oficialmente no dia 11 de novembro de 1988, durante o Encontro Nacional das Associações de Servidores das Escolas Federais de 1º e 2º graus, realizado em Salvador-BA, após a aprovação da Constituição Federal de 1988, que consolidou o direito à sindicalização dos servidores públicos federais na educação. Desde então, o SINASEFE tem atuado como a principal entidade representativa dos trabalhadores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (SINASEFE, 2025).

Todavia, além do financiamento, o SINASEFE apoia politicamente a FENET, ampliando o diálogo e a luta conjunta por melhores condições de trabalho e ensino. A FENET fortalece o protagonismo estudantil e a organização dos grêmios técnicos, enquanto o sindicato amplia essa ação ao engajar servidores e estudantes em defesa dos institutos federais. Esta cooperação é fundamental para enfrentar os desafios atuais da educação profissional federal.

A FENET, através de cartilhas e documentos, como o Documento Nacional do Estudante, orienta a estruturação e o funcionamento dos grêmios estudantis, promovendo eleições democráticas, transparência, participação juvenil, mobilização social e política. Em 2025, a entidade mantém destaque com o Encontro Nacional dos Estudantes Técnicos (ENET) e ações voltadas à assistência estudantil, bandejões nos institutos federais e campanhas de mobilização em parceria com SINASEFE, ANDES-SN, UNE e UBES.

A atuação conjunta fortalece a representatividade estudantil e docente, garantindo recursos, mobilizando segmentos da comunidade acadêmica e ampliando a participação nos processos decisórios da educação federal, consolidando uma frente política unida em defesa da educação técnica pública, gratuita e de qualidade (SINASEFE, 2025; FENET, 2023).

A relação entre SINASEFE e FENET consolida uma frente política unida e coerente, se posicionando na defesa da educação técnica pública, gratuita e de qualidade. A parceria é essencial para garantir recursos, mobilizar segmentos da comunidade acadêmica e ampliar a participação dos estudantes e servidores nos processos decisórios da educação federal (SINASEFE, 2025; FENET, 2023).

Como orienta a cartilha da FENET (2025), os grêmios estudantis devem ter estatuto próprio, respeitar as decisões da assembleia geral e atuar na mobilização e formação política dos estudantes, sendo uma entidade autônoma que representa os interesses dos estudantes, e organizada por meio de assembleias e eleições democráticas, com o objetivo de fortalecer a participação juvenil e defender direitos na escola.

Quanto a sua atuação em prol dos estudantes do ensino técnico, há várias produções, como uma cartilha do grêmio, que apresenta, de forma clara e detalhada, o histórico, a importância e o funcionamento dos grêmios estudantis nas escolas. Ela destaca que o grêmio é o órgão máximo de representação dos estudantes, regido por estatuto próprio e constituído para defender os interesses do corpo discente, fomentar a cultura, o esporte e a participação política dentro da instituição. A cartilha traz orientações sobre a estrutura organizacional, incluindo a Assembleia Geral dos Estudantes, o Conselho de Representantes de Turmas e a diretoria, detalhando as funções e responsabilidades de cada órgão e cargos, como coordenadores gerais, de finanças, comunicação, entre outros.

Também são abordados temas fundamentais como o patrimônio do grêmio, a forma correta de prestação de contas e a importância da transparência nas ações da entidade. A cartilha orienta

sobre o processo eleitoral do grêmio, a necessidade de uma comissão eleitoral formada por estudantes e os passos essenciais para garantir eleições limpas e democráticas. Além disso, enfatiza o papel do movimento estudantil na luta por direitos e na consolidação da democracia escolar, ressaltando o caráter autônomo e representativo do grêmio como espaço de mobilização social e política.

Outro ponto central da cartilha é a valorização do protagonismo dos estudantes, incentivando a participação ativa em conselhos escolares e fóruns deliberativos para que possam influenciar diretamente nas decisões da escola. O documento reforça que o grêmio não é apenas um espaço para lazer, mas uma importante entidade para o desenvolvimento da cidadania e da formação crítica dos alunos. Destaca ainda a necessidade de os membros do grêmio trabalharem coletivamente, fundamentando suas práticas em princípios éticos, transparência e responsabilidade.

A Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (FENET) tem se mantido bastante ativa em 2025, com destaque para a convocação do Encontro Nacional dos Estudantes Técnicos (ENET) entre 18 e 21 de setembro, em Salvador (BA). A organização tem focado suas ações na luta contra cortes orçamentários, na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, e na ampliação da assistência estudantil, como a implementação das bandejeões nos institutos federais. A fundação também promoveu o Dia Nacional pela Assistência Estudantil, envolvendo dezenas de grêmios e assembleias em todo o país para fortalecer a mobilização estudantil.

Além das mobilizações próprias, a tem participado de articulações conjuntas com outras entidades da educação, como SINASEFE, ANDES-SN, UNE e UBES, construindo calendários unificados de mobilização para defender o orçamento da educação federal e o cumprimento de acordos de greve. As parcerias fortalecem o movimento estudantil e docente em um momento de intensas disputas políticas sobre os recursos para a educação pública no Brasil. Em eventos regionais, como o Encontro Estadual da Educação no Rio de Janeiro, a fundação reforçou seu papel histórico ligado à resistência democrática e à luta por condições dignas de ensino

Nas redes sociais, a fundação destaca conquistas como o Documento Nacional do Estudante, um símbolo da força organizativa do movimento técnico, e presta homenagens a estudantes que marcaram sua trajetória, fortalecendo o sentimento de pertencimento e identidade entre seus membros. Além disso, tem divulgado campanhas e registros visuais de mobilizações, como a cobrança pelo auxílio-alimentação e o bandejão, fundamentais para a permanência dos estudantes na rede técnica federal. Assim, o SINASEFE e a FENET consolidam-se como forças políticas em nível federal e estadual, ao passo que defendem uma formação omnilateral, na qual a dimensão política se revela essencial.

O movimento estudantil se mantém, dessa forma, como espaço essencial de formação política, resistência democrática e luta por direitos. A interseccionalidade das pautas, a adaptação

às novas realidades sociais e tecnológicas e a ampliação das alianças com outros movimentos sociais são elementos que apontam para o futuro da luta estudantil no Brasil.

2. CAPÍTULO - O PRINCÍPIO EDUCATIVO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL PARA A FORMAÇÃO OMNILATERAL

Este capítulo busca entender a interseção entre educação, cidadania e a formação integral dos indivíduos no contexto do movimento estudantil. O objetivo é analisar como os princípios educativos que emergem desse movimento contribuem para a formação omnilateral, preparando os estudantes para serem cidadãos críticos e engajados na transformação social.

A formação omnilateral propõe uma educação que vai além da simples aquisição de conhecimentos técnicos, buscando desenvolver todas as dimensões do ser humano: intelectual, emocional, social, político e ética. Nesse contexto, o movimento estudantil é um espaço privilegiado para a construção de uma educação integral, através da qual os jovens se tornam agentes de mudança em suas comunidades. Este capítulo analisará o princípio educativo do movimento estudantil, destacando seu papel na formação de cidadãos virtuosos e comprometidos com o bem comum. Através de uma abordagem crítica, serão discutidos conceitos fundamentais que sustentam essa proposta educativa e práticas que podem ser implementadas para alcançar esses objetivos.

Na primeira seção, foi averiguado o conceito de princípio educativo como uma ferramenta para compreender a realidade social e política em que os estudantes estão inseridos. A discussão incluirá a importância da educação na formação da consciência crítica dos indivíduos e seu papel na construção de uma sociedade mais justa. Serão abordados autores clássicos e contemporâneos que fundamentam essa perspectiva, destacando como a educação pode ser um meio de transformação social.

A segunda seção focará nas figuras dos intelectuais orgânicos, conforme proposta por Antônio Gramsci, e seu papel na promoção de uma educação crítica que desafie as estruturas capitalistas. A análise incluirá como esses intelectuais podem contribuir para a formação omnilateral ao articularem conhecimentos teóricos com práticas sociais. Foi discutido o impacto da educação crítica na conscientização dos estudantes sobre suas realidades sociais e políticas.

Na terceira seção, foi examinado o papel do movimento estudantil na promoção da formação omnilateral dentro da Educação Profissional e Tecnológica. A seção abordará como as práticas educativas promovidas pelos movimentos estudantis podem desenvolver habilidades sociais, éticas e políticas nos estudantes. Serão apresentados exemplos de ações coletivas que visam à transformação social e à construção de uma identidade coletiva entre os discentes.

2.1 O PRINCÍPIO EDUCATIVO COMO CATEGORIA DE COMPREENSÃO DA REALIDADE

O conceito de princípio educativo evoluiu ao longo da história, influenciado por diferentes correntes filosóficas e sociais, desde a Antiguidade, com as contribuições de Platão e Aristóteles, passando pela revolução industrial e os pensamentos de Rousseau e Dewey, até os debates contemporâneos impulsionados por Gramsci e Freire.

O princípio educativo está intrinsecamente ligado aos interesses e valores de diferentes grupos sociais, e pode ser utilizado tanto para legitimar o *status quo*, quanto para contestá-lo. Na visão de Gramsci, a educação pode ser um instrumento de hegemonia cultural, mas também de resistência e transformação social.

Entretanto, a formação omnilateral do indivíduo, como proposto por Marx e desenvolvida por teóricos como Gramsci e Freire, é um objetivo central da educação crítica. Um princípio educativo que promove a formação omnilateral busca o desenvolvimento integral das capacidades humanas, indo além da formação técnica para incluir dimensões éticas, culturais e políticas. O princípio educativo se manifesta nas práticas pedagógicas através da organização do currículo, da metodologia de ensino e dos métodos de avaliação. Uma prática pedagógica baseada em princípios educativos críticos visa estimular a reflexão, o diálogo e a ação transformadora dos estudantes.

O princípio educativo, pois, tem sua importância e se destaca como categoria de compreensão da realidade, desempenhando um papel crucial na formação do pensamento crítico e na capacidade de análise dos indivíduos. Além disso, ajuda a interpretar o mundo, fornecendo ferramentas para entender as dinâmicas sociais e as estruturas de poder que o permeiam, e não apenas descreve a realidade, mas também oferece uma visão normativa de como essa realidade pode ser transformada. Nesse sentido, o princípio educativo é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

O princípio educativo pode ser definido como um fundamento que orienta a prática educativa, estabelecendo diretrizes para a formação do indivíduo em sociedade. Este conceito é crucial para a compreensão da realidade social, política e histórica, pois permite que a educação seja vista não apenas como um processo de transmissão de conhecimentos, mas como uma ferramenta de transformação de uma sociedade. O princípio educativo está intimamente ligado à ideia de que a educação deve promover a emancipação e o desenvolvimento integral do ser humano, preparando-o para atuar criticamente na sociedade.

Um princípio educativo também pode ser visto como base de uma concepção mais ampla de educação. Ainda para Gramsci (2001), pode se articular com o desejo de transformar a sociedade, influenciando a formação moral e intelectual dos indivíduos, desenvolvendo uma

capacidade crítica para compreender e atuar no mundo. Logo, o princípio educativo está relacionado a metas educacionais mais amplas, como a emancipação e a formação integral.

E educação, para Gramsci, é um campo de batalha onde a hegemonia é disputada, e os intelectuais orgânicos têm um papel vital na construção de uma contra hegemonia que desafia o status quo.

Sob essa perspectiva, Gramsci (2001) introduz o conceito de intelectuais orgânicos, que são aqueles que surgem das classes trabalhadoras e se conectam diretamente às suas comunidades, contribuindo para a articulação de suas necessidades e lutas.

Diante disso, afirma Gramsci que:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (2001, p.15).

Diferente dos intelectuais tradicionais, que estão mais distantes das massas populares, os intelectuais orgânicos desempenham um papel crucial na mobilização e conscientização social, promovendo uma educação que visa a transformação da sociedade. Esta definição é crucial para entender o papel da educação na formação de uma consciência coletiva.

O autor (2001) argumenta que a educação deve promover a transformação social, enfatizando que o processo educativo deve ser orientado para a conscientização crítica, permitindo que os indivíduos se tornem agentes de mudança. Ainda de acordo com Gramsci (2001), a relação entre cultura e poder. A relação entre cultura e poder se manifesta no processo educativo, evidenciando que o domínio cultural é fundamental para a manutenção ou superação das estruturas de poder existentes. O estudioso (2001) aponta que a educação deve ser um espaço de luta ideológica, em que diferentes visões de mundo competem. No entanto, fica claro que esta educação, de acordo Gramsci (2001), deve acontecer em um local específico: “A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis” (2001, p. 19).

Para o autor (2001), a busca o aprofundamento e a ampliação da intelectualidade de cada indivíduo são obtidos através das instituições escolares de graus diversos, porque é nela que se adquire a cultura, a ciência e a técnica. O princípio educativo é visto, pois, como uma ferramenta para questionar as estruturas de poder existentes. Além disso, ele destaca a importância da escola na formação dos intelectuais, argumentando que as instituições educacionais são fundamentais para desenvolver as capacidades intelectuais dos indivíduos e sua inserção nas dinâmicas sociais.

Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, apresenta uma análise crítica da educação e seu papel na transformação da realidade social, política e histórica. A partir de suas

reflexões, é possível extrair o conceito de “princípio educativo” que permeia sua pedagogia, destacando a importância da conscientização e da prática dialógica na formação dos indivíduos. Segundo Paulo Freire, a “dialogicidade é a essência da educação como prática da liberdade” (Freire, 2005, p. 108), não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho e na ação – reflexiva.

Freire argumenta que a educação deve ser como uma prática da liberdade e ser um processo de libertação. Para o estudioso, “libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de entrar por ela” (1970, p. 17).

A pedagogia do oprimido, dessa maneira, é uma pedagogia do homem que se empenha na luta por sua libertação, através da qual os oprimidos se tornam sujeitos de sua própria história. Uma pedagogia que promove a dialogicidade e a reflexão crítica.

Esta abordagem é fundamental para compreender a realidade social e política, pois permite que os educandos analisem suas condições de vida e se mobilizem para a transformação.

Ainda de acordo com Freire:

O importante, do ponto de vista de uma educação libertadora, e não bancária, é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão de mundo manifestada implícita ou explicitamente nas suas sugestões e nas de seus companheiros (1970, p. 69).

Um dos principais aspectos do princípio educativo em Freire é a conscientização. Ele afirma que ninguém liberta ninguém, e ninguém se liberta sozinho; os homens se libertam em comunhão. A ideia ressalta a importância do diálogo na educação. A prática educativa deve ser um espaço de troca, através da qual educadores e educandos constroem juntos o conhecimento. E a dialogicidade é essencial para que os indivíduos possam refletir sobre suas realidades e desenvolver uma consciência crítica.

Freire também destaca a relação intrínseca entre educação e política, e argumenta que a educação deve ser um ato político, pois está ligada à luta por justiça social. A pedagogia do oprimido, dessa forma, não pode ser dissociada das condições sociais que geram opressão. E, a o promover uma educação libertadora, Freire busca capacitar os indivíduos a questionarem as estruturas de poder e a lutar por sua emancipação.

Na *Ideologia Alemã*, sobre educação e consciência, Marx e Engels enfatizam que a ideologia dominante de uma época reflete os interesses da classe dominante. A educação, portanto, não é neutra, mas perpetua a ideologia da classe dominante. Para compreender a realidade social, é necessária uma educação que desmascare essa ideologia e promova a consciência de classe.

Similarmente, Freire argumenta que a educação deve ser um meio para os oprimidos entenderem a sua realidade e agir para transformá-la, sendo vista como uma ferramenta crucial para combater a alienação. Marx e Engels acreditam que, por meio da educação crítica, os trabalhadores podem reconhecer sua alienação e se organizar para transformá-la.

Marx e Engels veem a educação como uma forma de superar a alienação e promover a revolução social. Freire, por outro lado, desenvolve uma pedagogia que visa a libertação dos oprimidos através do diálogo e da problematização, capacitando-os a se tornarem sujeitos de sua própria história. Os estudiosos supracitados consideram a transformação social como o objetivo final da educação crítica.

Partindo do princípio educativo como uma categoria para compreender e entender a realidade dialética, destaca-se o papel dos intelectuais orgânicos, conforme Gramsci, na promoção de uma educação que transcende os limites do capital. Estes agentes atuam como mediadores entre teoria e prática, fomentando consciência crítica e engajamento político na disputa pela hegemonia cultural. Dessa maneira, constituem-se elementos essenciais para a construção de uma educação emancipatória que articula conhecimento, trabalho e transformação social. A seguir, examina-se seu papel na efetivação dessa proposta baseada em uma educação para além do capital.

2.2 OS INTELECTUAIS ORGÂNICOS E SEU PAPEL PARA UMA EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL

De acordo com Gramsci, o intelectual não é aquele que possui poderes superiores do intelecto, mas aquele que, na sociedade, tem como função social a responsabilidade de produzir conhecimento, ou inspirar, sugerir, introduzir conhecimento. Antônio Gramsci, em seu décimo segundo *Caderno do Cárcere* (2001), diz que o processo histórico real de formação das diversas categorias intelectuais assumiu múltiplas formas, entre as quais duas se sobressaem como as mais significativas.

- 1) Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir (...).
- 2) Todo grupo social “essencial”, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou — pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias — categorias

intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. A mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos, que monopolizaram durante muito tempo (numa inteira fase histórica, que é parcialmente caracterizada, aliás, por este monopólio) alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, com a escola, a instrução, a moral, a justiça, a beneficência, a assistência, etc. (2001,p. 15-18)

Gramsci destaca que, para que uma classe exerça sua liderança, é necessário que desenvolva uma elite intelectual capaz de organizar e consolidar sua hegemonia, não apenas na economia, mas também nos campos social e político.

Para Liguori (2017), os intelectuais orgânicos, são aqueles que surgem organicamente dentro de um grupo social, especialmente ligado à sua função econômica fundamental, e que promovem a homogeneidade e a consciência coletiva dessa classe. Eles exercem funções organizativas e conectivas, mediando entre a produção e as instituições da sociedade civil e do Estado, desempenhando papel crucial na formação da hegemonia cultural e política. Esta mediação vai além da simples instrumentalização da produção, pois envolve a construção de consenso incorporado à função social dos intelectuais.

Ainda para Gramsci (2001) os intelectuais orgânicos são essenciais na elevação dos membros econômicos de um grupo à condição de intelectuais políticos, capazes de articular a transformação social. Assim, sua importância reside em serem agentes estratégicos para a superação do capital, ao fomentar uma educação crítica e uma organização social que desafiem as estruturas hegemônicas vigentes.

Sob essa perspectiva, Liguori (2017) distingue os intelectuais tradicionais dos intelectuais orgânicos com base em sua origem e função social. Os intelectuais tradicionais formam uma categoria histórica que mantém uma autonomia relativa e continuidade, muitas vezes vinculada a instituições estabelecidas, como a Igreja ou a academia, e se percebem independentes das classes dominantes. Já os intelectuais orgânicos emergem diretamente das classes sociais fundamentais, articulando a consciência coletiva e desempenhando funções organizativas e políticas para consolidar a hegemonia dessa classe. Enquanto os tradicionais reproduzem e legitimam a ordem vigente, os orgânicos são agentes ativos na transformação social, conectando teoria e prática. Esta distinção é crucial para compreender a dinâmica da luta cultural e política, especialmente na educação, em que os intelectuais orgânicos promovem uma pedagogia crítica capaz de desafiar as estruturas do capital.

Do ponto de vista de Santos (2009), os intelectuais orgânicos são responsáveis por construir o projeto da sua classe social.

Os intelectuais orgânicos estão habilitados a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam. Em suma, a hegemonia de uma classe também está ligada ao papel que os seus intelectuais desempenham. Segundo Gramsci, todos os homens são intelectuais, mas nem todos assumem essa função na sociedade. A escola, o partido, a fábrica, a participação em organizações etc., são espaços criadores de intelectuais.

Observam-se a expansão e a noção dos intelectuais que está para além dos conhecimentos académicos e que todos os indivíduos orgânicos podem atuar em uma diversidade de espaços e com capacidade de promover a consciência e a organização das classes que representam, visando uma hegemonia e buscando a conquista dessa hegemonia junto à sociedade.

Para destacar a questão dos intelectuais em relação à questão social e à luta em prol da sociedade, é importante analisar como o texto discute a função dos intelectuais dentro do contexto pós-moderno e a sua ligação com a sociedade e a política. O artigo ressalta a importância da figura do “intelectual orgânico” delineada por Gramsci, que está intrinsecamente ligada às classes sociais subalternas e às suas lutas por uma nova civilização. Gramsci propõe uma visão através da qual os intelectuais são parte ativa do tecido social e político, rompendo com a ideia de que são independentes dos contextos que vivenciam.

Segundo Semeraro (2006), a centralidade dos intelectuais, para Gramsci, está em sua capacidade de agirem como "orgânicos", isto é, individualmente conectados a um projeto social mais amplo que visa a transformação social. Estes intelectuais são responsáveis por elaborarem concepções ético-políticas que apoiem os interesses das classes que representam, garantindo a hegemonia cultural e política necessária para assegurar uma mudança social genuína. Isso implica intelectuais que estão comprometidos de forma prática e efetiva com as lutas sociais e que buscam construir um mundo mais justo e democrático.

Os intelectuais orgânicos, conceito central na obra de Antônio Gramsci, representam uma categoria fundamental para compreender o papel da educação na transformação social e na superação das estruturas capitalistas. De acordo com Gramsci (2001), eles surgem diretamente de sua classe social de origem e atuam como representante e organizadores da consciência coletiva dessa classe, desempenhando funções culturais, políticas e educativas essenciais para a construção e manutenção da hegemonia social.

Assim, os intelectuais orgânicos não são apenas aqueles que trabalham com ideias de maneira tradicional, como professores ou escritores. São, na verdade, todos aqueles que exercem uma função de organização e direção, seja no campo da produção econômica, seja na política, seja na cultura, seja na ideologia, conectados organicamente aos interesses e à visão de mundo da sua classe. Pense em um líder sindical que articula as demandas dos trabalhadores, um jornalista que defende os interesses de um grupo empresarial, um artista que expressa a cultura de uma

comunidade marginalizada, ou até mesmo um técnico que inova em uma indústria de acordo com os objetivos dos proprietários. Todos esses podem ser considerados intelectuais orgânicos de seus respectivos grupos. Quanto aos intelectuais tradicionais, segundo Gramsci, os intelectuais tradicionais são aqueles que se veem e são vistos como uma categoria separada e autônoma da sociedade, pairando acima das classes sociais. Eles tendem a se apresentar como detentores de um saber universal e atemporal, desvinculados dos interesses específicos de qualquer grupo. Pensa-se na imagem clássica do filósofo em sua torre de marfim, ou do artista isolado por seu gênio, que se veem como independentes das lutas sociais e históricas.

De acordo com Gramsci (2001), os intelectuais tradicionais têm, em sua origem, uma ligação com as classes dominantes do passado. Historicamente, foram frequentemente ligados à Igreja, à nobreza ou a outras elites que tinham os recursos para sustentar seu trabalho intelectual. A ligação original pode influenciar, mesmo que inconscientemente, suas perspectivas e análises.

A importância dos intelectuais orgânicos na educação reside em sua capacidade de atuar como mediadores entre o conhecimento acadêmico e as necessidades concretas das classes sociais que representam. Eles não apenas transmitem saberes, mas fomentam uma consciência crítica e coletiva, que é indispensável para a formação de sujeitos históricos capazes de questionar e transformar a realidade social. A mediação é especialmente relevante em contextos de desigualdade e dominação, em que a educação pode ser um instrumento tanto de reprodução, quanto de superação das relações de poder existentes. Para Gramsci, a função do intelectual orgânico é, portanto, inseparável do processo de construção da hegemonia, que envolve a conquista do consenso social e a transformação das estruturas culturais e políticas.

No campo educacional, os intelectuais orgânicos assumem um papel estratégico na gestão e na prática pedagógica, pois são capazes de transformar a escola em um espaço de resistência e de produção de conhecimento crítico, e promovem uma educação que vai além da mera transmissão de conteúdos, articulando teoria e prática numa relação dialética que visa a emancipação dos sujeitos e a construção de uma nova ordem social. Esta perspectiva acarreta uma ruptura com modelos tradicionais e tecnicistas de educação, propondo uma formação integral que integra o saber, o trabalho e a mobilização social, elementos essenciais para a superação do capital.

Conforme destacado anteriormente sobre os intelectuais orgânicos e se tratando de um espaço físico que é a escola, afirma Liguori:

Gramsci está à procura de um novo modo de estabelecer a relação entre intelectuais e massas operárias, esse tema recebe um enriquecimento teórico apenas nos Q. A tarefa fundamental que G. atribui à escola é a de promover um modelo educativo capaz de desenvolver e estender as capacidades de compreensão humana, de modo que o alvo polêmico do Q12 é justamente o tipo de instrução que tende a separar o nexo formação-educação (Liguori, 2017 p. 344).

A perspectiva gramsciana ressalta a importância de uma educação que não apenas instrua, mas também forme cidadãos conscientes e engajados com a transformação social. Ao ver de Gramsci (2001), ainda em relação à educação e a escola, com a criação de escolas técnicas, destacando a divisão fundamental da escola em clássica e profissional, tendo um esquema racional: tendo em vista que a profissional destinava às classes instrumentais, enquanto a clássica as dominantes e aos intelectuais, dessa forma ela está destinada a perpetuar as diferenças sociais. Gramsci rejeita as duas propostas educativas de sua época por adotar uma abstração e por ser incapaz de levar ao indivíduo um processo formativo de verdade e que essa pessoa possa entender seu mundo, intervindo nele em colaboração com outros sujeitos, na direção de uma mudança da realidade. Logo, a escola, para o autor, deve ser uma ligação orgânica que contemple a cultura e trabalho.

Liguori (2017) ressaltar que Gramsci:

Ele tem convicção de que a crise da organização escolar poderá ter solução se for possível criar uma escola única “inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual”; somente depois será o momento de passar “a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo” (Q 12, 1, 1.531 [CC, 2, 33-4]). De fato, a escola unitária ou de “formação humanista (entendido este termo, ‘humanismo’, em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional)” deveria se propor a introduzir na atividade social os jovens apenas “depois de tê-los elevado a um certo grau de maturidade e capacidade para a criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa” (2017, p. 346).

Seguindo essa linha de pensamento, a escola unitária proposta por Gramsci visa emancipar os jovens, proporcionando-lhes uma base cultural ampla e equilibrada, que combine o desenvolvimento de habilidades manuais e intelectuais. A formação integral é essencial para capacitá-los a participar ativamente na sociedade, com autonomia e capacidade de criação. A proposta gramsciana representa um contraponto à fragmentação do conhecimento e à especialização precoce, defendendo uma educação que prepare os indivíduos para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo de forma crítica e comprometida.

Os Institutos Federais (IFs) buscam consolidar-se como escolas unitárias e politécnicas, integrando ensino, pesquisa e extensão em múltiplas áreas do conhecimento, com uma proposta educativa que valoriza a formação crítica, técnica e cidadã dos estudantes. Contudo, a ausência de movimentos estudantis ativos e organizados nesses espaços compromete essa concepção, pois, segundo Tourinho (2010), a participação estudantil é elemento fundamental para a construção de uma educação democrática e plural que fomente o protagonismo juvenil e a construção coletiva

do conhecimento. Os movimentos estudantis fortalecem a representatividade, a defesa dos direitos e a interlocução entre estudantes e gestão, promovendo a autonomia e o engajamento político-cultural necessários para que os IFs cumpram seu papel social e formativo. Sem essa mobilização, corre-se o risco de reduzir a experiência escolar a uma mera transmissão técnica, fragilizando a dimensão crítica e social que caracteriza a educação politécnica e unitária. Assim, a existência e o fortalecimento dos movimentos estudantis são indispensáveis para que os institutos federais sejam verdadeiros espaços de formação integral e de transformação social.

Apple (1982) discutiu como a educação pode reproduzir formas de consciência que mantêm a ordem social, sem que os grupos dominantes precisem recorrer a mecanismos explícitos de dominação. Nesse contexto, os intelectuais orgânicos foram considerados fundamentais para desafiar essa dinâmica, promovendo uma conscientização crítica entre os estudantes, a fim de que questionassem as injustiças presentes na sociedade.

O autor também mencionou que a análise neomarxista poderia auxiliar na desmistificação dos conteúdos educacionais que perpetuam desigualdades sociais. Os intelectuais orgânicos, portanto, não apenas consumiram conhecimento, mas também o criticaram e o recontextualizaram em um sentido mais progressista, buscando construir um currículo capaz de preparar os estudantes para se tornarem cidadãos ativos e críticos.

Portanto, isolar a experiência escolar da complexa totalidade da qual é parte integrante é uma análise por demais limitada. De fato, o estudo da relação entre ideologia e conhecimento escolar é de especial importância para nossa compreensão da coletividade social mais ampla de que todos fazemos parte. Permite-nos passar a ver como a sociedade se reproduz, como perpetua suas condições de existência por meio da seleção e transmissão de determinados tipos de capital cultural de que depende uma sociedade industrial e classista, e como mantém coesão entre suas classes e indivíduos com a propagação de ideologias que em última análise sancionam os programas institucionais que podem determinar a desnecessária estratificação e desigualdade em primeiro lugar (Apple, 1982, p. 93).

A análise de Apple revela que a escola não é um espaço neutro, mas, sim, um terreno onde se reproduzem as desigualdades sociais. A perpetuação de um sistema classista se dá através da transmissão seletiva de um capital cultural específico, que legitima as estruturas de poder existentes. Desse modo, a compreensão da relação entre ideologia e conhecimento escolar é fundamental para desconstruir as narrativas dominantes e promover uma educação mais justa e equitativa.

Ele ainda defende que os educadores devem se envolver ativamente na luta contra a hegemonia, em vez de se conformarem com um papel passivo. A redefinição do intelectual

comprometido, como sugerido por Gramsci, é crucial para criar uma educação que desafie as normas capitalistas e promova um comprometimento político mais significativo.

Consequentemente, luto aqui por uma redefinição de nossas situações, uma redefinição que reconheça, não o ideal ideológico do intelectual descompromissado, mas, sim, por uma redefinição que leve a sério o envolvimento apaixonado que Gramsci exigiu em seu conceito do intelectual orgânico que participa ativamente da luta contra a hegemonia (Liguori, 1982 p. 245).

Liguori destaca a necessidade urgente de abandonar a ideia do intelectual neutro e descompromissado, defendendo, em consonância com Gramsci, um intelectual orgânico que se engaja apaixonadamente na luta contra a hegemonia dominante. O envolvimento ativo é fundamental para que os intelectuais possam contribuir efetivamente para a transformação social, articulando teoria e prática em prol das classes subalternas. Dessa maneira, reafirma-se a importância do compromisso político e social dos intelectuais como agentes de mudança e resistência.

A atuação dos intelectuais orgânicos também se insere em um debate mais amplo sobre a função social da educação e seu papel na reprodução ou transformação das relações de poder. István Mészáros dialoga com a tradição gramsciana ao enfatizar que a educação pode ser um campo de luta contra a dominação capitalista, desde que mediada por sujeitos críticos e comprometidos com a mudança social. O estudioso aponta a necessidade de uma educação que ultrapasse os limites do capital, promovendo a formação de uma consciência histórica e política capaz de articular resistência e alternativas ao sistema vigente.

No livro *Para além do Capital*, Mészáros critica a educação como mercadoria (2005, p. 3) e defende “que a educação não deve qualificar para o mercado, mas para a vida [...] a Educação não é uma mercadoria”. Trata-se, pois, de uma formação que valoriza o desenvolvimento integral da pessoa, incluindo habilidades como pensamento crítico, criatividade, ética, autonomia, capacidade de resolver problemas e conviver socialmente, preparando o indivíduo para os desafios cotidianos e para a construção de uma vida significativa e cidadã. Esta visão amplia o papel da escola, que deve formar sujeitos capazes de atuar não só economicamente, mas também social e culturalmente, promovendo uma educação para a vida em sua totalidade, e não apenas para o emprego. O autor afirma que a educação não deve estar voltada exclusivamente para qualificar o sujeito para o mercado, mas deve focar também para a vida do indivíduo, indicando o caminho que se deve seguir para uma educação libertadora. “Já a educação libertadora teria como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age, e que usa a palavra como arma para transformar o mundo” (Mészáros, 2005, p. 5).

Esta perspectiva enfatiza a necessidade de uma educação que vá além da mera qualificação técnica, promovendo a conscientização política e a mobilização social. Assim, a educação torna-se um instrumento fundamental para a emancipação dos oprimidos e a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Educação para a emancipação humana em contraposição à educação mercantilizada, Mészáros defende uma educação que vise o desenvolvimento pleno do ser humano, sua conscientização e libertação das amarras do capital e ressalta a importância de resgatar a relação entre educação e trabalho em sua dimensão criativa e emancipatória.

Em *A educação para além do capital*, Mészáros ensina que pensar a sociedade tendo como parâmetro o ser humano exige a superação da lógica desumanizadora do capital, que tem no individualismo, no lucro e na competição seus fundamentos. Que educar é citando Gramsci - colocar fim à separação entre *Homo faber* e *Homo sapiens* é resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, as suas possibilidades criativas e emancipatórias. (Mészáros, 2005, p. 3).

Mészáros, inspirado em Gramsci, defende que a educação deve superar a lógica capitalista e integrar o trabalho com a criatividade e a emancipação humana. Dessa forma, educar é unir o *homo faber* ao *homo sapiens*, promovendo uma formação integral e transformadora. Além disso, o autor propõe uma transformação radical, enfatizando que uma educação para além do capital requer uma transformação radical das estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais, e critica as tentativas de reformar a educação dentro dos limites do sistema capitalista, argumentando que o capital é irreformável.

Para ele, uma educação para além do capital deve, portanto, andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do atual modelo econômico e político hegemônico. Estudioso da obra de Marx, Mészáros acredita que a sociedade só se transforma pela luta de classes. Limitar, portanto, uma mudança educacional radical "às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação qualitativa. [...] É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente". Usando como referência duas grandes figuras da burguesia iluminista o economista Adam Smith e o educador utópico Robert Owen, o autor deste livro advoga que o capital é irreformável porque, pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, 2 István Mészáros, *A educação para além do capital*, p. 27 deste volume. é incontrolável e incorrigível. Seria, desse ponto de vista, absurdo esperar uma "formulação de um ideal educacional, do ponto de vista da ordem feudal em vigor, que considerasse a hipótese da dominação dos servos, como classe, sobre os

senhores da bem estabelecida classe dominante". Naturalmente, o mesmo vale para a alternativa hegemônica fundamental entre capital e trabalho (Mészáros, 2005, p. 5).

Mészáros defende que a educação para além do capital exige uma transformação radical do sistema vigente, ligada à luta de classes. Limitar mudanças educacionais à lógica capitalista impede, segundo o estudioso, uma verdadeira transformação qualitativa e emancipatória. Ademais, argumenta que o capital, por sua natureza sistêmica, é irreformável e incontrolável, tornando impossível uma transformação real dentro de seus próprios limites. Assim como a ordem feudal jamais admitiria a dominação dos servos, a hegemonia entre capital e trabalho só pode ser superada rompendo-se com a lógica do capital.

Ainda de acordo com o autor, devemos considerar o papel da luta de classes na transformação da sociedade e da educação, pois ele acredita que somente através da luta é possível superar a lógica do capital e construir uma alternativa educacional verdadeiramente emancipadora.

Limitar, portanto, uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação qualitativa. [...] É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (Mészáros, 2005, p. 5).

Mészáros, inspirado em Marx, afirma que a verdadeira transformação social depende da luta de classes e que mudanças educacionais limitadas à lógica capitalista renunciam a uma transformação profunda. Romper com essa lógica é essencial para construir uma educação verdadeiramente emancipadora e transformadora.

Entretanto, a educação não deixa de ser um processo contínuo na vida do indivíduo, que se estende por toda a vida. O pesquisador critica a visão restrita da educação como mera preparação para o mercado de trabalho, ressaltando sua importância para o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões.

A educação, entendida como um processo contínuo e integral, transcende a simples preparação técnica para o mercado de trabalho, abrangendo o desenvolvimento pleno do indivíduo em suas dimensões social, cultural, política e profissional. Nesse contexto, o movimento estudantil emerge como um componente essencial para a formação omnilateral dos discentes, especialmente na Educação Profissional e Tecnológica, na qual a integração entre teoria, prática e engajamento social é fundamental. Na próxima seção, discute-se o movimento estudantil como elemento da formação omnilateral dos discentes da Educação Profissional e Tecnológica, explorando como a participação ativa dos estudantes em coletivos e mobilizações contribui para a construção de uma

educação integral, crítica e transformadora, alinhada às demandas contemporâneas da sociedade e do mundo do trabalho.

Ressalta-se que, nesta pesquisa, as técnicas e instrumentos de análise de dados são entendidos como procedimentos utilizados para organizar, descrever e interpretar as informações coletadas. De acordo com Oliveira (2008, p. 2): “O objetivo principal da análise de conteúdo pode ser sintetizado em manipulação das mensagens, tanto do seu conteúdo quanto da expressão desse conteúdo, para colocar em evidencia indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a mesma da mensagem”.

Oliveira (2008, p. 2) ainda destaca sua aplicação quanto as técnicas e instrumentos de análise de dados de conteúdo em uma pesquisa referente as fontes de informação:

Em termos de aplicação, a análise de conteúdo permite o acesso a diversos conteúdos, explícitos ou não, presentes em um texto, sejam eles expressos na axiologia subjacente ao texto analisado; implicação do contexto político nos discursos; exploração da moralidade de dada época; análise das representações sociais sobre determinado objeto; inconsciente coletivo em determinado tema; repertório semântico ou sintático de determinado grupo social ou profissional; análise da comunicação cotidiana, seja ela verbal ou escrita, entre outros.

Diante dessas alusões, a pesquisa utilizou estes meios para se apropriar das informações adequadas. A técnica de análise de dados foi a qualitativa, com ênfase na análise categorial do conteúdo, a fim de analisar as entrevistas com estudantes sobre suas experiências com o movimento estudantil, sua importância, e pontos positivos e negativos desse movimento social, para identificar categorias relacionadas aos motivos dos estudantes para participarem do movimento, às atividades do movimento e aos impactos deste na vida deles.

Mediante a escolha do processo de análise de dados categorial do conteúdo, a pesquisa seguiu as seguintes etapas: organização dos dados, identificação de categorias, atribuição de dados às categorias e interpretação dos dados recolhidos.

2.3 O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO ELEMENTO DA FORMAÇÃO OMNILATERAL DOS DISCENTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Os Institutos Federais (IFs) têm como missão oferecer uma formação omnilateral, ou seja, uma formação completa que desenvolve o indivíduo em suas múltiplas dimensões — intelectual, social, cultural, ética e profissional —, preparando-o para atuar de forma crítica e consciente na sociedade. Contudo, observa-se que, em muitos desses institutos, as associações atléticas acadêmicas — conhecidas como atléticas — têm ocupado um espaço significativo na vida estudantil, muitas vezes em detrimento dos movimentos estudantis tradicionais, como os grêmios

estudantis. Segundo estudo publicado na *Educação e Pesquisa* (2023), as atléticas têm se destacado por promoverem atividades esportivas, culturais e sociais que atraem grande parte do engajamento estudantil, criando uma dinâmica de participação que, embora relevante, pode deslocar o foco das lutas políticas e reivindicatórias historicamente conduzidas pelos movimentos estudantis (Silva; Almeida, 2023).

Esta tendência também é observada em outras instituições de ensino, como nas universidades do município de Tucuruí-PA, onde as associações atléticas acadêmicas exercem papel central na organização estudantil, promovendo integração e lazer, mas com menor ênfase na mobilização política e social (Santos; Pereira, 2021). A predominância das atléticas pode contribuir para a despolarização do ambiente estudantil, sobretudo em cursos técnicos e no Ensino Médio dentro dos IFs, nos quais o grêmio estudantil tradicionalmente representava a voz dos estudantes na defesa de direitos e na construção de uma educação crítica e participativa. A substituição do movimento estudantil por atividades esportivas e recreativas, mesmo que importante para o desenvolvimento social, pode enfraquecer a formação cidadã e a capacidade de mobilização coletiva dos discentes.

Logo, é fundamental refletir criticamente sobre o papel das atléticas nos IFs e nas escolas secundaristas, buscando um equilíbrio entre a valorização das práticas esportivas e culturais e a manutenção de espaços efetivos de organização política estudantil. Conforme apontam De Araújo, Rocha e Bosse (2018), a monocultura esportiva nas instituições educacionais pode limitar a diversidade de experiências e a formação crítica dos estudantes, sendo necessário ampliar as possibilidades de participação para que o movimento estudantil recupere seu protagonismo na defesa dos direitos e na transformação social. Assim, fortalecer os grêmios estudantis e outras formas de organização política é essencial para garantir que os IFs cumpram sua missão de formar cidadãos críticos, conscientes e atuantes.

A formação omnilateral na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) constitui-se como resposta crítica à fragmentação imposta pelo capitalismo, integrando dimensões técnicas, humanísticas e políticas em um projeto pedagógico emancipatório. Inspirada nas reflexões de Marx sobre a totalidade humana e em Gramsci quanto ao papel dos intelectuais orgânicos, esta concepção procura superar a dicotomia entre trabalho manual e intelectual, formando sujeitos capazes de intervir na realidade com autonomia crítica. Ao articular saberes técnicos, reflexão ética e análise social, a omnilateralidade ressignifica a educação profissional como processo de humanização integral, distante da mera adaptação ao mercado.

Nesse contexto, o movimento estudantil emerge como espaço privilegiado de práxis coletiva, em que se concretizam os princípios da formação omnilateral. Por meio da participação em assembleias, greves e projetos pedagógicos autônomos, os discentes da EPT experienciam a integração entre conhecimento técnico, consciência política e ação transformadora. Esta dinâmica

não apenas fortalece a luta por direitos, como também redefine a educação como processo dialógico, em que a técnica se entrelaça à construção de uma sociedade justa e democrática.

A formação omnilateral surge como antítese à fragmentação imposta pelo capitalismo, integrando dimensões técnicas, humanísticas e críticas, e, inspirada em Marx e Gramsci, propõe superar a dicotomia entre trabalho manual e intelectual, formando sujeitos capazes de intervir na realidade com autonomia e consciência política. Nesse momento, o movimento estudantil se configura como espaço privilegiado para a prática coletiva, articulando saberes técnicos, participação democrática e lutas por direitos, elementos centrais para uma educação emancipatória.

O Ensino Médio integrado sob a perspectiva da formação omnilateral em relação à EPT busca uma prática educativa de maneira interdisciplinar, que articule trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Dessa forma, a Educação Profissional está comprometida com a formação humana, que pense na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo. A educação omnilateral espera fomentar a dignidade do ser humano em formação intelectual, respeitar a diversidade e identidades culturais contidas em realidades sociais distintas no universo dentro e extraescolar e garantir que os sujeitos sejam capazes de lutar por melhores condições de vida, de entender seus papéis como trabalhadores e cidadãos críticos e conscientes de seus direitos plenos, pessoas que sigam em busca da transformação pessoal, coletiva e contextual, questões estas de caráter essencial para a educação omnilateral.

O Ensino Médio Integrado (EMI) é uma modalidade educacional oferecida principalmente pelos Institutos Federais de Educação, que articula a formação profissional técnica com o Ensino Médio regular, representando, com isso, uma das modalidades da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), proporcionando aos estudantes uma formação integrada que combina conhecimentos técnicos e conteúdo do Ensino Médio.

Os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio oferecidos pelos IFs fundamentam-se nos princípios da formação integrada, omnilateral e politécnica. Segundo Ciavatta (2014), estes conceitos, embora distintos, articulam-se em prol de um projeto educativo, que visa superar a fragmentação histórica do ensino, característica da educação capitalista. A autora destaca que a formação integrada procura unir teoria e prática; a omnilateral propõe o desenvolvimento humano em todas as dimensões (técnica, ética, política), e a politécnica enfatiza a relação entre ciência, tecnologia e sociedade. Juntas, convergem para uma educação plena e emancipatória, direcionada à classe trabalhadora, não como discurso abstrato, mas como práxis transformadoras no cotidiano das políticas educacionais.

Marise Ramos (2008) esclarece que a politecnia não se refere ao domínio de múltiplas técnicas ou à formação de um trabalhador multitarefa. Pelo contrário, ela diz respeito a uma formação ampla, que oferece ao indivíduo maiores possibilidades de escolha diante do mundo do

trabalho. Logo, a politecnia visa proporcionar uma educação que capacite o sujeito a compreender criticamente as relações sociais e produtivas, ampliando sua autonomia e capacidade de intervenção no contexto laboral e social.

Segundo Saviani (2007), o conceito de politecnia, no contexto do ensino integrado, não deve ser compreendido pelo seu sentido etimológico literal, que significa “múltiplas técnicas”, mas, sim, por seu valor semântico, construído historicamente. Para o autor, no Ensino Médio, a relação entre ensino e trabalho deve ser direta e explícita, diferentemente do Ensino Fundamental, no qual essa relação ocorre de maneira indireta e implícita. Na etapa final da Educação Básica, é fundamental recuperar a conexão entre os conhecimentos teóricos e a prática do trabalho. Assim, não basta apenas dominar os conhecimentos básicos e gerais que contribuem para as práticas produtivas, mas torna-se necessário explicitar como a ciência e os saberes científicos se articulam e se materializam como recursos nos processos produtivos, promovendo o domínio tanto da teoria, quanto da prática envolvida na produção.

O próximo capítulo apresenta os resultados e discussões que surgem a partir das respostas dos/as jovens no questionário entregue no início de cada oficina.

3. CAPÍTULO - O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO IFAC E ANÁLISES DAS OFICINAS FORMATIVAS COMO PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NA REALIDADE PESQUISADA

A pesquisa quantitativo-qualitativa, como destacaram Batista et al. (2021) e Prebemida (2013), possibilitou a triangulação de dados: enquanto as perguntas fechadas geraram informações passíveis de análise estatística, como percentuais de participação e grau de interesse, as perguntas abertas revelaram nuances subjetivas, como motivações e críticas. Esta combinação mostrou-se essencial para um estudo que buscou, simultaneamente, quantificar padrões e interpretar significados sociais.

A utilização de questionários em pesquisas sociais é uma estratégia metodológica consolidada para captar percepções, comportamentos e opiniões de forma padronizada e sistemática. Segundo Gil (2008), o questionário foi definido como um instrumento de investigação composto por perguntas que visaram coletar dados sobre conhecimentos, atitudes e práticas dos participantes, garantindo comparabilidade e uniformidade nas respostas.

No contexto do movimento estudantil e da formação de um grêmio estudantil, a técnica permitiu mapear as demandas, expectativas e desafios enfrentados pelos estudantes, oferecendo subsídios relevantes para a compreensão das dinâmicas coletivas e políticas envolvidas.

Como ressaltaram Chaer, Diniz e Ribeiro (2012), a padronização das perguntas assegurou que todos os respondentes interpretassem as questões de forma uniforme, o que facilitou a análise comparativa dos dados. Além disso, a aplicação prévia dos questionários, realizada antes das oficinas, permitiu estabelecer um diagnóstico inicial, essencial para orientar as intervenções pedagógicas de maneira alinhada às necessidades reais dos estudantes.

3.1 AS ORGANIZAÇÕES ESTUDANTIS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – ACRE (IFAC) – ANÁLISE SEM CONTATO DIRETO COM OS SUJEITOS DA PESQUISA

Esta seção foi iniciada com a apresentação das organizações estudantis presentes no Instituto Federal do Acre (IFAC), especificamente no campus Rio Branco, e com a descrição de como se estruturavam. Após a realização de um levantamento, foram identificadas as organizações atuantes no referido campus.

No que tange à existência formal dentro da instituição, destacaram-se os grêmios estudantis — foco central deste estudo —, bem como outras organizações, como o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e as atléticas, cuja presença formal na instituição foi verificada, cada uma com seus objetivos específicos de atuação.

Ressalta-se que, para obter as informações, foi preciso recorrer a um núcleo interno da própria instituição e o acesso aos dados sobre a assistência aos movimentos estudantis exigiu a solicitação formal, por meio de ofício, para que fossem disponibilizadas as informações necessárias à realização deste estudo.

O Núcleo de Assistência ao Estudante (NAES) do IFAC é o setor responsável por promover, monitorar e acompanhar ações de assistência estudantil, com o objetivo de garantir o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes na instituição. Sua função central consiste em oferecer apoio social, econômico e psicopedagógico aos alunos, visando a redução das desigualdades, o suporte de estudantes em situação de vulnerabilidade e a contribuição para o desenvolvimento acadêmico e pessoal. Uma de suas atribuições é atuar em todos os campi do IFAC, com equipes específicas para cada unidade, o que facilita o atendimento descentralizado aos estudantes.

O NAES configura-se, portanto, como um núcleo fundamental para a política de assistência estudantil do IFAC, atuando de forma articulada com outros setores institucionais para assegurar que os estudantes tenham o suporte necessário ao longo de sua trajetória acadêmica. Com base nos documentos solicitados, especialmente nos editais enviados pelo NAES — disponíveis integralmente no Apêndice A e Apêndice B —, foram analisados os dois editais (Edital nº 01/2018 e Edital nº 01/2022), que forneceram as informações sobre o início e o encerramento das atividades do grêmio estudantil na instituição, campus Rio Branco, Acre.

A partir do edital das eleições para o Grêmio Estudantil do IFAC – campus Rio Branco, foram extraídas as principais informações para inserção e análise neste estudo.

O edital analisado foi o Edital nº 01/2018, publicado pela Comissão Eleitoral do IFAC – campus Rio Branco. O documento referiu-se ao processo eleitoral para o Grêmio Estudantil dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e, embora datado de 2018, tratou especificamente da eleição para a gestão do ano de 2022, como constava no cabeçalho e no corpo do texto.

De acordo com o edital, as inscrições das chapas foram realizadas no período de 20 a 25 de junho de 2022, por meio de formulário disponibilizado pela comissão eleitoral. A eleição ocorreu no dia 6 de julho de 2022, das 8h às 12h20. O processo foi conduzido por uma comissão composta por representantes das turmas e membros institucionais, responsáveis por divulgar, organizar e coordenar todas as etapas do pleito.

Estas informações comprovaram a existência de processos formais para a eleição e funcionamento do Grêmio Estudantil no IFAC – campus Rio Branco, evidenciando o compromisso institucional com a promoção da participação estudantil e o fortalecimento do movimento estudantil na instituição.

O Edital nº 01/2022, publicado em 17 de junho de 2022 pelo IFAC – campus Rio Branco, regulamentou o processo eleitoral para a escolha da diretoria do Grêmio Estudantil dos Cursos

Técnicos Integrados ao Ensino Médio para a gestão de 2022. O documento convocou todos os estudantes regularmente matriculados nos cursos técnicos de Informática para Internet, Redes de Computadores e Edificações a participarem do pleito, detalhando as etapas, prazos e regras do processo.

As inscrições das chapas ocorreram de 20 a 25 de junho de 2022, seguidas pelo período de campanha entre 27 de junho e 1º de julho. O debate entre os candidatos foi realizado em 5 de julho, e a votação aconteceu no dia 6 de julho, das 8h às 12h20. A apuração e a divulgação dos resultados foram feitas no mesmo dia, com previsão de posse da chapa vencedora para 11 de julho de 2022.

O edital estabeleceu ainda a estrutura da diretoria do grêmio, composta por presidente, vice-presidente, secretário-geral, tesoureiro-geral, diretor social/imprensa e diretor de esportes/cultura, e garantiu a transparência do processo por meio da atuação de uma comissão eleitoral e da possibilidade de apresentação de recursos. O mandato da diretoria eleita foi definido como de um ano e ao final do qual um novo processo eleitoral deveria ser iniciado.

Com base nas informações fornecidas pelo NAES e nos editais analisados, identificaram-se indícios da formação inicial do grêmio estudantil a partir de 2018, possivelmente voltada para a gestão de 2019, bem como dados provenientes do segundo edital, de 2022, que regulamentou a gestão de 2023.

Outra fonte consultada destacou o Diretório Central dos Estudantes (DCE) do Instituto Federal do Acre – campus Rio Branco como uma entidade estudantil responsável por representar os estudantes do Ensino Superior na instituição, defender seus interesses e promover sua participação ativa. Embora não tenham sido encontrados registros públicos detalhados sobre a data exata de sua criação, constatou-se que o DCE atuava de forma organizada há vários anos, desenvolvendo ações voltadas ao engajamento estudantil, como campanhas sociais, eventos culturais e articulação política, com o objetivo de fortalecer o protagonismo juvenil no campus.

O IFAC – campus Rio Branco iniciou suas atividades em 2010, e o DCE provavelmente foi constituído pouco tempo depois, acompanhando a consolidação da instituição e o crescimento do corpo discente, e desempenhou papel fundamental na construção de espaços de diálogo entre os estudantes e a gestão institucional, promovendo a representação estudantil e a defesa dos direitos dos alunos. Entre suas iniciativas, destacaram-se parcerias para ações solidárias e o incentivo à participação democrática, reforçando seu compromisso com a formação cidadã e a integração da comunidade acadêmica.

Para obter informações mais precisas, foi realizada uma entrevista presencial com o atual presidente da entidade no campus Rio Branco, Acre, em 04 de junho de 2025, sendo transcrita. A seguir, apresentaram-se as perguntas e as respectivas respostas.

Com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre a dinâmica e a relação entre o DCE, o grêmio estudantil e as atléticas na instituição, bem como identificar as dificuldades enfrentadas por essas entidades e suas expectativas, apresentou-se um questionário autoaplicável e semiestruturado (Apêndice A). As respostas foram organizadas por temas, categorias e falas do entrevistado, proporcionando uma visão mais clara do contexto institucional, conforme relato do representante da entidade estudantil (DCE), como pode ser observado a seguir.

Quadro 2 – Tema, categoria e fala do presidente do DCE do IFAC – Campus Rio Branco (2025).

Tema	Categoria	Unidade de contextos/Falas dos entrevistados
2. Tempo de mandato do representante do DCE	Renovação e Governança da Representação Estudantil	“duração de dois anos” para o mandato do DCE.
3. Situação do DCE e do Grêmio Estudantil no momento da posse.	Estado Organizacional e Atividade das Entidades Estudantis	“DCE inativo na posse; Grêmio ativo, mas sem continuidade após formatura dos membros”.
5. Processo de escolha dos representantes do Grêmio Estudantil.	Processo Eleitoral e Critérios de Participação no Grêmio Estudantil	” Chapas do Grêmio compostas só por alunos do 3º ano, excluindo 1º e 2º anos”.
6. Apoio institucional ao DCE, Grêmio e atléticas.	Apoio Institucional e Relação com as Entidades Estudantis	“DCE e Grêmio recebem pouco apoio institucional; atléticas têm mais apoio”.
7. Fragilização das reivindicações estudantis sem o Grêmio.	Representação Estudantil nas Reivindicações junto à Direção	“Reivindicações estudantis focadas em esporte e lazer; questões políticas e estruturais ficam desassistidas sem o Grêmio”.

Fonte: elaborado pelo pesquisador com base no instrumento de coleta de dados.

Vale ressaltar que, para se obter uma melhor compreensão da entrevista realizada, as perguntas foram divididas em dois blocos, com base em critérios de relevância e impacto para a compreensão do contexto estudado. As perguntas consideradas mais importantes abordaram aspectos centrais da atuação e dos desafios enfrentados pelas entidades estudantis, enquanto as menos relevantes forneceram informações complementares, como tempo de mandato, espaço físico e número de atléticas, que ajudaram a contextualizar, mas não influenciaram diretamente as análises principais.

Este critério de classificação priorizou o conteúdo, que ofereceu maior profundidade para a avaliação da representatividade, do funcionamento e das dificuldades enfrentadas pelo DCE, pelo grêmio estudantil e pelas atléticas. Já as perguntas menos relevantes trouxeram dados descritivos ou informativos, úteis para detalhar o cenário, mas que não alteraram significativamente a compreensão dos processos e dinâmicas estudantis.

A organização facilitou uma análise mais objetiva e focada. Além disso, a divisão considerou a influência das respostas no desenvolvimento de estratégias e propostas de melhoria para a representação estudantil. Ao separar as perguntas dessa forma, foi possível direcionar esforços para os temas que demandavam maior atenção, ao mesmo tempo em que se manteve o registro das informações básicas que compuseram o panorama geral do campus. Esta abordagem seguiu princípios de objetividade e relevância, essenciais para uma avaliação sistemática e eficiente.

A análise da entrevista evidenciou que a principal dificuldade enfrentada pelo DCE e pelo Grêmio Estudantil no IFAC – campus Rio Branco foi a falta de apoio institucional, tanto em termos de infraestrutura, quanto de incentivo à participação estudantil. O entrevistado destacou a ausência de espaço físico adequado, a limitação do processo eleitoral do grêmio apenas aos alunos do terceiro ano e a baixa valorização das entidades representativas, em contraste com o maior suporte concedido às atléticas. A situação resultou em uma representação estudantil fragilizada, com reivindicações restritas ao âmbito esportivo e de lazer, deixando de lado questões políticas e estruturais essenciais para a comunidade acadêmica.

O presidente sugeriu a necessidade de ampliar a participação democrática, incluindo estudantes de todos os anos nas chapas do grêmio, e reforçou a importância de maior envolvimento da gestão institucional no fortalecimento dessas entidades. A análise revelou ainda que a rotatividade dos membros e a falta de continuidade nas gestões dificultaram a consolidação do movimento estudantil, tornando urgente a adoção de estratégias que promovam a inclusão, a formação de lideranças e o diálogo permanente entre estudantes e direção.

Após a entrevista com o presidente do DCE, foi entrevistado um dos padrinhos das atléticas³ do campus Rio Branco, que também é docente da instituição. Esta etapa buscou complementar a compreensão sobre a atuação das entidades estudantis, especialmente no que diz respeito à organização, apoio institucional e participação dos estudantes nas atividades esportivas e culturais. As respostas fornecidas pelo representante de uma das atléticas trazem uma perspectiva importante sobre o funcionamento destas organizações, destacando suas contribuições e desafios, além de possibilitar uma comparação com as informações obtidas junto ao DCE. A seguir,

³ Atléticas estudantis, ou Associações Atléticas Acadêmicas (AAAs), são organizações sem fins lucrativos, geridas pelos próprios estudantes, que promovem o esporte, a cultura e a integração no ambiente educacional. Seu objetivo principal é fortalecer o espírito de equipe, desenvolver liderança e melhorar a qualidade de vida estudantil, funcionando também como espaços de socialização e identidade acadêmica. Internacionalmente, surgiram no século XIX em universidades europeias e norte-americanas, vinculadas ao associativismo estudantil e à tradição esportiva universitária (LinkedIn, 2024).

apresentam-se as perguntas e as respectivas respostas do representante, que enriquecem a análise do protagonismo estudantil no campus.

Antes de categorizar as informações de um dos representantes das atléticas no campus Rio Branco, foi feita uma síntese a respeito das atléticas, trazendo informações teóricas sobre a entidade. De acordo com Facundes, Prado e Felix (2022), as Associações Atléticas Universitárias (AAAs) têm origem nos Estados Unidos, onde o esporte universitário integra o planejamento acadêmico e a identidade das instituições de Ensino Superior. No Brasil, chegaram na década de 1930, trazidas por estudantes influenciados por esse modelo internacional. As AAAs têm como objetivos principais promover e coordenar práticas esportivas, além de fomentar a integração social e acadêmica dos estudantes, contribuindo para o engajamento e a permanência dos alunos nas instituições. Elas organizam ainda campeonatos, eventos sociais e ações comunitárias, fortalecendo o vínculo entre estudantes e universidade.

Os autores (2022) apontam que, embora as atléticas sejam focadas no esporte e na socialização, diferem dos movimentos secundaristas, como os grêmios estudantis, que têm uma atuação mais política e reivindicatória, pois há uma distinção clara em suas funções e objetivos dentro do ambiente acadêmico, e concluem que a identificação dos estudantes com as atléticas é um fator importante para o engajamento estudantil e para o fortalecimento da relação entre alunos e instituições, o que pode contribuir para a redução da evasão e o desenvolvimento pessoal e coletivo dos universitários.

Rodrigues (2008) destaca que o movimento estudantil no Brasil tem raízes em lutas sociais e políticas, sendo fundamental para a formação crítica dos estudantes e para a defesa da educação pública e de qualidade, e evidencia que, historicamente, entidades como os grêmios estudantis e diretórios acadêmicos tiveram papel central na organização política dos estudantes, enquanto as atléticas, originadas no Ensino Superior dos Estados Unidos, surgiram com foco no esporte e integração social, sendo posteriormente incorporadas ao contexto brasileiro, inclusive no Ensino Médio, quando passaram a substituir em parte os grêmios estudantis em algumas escolas.

Oliveira (2016) analisa a gestão organizacional das AAAs do Distrito Federal, destacando que, apesar de sua importância para a integração e promoção do esporte universitário, a maioria das atléticas ainda apresenta práticas gerenciais amadoras e carece de capacitação em gestão. Ainda de acordo com Oliveira, representam diversos cursos e instituições, mas não adotam plenamente ferramentas essenciais de administração, o que limita seu potencial de atuação e desenvolvimento. Como conclusão, salienta a necessidade de profissionalização das diretorias para garantir maior eficiência, sustentabilidade e impacto positivo das entidades no ambiente acadêmico.

As AAAs, de acordo com Gomes (2023), surgiram oficialmente em 1941, por meio do Decreto-Lei nº 3.617, durante a ditadura de Getúlio Vargas, como anexos dos diretórios

acadêmicos, com o objetivo inicial de promover a prática esportiva e competições nas universidades. Esse período foi marcado por uma forte tutela estatal e militar, que utilizou as atléticas para controlar e desmobilizar politicamente os estudantes, afastando-os das organizações políticas tradicionais, como os grêmios e diretórios, que tinham papel contestatório contra o regime. A regulamentação das atléticas refletia uma tentativa de moldar a juventude universitária dentro de um projeto nacionalista e autoritário, com forte influência dos regimes fascistas europeus, e a Educação Física era vista como instrumento de formação cívica e física sob supervisão militar.

As AAAs surgiram no Brasil sobretudo nos cursos de Medicina, Direito e Engenharia, com o objetivo de fomentar o esporte e promover a integração entre estudantes do ensino superior. Embora criadas para o lazer e a prática esportiva, as atléticas ganharam força durante o Estado Novo, quando passaram a ser institucionalizadas como anexos dos diretórios acadêmicos, muitas vezes ocupando o espaço das entidades políticas estudantis e contribuindo para o esvaziamento do movimento estudantil tradicional. Com o tempo e com o olhar na atualidade, o modelo das atléticas foi se expandindo e, diante da fragilidade ou ausência dos grêmios estudantis, especialmente em contextos de repressão política, passou a ocupar funções de representação e socialização também no Ensino Médio, embora com foco prioritário no esporte e menos na política. Este processo reflete uma mudança no perfil da organização estudantil, em que as atléticas, mais voltadas ao entretenimento e à integração, acabam por suprimir ou substituir, em parte, o papel político dos grêmios, principalmente em escolas que valorizam mais o esporte do que a participação política dos alunos.

De acordo com Gomes, o crescimento das atléticas, especialmente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), expressa uma nova dinâmica de organização estudantil, marcada pela busca de espaços de socialização e empreendedorismo, porém, com menor engajamento político. A formalização dessas entidades, muitas vezes vinculadas a patrocínios privados e ao Estado, levanta questões sobre a autonomia estudantil e o esvaziamento da luta política tradicional dos grêmios e centros acadêmicos. O autor conclui que as atléticas, apesar de fortalecerem a integração social e esportiva, não substituem as funções políticas dos movimentos estudantis, sendo necessário repensar as alternativas que promovam também a participação política e a autonomia dos estudantes nas universidades.

O enfraquecimento dos grêmios estudantis nas últimas décadas pode ser entendido em relação direta ao declínio da força organizativa dos partidos de esquerda, tradicionalmente responsáveis por formar lideranças no espaço escolar. Historicamente, muitos dirigentes de grêmios migraram para carreiras políticas, sobretudo ligadas a partidos progressistas, configurando os grêmios como espaços de formação política e cidadania (Gohn, 2014). No

entanto, a perda de centralidade desses partidos no cenário nacional reduziu a influência direta sobre o movimento estudantil, enfraquecendo sua capacidade de mobilização.

Paralelamente, o crescimento das atléticas universitárias e escolares reforça uma lógica de sociabilidade marcada pelo consumo, pela competição esportiva e pelo entretenimento, distanciando os estudantes das práticas políticas tradicionais (Mendonça, 2019). Este processo reflete um deslocamento cultural, em que as agendas coletivas são substituídas por experiências individualizadas, contribuindo para a redução do protagonismo estudantil crítico. Assim, a crise dos partidos de esquerda reverbera diretamente no enfraquecimento dos grêmios, ao mesmo tempo em que o espaço simbólico da juventude é ocupado por formas de participação mais alinhadas ao mercado.

Apesar de os movimentos estudantis representarem um espaço pedagógico fundamental dentro da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), nas últimas décadas, tem-se observado um enfraquecimento progressivo dessas organizações. Este fenômeno se associa à intensificação das políticas neoliberais no Brasil a partir dos anos 1990. As últimas décadas do século XX, segundo Ramos (2010, p. 46), foram caracterizadas pelos “preceitos da flexibilidade e do individualismo, respaldados pelo neoliberalismo econômico e pela cultura pós-moderna”.

Nesse cenário, a crise do emprego e a imposição de um novo padrão de sociabilidade capitalista – marcado pela desregulamentação econômica e flexibilização das relações e direitos sociais – tornam cada vez mais frágil a possibilidade de projetos pessoais alinhados a projetos de nação e sociedade. Um possível projeto de futuro, nesse contexto, deixa de ter relação com coletividade ou construção de sociedade e passa a ser fundamentalmente individual (Ramos, 2010). Em razão disso, o coletivo perde espaço para os desejos individuais, com impactos negativos sobre lutas coletivas e interesses sociais, resultando em desinteresse e menor atuação coletiva. Isso afeta todos os movimentos sociais, incluindo os estudantis, pois, segundo Meireles (2021, p. 102), o neoliberalismo e suas ramificações contribuem para a “fragilização e desmobilização das organizações coletivas”.

Discursos neoliberais, conforme Barroco (2011), são baseados no individualismo e na competição e alteram comportamentos por meio do consumismo e da competição como formas de controle. O extremo da valorização da posse privada sobre as relações humanas constitui o *ethos* dominante da sociedade contemporânea, que o shopping como templo, o mundo virtual como reino, mitos e ídolos do consumismo como narrativas centrais –, tudo incentivando o distanciamento da vida pública e política (Barroco, 2011). Nesse discurso, tudo se torna mercadoria, até as relações humanas. A lógica do *networking*, ou seja, construir redes de contatos influentes para acessar oportunidades, reproduz uma perspectiva gerencial e econômica da vida social, bastante visível na educação brasileira, que adota formas de organização similares ao empresariado. O ideal do “empresário de si mesmo” recai sobre o indivíduo, com total

responsabilidade por sucessos e fracassos, ignorando processos históricos, sociais e políticos mais amplos (Andrade, 2021).

De acordo com Carrano (2002), mesmo existindo legislação que garanta formalmente a organização estudantil, ainda persiste um quadro de desmobilização e desinteresse por esse tipo de participação política, o que torna necessário ampliar os estudos na área educacional. Em 2025, mais de duas décadas após o alerta de Carrano, ainda se observa um cenário de desmobilização e desestímulo à participação política da juventude, situação agravada por governos ultraconservadores e iniciativas como o “Escola sem Partido”, que buscam restringir o debate político nos ambientes escolares (Meireles, 2021).

O Movimento Escola sem Partido (ESP) tem sido criticado por estudiosos como Karla Saraiva e Juliana Ribeiro de Vargas por seu caráter de controle ideológico sobre docentes e estudantes, limitando a liberdade de ensino e o pluralismo de ideias na escola. No artigo *Os perigos da Escola sem Partido* (2017), elas mostram como esse tipo de iniciativa tende a cercear debates políticos, diminuindo a participação crítica dos estudantes. A restrição teórica pode enfraquecer os movimentos estudantis tradicionais, cuja ação depende justamente da liberdade de expressão e da mobilização política nos espaços acadêmicos.

Em outro estudo, *Escola ‘sem’ partido: em torno de uma formação discursiva* (Pereira, 2019), analisa-se como o discurso do Escola sem Partido constrói uma noção de neutralidade que, na prática, mobiliza ideias conservadoras sobre moral, ideologia religiosa e política. Este discurso, argumenta Pereira, pode gerar desestímulo em alguns estudantes de esquerda ou de outras convicções para atuação mais pública, pois cria ambiente onde manifestações estão submetidas à vigilância e restrições. Isso pode favorecer discursos menos polarizados ou mais “neutros”, contribuindo para que entidades estudantis optem por intervenções mais discretas ou organizadas institucionalmente, eventualmente deslocando energia para atividades menos visivelmente políticas, como culturais ou esportivas, como poderiam ser as atléticas.

Frigotto (2018) analisa como, em contextos de “estado de exceção”, surgem mecanismos institucionais e culturais que limitam a produção do conhecimento educativo, impondo limites à reflexão crítica e à autonomia escolar. Este cenário favorece iniciativas como o Escola Sem Partido, que pretendem restringir o conteúdo político, filosófico e histórico em sala de aula, reduzindo a função emancipatória da educação.

A partir de Frigotto (2018), entende-se que o “estado de exceção” na educação não é apenas formal, mas simbólico, pois currículos, professores, e políticas públicas sofrem pressões para centrar conteúdos técnicos ou neutros, evitando debates políticos que possam gerar “desconforto ideológico”. A neutralização impede que alunos de cursos técnicos integrados adquiram consciência sobre participação estudantil ou funcionem os grêmios como espaços de formação política crítica, pois o ambiente escolar deixa de facilitar essas discussões.

Em estudos como *Linguagem, poder e ideologia: uma análise crítica discursiva do Escola Sem Partido* (Silva, 2020), observa-se que o discurso do Escola Sem Partido funciona para legitimar uma educação apolítica, promovendo a ideia de neutralidade como se ela fosse ideologicamente neutra. O discurso favorece práticas de evasão política institucional e permite que perfis menos politizados ou mais voltados para interesses pessoais, como atléticas, ganhem espaço socialmente reconhecido, em detrimento de espaços coletivos de luta política estudantil.

Por fim, quando se considera a formação de docentes (como discutido em *Escola sem Partido: formação docente na base da discussão*, de Silva & Romagnani, 2019), nota-se que muitos professores reportam medo de serem denunciados ou acusados de “doutrinação”, o que leva a autocensura. Esta dinâmica corrói a confiança institucional dos estudantes no grêmio estudantil como espaço legítimo de reivindicação, reduzindo sua influência. Assim, a Escola Sem Partido, mais do que uma lei ou proposta oficial, torna-se parte de um ecossistema ideológico que privilegia o individualismo, o conformismo e o consumo simbólico sobre a ação política coletiva.

No entanto, há pouco ou nenhum embasamento empírico específico que demonstre que o Escola sem Partido amplificou diretamente as atléticas como alternativa ao movimento estudantil político-organizado. A maioria dos estudos denuncia limitação no debate, perseguição a professores ou autocensura entre estudantes, em vez de realinhamentos organizacionais evidentes para atléticas. A UBES, a UNE e outras entidades seguem relatando atos públicos, ocupações, protestos, o que indica que o movimento estudantil político ainda mantém relevância, apesar das pressões.

Por fim, a teoria dos movimentos sociais sugere que, em contextos de conflito ideológico e restrições institucionais (porque foi isso que o Escola sem Partido procurou estabelecer em certas propostas), alguns atores optam por estratégias de evasão ou de mudança de foco, com menos confrontação direta, mais atividades culturais, esportivas ou corporativas. Autores como Tarrow (2005) e Scott (1990) discutem como o controle político pode induzir formas sutis de resistência ou deslocamento de foco. Se as atléticas estiverem crescendo, poderia ser parte dessa lógica: espaços menos controversos, mais aceitos institucionalmente, mas nem por isso desprovidos de valor político. Esta hipótese, porém, precisa ser investigada com dados de campo.

Meireles (2021) aponta que a pandemia agravou ainda mais o impacto perverso do neoliberalismo sobre a juventude, gerando uma crescente precarização do trabalho e impulsionando jovens ao empreendedorismo. A lógica do “indivíduo-empresa” desconstrói a noção de consciência de classe conquistada nas lutas por organizações, coletivos e sindicatos, visto que, para o neoliberalismo, quanto mais fragmentada a classe trabalhadora, melhor.

De acordo com Ramos (2010), Meireles (2021), Barroco (2011), o surgimento e fortalecimento das atléticas refletem a lógica neoliberal que permeia a estrutura social contemporânea. Estas entidades privilegiam o individualismo, a competição e o *networking* em

espaços de sociabilidade orientados pelo consumo, o que pode mascarar ou esvaziar as pautas coletivas dos movimentos estudantis, e redirecionam, com isso, energias que antes impulsionavam as reivindicações políticas coletivas, contribuindo para a desmobilização e fragmentação dos movimentos de luta estudantil.

O surgimento e fortalecimento das atléticas não podem ser compreendidos apenas como um fenômeno espontâneo de sociabilidade estudantil, mas como parte de uma lógica neoliberal que perpassa a estrutura social e educacional. Por trás do apelo esportivo, festivo e competitivo, há uma dimensão política implícita, que contribui para desviar a atenção dos estudantes de pautas coletivas e críticas. Assim, as atléticas acabam funcionando como instrumentos de neutralização das lutas estudantis, fortalecendo práticas alinhadas ao individualismo e à lógica de mercado em detrimento da organização política dos grêmios e movimentos de contestação. Afinal, ao privilegiarem o individualismo, a competição e o *networking* em espaços de sociabilidade orientados pelo consumo, acabam por mascarar ou esvaziar as pautas coletivas, redirecionando energias e interesses que anteriormente impulsionavam os movimentos de reivindicação política dos estudantes.

O artigo *Neoliberal student activism in Brazilian higher education: The Case of 'Students for Liberty Brasil* (Coggo Cristofolletti; Serafim, 2022) mostra que as organizações estudantis com perfil neoliberal tendem a enfatizar liderança individual, redes de influência e empreendedorismo estudantil, em vez de mobilizações coletivas robustas. Estas organizações competem por visibilidade, recursos e pertencimento institucional, características que se assemelham às atléticas na sua lógica de competição, status e sociabilidade personalizada. Este tipo de ativismo estudantil neoliberal é uma forma de adaptação às pressões do mercado e pode contribuir para deslocar o foco de demandas políticas coletivas para interesses mais individualizados.

No estudo *Neoliberalism and its reflexes on public policies in Brazilian education* (Maria Lucia Rodrigues et al., 2023), há uma discussão sobre como políticas educacionais no Brasil vêm sendo moldadas por uma contrarrevolução neoliberal, com cortes, austeridade, privatizações e flexibilização. Este quadro institucional cria incentivos para que estudantes se envolvam mais em atividades que gerem retorno imediato — empregos, redes de contatos, destaque pessoal — do que em mobilizações políticas de longo prazo. A competição e o *networking* se tornam mais valorizados dentro e fora da escola, o que pode tornar as entidades estudantis políticas menos centrais para estudantes que buscam visibilidade ou ascensão social.

Outra reflexão relevante está no artigo *Educação Física, Competição e Sociabilidade Capitalista*, de Nildo Viana (UFG), que analisa como a competição na Educação Física é socialmente naturalizada e como ela participa da construção de uma mentalidade competitiva amplamente aceita socialmente. Viana argumenta que esses espaços — embora não sejam espaços políticos tradicionais — contribuem para reforçar valores individuais, desempenho e comparação,

valores muito compatíveis com uma cultura neoliberal que tende a diluir valores coletivos e políticos. Estas práticas socioculturais podem funcionar como contrapeso ou desvio da participação estudantil política.

Segundo Silva (2018), espaços de lazer e entretenimento, como as atléticas universitárias, frequentemente funcionam como “válvulas de escape” que favorecem a alienação política dos jovens, desviando sua atenção das discussões coletivas e da mobilização para a defesa de direitos. De acordo com Souza (2019), embora as atléticas não sejam responsáveis diretas pelo enfraquecimento dos grêmios estudantis, elas contribuem para a fragmentação e atomização do tecido social estudantil, ao priorizarem a competição esportiva e o entretenimento como formas predominantes de sociabilidade.

Para Araújo (2020), o grande desafio atual reside em promover a revalorização do coletivo e o engajamento político consciente, possibilitando que os movimentos estudantis recuperem sua histórica função de agentes de transformação social e política.

Quadro 3 -Tema, Categoria e fala do questionário do representante de uma das atléticas do Ensino Médio Integral do IFAC - campus Rio Branco (2025)

Tema	Categoria	Unidade de contextos/Falas dos entrevistados
1. Como as atléticas percebem seu papel na luta por melhorias na qualidade do ensino no campus IFAC.	Autopercepção das atléticas sobre seu papel na melhoria do ensino no IFAC.	“Atléticas promovem esporte e lazer, mas atuam pouco em questões pedagógicas e defesa da educação pública”.
2. Envolvimento das atléticas em mobilizações políticas e estruturais no IFAC.	Participação das atléticas em mobilizações políticas no IFAC.	As atléticas do IFAC têm baixa atuação em pautas políticas e sociais, deixando esse papel para o DCE e os grêmios estudantis. Com isso, acabam não aproveitando seu potencial de mobilização em defesa da educação e das melhorias institucionais.
3. Engajamento das atléticas em políticas públicas educacionais no IFAC.	Atléticas participam de debates e ações sobre políticas públicas para a melhoria da educação no IFAC.	Atléticas do IFAC priorizam eventos esportivos e festivos, afastando-se das discussões sobre políticas públicas educacionais, o que limita seu papel na melhoria da educação.

4. Se as atléticas se consideram parte do movimento estudantil ou se focam mais em esporte e lazer.	Foco das atléticas em esporte e lazer, com pouco envolvimento político.	Atléticas focam em esporte e lazer, com pouca participação política, enfraquecendo a união estudantil.
5. Ações das atléticas para mobilizar estudantes em questões políticas e sociais além do esporte.	Atléticas mobilizam estudantes via ações culturais, sociais e políticas integradas.	Atléticas do IFAC atuam pouco politicamente, focando no lazer, e carecem de articulação para parcerias sociais.
6. Relação institucional entre atléticas, grêmios estudantil e DCE no IFAC, incluindo parcerias e colaborações.	Atléticas cuidam do esporte; grêmios, da representação cultural e política; o CEB coordena a união estudantil no IFAC.	Atléticas substituem grêmios no IFAC, focando em festas e enfraquecendo a mobilização política estudantil.

Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coleta de dados.

As respostas do representante das atléticas confirmam e complementam a visão apresentada pelo presidente do DCE, evidenciando que o Grêmios Estudantil no IFAC – campus Rio Branco, em 2024, está fragilizado e praticamente inativo. Enquanto o DCE enfrenta dificuldades de apoio institucional e limitações na representatividade, as atléticas concentram suas ações principalmente no esporte e lazer, com pouca ou nenhuma participação em pautas políticas, educacionais ou estruturais. A separação de funções resulta em uma fragmentação do movimento estudantil, em que as demandas mais políticas e reivindicatórias ficam negligenciadas. A ausência de articulação e parcerias efetivas entre DCE, grêmios e atléticas reforça a necessidade urgente de fortalecer a representação estudantil de forma integrada e democrática, ampliando o engajamento dos estudantes em todas as esferas da vida acadêmica. Logo, a realidade atual do grêmios estudantil reflete um desafio significativo para a construção de uma voz estudantil unificada e atuante no campus.

3.2 DIAGNÓSTICO SOBRE MOVIMENTO ESTUDANTIL: MAPEAMENTO DOS CONHECIMENTOS PRÉVIOS DOS JOVENS NO CONTEXTO PESQUISADO

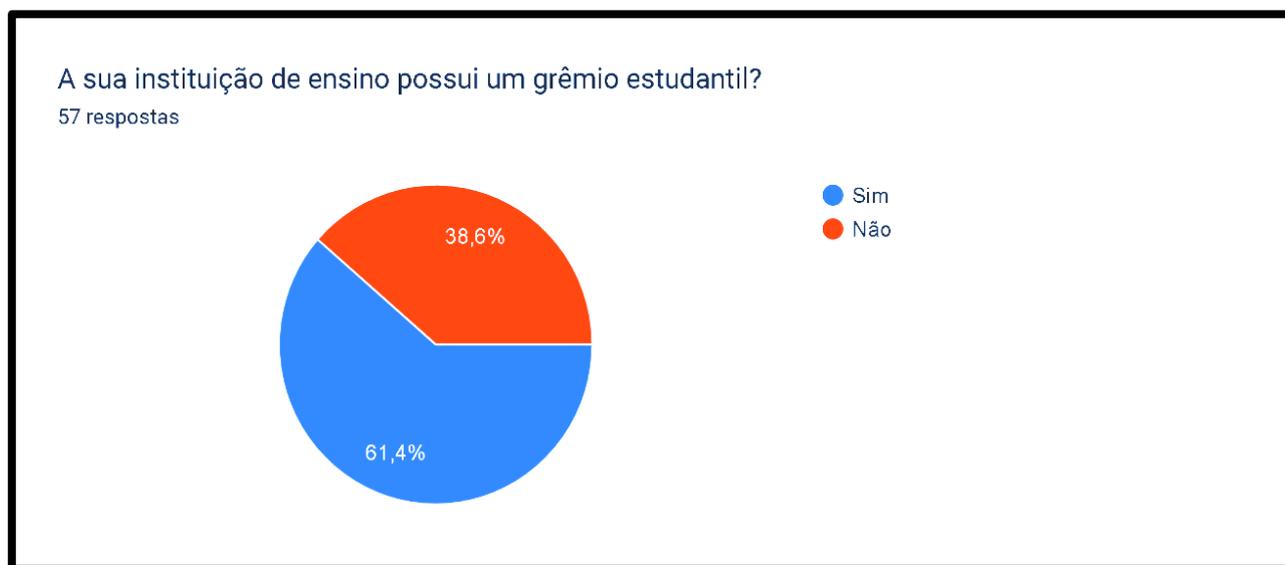
Em 13 de janeiro de 2025, iniciaram-se as oficinas que fazem parte da proposta de pesquisa, cujo objetivo era propor, a partir da pesquisa-ação, a organização e a implementação de um coletivo de alunos do Instituto Federal do Acre – campus Rio Branco, através de oficinas temáticas e avaliar aquelas acerca da organização estudantil, ofertadas aos alunos no instituto , para a construção do produto educacional.

Durante a primeira oficina realizada no auditório do Instituto Federal do Acre (IFAC), foi disponibilizado presencialmente um questionário elaborado no *Google Forms*. Participaram da atividade 57 estudantes do Ensino Médio Integrado (EMI), sendo 56 respondentes e apenas uma

recusa. Os discentes eram oriundos dos cursos técnicos de Informática para a Internet (IPI), Redes de Computadores e Edificações.

O formulário, que se encontra no apêndice, possuía perguntas fechadas (múltipla escolha) e abertas, com o objetivo de mapearem os conhecimentos prévios dos alunos sobre os temas abordados na oficina. Antes de responder, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), garantindo conformidade ética e legal da pesquisa.

Gráfico 1 - Conhecimento sobre grêmios estudantis na instituição



Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coleta de dados.

A análise dos dados revela que 61,4% dos estudantes reconhecem a existência de um grêmio estudantil em sua instituição, enquanto 38,6% afirmam o contrário. Este resultado indica que, embora a maioria identifique esse órgão representativo, uma parcela significativa dos alunos não associa as atléticas ao papel do grêmio estudantil, ou desconhece as funções específicas de cada entidade. O cenário evidencia a necessidade urgente de ampliar a divulgação e o fortalecimento das ações do grêmio, promovendo maior engajamento discente e conscientização sobre sua importância na representação dos interesses estudantis e na formação cidadã.

Observa-se que as atléticas assumem um protagonismo voltado essencialmente ao esporte e ao lazer, o que pode contribuir para o esvaziamento das pautas reivindicatórias historicamente defendidas pelo movimento estudantil. Como aponta Oliveira (2019), a substituição do engajamento político por práticas de entretenimento configura um “falseamento” da representação estudantil, enfraquecendo sua capacidade crítica e sua função social. Portanto, é necessário restituir e valorizar o papel dos grêmios e demais entidades representativas como espaços formativos que incentivem o protagonismo juvenil e o exercício da cidadania ativa.

No debate acadêmico, diversos autores indicam que as atléticas, ao priorizarem atividades esportivas e de lazer, acabam por esvaziar o movimento estudantil ao afastá-lo de pautas políticas e reivindicatórias. Segundo Oliveira (2019), elas podem representar um "falseamento" do movimento estudantil na medida em que substituem o engajamento político por práticas de entretenimento, enfraquecendo a luta coletiva por direitos educacionais. Da mesma forma, Silva e Souza (2021) destacam que a centralidade das atléticas em eventos festivos contribui para a fragmentação da representação estudantil, reduzindo o potencial crítico e transformador das entidades clássicas como grêmios e DCEs.

Autores como Gohn (2009) e Sanfelice (2013) reforçam que o esvaziamento político do movimento estudantil ocorre quando práticas festivas e corporativas substituem a militância crítica. Goss e Prudencio (2004) alertam que a mudança de foco enfraquece a capacidade de mobilização coletiva e dilui o papel histórico das entidades estudantis. Já Duarte e Meksenas (2008) apontam que o deslocamento para ações de consumo e entretenimento contribui para a despolarização da juventude universitária. Estes autores convergem na crítica ao falseamento do movimento, que perde sua função transformadora ao se afastar das lutas sociais.

O segundo questionamento foi sobre como a instituição e os professores inserem a discussões sobre o movimento estudantil no currículo. Os dados revelam que uma expressiva maioria dos estudantes (94,7%) nunca participou de discussões sobre o movimento estudantil em sala de aula, enquanto apenas 5,3% afirmaram que este tema já foi abordado por algum professor. O resultado evidencia uma lacuna significativa no diálogo escolar sobre participação e organização estudantil, indicando que o tema é pouco explorado no cotidiano pedagógico do IFAC.

Vejamos o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Discussão do movimento estudantil em sala de aula por professores - percepção dos estudantes



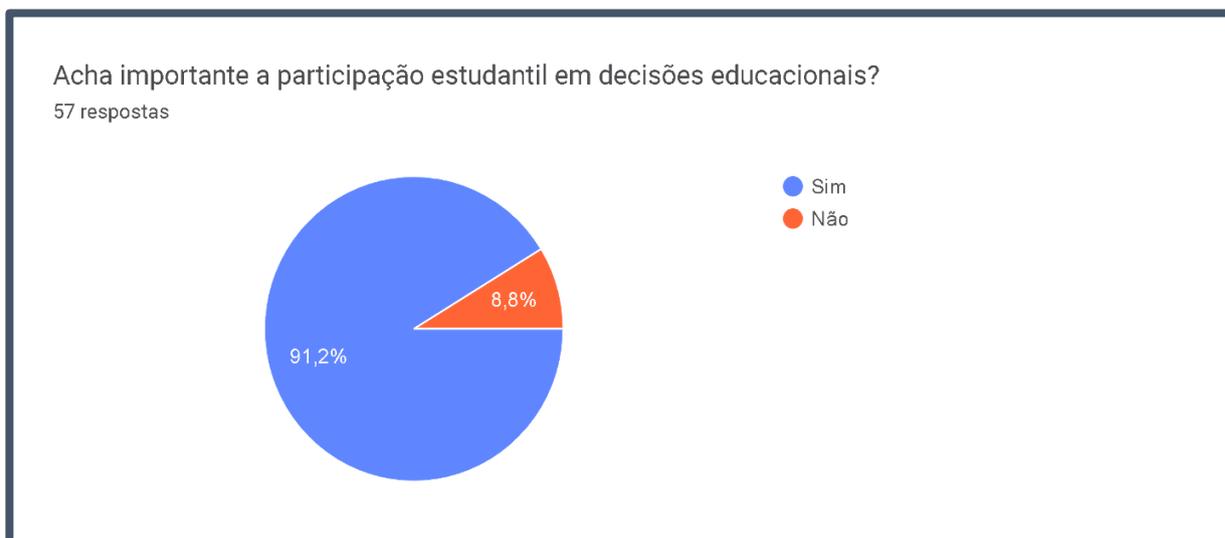
Fonte: elaborada pelo pesquisador, com base no instrumento de coleta de dados

A ausência desse debate pode contribuir para o desconhecimento das funções e da importância do grêmio estudantil, refletido também nos resultados da primeira questão do questionário. Além disso, a falta de incentivo institucional para a reflexão crítica sobre o movimento estudantil pode limitar o protagonismo e a formação cidadã dos alunos. Portanto, promover discussões sobre o tema em sala de aula é fundamental para fortalecer a consciência política, estimular o engajamento coletivo e ampliar o papel da escola como espaço de formação democrática.

Na terceira questão, investigou-se a importância da participação estudantil e das decisões educacionais. A análise dos dados demonstra que a grande maioria dos estudantes (91,2%) considera importante a participação estudantil nas decisões educacionais, enquanto apenas 8,8% não compartilham dessa opinião. Este resultado evidencia uma consciência coletiva sobre o valor do protagonismo estudantil e o reconhecimento do papel ativo dos alunos na construção de um ambiente escolar mais democrático. A expressiva aprovação sugere que há potencial para fortalecer iniciativas de engajamento e representatividade dentro da instituição. Estes dados reforçam a necessidade de criar espaços e oportunidades para que os estudantes possam contribuir efetivamente nos processos decisórios da escola.

Vejamos o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Importância da participação estudantil em decisões educacionais



Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coleta de dados.

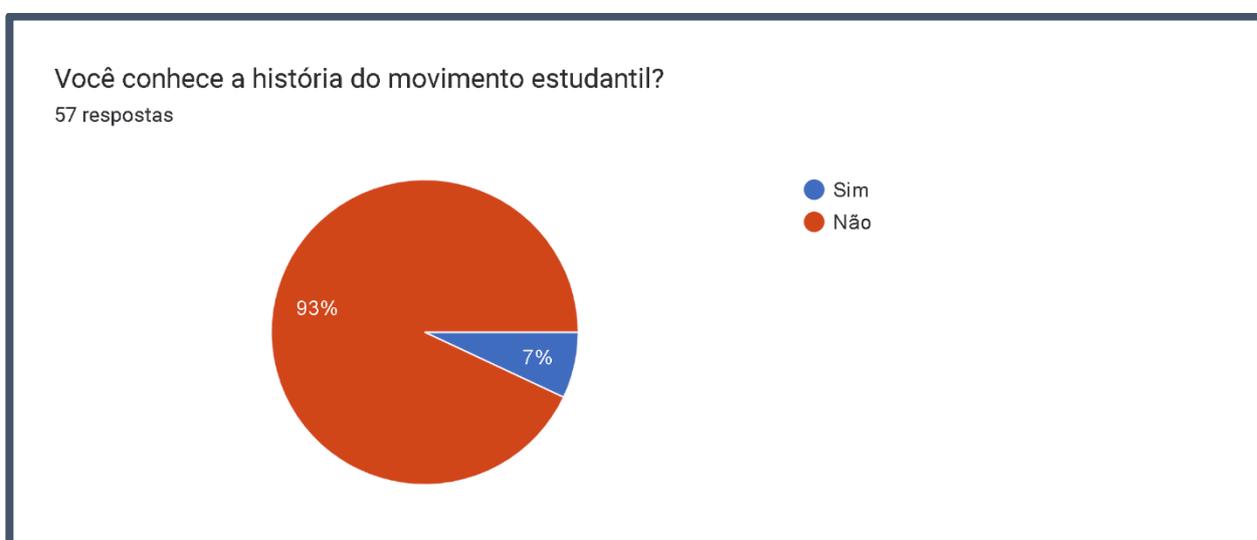
O quarto questionamento teve como objetivo investigar o nível de conhecimento dos discentes sobre a história do movimento estudantil. A proposta era compreender o que os estudantes sabiam sobre o tema, identificando possíveis lacunas formativas e o grau de

familiaridade com os principais marcos históricos, entidades representativas e lutas protagonizadas pelos estudantes ao longo do tempo.

Observando a análise do gráfico, revela-se que 93% dos estudantes afirmam não conhecer a história do movimento estudantil, enquanto apenas 7% responderam positivamente. Este dado evidencia uma grande lacuna no conhecimento histórico e político dos alunos sobre o tema. A falta de familiaridade com a trajetória do movimento estudantil pode dificultar o engajamento e a participação ativa dos jovens nas ações coletivas. Logo, é fundamental promover iniciativas educativas que valorizem e divulguem a história do movimento estudantil no ambiente escolar.

Vejamos o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Conhecimento dos estudantes sobre a história do movimento estudantil

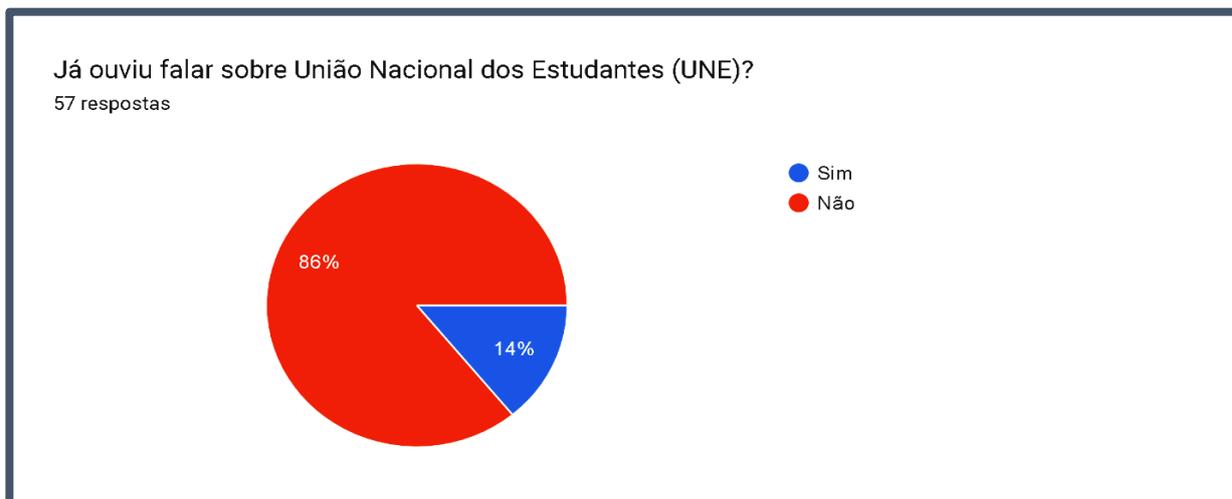


Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coleta de dados.

Quanto ao grau de conhecimento dos discentes acerca da história do movimento estudantil, este gráfico apresenta as respostas à seguinte pergunta: “você já ouviu falar sobre a União Nacional dos Estudantes (UNE)?” A UNE, como uma das entidades mais representativas e históricas do movimento estudantil brasileiro, ocupa papel central na luta por direitos educacionais, políticas públicas e na mobilização dos estudantes em momentos decisivos da história nacional. O gráfico revela que a maioria dos estudantes (86%) não conhece a União Nacional dos Estudantes (UNE), enquanto apenas 14% afirmam ter ouvido falar sobre a entidade. Este dado demonstra um desconhecimento significativo sobre uma das principais organizações representativas do movimento estudantil brasileiro. A falta de familiaridade com a UNE pode limitar a compreensão dos alunos sobre a história, a importância e o papel da entidade na defesa dos direitos estudantis e na luta por uma educação de qualidade.

Vejamos o Gráfico 5.

Gráfico 5 - Conhecimento sobre a União Nacional dos Estudantes (UNE)

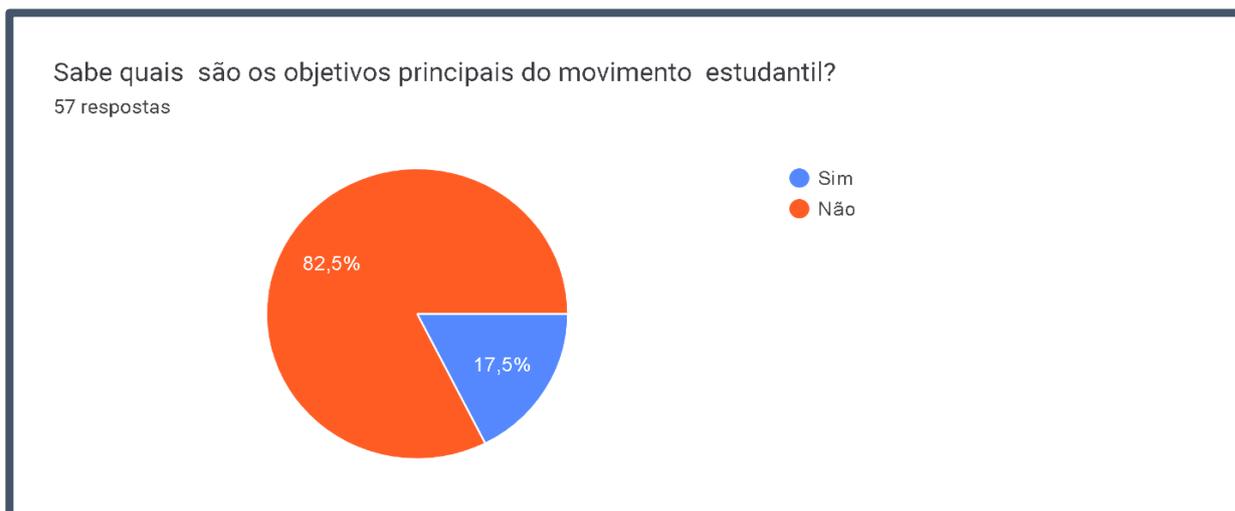


Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coleta de dados.

Acerca da consciência política dos discentes, este gráfico apresenta as respostas à seguinte pergunta feita durante a oficina: “você sabe quais são os objetivos principais do movimento estudantil?”, que buscou investigar o grau de familiaridade dos alunos com as finalidades históricas e sociais do movimento, como a defesa da educação pública, a garantia de direitos estudantis, a participação democrática e o enfrentamento das desigualdades nas instituições de ensino. O gráfico evidencia que 82,5% dos estudantes não sabem quais são os principais objetivos do movimento estudantil, enquanto apenas 17,5% afirmam ter esse conhecimento. Este dado revela uma significativa carência de informação entre os alunos sobre o papel e as finalidades do movimento. Tal desconhecimento pode dificultar o engajamento e a participação efetiva dos estudantes nas ações coletivas. Assim, é fundamental promover atividades educativas que esclareçam e divulguem os objetivos do movimento estudantil no ambiente escolar.

Vejamos o Gráfico 6.

Gráfico 6 - Conhecimento sobre os objetivos do movimento estudantil



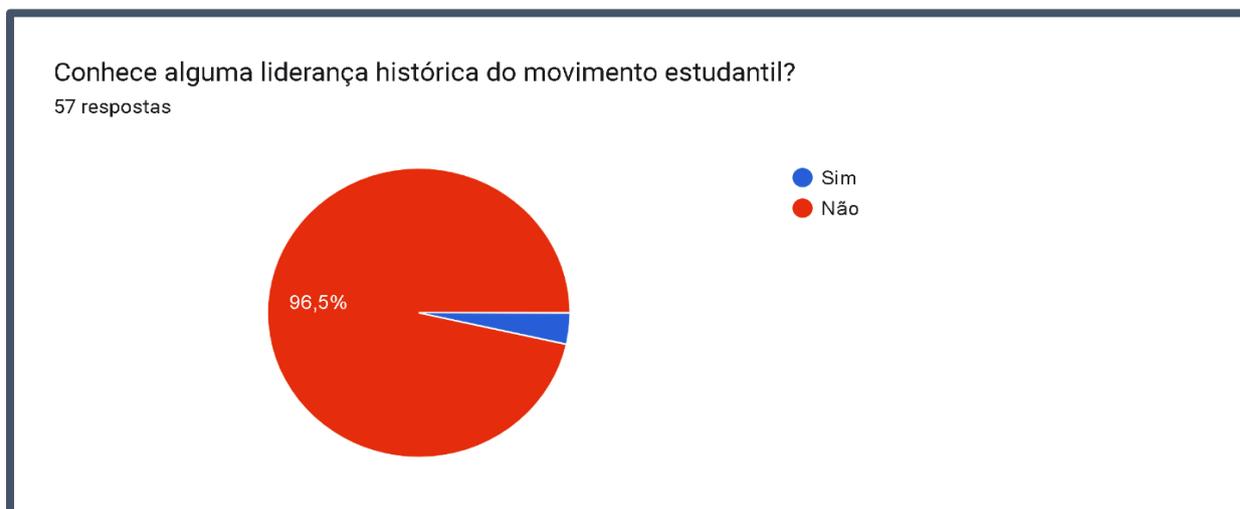
Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coleta de dados.

Questionou-se, em seguida, se os discentes tinham conhecimento de alguma liderança histórica ligada ao movimento estudantil brasileiro. O objetivo desta etapa da investigação foi avaliar o grau de familiaridade dos estudantes com figuras que marcaram a trajetória da luta estudantil no país, como lideranças da UNE, secundaristas de destaque, ou militantes que protagonizaram momentos decisivos, especialmente durante períodos de repressão ou mobilizações políticas. Compreender este nível de reconhecimento ajuda a refletir sobre a presença — ou ausência — da memória histórica coletiva nos espaços educativos e sua relação com a formação cidadã e crítica.

O gráfico mostra que 96,5% dos estudantes não conhecem nenhuma liderança histórica do movimento estudantil, enquanto apenas 3,5% afirmam ter esse conhecimento. O resultado evidencia uma expressiva lacuna na formação política dos alunos, indicando a necessidade de inserir esse tema nas discussões escolares.

Vejamos o Gráfico 7

Gráfico 7: Conhecimento sobre lideranças históricas do movimento estudantil



Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coleta de dados.

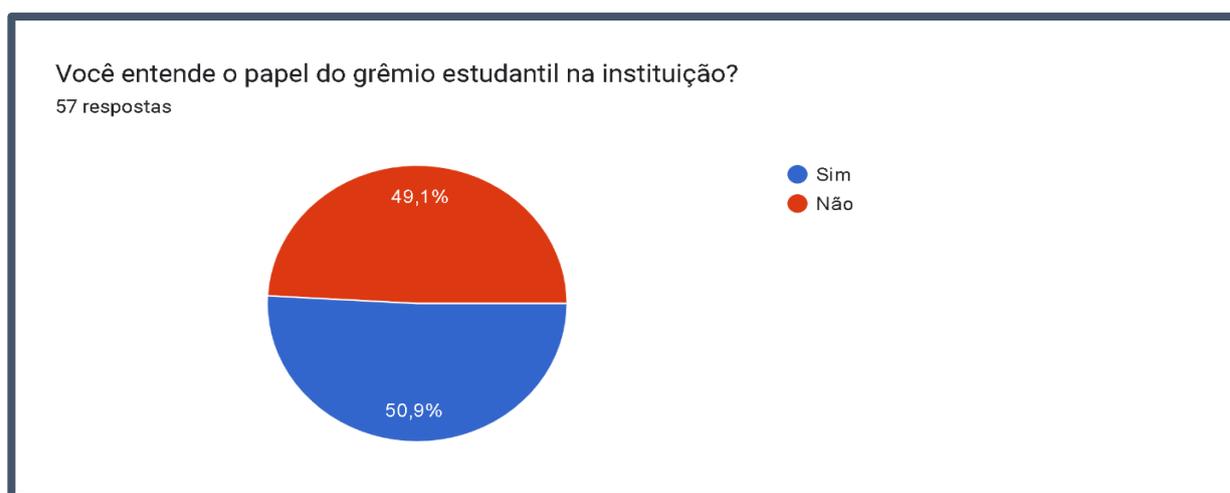
Na oitava questão, os participantes foram indagados sobre sua compreensão a respeito do papel exercido pelo grêmio estudantil na instituição: “você entende o papel do grêmio estudantil na instituição?”, cujo propósito foi verificar o quanto os discentes compreendem as atribuições, funções e a importância política e pedagógica dessa entidade representativa.

O grêmio estudantil, historicamente, é um espaço de protagonismo juvenil, participação democrática e defesa dos interesses coletivos dos estudantes. Avaliar essa compreensão permite refletir sobre os limites da formação cidadã nas escolas e sobre o grau de conexão dos alunos com as instâncias de representação legítima dentro da comunidade escolar. O gráfico revela que a compreensão dos estudantes sobre o papel do grêmio estudantil está praticamente dividida: 50,9% afirmam entender sua função, enquanto 49,1% dizem não compreender. Este equilíbrio indica que quase metade dos alunos desconhece ou não tem clareza sobre a importância e as atribuições do grêmio na instituição. Tal cenário evidencia a necessidade de ações educativas que esclareçam o papel do grêmio estudantil e promovam maior engajamento. Fortalecer a comunicação e o diálogo sobre o tema pode contribuir para ampliar a participação e o protagonismo juvenil na escola.

Estes dados ressaltam a importância de investir em formação política e cidadã no ambiente escolar.

Vejamos o Gráfico 8

Gráfico 8 - Compreensão dos estudantes sobre o papel do grêmio estudantil



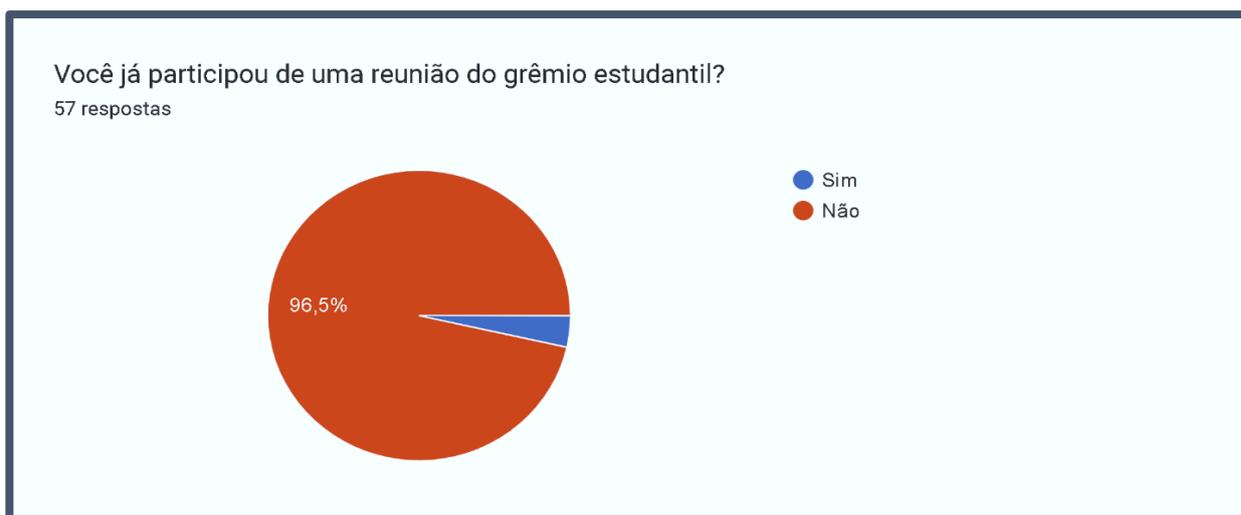
Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coleta de dados.

Na nona pergunta, os discentes responderam se já haviam participado de uma reunião do grêmio estudantil. A intenção foi medir o envolvimento real dos alunos com as ações representativas da entidade. Os resultados revelam o nível de engajamento prático, permitindo identificar se o grêmio é percebido como um espaço ativo de participação ou apenas como uma

estrutura formal pouco acessada. O gráfico indica que a maioria dos estudantes não participa ativamente das atividades do grêmio estudantil, refletindo um baixo engajamento nas ações coletivas da instituição. Este cenário pode estar relacionado à falta de informação ou motivação para a participação estudantil. A pouca adesão compromete o fortalecimento do protagonismo juvenil e a representatividade dos alunos. Logo, é necessário promover estratégias que incentivem a integração e o envolvimento dos estudantes no grêmio.

Vejamos o Gráfico 9

Gráfico 9 - Participação dos estudantes em atividades do grêmio estudantil

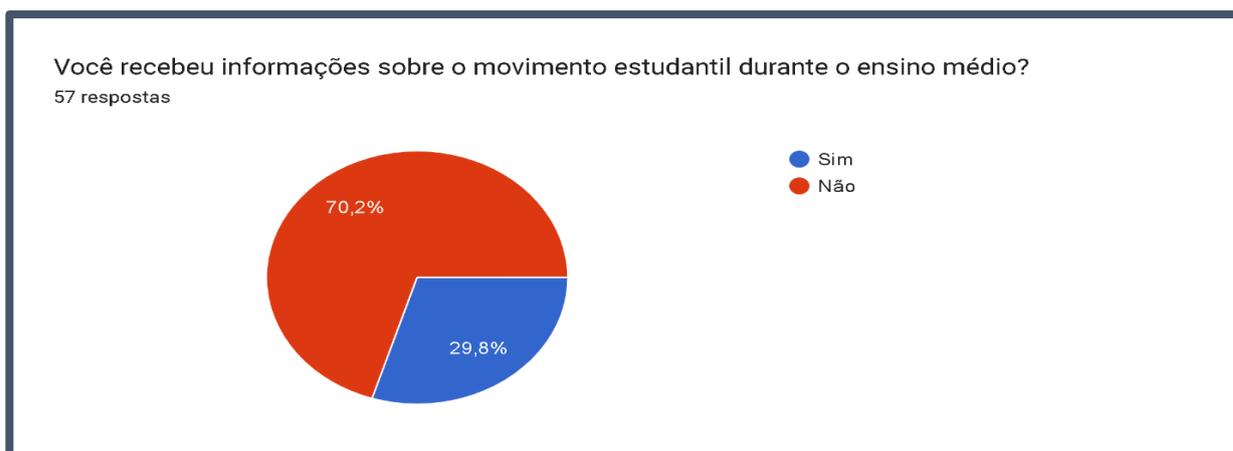


Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coleta de dados.

Na décima pergunta, os discentes foram questionados se receberam informações sobre o movimento estudantil durante o período em que cursaram o Ensino Médio. A pergunta teve como objetivo avaliar o nível de inserção dessa temática no contexto escolar, verificando se houve algum tipo de abordagem, atividade pedagógica ou conteúdo voltado à história, objetivos e importância do movimento estudantil. Os dados coletados contribuem para compreender se o ambiente escolar favoreceu a formação política dos estudantes desde etapas iniciais da educação básica. A análise do gráfico demonstra que 70,2% dos estudantes não receberam informações sobre o movimento estudantil durante o Ensino Médio, enquanto apenas 29,8% afirmaram ter tido acesso a esse tipo de conteúdo. E evidenciam uma carência significativa na formação política e cidadã dos alunos, refletindo a ausência do tema nas práticas pedagógicas da escola. A falta de informação pode limitar o engajamento e a participação dos jovens em iniciativas coletivas, como o grêmio estudantil. Dessa maneira, é basilar que as instituições de ensino promovam ações educativas que abordem o movimento estudantil, contribuindo para o fortalecimento da democracia e do protagonismo juvenil.

Vejamos o Gráfico 10.

Gráfico 10 - Recebimento de informações sobre o movimento estudantil no Ensino Médio

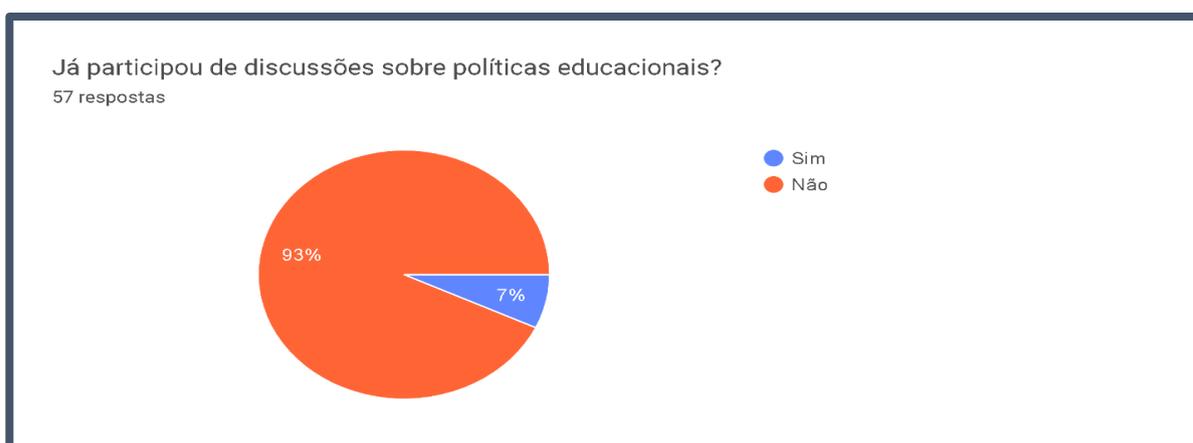


Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coleta de dados.

Na questão 11 da investigação, os discentes foram indagados sobre seu envolvimento em debates ligados às políticas educacionais “você já participou de discussões sobre políticas educacionais?”. O objetivo foi verificar se os estudantes têm sido inseridos em espaços de reflexão sobre decisões que impactam diretamente a organização do ensino, o funcionamento das instituições e a formulação de políticas públicas. Os dados obtidos ajudam a compreender o grau de participação ativa dos alunos nas discussões coletivas, assim como os limites e potenciais da cultura democrática escolar. O gráfico evidencia que 93% dos estudantes nunca participaram de discussões sobre políticas educacionais, enquanto apenas 7% afirmam ter tido essa experiência. Este dado revela uma expressiva ausência de debates sobre o tema no ambiente escolar, limitando o desenvolvimento do pensamento crítico e da cidadania entre os alunos. A falta de participação pode impactar negativamente o engajamento dos jovens nas decisões que afetam sua educação. Assim, é fundamental criar espaços para que os estudantes possam debater e se envolver nas questões educacionais.

Vejamos o Gráfico 11

Gráfico 11- Participação em discussões sobre políticas educacionais

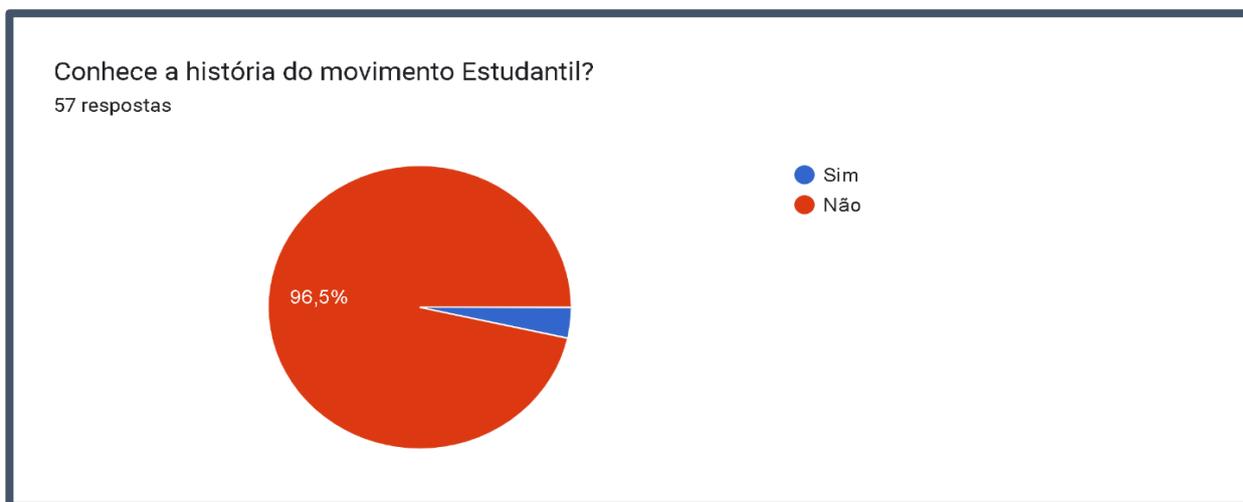


Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coleta de dados.

Na questão 12, os discentes foram convidados a refletir sobre seu nível de conhecimento em relação à trajetória histórica do movimento estudantil, a partir da pergunta: “você conhece a história do movimento estudantil?”, tendo como finalidade identificar o grau de familiaridade dos participantes com os principais marcos, lideranças e lutas que moldaram a atuação estudantil no Brasil. Os dados obtidos contribuem para compreender se há presença dessa memória política na formação dos alunos e até que ponto esse conhecimento influencia a consciência crítica e o senso de pertencimento ao movimento. O gráfico mostra que 96,5% dos estudantes afirmam não conhecer a história do movimento estudantil, enquanto apenas 3,5% dizem ter esse conhecimento. Este resultado revela uma grande lacuna na formação política e histórica dos alunos sobre o tema. A falta de conhecimento pode dificultar o engajamento e a participação dos jovens em ações coletivas. Logo, é importante que a escola promova iniciativas que valorizem e divulguem a trajetória do movimento estudantil.

Vejamos o Gráfico 12.

Gráfico 12 - Conhecimento sobre a história do movimento estudantil



Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coleta de dados.

Em seguida, os participantes foram convidados a refletir sobre sua vivência prática em ações do movimento estudantil, por meio da seguinte pergunta: “você já participou de alguma atividade ou evento relacionado ao movimento estudantil?”. O intuito desta etapa foi verificar o grau de inserção dos discentes em experiências coletivas que envolvam organização política, mobilizações ou projetos estudantis. Os resultados contribuem para analisar o protagonismo juvenil na instituição e identificar até que ponto os alunos se envolvem em espaços de luta e representação, fundamentais para o fortalecimento da cidadania ativa. O gráfico revela que 94,7% dos estudantes nunca participaram de nenhuma atividade ou evento relacionado ao movimento estudantil, enquanto apenas 5,3% afirmam ter tido essa experiência. Este dado evidencia um baixo

engajamento dos alunos nas iniciativas voltadas à representação e à mobilização estudantil. A ausência de participação pode estar relacionada à falta de informação, incentivo ou oportunidades oferecidas pela instituição. Tal cenário reforça a importância de promover ações que aproximem os estudantes do movimento, estimulando o protagonismo juvenil e a formação cidadã. Investir em divulgação e incentivo pode ser fundamental para mudar esse quadro.

Vejamos o Gráfico 13.

Gráfico 13 - Participação dos estudantes em atividades relacionadas ao movimento estudantil

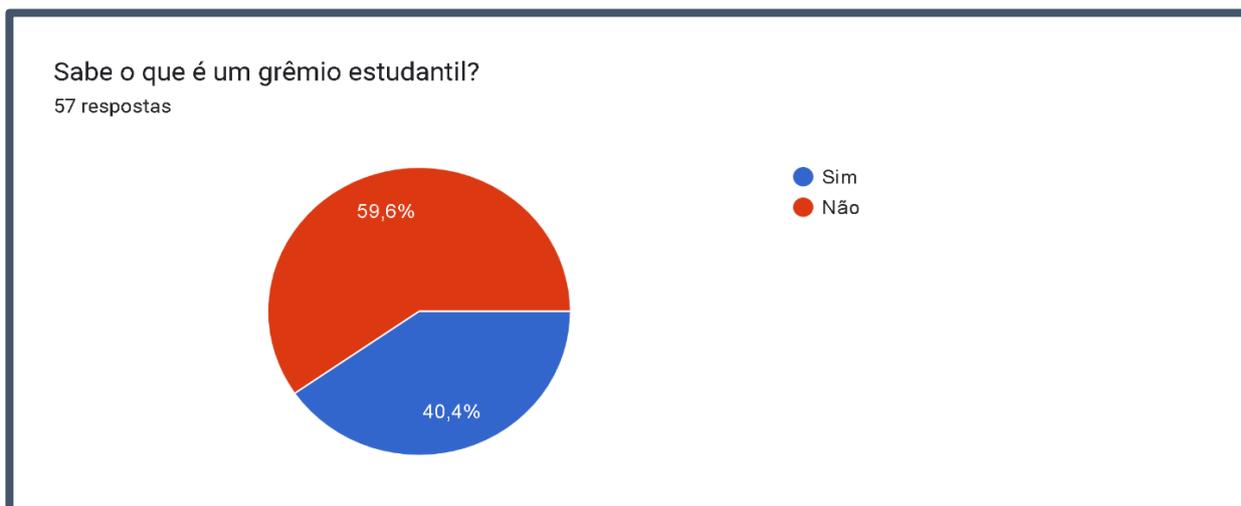


Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coleta de dados.

Quanto a: “você sabe o que é um grêmio estudantil?”, o objetivo foi avaliar o grau de entendimento e conhecimento prévio sobre essa entidade representativa, suas funções e importância no ambiente escolar. Os dados revelam o quanto os alunos reconhecem o papel do grêmio na promoção da cidadania e da participação democrática. O gráfico mostra os resultados de uma pesquisa com 57 respostas sobre o conhecimento dos entrevistados acerca do grêmio estudantil. A maioria dos participantes (59,6%) respondeu "não", indicando que desconhece o que é um grêmio estudantil, enquanto 40,4% afirmaram "sim", demonstrando que têm conhecimento sobre o tema. Os dados sugerem a necessidade de ampliar a divulgação e a explicação sobre o papel do grêmio estudantil, garantindo que mais alunos compreendam sua função na escola e na representação estudantil. A falta de informação pode impactar o engajamento e a participação dos estudantes nessas organizações.

Vejamos o Gráfico 14

Gráfico 14 - Conhecimento sobre grêmios estudantis entre os estudantes

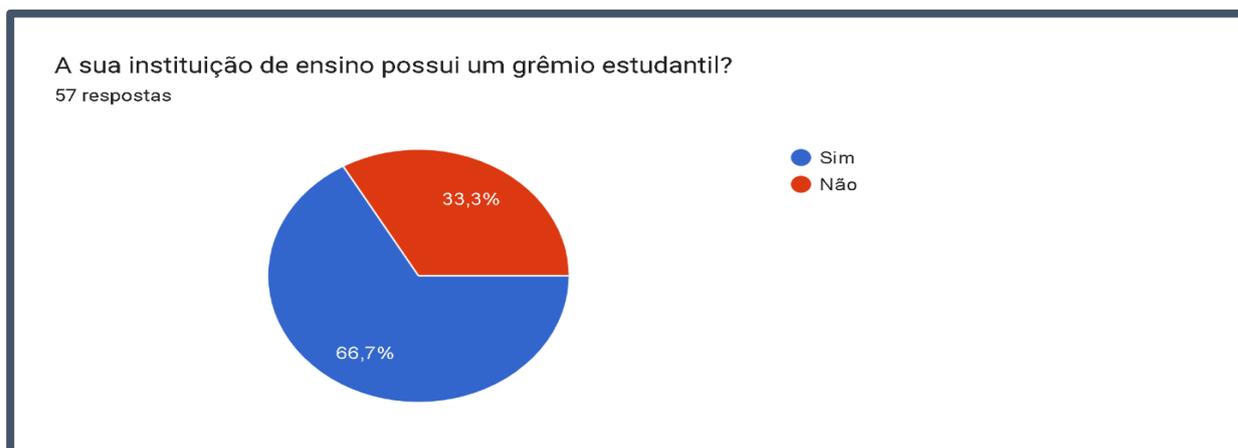


Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coleta de dados.

Em seguida, os estudantes foram questionados se “a sua instituição de ensino possui um grêmio estudantil?”. O objetivo foi identificar a existência formal dessa entidade nos ambientes escolares, considerando sua relevância para a representação discente, o fortalecimento da cidadania e a promoção de práticas democráticas. Os dados obtidos permitem analisar a estrutura participativa das instituições e avaliar o grau de institucionalização da atuação estudantil na defesa de seus interesses coletivos. O gráfico mostra que 66,7% dos respondentes afirmam que suas instituições de ensino possuem um grêmio estudantil, enquanto 33,3% dizem que não. Isso indica que, embora a maioria das escolas já conte com essa estrutura de representação discente, ainda há um número significativo que não a possui. A existência do grêmio é fundamental para fomentar a participação democrática dos estudantes na vida escolar. Portanto, há espaço para ampliar o incentivo à criação desses coletivos onde ainda não existem.

Vejamos o Gráfico 15

Gráfico 15 - Presença de grêmios estudantis na instituição

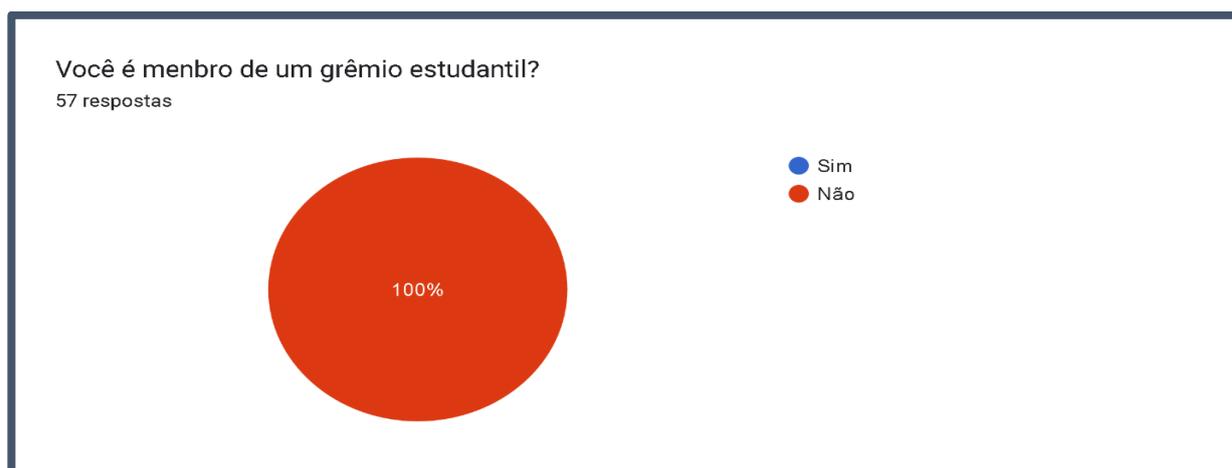


Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coleta de dados.

Na décima sexta pergunta do levantamento, procurou-se identificar se os estudantes fazem parte oficialmente do grêmio estudantil, por meio da pergunta: “você é membro de um grêmio estudantil?”. A intenção foi mensurar o nível de participação formal dos discentes nas atividades dessa entidade representativa. Os dados evidenciam uma baixa adesão, o que pode indicar desinteresse, falta de divulgação ou ausência de espaços efetivos de envolvimento estudantil nas instituições. Esta lacuna reforça a necessidade de ações que estimulem o protagonismo juvenil e fortaleçam a cultura democrática no ambiente escolar. O gráfico revela que 100% dos 57 respondentes não participam ativamente de um grêmio estudantil. Mesmo com a existência do grêmio em algumas instituições, a adesão dos estudantes é inexistente, o que aponta um possível desinteresse, desconhecimento ou falta de incentivo à participação. É necessário investigar os fatores que dificultam o engajamento dos alunos nessas instâncias.

Vejamos o Gráfico 16

Gráfico 16 - Baixa participação no grêmio estudantil



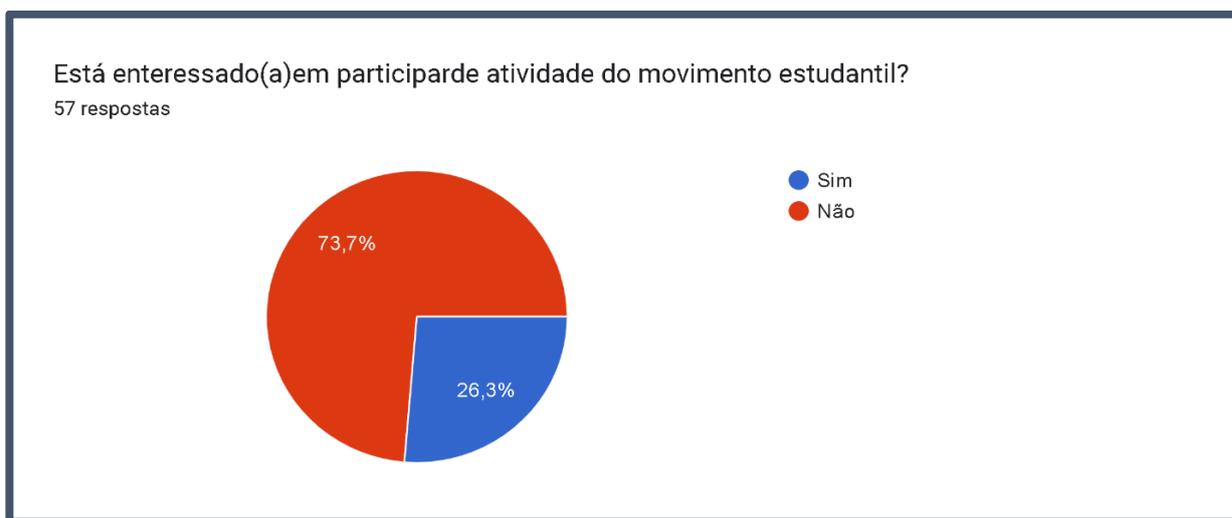
Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coleta de dados.

Na décima sétima pergunta aplicada durante o processo formativo, os estudantes foram questionados: “você está interessado(a) em participar de atividades do movimento estudantil?” A proposta foi verificar o nível de disposição dos discentes para se envolverem com ações, eventos ou mobilizações organizadas por entidades como grêmios e DCEs. Os dados revelam uma tendência de desinteresse ou distanciamento por parte dos alunos, o que pode estar relacionado à falta de informação, à baixa visibilidade das atividades ou ao predomínio de outras formas de sociabilidade escolar. A análise aponta a necessidade de fortalecer estratégias de engajamento que valorizem a participação estudantil como prática educativa e cidadã. O gráfico indica que 73,7% dos respondentes não demonstram interesse em participar de atividades do movimento estudantil, enquanto apenas 26,3% manifestam esse desejo. Este dado evidencia um descompasso entre a existência de estruturas de representação e o envolvimento efetivo dos estudantes. A baixa

adesão pode estar relacionada à falta de divulgação, ausência de protagonismo ou desvalorização dessas iniciativas no ambiente escolar. Isso compromete a formação crítica e cidadã dos jovens. A fim de reverter este contexto, estratégias de sensibilização e escuta ativa podem ajudar a reverter esse cenário.

Vejam os Gráficos 17.

Gráfico 17 - Desinteresse nas atividades do movimento estudantil

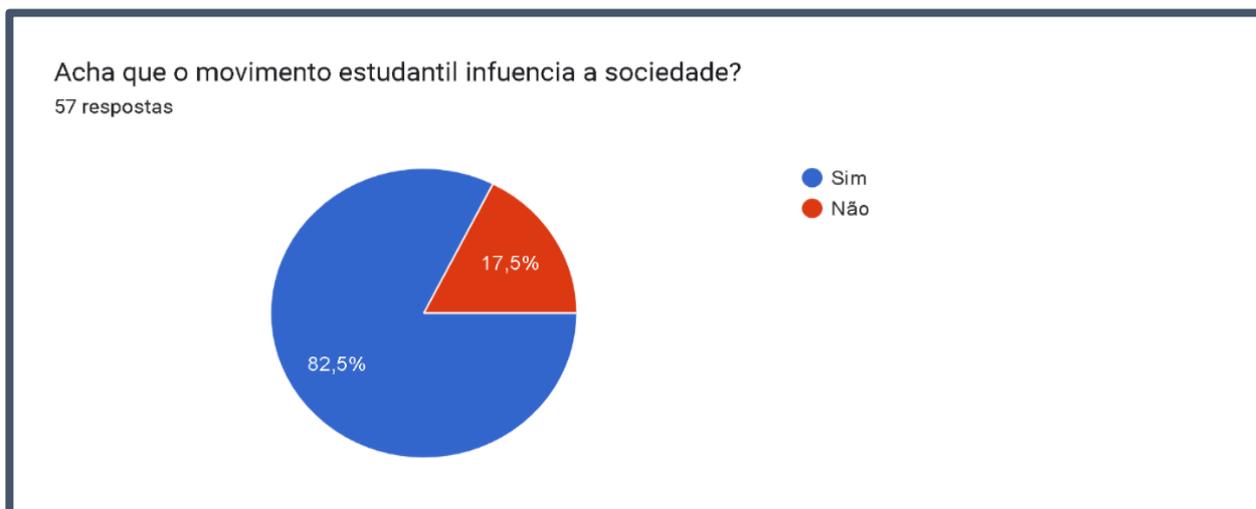


Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coleta de dados.

Quanto à questão: “o movimento estudantil influencia a sociedade?”, o objetivo foi identificar a percepção dos discentes sobre o impacto social das ações estudantis, a fim de avaliar se os alunos reconhecem o papel histórico e atual do movimento estudantil na conquista de direitos, na formação de opinião pública e na transformação de políticas educacionais e sociais. Os resultados revelam o nível de consciência crítica sobre o protagonismo juvenil e sua contribuição para o avanço da cidadania democrática no país. O gráfico mostra que 82,5% dos entrevistados acreditam que o movimento estudantil tem impacto na sociedade, enquanto 17,5% discordam. O resultado evidencia que a maioria reconhece a relevância das ações estudantis. A participação ativa dos estudantes pode contribuir para mudanças sociais e políticas significativas. No entanto, a existência de uma parcela que não percebe essa influência sugere a necessidade de maior engajamento e divulgação. A pesquisa, pois, reforça o papel do movimento estudantil na construção de debates e na mobilização social.

Vejam os Gráficos 18.

Gráfico 18 - Influência do movimento estudantil na sociedade



Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coleta de dados.

Com o objetivo de compreender se o movimento estudantil é abordado no ambiente escolar, a décima nona pergunta apresentou aos participantes a seguinte questão: “você recebeu informações sobre o movimento estudantil em sala de aula?”. A intenção foi identificar se o tema faz parte das práticas pedagógicas e dos conteúdos trabalhados com os estudantes. Os resultados ajudam a avaliar o espaço dado à formação política no currículo, revelando se há estímulo ao pensamento crítico e ao engajamento estudantil por meio de discussões promovidas em sala de aula. O gráfico mostra que 78,9% dos respondentes não receberam informações sobre o movimento estudantil em sala de aula, enquanto apenas 21,1% afirmam ter tido esse tipo de abordagem, e revela uma lacuna significativa no ambiente escolar quanto à promoção da consciência política e da participação estudantil. A ausência desse conteúdo nas práticas pedagógicas pode explicar o desinteresse ou desconhecimento dos alunos sobre o tema. Incluir o movimento estudantil nas discussões escolares, dessa maneira, pode fortalecer a formação cidadã e democrática dos estudantes.

Vejamos o Gráfico 19

Gráfico 19 - Ausência de discussão sobre movimento estudantil em sala de aula



Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coleta de dados.

Encerrando o ciclo de questionamentos, a vigésima pergunta teve como foco identificar o grau de interesse dos discentes em ampliar seus conhecimentos sobre o movimento estudantil, com a seguinte indagação: “você tem interesse em aprender sobre o movimento estudantil?”. A etapa buscou compreender se há disposição entre os estudantes para se envolverem com os aspectos históricos, políticos e sociais que definem a atuação das entidades representativas. Os dados gerados permitem avaliar a abertura dos alunos para a formação cidadã e para o fortalecimento do protagonismo juvenil, indicando caminhos possíveis para estimular o engajamento crítico e reflexivo nas práticas escolares. O gráfico revela que 70,2% dos participantes demonstram interesse em aprender mais sobre o movimento estudantil, enquanto 29,8% não compartilham desse interesse, e mostra um potencial significativo para ações formativas dentro das instituições de ensino. A curiosidade dos estudantes pode ser um ponto de partida para promover atividades educativas e rodas de conversa sobre o tema. Investir nesse interesse, portanto, pode resultar em maior engajamento futuro e fortalecimento da participação estudantil.

Vejamos o Gráfico 20

Gráfico 20: Interesse em aprender sobre o movimento estudantil



Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coleta de dados.

Com base na análise quantitativa e qualitativa das respostas do questionário, é possível estabelecer um nexo claro entre as percepções dos estudantes e o conhecimento que eles têm sobre o movimento estudantil. Os dados mostram que, embora a maioria reconheça a importância e a necessidade do movimento para a representação e melhoria da qualidade do ensino, uma parcela significativa dos alunos ainda demonstra desconhecimento ou falta de opinião formada sobre o tema.

Este cenário reflete o que os estudos acadêmicos apontam sobre o movimento estudantil no Brasil: apesar de sua relevância histórica e social — como espaço de formação política, cidade e de luta por direitos —, ele ainda enfrenta desafios para se consolidar como efetiva prática e acessível no cotidiano escolar. Portanto, a ausência de debates e informações nas instituições, evidenciada nas respostas, limita o engajamento dos jovens e reforça a necessidade de políticas educativas que promovam o conhecimento, a participação e o protagonismo estudantil. Integrar o movimento estudantil ao currículo e às práticas pedagógicas pode contribuir para formar cidadãos críticos e ativos, alinhando-se às concepções de educação libertadora e democrática discutidas na literatura.

Dessa forma, o questionário não apenas revela percepções no momento da realização da pesquisa, mas também aponta caminhos para fortalecer o papel do movimento estudantil no Instituto Federal do Acre.

Com base na análise das respostas do questionário, que incluía perguntas fechadas e abertas, foi possível identificar perfis distintos sobre a percepção dos estudantes em relação ao movimento estudantil. As respostas abertas foram organizadas em categorias temáticas para facilitar a visualização dos principais posicionamentos, evidenciando que a maioria apoia a importância do movimento para dar voz aos alunos e promover melhorias na educação.

Entretanto, uma parcela significativamente demonstra falta de conhecimento, ou opinião formada, o que aponta uma lacuna na divulgação e no debate sobre o tema dentro da instituição. Esta análise integrada revela a necessidade de fortalecer ações educativas que ampliem o conhecimento e o engajamento estudantil, promovendo um ambiente mais participativo e democrático. Assim, o questionário não só mapeia as percepções atuais, mas também indica caminhos para aprimorar a participação e o protagonismo dos estudantes no IFAC.

No Quadro 4 abaixo, realizou-se a pergunta: “qual a sua opinião sobre o movimento estudantil”? Com base na categorização das respostas dos discentes, observa-se um panorama diverso em relação à percepção e posicionamento dos entrevistados.

A maioria dos estudantes, correspondente a 51,0% dos participantes, expressa uma opinião positiva, destacando a importância do movimento estudantil como espaço de expressão, transformação social e formação cidadã. Os respondentes reconhecem que o movimento contribui para dar voz aos alunos e impulsionar mudanças dentro e fora do ambiente escolar.

Por outro lado, 32,7% dos estudantes demonstram desconhecimento, indefinição ou superficialidade na resposta. Entre esses, 24,5% afirmam não saber ou não possuir opinião formada sobre o tema, enquanto 8,2% apresentam comentários genéricos, ou breves, como “boa” ou “legal”, indicando uma compreensão limitada ou pouco elaborada da temática.

Já a categoria de indiferença ou desinteresse, que inclui aqueles que se posicionaram de forma negativa, representa 16,3% das respostas. Dentro desse grupo, alguns estudantes afirmaram que o movimento não é importante, ou preferem se manter afastados das discussões, evidenciando uma distância entre a instituição e os espaços de participação política estudantil.

Estes achados revelam que, embora haja reconhecimento por parte de muitos alunos sobre o valor do movimento estudantil, ainda persiste um número significativo de estudantes com pouca informação ou interesse, o que reforça a necessidade de ampliar o debate político no ambiente escolar e estimular ações que promovam maior engajamento e reflexão crítica entre os jovens.

Quadro 4 -Análise das respostas abertas sobre o movimento estudantil (49 entrevistados)

Temas/Unidade de significação	Categoria	Unidade de contextos/Falas dos entrevistados
Percepção e posicionamento dos estudantes diante do movimento estudantil	1. Opinião positiva e importância	Vinte e cinco estudantes (51,0%) afirmam que o movimento é importante, dá voz, promove mudanças sociais e ajuda na formação.
	2. Visão crítica ou ausência de opinião formada	Doze estudantes (24,5%) não sabem ou não têm opinião formada. Quatro estudantes (8,2%) deram

		respostas genéricas ou curtas como "boa", "legal".
	3. Indiferença / Desinteresse / Opinião negativa	Cinco estudantes (10,2%) disseram "nada a declarar", "indiferente", "não quero me meter". Três estudantes (6,1%) afirmaram que o movimento não é importante ou é nulo.

Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coleta de dados.

Quanto ao Quadro 5 a seguir, a maioria dos estudantes sugeriu mais escuta e valorização das opiniões, indicando a necessidade de espaços inclusivos e democráticos para ampliar a participação estudantil, e destacaram melhorias na infraestrutura, como alimentação, conforto e benefícios básicos que favoreçam o engajamento.

Outros apontaram falta de divulgação e reconhecimento do movimento estudantil, enquanto parte expressou ausência de sugestões ou desinteresse. As propostas por atividades práticas mostram alternativas concretas para atrair os alunos e fortalecer a participação nas ações escolares.

Quadro 5 -Análise da resposta aberta sobre sugestões para melhorar a participação estudantil (38 entrevistados)

Temas/Unidade de significação	Categoria	Unidade de contextos/Falas dos entrevistados
Sugestões para melhorar a participação estudantil	1 - Mais escuta e valorização dos estudantes (dez estudantes – 26,3%)	Escuta ativa e incentivo à participação dos estudantes.
	2 - Melhorias na infraestrutura e benefícios (sete estudantes – 18,4%)	Infraestrutura escolar adequada e oferta básica de benefícios para os alunos.
	3 - Maior divulgação e reconhecimento (seis estudantes – 15,8%)	Maior divulgação do movimento estudantil por meio da comunicação e redes sociais.
	4 - Não sabe / Não tem sugestão (oito estudantes – 21,1%)	Ausência de sugestões e reflexão sobre a participação estudantil.

	5 - Atividades e projetos (quatro estudantes – 10,5%)	Promoção de atividades práticas que incentivem o engajamento estudantil.
	6 - Indiferenças / Não se importa (três estudantes – 7,9%)	Desinteresse e postura passiva frente ao movimento estudantil.

Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coleta de dados.

3.3 COMO ESTÁ ORGANIZADO O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO IFAC

O movimento estudantil desempenha um papel essencial na construção da cidadania e na defesa dos direitos dos estudantes. No entanto, ao longo dos anos, tem-se observado que o Instituto Federal do Acre tem realizado poucas ações efetivas para fortalecer o protagonismo discente. Este fortalecimento é fundamental para incentivar a organização dos alunos em entidades representativas e para promover debates relevantes sobre políticas educacionais, inclusão, diversidade e assistência estudantil. Dessa forma, ao priorizar o protagonismo dos estudantes, contribui-se para o desenvolvimento de jovens mais críticos, atuantes e engajados com a realidade institucional.

No que diz respeito à estrutura e à organização, há carência de informações detalhadas sobre como o movimento estudantil do IFAC se estrutura, tanto nas instâncias de representação dos campi, quanto na esfera institucional central. Ao discutir o movimento estudantil, faz-se referência principalmente aos grêmios estudantis e ao Diretório Central dos Estudantes (DCE). Os grêmios, responsáveis pela representação dos estudantes do Ensino Médio e Técnico, desempenham papel relevante na articulação de demandas locais, na promoção de eventos e na participação ativa em fóruns institucionais. Já o DCE representa os estudantes de graduação em todo o IFAC, atuando na defesa dos interesses gerais do corpo discente, fomentando discussões sobre políticas públicas de educação e dialogando com a reitoria e órgãos colegiados.

O IFAC foi oficialmente criado em 29 de dezembro de 2008, com a publicação da Lei nº 11.892. Nessa época, não existia ainda uma tradição consolidada de organização discente típica do movimento estudantil no Acre, pois a escola técnica que daria origem ao instituto existia apenas no papel.

Os primeiros anos do IFAC, com a instalação inicial das turmas nos campi de Rio Branco, Sena Madureira, Cruzeiro do Sul e Xapuri, em julho de 2010, foram fundamentais para o surgimento das primeiras iniciativas de representação estudantil. Com a chegada dos 400 alunos inaugurais e a posse dos primeiros servidores, iniciou-se também a criação dos grêmios estudantis nos campi pioneiros, incentivados pela reitoria *pro tempore* e pelos núcleos pedagógicos, que

enxergavam a participação dos alunos nos conselhos escolares e eventos institucionais como uma etapa importante para o amadurecimento da cultura democrática no IFAC.

O IFAC (2023) apresenta uma retrospectiva detalhada dos principais marcos históricos do instituto, destacando eventos desde sua criação até os avanços recentes, além das narrativas dos estudantes. A história é marcada, no dia 13 de novembro de 2010, pelo nascimento do primeiro grêmio estudantil, formado por alunos e alunas dos cursos técnicos em Segurança do Trabalho, Cooperativismo e Manutenção e Suporte em Informática. E, em 2021, representantes do grêmio estudantil do campus Rio Branco receberam, simbolicamente, os primeiros equipamentos da compra e distribuição dos *Chromebook*.

A fase inicial do movimento estudantil concentrou-se na mobilização por infraestrutura adequada, acesso à assistência estudantil, organização de eventos culturais e construção de um ambiente escolar participativo. Com a expansão dos cursos e o ingresso de novos estudantes, o movimento estudantil ampliou sua base e, progressivamente, fortaleceu sua organização interna, resultando na formação de diretórios acadêmicos e na participação ativa em conselhos colegiados.

O início do movimento estudantil no IFAC foi marcado pelo protagonismo crescente dos alunos e pelo incentivo institucional à formação de lideranças estudantis, que passaram a integrar o cotidiano e as decisões da instituição.

Entre os desafios atuais do movimento estudantil no IFAC, destacam-se a necessidade de ampliar a participação discente, estimular a formação de novas lideranças e promover maior integração entre estudantes e a administração institucional. A existência de grêmios, diretórios e DCE é vista como fundamental para a construção de uma instituição mais plural, democrática e sensível às necessidades dos alunos, consolidando-se como referência de participação e valorização discente no contexto acreano.

A matéria publicada em 5 de agosto de 2021 no site do Instituto Federal do Acre (IFAC) anunciou a realização do primeiro Encontro de Estudantes do IFAC, marcado para os dias 11 e 12 de agosto de 2021, em formato virtual devido ao contexto de pandemia. O evento foi organizado pela Diretoria Sistêmica de Assistência Estudantil (DSAES), a fim de fomentar o protagonismo estudantil, promovendo o engajamento dos alunos nas agremiações representativas dos campi, como grêmios estudantis e Diretório Central dos Estudantes (DCE).

A matéria destaca que o encontro buscou fortalecer a história do movimento estudantil dentro do IFAC ao abordar suas principais bandeiras e desafios. Abriu espaço também para refletir sobre o papel de entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) nesse processo, bem como a importância das oficinas para instrumentalizar estudantes na criação e manutenção dessas entidades.

O evento inseriu-se em um contexto de reconstrução e retomada do debate coletivo acerca da participação estudantil, após um período de dificuldades para a realização presencial dessas

atividades, retomando as discussões iniciadas em 2015, quando o IFAC realizou o Seminário de Formação de Lideranças Estudantis, ampliando, assim, os esforços institucionais para consolidar espaços democráticos de diálogo e ação entre os estudantes. Em 2025, segundo a reportagem, grêmios estavam efetivos principalmente nos campi de Cruzeiro do Sul e Rio Branco, e o DCE representava os estudantes de Graduação de todos os campi do Instituto Federal do Acre.

A notícia publicada em julho de 2025 indicou a realização da III Semana Acadêmica Integrada dos Cursos Superiores do IFAC – campus Rio Branco, trazendo informações valiosas sobre o protagonismo discente e as práticas do movimento estudantil no contexto institucional.

O evento destacou-se pelo protagonismo estudantil desde a sua concepção até a execução do evento. Os alunos participaram ativamente do planejamento, coordenação e realização de atividades variadas, como palestras, oficinas e apresentações culturais, demonstrando senso de organização e engajamento coletivo. A presença marcante das mães acadêmicas e a inclusão de temáticas sociais ampliaram o caráter plural e sensível das discussões promovidas ao longo da semana.

A valorização do protagonismo discente foi reconhecida por professores e convidados, que ressaltaram o papel dos alunos na construção de uma educação crítica e participativa. A integração entre movimentos sociais, comunidade acadêmica e egressos fortaleceu o diálogo institucional e contribuiu para o desenvolvimento de competências essenciais à formação cidadã e profissional dos estudantes. Este envolvimento tornou a semana acadêmica um espaço de aprendizagem, trocas e transformação social dentro do IFAC.

A matéria publicada em abril de 2025 no site da instituição apresentou o protagonismo ativo do Diretório Central dos Estudantes (DCE) do Instituto Federal do Acre (IFAC) na organização de uma ação solidária de doação de sangue em parceria com o Hemoacre no campus Rio Branco. A campanha semestral não só facilita o acesso dos estudantes ao Hemoacre, especialmente para quem tem pouco tempo disponível, como também tem caráter educativo, esclarecendo jovens doadores potenciais e fortalecendo o vínculo entre a instituição e a comunidade local. O reconhecimento e suporte institucional ao DCE nessa empreitada evidenciam a visibilidade conquistada por essa entidade no IFAC.

Contudo, esse destaque ao DCE expõe uma disparidade em relação aos grêmios estudantis, que frequentemente recebem menos apoio e espaço para atuarem, sobretudo nos campi menores. Enquanto o DCE possui organização e articulação consolidada, com ações de impacto social e institucional, os grêmios ainda enfrentam desafios para se estruturarem e ampliarem sua representatividade no conjunto dos 22 municípios do Acre onde o IFAC está presente. Esta diferença indica a necessidade de fortalecer os grêmios, para que todo o movimento estudantil conquiste maior reconhecimento e eficácia no instituto.

A análise dos relatos institucionais e das postagens atuais revela que os grêmios estudantis ainda necessitam de mais atenção, especialmente para expandirem-se aos campi onde não há representação formal ou atuação reconhecida, como é o caso do campus Rio Branco que, no momento em que foram realizadas as oficinas com os estudantes, encontrava-se com o grêmio inativo. Nesse contexto, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) demonstra maior articulação e visibilidade, porém, enfrenta o desafio de unir, de fato, a base estudantil dos 22 municípios. Em suma, o movimento estudantil no IFAC, principalmente o grêmio, está em fase de organização, enfrentando dificuldades para estruturar-se e precisando de apoio institucional. Além disso, ao mesmo tempo, demanda estratégias para consolidar entidades representativas em todo o interior e promover maior participação de todos os estudantes na vida institucional, buscando uma educação de qualidade, democrática e voltada para uma formação omnilateral.

3.4 OFICINA SOBRE MOVIMENTO ESTUDANTIL: O QUE É, ORIGENS, OBJETIVOS E IMPACTOS SOCIAIS

A partir do mapeamento dos conhecimentos prévios dos/as jovens, o próximo passo deste estudo foi promover a elaboração de uma proposta de oficinas visando abordar o tema acima e suas implicações no campo estudantil. A escolha das oficinas como estratégias de ensino está ancorada nos estudos das pesquisadoras Anastasiou e Alves (2009)

As oficinas pedagógicas, de acordo com os autores (2009), configuram-se como uma estratégia de ensino com potencial para promover a aprendizagem ativa e colaborativa, favorecendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas e práticas em um ambiente de interação reduzida e orientada. Ao possibilitar a aplicação concreta dos conhecimentos em situações reais e estimular o pensamento crítico, as oficinas são recomendadas para a formação integral do estudante. Esta metodologia também valoriza a participação e o protagonismo dos alunos, elementos essenciais para a participação e a construção do saber.

Quadro 6 -Oficina 01História e Origem do Movimento Estudantil

Temática: Apresentação do Movimento Estudantil	
Tempo estimado de duração:	2h
Número de participantes	57 discentes
Objetivos	Explorar o movimento estudantil, entendendo sua história, importância e papel na sociedade; introduzir o conceito, despertar interesse e estimular a participação e discussão dos estudantes sobre o tema.

<p>Conteúdos propostos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Definição de movimento estudantil; - Origens e marcos históricos no Brasil; - Objetivos e princípios do movimento; - Exemplos de mobilizações históricas; - Papel do estudante na sociedade atual; - Temas atuais e engajamento político dos jovens.
<p>Estratégias metodológicas</p>	<p>Exposição dialogada, perguntas iniciais para estimular reflexão, análise de imagens e vídeos, discussão em grupos, roda de conversa e apresentação de exemplos práticos e históricos.</p>
<p>Recursos utilizados</p>	<p>Computador, projetor.</p>
<p>Referências utilizadas</p>	<p>ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. M. Oficinas pedagógicas: uma estratégia de ensino. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>BOUTIN, A. C. B. D.; FLACH, S. F. Movimento estudantil brasileiro: da formação às estratégias de luta na atualidade. Educação em Perspectiva, v. 8, n. 2, p. 215-231, 2017.</p> <p>CANDAU, V. M. Oficina pedagógica como espaço de construção coletiva do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1995.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1998.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.</p> <p>GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1978.</p>

MENEGOZZO, C. H. Bibliografia sobre estudantes e política no Brasil (1960-2003). **Perseu: História, Memória e Política**, n. 11, 2016.

MOTTA, L. F. **O movimento estudantil brasileiro**. São Paulo: Editora X, 2014.

MUNDO VESTIBULAR. Disponível em: <https://www.mundovestibular.com.br/>.

Acesso em: 9 jan. 2025.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SINASEFE IFES. Disponível em: <https://sinasefeifes.org.br/>.

Acesso em: 10 jan. 2025.

SOUZA, H. **O movimento estudantil: a luta pela educação**. São Paulo: Editora Y, 1983.

VERMELHO. Disponível em: <https://vermelho.org.br/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 3 -Registro fotográfico da primeira oficina



Fonte: elaborada pelo autor.

Na primeira oficina, buscou-se aproximar os jovens da temática do movimento estudantil, apresentando-o como um princípio educativo e estimulando a familiarização dos estudantes com o assunto. Para iniciar o diálogo, teve uma pergunta norteadora: “o que vocês sabem sobre movimento estudantil?”, ou “qual é a primeira coisa que vem à mente quando ouvem movimento estudantil?”, o que gerou significativa participação e interação entre os presentes, com diversas contribuições sobre o tema.

A partir do mapeamento dos conhecimentos prévios, ficou evidente que os participantes possuem uma compreensão do movimento estudantil, fundamentada principalmente no senso comum, sem aprofundamento teórico ou histórico. As respostas apresentadas indicam que muitos ainda não compreendem a importância de um movimento estudantil forte e bem estruturado para o fortalecimento das relações institucionais, o que dificulta a promoção de uma convivência mais dialógica e participativa no ambiente escolar.

Os resultados ressaltam que é preciso investir em ações educativas que ampliem o conhecimento e o engajamento dos estudantes sobre o tema, destacando seu papel histórico, social e político, a fim de promover maior engajamento, participação e consciência crítica entre os jovens, fortalecendo a construção coletiva e democrática no ambiente escolar.

Nesse primeiro encontro formativo sobre a temática “Apresentação do Movimento Estudantil”, realizado no IFAC, foi apresentada a proposta deste trabalho, seus objetivos e o que se pretendia com essa formação, além do andamento da pesquisa.

Diante do exposto, esta formação teve como objetivo central introduzir os estudantes ao conceito, à história e à relevância do movimento estudantil no Brasil. Para tanto, por meio de uma abordagem interativa, buscou-se despertar o interesse e a curiosidade dos participantes, promovendo a reflexão sobre o papel do estudante como agente de transformação social. O conteúdo abordou desde as origens do movimento estudantil, passando por seus marcos históricos, até exemplos recentes de mobilizações e conquistas dos estudantes.

No decorrer da oficina, foi apresentado um vídeo sobre a “importância do movimento estudantil”, com duração de dez minutos, para envolver e motivar os participantes, o que despertou curiosidade e interesse na maioria dos estudantes, contribuindo para uma maior interação com a temática. Esta estratégia facilitou a compreensão do papel transformador do movimento estudantil ao longo do tempo. Assim, a oficina proporcionou um ambiente propício para o debate e o aprofundamento do conhecimento sobre a temática.

Durante a atividade, foram discutidos os principais objetivos do movimento estudantil, como a luta por educação pública de qualidade, a promoção da participação política, a defesa dos direitos estudantis e o combate à exclusão e à discriminação. Os princípios de autonomia, democracia, solidariedade, igualdade, justiça social e respeito à diversidade foram enfatizados como fundamentos essenciais para a atuação coletiva dos estudantes. Exemplos históricos, como a passagem dos Cem Mil em 1968 e as ocupações das escolas em 2016, ilustraram a força e a importância desse protagonismo juvenil.

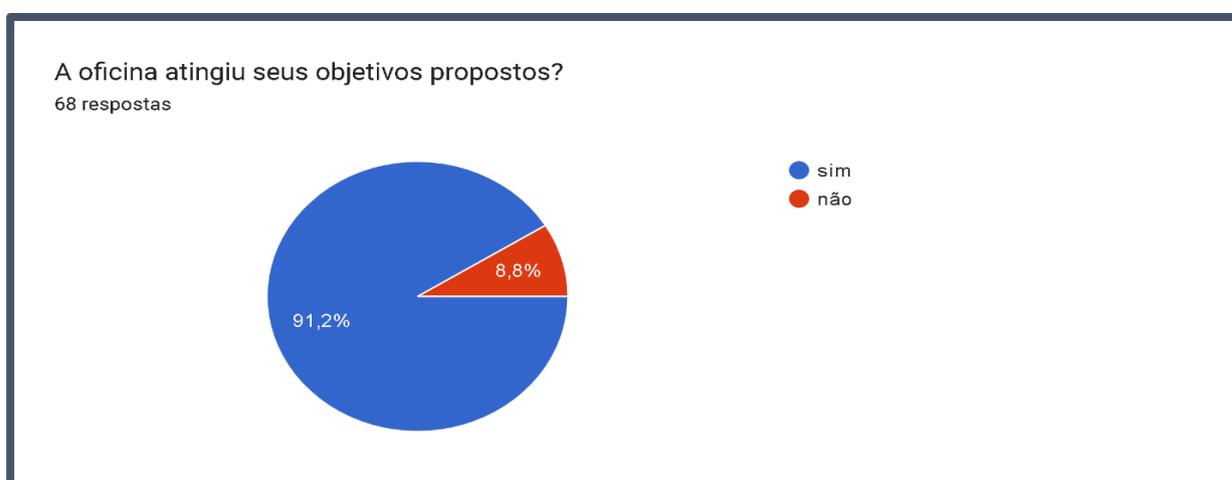
Ao final, a oficina destacou o papel do jovem na sociedade atual, ressaltando a importância do engajamento político e da participação ativa em movimentos sociais. Os estudantes foram incentivados a refletir sobre como podem contribuir para mudanças positivas, tanto no ambiente escolar quanto na sociedade em geral. Assim, a atividade não apenas ampliou o conhecimento dos participantes sobre o movimento estudantil, mas também fortaleceu o sentimento de pertencimento e responsabilidade cidadã entre os jovens que participam dos cursos de formação integral no Instituto Federal do Acre, precisamente no campus Rio Branco.

No final da primeira oficina, foi disponibilizado um questionário avaliativo sobre a oficina em um *link* através do *QRcode* (Quick Response Code, ou código de resposta rápida), do qual participaram, ao final, 68 estudantes, respondendo a um total de oito questões, todas fechadas. No final da formação, os participantes responderam à pergunta: “a oficina atingiu seu objetivo proposto?”. A maioria indicou que os propósitos da atividade foram plenamente alcançados, destacando aspectos como aprendizado, reflexão e estímulo à participação estudantil. O resultado aponta que os conteúdos apresentados, as discussões e as metodologias utilizadas foram eficazes

na promoção de conhecimento e engajamento. Estes achados reforçam a importância de práticas formativas que dialoguem com a realidade dos alunos e ampliem o protagonismo juvenil no ambiente escolar.

O gráfico abaixo demonstra que a grande maioria dos participantes (91,2%) considerou que a oficina atingiu seus objetivos propostos, enquanto apenas 8,8% responderam “qualidades”. Este resultado evidencia o sucesso da metodologia e da abordagem adotada durante a atividade. A aprovação expressiva indica que os conteúdos e as estratégias utilizadas foram eficazes para promover o engajamento e a compreensão dos estudantes. Logo, a oficina cumpriu seu papel de despertar o interesse e ampliar o conhecimento sobre o movimento estudantil.

Gráfico 21 - Avaliação dos participantes sobre o alcance dos objetivos da oficina



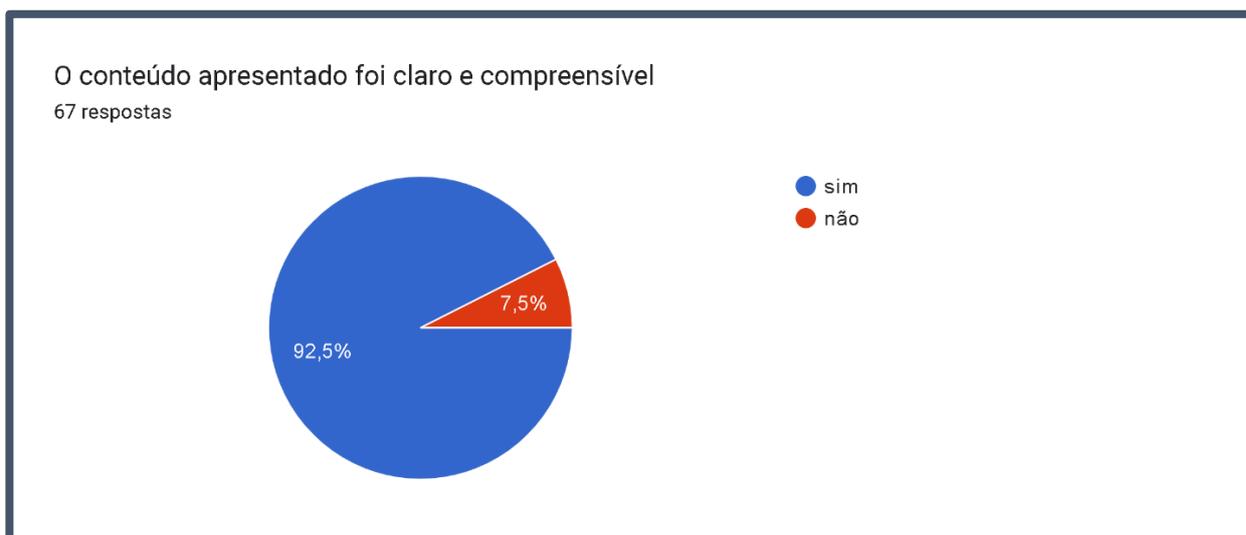
Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coletas de dados.

Na etapa final de avaliação, os participantes responderam se o conteúdo trabalhado durante a oficina foi claro e compreensível. A maioria indicou que a linguagem utilizada e os temas abordados favoreceram a compreensão, permitindo melhor assimilação das propostas. Os dados indicam que os objetivos comunicativos foram cumpridos, contribuindo para o envolvimento e interesse dos alunos. Este resultado destaca a importância de metodologias acessíveis e bem estruturadas em atividades formativas.

O gráfico revela que 92,5% dos participantes consideraram o conteúdo apresentado na oficina foi claro e compreensível, enquanto apenas 7,5% tiveram opiniões contrárias, e demonstra a efetividade da metodologia utilizada e o sucesso na comunicação dos conceitos envolvidos. A alta taxa de aprovação indica que a oficina conseguiu atingir seu objetivo de fornecer informações de forma acessível e envolvente. Isso reforça a importância de estratégias didáticas participativas para promover o entendimento entre os estudantes.

Vejam os Gráficos 22.

Gráfico 22 - Percepção dos estudantes sobre clareza e compreensão do conteúdo da oficina



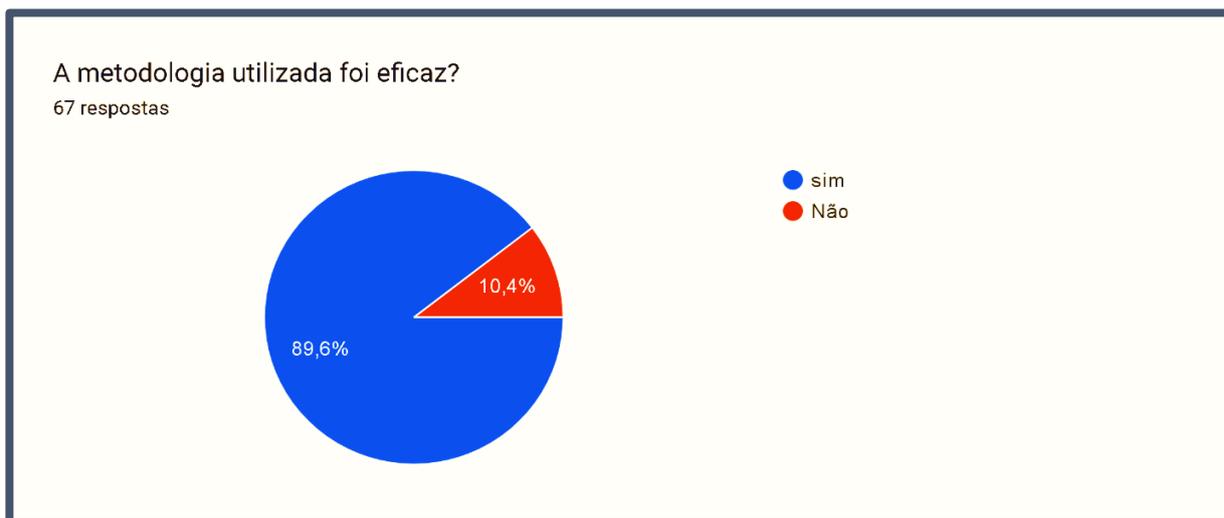
Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coletas de dados.

Os participantes avaliaram os métodos utilizados durante a oficina, destacando sua eficácia na promoção do aprendizado e do engajamento. A maioria reconheceu que as dinâmicas, debates e atividades propostas favoreceram a participação ativa e facilitaram a compreensão dos conteúdos. Estes dados evidenciam que o uso de estratégias didáticas interativas e contextualizadas fortalece o protagonismo estudantil e torna o processo formativo mais significativo.

O gráfico demonstra que 89,6% dos participantes consideraram a metodologia utilizada na formação foi eficaz, enquanto apenas 10,4% avaliaram de forma negativa. Este resultado evidencia a aprovação da abordagem adotada, diminuindo que as estratégias metodológicas desenvolvidas para o engajamento e a compreensão do tema. A maioria expressiva apoia reforçar a importância de metodologias participativas e interativas no processo educativo. Estes dados também sugerem que a formação atingiu seu objetivo de promover uma aprendizagem significativa sobre o movimento estudantil.

Vejamos o Gráfico 23.

Gráfico 23 – Percepção dos estudantes sobre a eficácia da metodologia utilizada na oficina

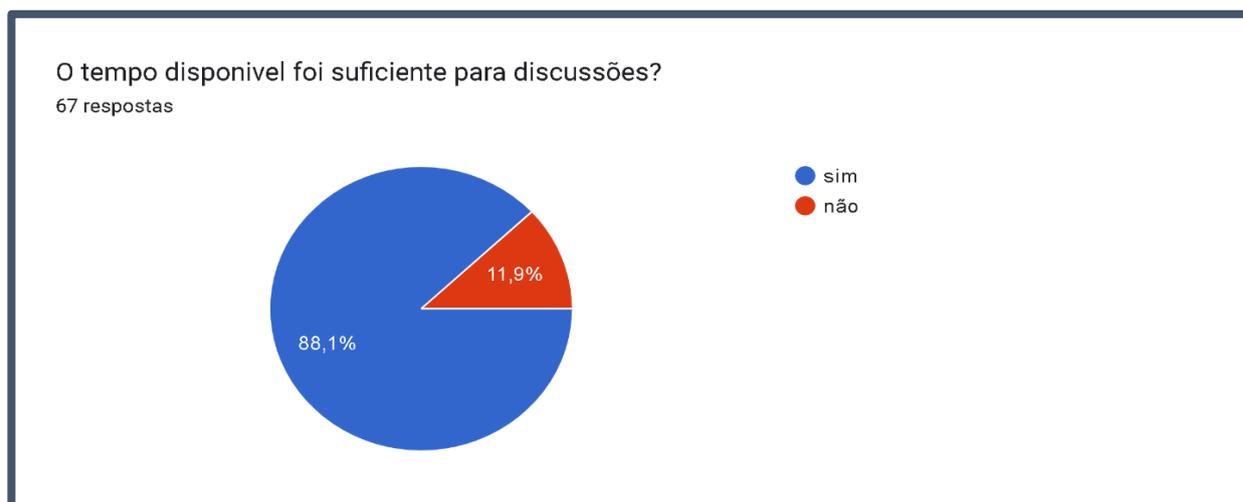


Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coletas de dados.

No encerramento da atividade, os alunos compartilharam suas percepções quanto ao tempo dedicado às discussões coletivas. A maior parte considerou que o período destinado ao diálogo foi adequado e proveitoso, favorecendo a troca de ideias e o aprofundamento dos conteúdos. Este resultado ressalta a relevância de uma gestão de tempo equilibrada, que permita envolvimento ativo e expressão dos participantes em espaços formativos. A imagem mostra que 88,1% dos participantes consideraram o tempo disponível suficiente para as discussões realizadas durante a oficina, enquanto 11,9% acharam insuficiente, o que indica que a maioria se sentiu contemplada pelo espaço de diálogo oferecido, favorecendo a participação e o aprofundamento do tema. A boa acessibilidade do tempo demonstra que a dinâmica da atividade foi adequada para promover o engajamento dos estudantes. Para futuros escritórios, é importante considerar sugestões do grupo minoritário para aprimorar ainda mais a experiência coletiva.

Vejamos o Gráfico 24.

Gráfico 24 - Avaliação dos estudantes sobre o tempo disponível para as discussões na oficina

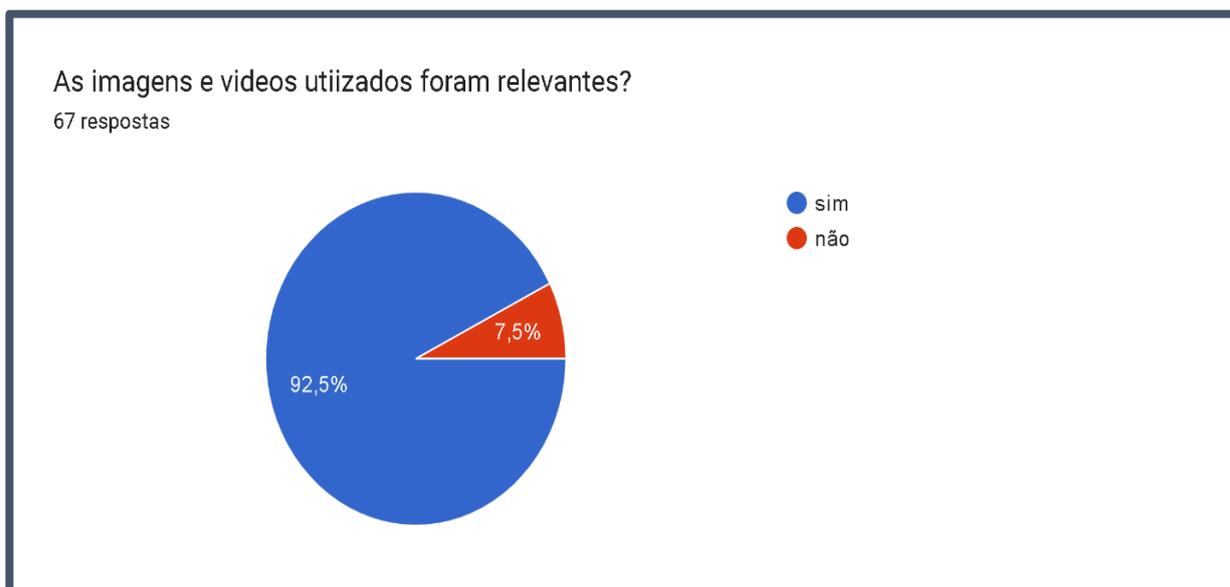


Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coletas de dados.

Na etapa de avaliação final, os estudantes manifestaram suas percepções sobre o uso de imagens e vídeos durante a oficina, e a maioria considerou esses recursos visuais relevantes e complementares à abordagem teórica, facilitando a compreensão dos conteúdos e tornando a atividade mais dinâmica. O resultado evidencia que o apoio audiovisual contribuiu positivamente para o engajamento e para a clareza das propostas trabalhadas. Observa-se que 92,5% dos participantes consideraram as imagens e vídeos apresentados durante o evento foi relevante para o entendimento do tema, enquanto apenas 7,5% discordaram. Este resultado demonstra que os recursos audiovisuais foram eficazes para engajar e facilitar a compreensão dos estudantes. A proposta majoritária reforça a importância de utilizar diferentes mídias para tornar o aprendizado mais dinâmico e significativo. Assim, a escolha desses materiais contribuiu significativamente para o sucesso do trabalho.

Vejamos o Gráfico 25

Gráfico 25 - Avaliação da relevância de imagens e vídeos utilizados na oficina

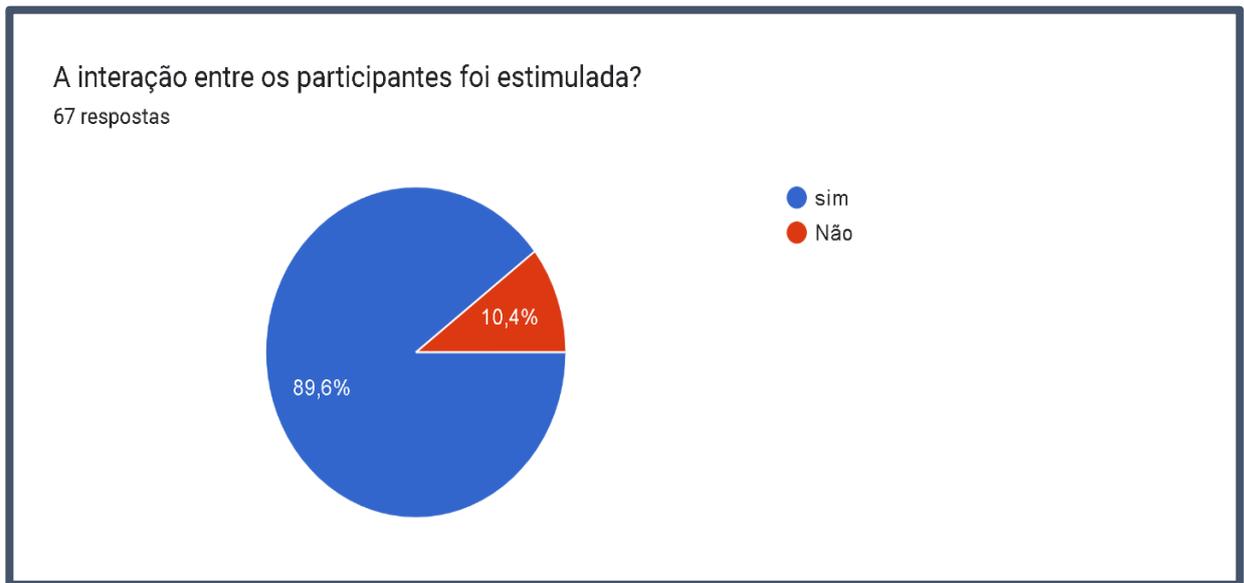


Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coletas de dados.

No momento de avaliação final, os participantes relataram como perceberam a interação promovida ao longo da atividade, e a maioria destacou que as dinâmicas propostas favoreceram o diálogo entre colegas, a colaboração e o envolvimento mútuo. Estes resultados indicam que o estímulo à troca de experiências contribuiu significativamente para o fortalecimento da participação e do sentimento de pertencimento no grupo. Os dados do gráfico indicam que 89,6% dos participantes perceberam que a interação entre os estudantes foi estimulada durante a oficina, enquanto 10,4% não tiveram essa mesma percepção, o que evidencia o sucesso das estratégias metodológicas adotadas para promover o diálogo e o trabalho coletivo. A predominância de respostas positivas reforça a importância de ambientes participativos para a construção do conhecimento. Logo, a oficina contribuiu para fortalecer o engajamento e a colaboração entre os alunos.

Vejamos o Gráfico 26

Gráfico 26 - Estímulo à interação entre participantes durante a oficina



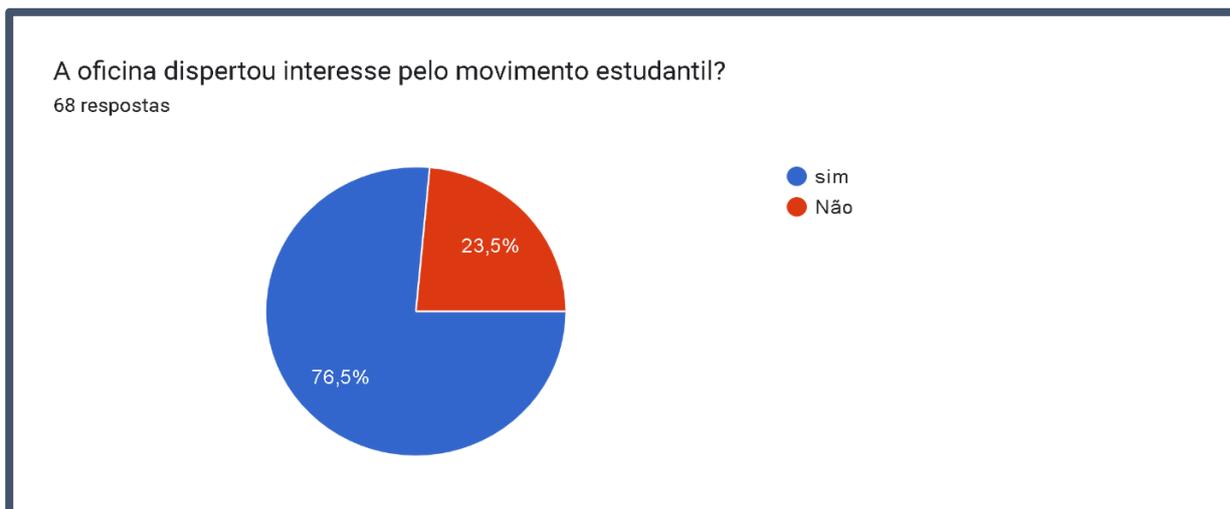
Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coletas de dados.

Após a realização da oficina, os estudantes foram convidados a avaliar se a atividade despertou maior interesse pelo movimento estudantil. A maioria (76,5%) respondeu afirmativamente, demonstrando que os conteúdos, dinâmicas e reflexões promovidas estimularam o engajamento e a curiosidade sobre o tema. Este resultado evidencia o potencial das oficinas para fortalecer a participação estudantil e ampliar o protagonismo juvenil dentro do ambiente escolar.

O Gráfico 27 demonstra que a oficina teve um impacto positivo significativo no interesse dos alunos pelo movimento Estudantil. A esmagadora maioria (76,5%) respondeu afirmativamente a pergunta sobre o despertar do interesse indicando o sucesso da oficina em atingir seu objetivo. No entanto, uma minoria considerável (23,5%) respondeu negativamente sugerindo a necessidade de avaliar as razões para a falta de engajamento nesse grupo para futuras melhorias. A análise completa requer a compreensão dos fatores que influenciaram as respostas negativas.

Vejamos o Gráfico 27.

Gráfico 27 - Interesse no movimento estudantil após a realização das oficinas



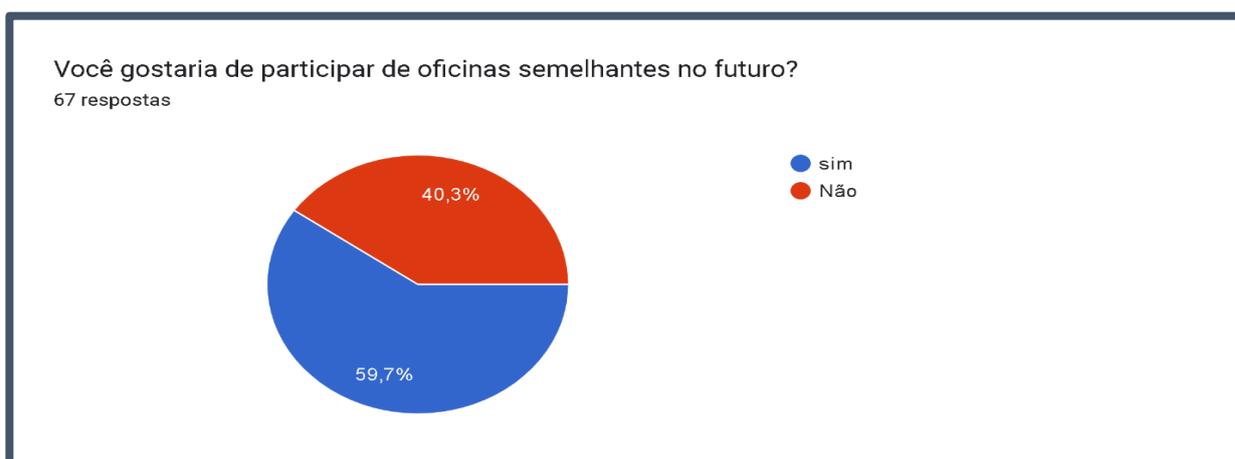
Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coletas de dados.

Ao final da oficina, os estudantes foram convidados a avaliar sua experiência, indicando o grau de satisfação e interesse em participar de atividades semelhantes. A maioria (59,7%) manifestou disposição em integrar futuras oficinas, demonstrando que os conteúdos, abordagens e dinâmicas foram bem recebidos. Embora 40,3% não tenham demonstrado o mesmo interesse, os dados apontam que a metodologia aplicada teve impacto positivo e potencial de continuidade. Este resultado reforça a importância de ouvir diferentes perfis para aprimorar futuras edições e ampliar o engajamento estudantil.

O gráfico apresenta os resultados de 67 respostas à pergunta sobre o interesse em participar de futuras oficinas. Destes, 59,7% foram positivos (sim), enquanto 40,3% indicaram resposta negativa (não). A maioria dos participantes demonstrou disposição em repetir a experiência, evidenciando um elevado nível de satisfação. A diferença expressiva entre os dois grupos aponta para a receptividade da atividade e reforça a viabilidade de novas edições. Os dados confirmam o potencial da iniciativa como ferramenta formativa e mobilizadora entre os estudantes.

Vejamos o Gráfico 28.

Gráfico 28 – Resultados da pesquisa de satisfação em relação à oficina



Fonte: elaborada pelo pesquisador com base no instrumento de coleta de dados

A análise dos dados coletados ao final da oficina com esses números considerável de participantes dos cursos de informática para internet (IPI), Redes de computadores e Edificações, realizada após aproximadamente duas horas de atividades, evidencia que a maioria dos participantes avaliou positivamente tanto a metodologia quanto os recursos utilizados. Os estudantes destacaram a clareza do conteúdo, a relevância das imagens e vídeos apresentados e a adequação do tempo destinado às discussões, o que contribuiu para um ambiente de aprendizagem dinâmico e participativo. Estes resultados refletem o potencial das oficinas como espaços educativos que promovem o diálogo, a construção coletiva do conhecimento e o desenvolvimento do pensamento crítico.

Além disso, os dados sugerem que a abordagem dialógica e participativa favoreceu a interação entre os estudantes, estimulando o engajamento e a troca de experiências sobre o movimento estudantil. Esse tipo de metodologia, conforme apontam estudos recentes, contribui para a formação crítica dos jovens, ao valorizar suas vivências e estimular o protagonismo estudantil no contexto escolar e social. A experiência relatada corrobora a literatura que defende o movimento estudantil como espaço formativo, capaz de desenvolver habilidades de expressão, comunicação e cidadania.

Por fim, a análise dos gráficos e das respostas dos participantes indica a importância de manter e ampliar iniciativas que promovam a participação ativa dos estudantes em discussões sobre temas sociais e políticos. O reconhecimento da oficina como um espaço de diálogo e aprendizagem reforça a necessidade de investir em práticas pedagógicas inovadoras, que articulem teoria e prática e contribuam para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com a transformação social. Em seguida passo a analisar a segunda oficina realizada em 20/01/2024 no auditório do IFAC.

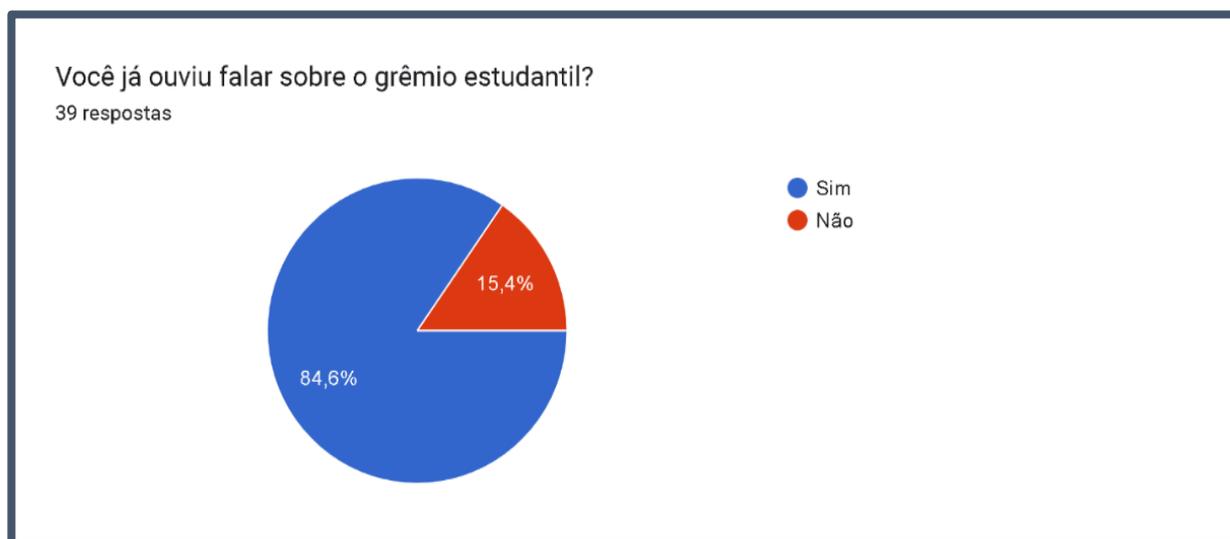
Antes de iniciar a análise detalhada da segunda oficina, é fundamental contextualizar sua realização e objetivos. A atividade, promovida no auditório do IFAC, reuniu estudantes dos cursos de Informática para Internet, Redes de Computadores e Edificações para discutir o papel e a importância do grêmio estudantil. Com duração de, aproximadamente, duas horas, a oficina buscou fortalecer o protagonismo juvenil, estimular a participação democrática e informar sobre direitos e deveres dos estudantes no ambiente escolar.

Ressalta-se que, antes do início do segundo encontro, foi realizado um diagnóstico sobre a temática abordada, por meio de um questionário fechado composto por quatro perguntas. O acesso ao formulário foi disponibilizado durante a apresentação, por meio de um link e de um *QRcode*, e contou com a participação de 39 estudantes. A seguir, apresentam-se os resultados obtidos nesse diagnóstico, que teve como foco o tema "O que é o Grêmio Estudantil? E qual sua importância?".

Com o objetivo de identificar o nível de conhecimento dos participantes em relação ao grêmio estudantil, foi realizada uma pergunta específica durante a oficina, se os participantes presentes tinham ouvido falar ou tinha conhecimento sobre o grêmio estudantil. A análise do gráfico revela que 84,6% dos participantes já ouviram falar sobre o grêmio estudantil, enquanto 15,4% ainda não possuem conhecimento prévio sobre o tema. Estes dados indicam que a maioria dos estudantes tem algum contato com a temática, o que pode facilitar o desenvolvimento das discussões propostas na oficina. No entanto, a presença de um grupo significativo que desconhece o assunto reforça a importância de ações educativas para ampliar o acesso à informação. Assim, a oficina se mostra essencial para promover a inclusão e o engajamento de todos os estudantes no debate sobre participação estudantil.

Vejamos o Gráfico 29.

Gráfico 29 - Conhecimento prévio dos estudantes sobre o grêmio estudantil



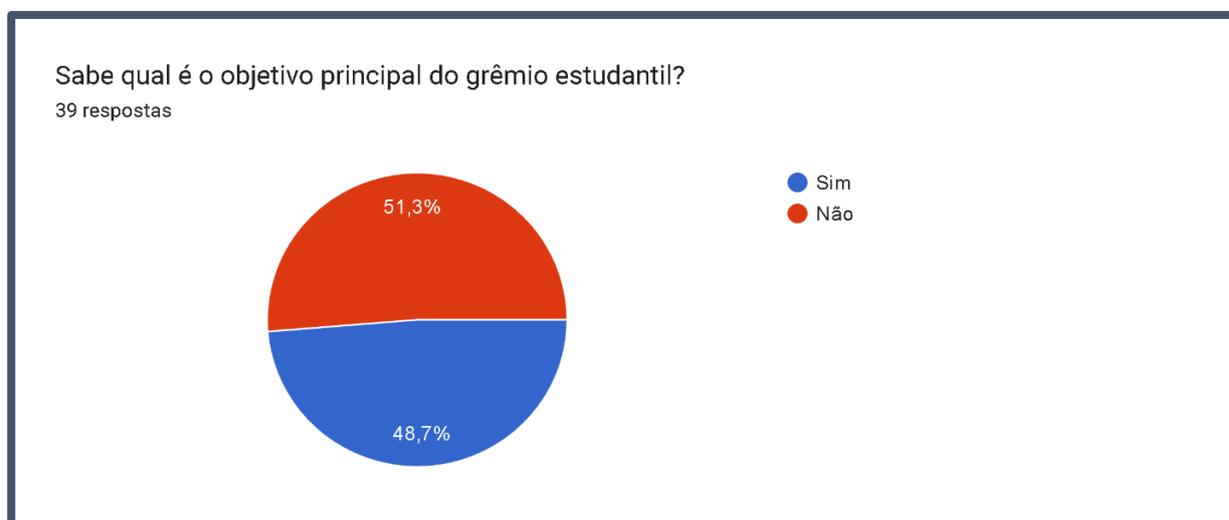
Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coletas de dados.

Com o intuito de verificar se os participantes compreendem a finalidade central do grêmio estudantil, foi realizada a pergunta: “você sabe qual é o objetivo principal do grêmio estudantil?”. Este resultado levanta um ponto crucial: o pleno entendimento sobre o papel do grêmio é indispensável para uma participação estudantil ativa, crítica e transformadora. Saber que o grêmio representa os interesses dos alunos e promove melhorias na escola fortalece a atuação consciente dos estudantes como protagonistas no ambiente educacional, por isso, é essencial investir em ações que informem e aproximem os alunos dessa instância de representação.

A análise do gráfico mostra que 51,3% dos participantes não sabem qual é o objetivo principal do grêmio estudantil, enquanto 48,7% afirmam ter esse conhecimento. Este resultado revela um equilíbrio entre os estudantes informados e os que ainda desconhecem a função central do grêmio. A parcela expressiva de alunos sem esclarecer sobre o tema destaca a necessidade de ações educativas que aprofundem o entendimento sobre o papel do grêmio. Assim, o *workshop* se apresenta como uma oportunidade estratégica para promover esclarecimento e engajamento entre os estudantes.

Vejamos o Gráfico 30.

Gráfico 30 - Conhecimento dos estudantes sobre o objetivo principal do grêmio estudantil



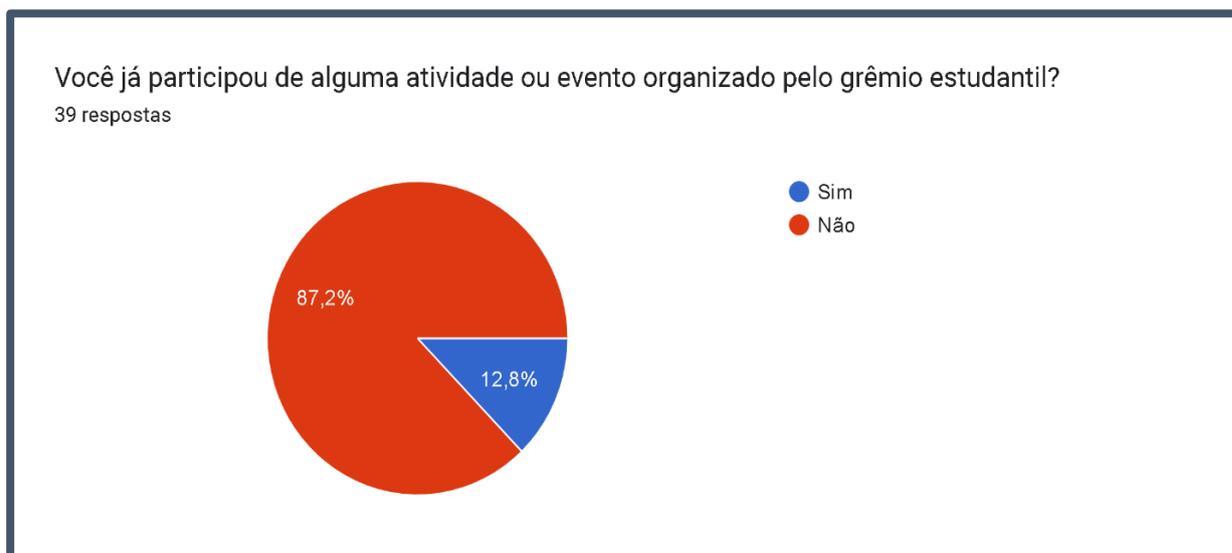
Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coletas de dados.

Com a finalidade de identificar o nível de envolvimento dos estudantes nas ações promovidas pelo grêmio estudantil, foi realizada a pergunta: “você já participou de alguma atividade ou evento organizado pelo grêmio estudantil?”. O resultado demonstra um baixo índice de engajamento, evidenciando a necessidade de fortalecer a articulação entre o grêmio e os alunos por meio de ações mais atrativas, divulgadas e integradas ao cotidiano escolar. Ampliar esse envolvimento é essencial para consolidar a representatividade e o protagonismo estudantil.

A análise do gráfico revela que apenas 12,8% dos estudantes já participaram de alguma atividade ou evento organizado pelo grêmio estudantil, enquanto 87,2% nunca tiveram essa experiência. Este dado evidencia um baixo índice de engajamento prático dos alunos nas ações do grêmio, apesar do conhecimento prévio sobre sua existência. A expressiva maioria que não participou de eventos aponta para a necessidade de estratégias mais atrativas e inclusivas por parte do grêmio. Dessa forma, é fundamental promover iniciativas que estimulem a participação efetiva dos estudantes e fortaleçam o papel do grêmio na vida escolar.

Vejam os Gráficos 31.

Gráfico 31 - Participação dos estudantes nas atividades do grêmio estudantil



Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coletas de dados.

A maioria dos estudantes considera o grêmio estudantil importante para a vida acadêmica, reconhecendo seu papel como espaço de representação e participação. Entretanto, uma parte menor dos participantes ainda não percebe essa relevância, o que reforça a necessidade de ações que promovam maior integração entre os alunos e o grêmio. A análise do gráfico indica que 84,6% dos participantes acreditam que o grêmio estudantil é importante para a vida acadêmica, enquanto 15,4% não compartilham dessa opinião. Este resultado demonstra uma valorização expressiva do Grêmio como espaço de apoio, representação e desenvolvimento estudantil. A maioria confirma o papel do grêmio na promoção do protagonismo, do diálogo e da participação democrática na escola. Por outro lado, a existência de uma minoria que não percebe essa importância aponta para a necessidade de ampliar o debate e as ações de conscientização sobre o tema.

Vejam os Gráficos 32.

Gráfico 32 - Percepção dos estudantes sobre a importância do grêmio estudantil para a vida acadêmica



Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coletas de dados.

O quadro abaixo apresentado oferece uma visão abrangente sobre o que é o grêmio estudantil e destaca sua relevância no contexto escolar. Ao abordar tópicos como conceito, papel democrático, legislação e benefícios do engajamento juvenil, a proposta contempla não só a análise histórica e legal dos grêmios, mas também incentiva o protagonismo dos estudantes na escola. Esta abordagem reforça que o grêmio não é apenas um órgão de representação, mas um espaço concreto de vivência da cidadania, favorecendo o desenvolvimento de habilidades como liderança, senso crítico e responsabilidade social.

Vejamos o Quadro 7.

Quadro 7 – Oficina 02: "O que é Grêmio Estudantil? E qual sua importância?"

Tema	O que é grêmio estudantil? E qual sua importância?
Tempo de duração	2 horas
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Explicar o conceito de grêmio estudantil; - Destacar a importância do grêmio como espaço de participação democrática e representação dos estudantes; - Incentivar a participação dos alunos na organização e nas atividades do grêmio.
Conteúdos destacados	<ul style="list-style-type: none"> - História dos grêmios estudantis no Brasil e no mundo; - Papel do grêmio como entidade autônoma e

	<p>democrática;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Legislação (Lei Federal nº 7.398/85, LDB, ECA, Lei nº 15.667/2015); - Benefícios da participação: liderança, responsabilidade, senso crítico - Atividades e projetos do grêmio (eventos culturais, sociais, defesa de direitos); - Como participar e organizar um grêmio.
Recursos utilizados	Computador, projetor, <i>slides</i> de apresentação.
Referências	<p>ARENDDT, Hannah. Origens do totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. 4.^a reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.</p> <p>BRASIL. Lei nº 7.398, de 30 de dezembro de 1985. Dispõe sobre a criação de cargos de magistério superior e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1985.</p> <p>BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1990.</p> <p>BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.</p> <p>BRASIL. Lei nº 15.667, de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015.</p> <p>SILVA, Osmildo. O Grêmio Estudantil: Sua Voz na Escola. [Slides]. IFAC.</p>

Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coletas de dados.

Figura 4 -Registro fotográfico da segunda oficina



Fonte: elaborada pelo autor.

A segunda oficina, realizada no auditório do IFAC, teve como foco central o tema “O que é grêmio estudantil? E qual sua importância?”. O encontro reuniu estudantes dos cursos de Informática para Internet, Redes de Computadores e Edificações, promovendo um ambiente propício ao debate e à reflexão sobre a representatividade estudantil. A oficina foi estruturada para apresentar o conceito de grêmio estudantil, sua história e papel fundamental como espaço democrático dentro da escola.

Durante a apresentação, destacou-se que o grêmio estudantil é uma entidade autônoma, voltada à defesa dos interesses dos estudantes e à promoção do diálogo entre o corpo discente e a gestão escolar. Foram abordados aspectos históricos, desde o surgimento dos grêmios no século XIX até sua consolidação no Brasil, ressaltando a importância da organização estudantil na luta por direitos e pela participação política. A legislação vigente, especialmente a Lei Federal nº 7.398/85, foi apresentada como garantia legal do direito dos estudantes à livre organização.

Outro ponto relevante discutido foi a dimensão formativa do grêmio estudantil, enfatizando os benefícios de sua participação para o desenvolvimento de habilidades de liderança, senso de responsabilidade e formação cidadã. Os *slides* também evidenciaram que o grêmio é um

espaço de construção coletiva, em que os estudantes podem propor e organizar projetos culturais, sociais e de defesa de direitos, fortalecendo o protagonismo juvenil e a vivência democrática.

Por fim, a oficina incentivou a participação ativa dos estudantes, orientando sobre como se envolver nas atividades do grêmio e ressaltando a importância das eleições diretas e da gestão democrática. A apresentação concluiu que o grêmio estudantil é uma oportunidade concreta para os jovens exercerem sua cidadania, contribuírem para uma escola mais justa e inclusiva e desenvolverem competências essenciais para a vida em sociedade.

Ao final da oficina, foi realizada uma avaliação composta por quatro questões, com o objetivo de mensurar a percepção dos participantes quanto à clareza do conteúdo, relevância dos recursos utilizados, estímulo à interação e adequação do tempo destinado às discussões. Esta avaliação é fundamental para identificar os pontos fortes da atividade e eventuais aspectos a serem aprimorados em futuras ações. Os resultados obtidos refletem o grau de engajamento e satisfação dos estudantes, subsidiando o planejamento de novas oficinas e estratégias pedagógicas.

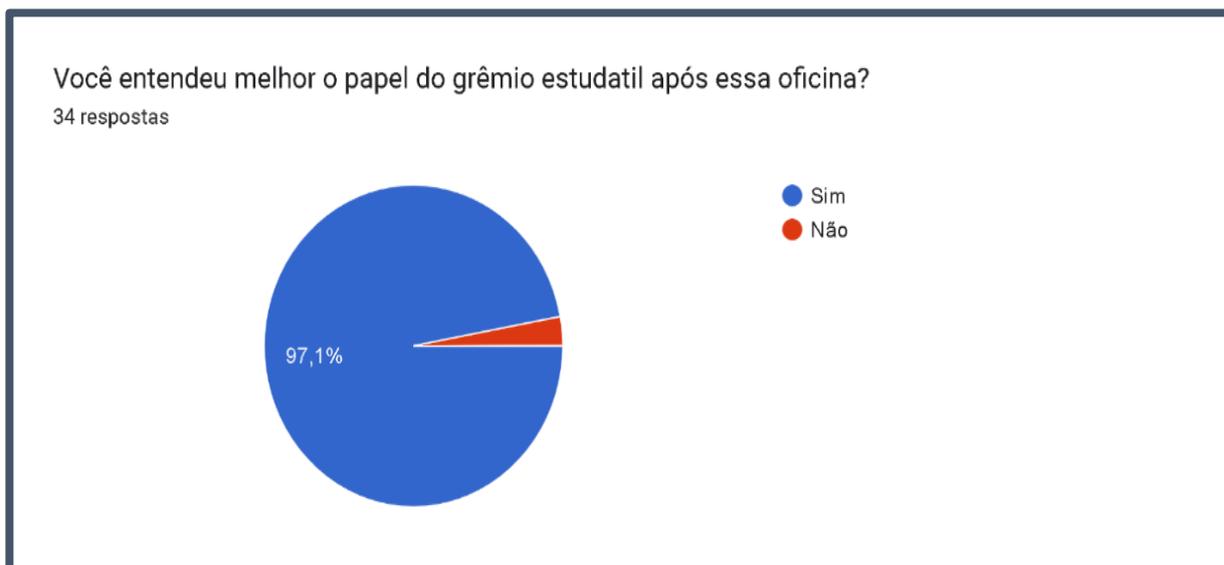
Na sequência, foi apresentada uma análise detalhada das respostas dos participantes que teve um total de 34 estudantes respondendo a cada uma das questões avaliativas, visando compreender, de forma mais aprofundada, os impactos da oficina e os desafios para o fortalecimento do grêmio estudantil na instituição.

Com o propósito de verificar o impacto da oficina na percepção dos estudantes, foi realizada uma pergunta específica sobre o entendimento do papel do grêmio estudantil. Os resultados apontam que a atividade contribuiu significativamente para ampliar a compreensão dos alunos quanto à função do grêmio como instrumento legítimo de participação, representação e exercício da cidadania no ambiente escolar. Esta clareza é essencial para incentivar o envolvimento ativo dos jovens nas decisões e ações coletivas.

A análise do gráfico evidencia que 97,1% dos participantes afirmaram ter compreendido melhor o papel do grêmio estudantil após a oficina, enquanto apenas 2,9% responderam negativamente. Este resultado demonstra a efetividade da atividade em esclarecer conceitos e promover o entendimento sobre a importância do grêmio. A expressiva maioria indica que os objetivos pedagógicos foram alcançados, proporcionando maior consciência e engajamento dos estudantes. Assim, a oficina se destaca como uma ferramenta relevante para fortalecer a participação estudantil.

Vejamos o Gráfico 33.

Gráfico 33 - Compreensão do papel do grêmio estudantil após a oficina



Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coletas de dados.

A oficina propôs uma reflexão sobre o engajamento estudantil e, para isso, incluiu uma pergunta voltada à motivação dos alunos para integrar o grêmio estudantil. Os dados revelam um cenário dividido, evidenciando que, embora haja interesse de parte dos estudantes, ainda é necessário fortalecer essa disposição por meio de ações mais atrativas e acessíveis. Entender o grau de motivação é fundamental para promover o protagonismo jovem e estimular a participação democrática no cotidiano escolar.

A análise do gráfico indica que 51,5% dos estudantes não se sentem motivados a participar do grêmio estudantil, enquanto 48,5% demonstram interesse em se envolver. Este resultado revela um equilíbrio entre os grupos, mas evidencia uma leve predominância da falta de motivação. Tal cenário sugere a necessidade de estratégias mais atrativas e ações de sensibilização para estimular o engajamento dos alunos. O fortalecimento do grêmio depende do aumento da participação e do sentimento de pertencimento entre os estudantes.

Vejamos o Gráfico 34.

Gráfico 34 - Motivação dos estudantes para participar do grêmio estudantil



Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coletas de dados.

Para verificar se os estudantes compreendem o papel do grêmio estudantil no cotidiano escolar, foi realizada uma pergunta direta sobre sua importância na vida acadêmica. Os resultados evidenciam que a grande maioria reconhece o grêmio como espaço relevante para promover a participação, a representatividade e o exercício da cidadania entre os alunos. Esta compreensão é essencial para fortalecer o protagonismo estudantil e incentivar o envolvimento ativo nas decisões que impactam a comunidade escolar.

A análise do gráfico acima revela que 97% dos participantes afirmam compreender a importância do grêmio estudantil na vida acadêmica, enquanto apenas 3% responderam negativamente. Este resultado demonstra um alto nível de conscientização entre os estudantes sobre o papel fundamental do grêmio na representação discente e na promoção do protagonismo juvenil. A expressiva maioria indica que as ações educativas e informativas têm sido eficazes para ampliar o entendimento sobre a relevância dessa entidade no contexto escolar. Dessa forma, o grêmio se consolida como um instrumento essencial para o desenvolvimento da cidadania e do engajamento estudantil.

Vejamos o Gráfico 35.

Gráfico 35 - Nível de compreensão dos estudantes sobre a importância do grêmio estudantil na vida escolar



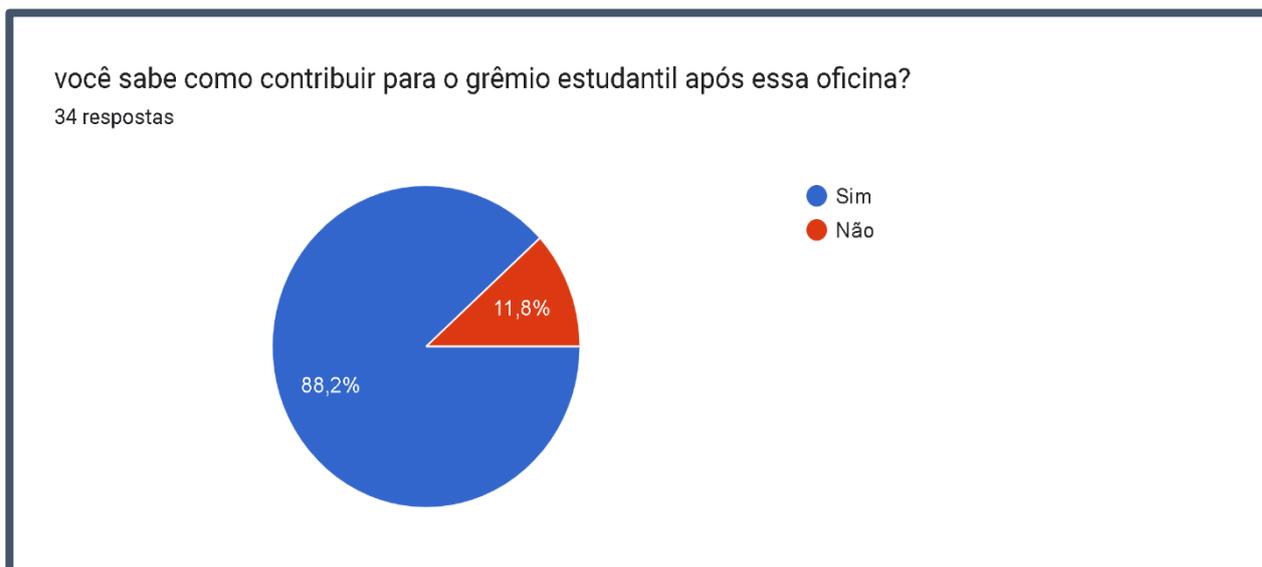
Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coletas de dados.

Com o objetivo de compreender se os estudantes se sentem preparados para atuar no grêmio estudantil, foi incluída uma pergunta sobre sua capacidade de contribuição após a oficina. Os dados apontam que a maior parte dos participantes acredita estar apta a colaborar com as atividades do grêmio. Este resultado confirma que a oficina cumpriu seu papel formativo, ampliando o conhecimento e despertando nos alunos o senso de responsabilidade e protagonismo necessário para uma atuação efetiva no contexto escolar.

A análise do gráfico mostra que 88,2% dos participantes afirmam saber como contribuir para o grêmio estudantil após a oficina, enquanto 11,8% ainda não se sentem preparados para isso, e evidencia que a grande maioria dos estudantes assimilou orientações práticas sobre formas de participação e colaboração. A oficina, portanto, cumpriu seu papel de esclarecer e incentivar o engajamento estudantil. Ainda assim, é importante investir em ações contínuas para alcançar os alunos que ainda apresentam dúvidas sobre como se envolver.

Vejamos o Gráfico 36.

Gráfico 36 - Capacidade dos estudantes de contribuir com o grêmio estudantil após as oficinas



Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coletas de dados.

A avaliação final da oficina revela um cenário positivo quanto ao conhecimento e à percepção dos estudantes sobre o grêmio estudantil. A maioria demonstra compreender sua importância para a vida escolar e reconhece o papel do grêmio como espaço de representação e participação democrática. Apesar disso, observa-se um equilíbrio entre os alunos motivados e desmotivados a participar, indicando desafios para ampliar o engajamento efetivo nas atividades do grêmio.

Além disso, a oficina foi eficaz em esclarecer como os estudantes podem contribuir para o grêmio, com grande parte se sentindo preparada para atuar, mas ainda há uma parcela que necessita de maior incentivo e orientação para se envolver plenamente. Estes resultados indicam a necessidade de continuidade e aprofundamento das ações educativas, visando fortalecer o protagonismo estudantil e consolidar o grêmio como instrumento de transformação social na escola.

Chegamos no final dos tópicos a respeito das análises e discussões sobre a última oficina, realizada em 25 de janeiro de 2024 com os estudantes do Ensino Médio integral do IFAC, a fim de orientar, de forma prática e didática, o processo de criação de um grêmio estudantil na escola, e a avaliação final. Durante as duas horas de atividade, os participantes foram perpassaram etapas que envolvem desde a mobilização inicial até a eleição e posse da diretoria do grêmio, com ênfase na importância da participação democrática e do protagonismo juvenil. A oficina também proporcionou uma simulação prática, permitindo aos estudantes vivenciarem cada fase da organização do grêmio, tornando o aprendizado mais significativo e aplicável à realidade escolar.

Quadro 8 -Última Oficina: Como montar um grêmio estudantil na minha escola ou colégio?

Temática	Como montar um grêmio estudantil na escola ou colégio
Tempo de duração	2 horas (aproximadamente)
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar o passo a passo para a criação de um grêmio estudantil; - Esclarecer a importância da organização e participação dos estudantes; - Simular o processo de formação e eleição de um grêmio; - Incentivar o protagonismo e a participação democrática dos alunos.
Conteúdos propostos	<ul style="list-style-type: none"> - Passos para a criação do grêmio (comissão pró-grêmio, assembleia geral, estatuto, comissão eleitoral, eleições); - Estrutura e cargos do grêmio (presidente, vice, secretário, tesoureiro, diretores); - Funções e atribuições de cada cargo - Documentos necessários (atas, estatuto); - Simulação prática do processo eleitoral e de montagem de chapas.
Estratégias metodológicas	<ul style="list-style-type: none"> - Exposição dialogada com <i>slides</i>; - Dinâmica de simulação da criação do grêmio; - Formação de chapas e apresentação de propostas; - Votação simbólica entre os participantes; - Discussão coletiva sobre desafios e potencialidades.
Recursos	<i>Slides</i> de apresentação, computador, projetor, modelos de documentos (atas, estatuto), material impresso para simulação.
Referências	<ul style="list-style-type: none"> - Estatuto do grêmio estudantil; - Legislação vigente sobre grêmios estudantis; - Imagens e exemplos de experiências de

	outras escolas (com créditos de licença <i>Creative Commons</i>).
--	--------------------------------------------------------------------

Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coletas de dados.

Figura 5 - Registro fotográfico da terceira oficina



Fonte: elaborada pelo autor.

A oficina “Como montar um grêmio na minha escola ou colégio”, realizada com os estudantes do Ensino Médio integral do IFAC, foi planejada para proporcionar uma compreensão prática e detalhada sobre o processo de organização de um grêmio estudantil. A atividade guiou os participantes por todas as etapas necessárias, desde a mobilização inicial até a simulação das eleições e posse da diretoria, promovendo o protagonismo juvenil e a participação democrática. Além de abordar os aspectos legais e estruturais, a atividade incentivou o trabalho coletivo, a comunicação e a tomada de decisões, elementos fundamentais para a vivência cidadã no ambiente escolar.

A apresentação destacou, de forma clara e didática, os principais passos para a criação de um grêmio estudantil na escola. Inicialmente, orientou-se a formação da comissão pró-grêmio,

composta por representantes de cada sala, responsável por organizar a mobilização inicial. Em seguida, enfatizou-se a importância da assembleia geral, momento em que todos os estudantes participam para aprovar o estatuto e formar a comissão eleitoral, que conduzirá o processo eleitoral do grêmio.

Foram detalhados os cargos e funções da diretoria do grêmio, como presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e diretores de áreas específicas, além da composição do conselho fiscal. Além disso, abordou os documentos essenciais para a legalização do grêmio, como atas de assembleia, estatuto e ata de posse. Destacou-se o papel deliberativo da assembleia geral, responsável por aprovar estatutos, deliberar sobre propostas e fiscalizar a diretoria.

Por fim, a oficina incluiu uma simulação prática do processo de criação do grêmio, desde a montagem das chapas, apresentação de propostas, votação e apuração dos votos, tornando o aprendizado mais dinâmico e participativo. Essa abordagem prática permitiu aos estudantes vivenciarem cada etapa, reforçando a importância do protagonismo e da participação democrática no ambiente escolar.

Após a realização da terceira oficina, foi aplicada uma avaliação final para os participantes, seguindo a metodologia adotada nas oficinas anteriores. Ressalta-se que, ao término desta etapa, apenas 20 estudantes concluíram a formação sobre movimento estudantil e a constituição do grêmio estudantil. Para avaliar especificamente a dinâmica da última oficina, foi disponibilizado um questionário composto por quatro questões, cujo acesso foi facilitado por meio de *link* e *QR code* apresentados nos *slides* finais. O objetivo desse instrumento foi coletar a percepção dos participantes sobre a condução da oficina e os conteúdos abordados. A seguir, apresentam-se as questões propostas e suas respectivas análises.

Com o intuito de verificar se a oficina contribuiu para o entendimento sobre o papel representativo do grêmio estudantil, os estudantes responderam à pergunta: “você entendeu a importância do grêmio estudantil na apresentação dos interesses dos estudantes?”. Os resultados indicam que a grande maioria reconheceu essa relevância, demonstrando que a atividade conseguiu esclarecer a função do grêmio como canal legítimo de expressão dos interesses coletivos. Esta compreensão é essencial para estimular a participação ativa dos alunos e fortalecer as práticas democráticas no ambiente escolar.

A análise do gráfico mostra que 95% dos participantes afirmaram ter entendido a importância do grêmio estudantil na apresentação dos interesses dos estudantes, enquanto apenas 5% responderam negativamente. Esse resultado evidencia que a oficina foi altamente eficaz em transmitir o papel fundamental do grêmio como órgão de representação e defesa dos direitos estudantis. A expressiva maioria demonstra que os objetivos de esclarecimento e conscientização foram alcançados. Isso reforça a relevância de iniciativas que promovam o protagonismo e a participação ativa dos alunos na vida escolar.

Vejam os Gráficos 37.

Gráfico 37 – Compreensão da importância do grêmio estudantil na representação dos estudantes



Fonte: elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coletas de dados.

Durante a oficina, foi aplicada uma pergunta que procurava verificar se os estudantes compreendem o processo necessário para formar a diretoria do grêmio estudantil. A maioria indicou que possui esse conhecimento, demonstrando que a atividade contribuiu para esclarecer etapas organizacionais e reforçar a autonomia dos alunos na estruturação de uma gestão representativa e democrática. Este entendimento é essencial para estimular o protagonismo e a atuação consciente no ambiente escolar.

Vejam os Gráficos 38.

Gráfico 38 - Conhecimento sobre a criação da diretoria do grêmio estudantil



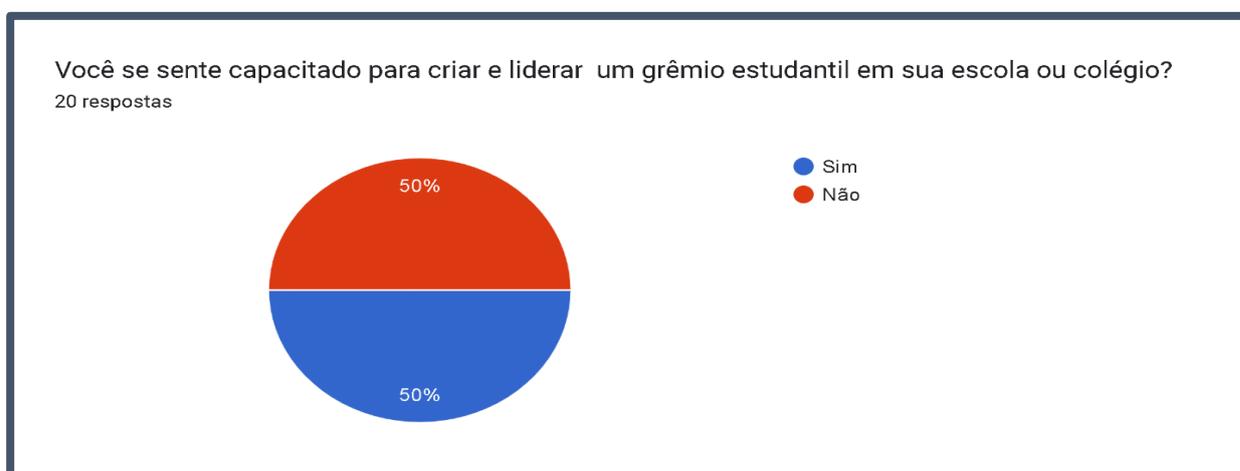
Fonte: Elaborada pelos autores

Visando entender o impacto da oficina na autoconfiança dos estudantes, foi realizada uma pergunta sobre o sentimento de capacitação para criar e liderar um grêmio estudantil. Os resultados revelam um cenário equilibrado entre aqueles que se sentem aptos e os que ainda não se consideram preparados. Esta percepção é fundamental, pois aponta tanto o avanço promovido pela atividade, quanto a necessidade de reforçar ações que desenvolvam habilidades, promovam conhecimento prático e incentivem o protagonismo estudantil de forma contínua.

A análise do gráfico demonstra um equilíbrio exato entre os participantes: 50% dos estudantes afirmam sentir-se capacitados para criar e liderar um grêmio estudantil em sua escola ou colégio, enquanto os outros 50% não se sentem preparados para assumir esse papel. O resultado revela que, apesar das orientações e atividades realizadas, ainda existe uma parcela significativa de alunos que necessita de mais apoio, formação prática ou incentivo para desenvolver confiança e habilidades de liderança. O dado ainda destaca a importância de promover novas ações de acompanhamento, mentorias e capacitações para fortalecer o protagonismo estudantil e garantir que todos possam participar ativamente do processo democrático escolar.

Vejamos o Gráfico 39

Gráfico 39 - Sentimento de capacitação para criar e liderar um grêmio estudantil



Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base no instrumento de coletas de dados.

A realização da última oficina sobre movimento estudantil e formação do grêmio estudantil evidenciou avanços significativos na compreensão dos estudantes acerca da importância e funcionamento dessas entidades. Através das atividades propostas, os participantes adquiriram conhecimentos teóricos e práticos que os capacitaram a entender o papel do grêmio como instrumento de representação, participação democrática e protagonismo juvenil no ambiente escolar. A oficina contribuiu para ampliar a consciência crítica dos alunos sobre sua atuação coletiva e cidadã.

Os resultados da avaliação final indicam que a maioria dos estudantes se sente mais preparada para contribuir na criação e gestão do grêmio, embora ainda haja uma parcela que necessita de maior suporte e incentivo para se engajar plenamente. Este dado reforça a necessidade de continuidade nas ações formativas e de acompanhamento, garantindo que todos os alunos possam desenvolver as habilidades e a confiança necessárias para participar ativamente do movimento estudantil. A oficina, portanto, representou um importante passo no fortalecimento da cultura de participação e organização estudantil.

A pesquisa *Reformas educacionais, Protagonismo Juvenil e Grêmio Estudantil: a produção do indivíduo resiliente* (Leandro Moura, 2021) mostra que o grêmio estudantil funciona, na escola estadual em Sorocaba, como espaço de trabalho coletivo, mas que muitos estudantes desconhecem seu estatuto, suas funções políticas ou formas de participação. Isso indica que disciplinas humanísticas deveriam assumir um papel mais ativo, promovendo leituras da história local e nacional que incluam o movimento estudantil, fortalecendo a consciência cidadã entre alunos de cursos técnicos integrados.

O levantamento *Mapeamento de Grêmios Estudantis no Brasil* (Censo Escolar 2023) demonstrou que apenas 12,3% das escolas públicas possuíam grêmio em 2022, com menor presença na Região Norte e escolas com maior número de alunos negros. Isso evidencia que, mesmo com legislação (Lei do Grêmio Livre, PNE etc.), há barreiras práticas, como falta de informação, estrutura ou suporte institucional. As disciplinas de História, Sociologia e Filosofia poderiam suprir essa lacuna, contextualizando as leis, debater teorias de democracia e participação política, para fomentar a organização estudantil nos institutos federais.

A disciplina de Filosofia e Sociologia, desde que reinstauradas obrigatoriamente no Ensino Médio, após muitos anos, têm sido alvo de disputa política. A reportagem *Alvo de conservadores, aulas de filosofia e sociologia no ensino médio variam por estado* (2023) mostra que, com o Novo Ensino Médio, as disciplinas tiveram redução de carga horária ou oferta variável, o que compromete sua capacidade de oferecer aos estudantes discussões críticas e o conhecimento necessário para entender e participar de movimentos sociais como os grêmios estudantis, retirando do estudante técnico integrado justamente instrumentos essenciais de formação política, civismo e autonomia.

No caso do IFAC, a pesquisa evidenciou que as disciplinas de História, Sociologia e Filosofia, embora presentes no currículo do Ensino Médio Técnico integrado, não têm explorado, de forma suficiente, a temática dos movimentos sociais e, em especial, dos grêmios estudantis. Est a ausência limita a compreensão dos estudantes sobre sua própria capacidade de organização coletiva e de atuação política no espaço escolar. Considerando que tais disciplinas possuem, por essência, o papel de estimular a reflexão crítica, o debate sobre democracia e a valorização da participação cidadã, torna-se urgente que assumam a responsabilidade de integrar, de modo mais

consistente, conteúdos que fortaleçam o protagonismo estudantil, promovendo um diálogo entre teoria e prática que qualifique a formação omnilateral dos discentes do IFAC.

Dessa maneira, a formação oferecida proporcionou aos estudantes instrumentos concretos para a organização do grêmio, desde a estruturação da diretoria até a realização de eleições, além de fomentar o entendimento sobre a importância da mobilização coletiva. A experiência contribuiu para a construção de uma escola mais democrática e inclusiva, em que os estudantes são protagonistas de suas próprias histórias e agentes transformadores da realidade escolar e social.

Além disso, a oficina estimulou o desenvolvimento de competências essenciais, como o trabalho em equipe, a comunicação assertiva e a tomada de decisões coletivas, fundamentais para o exercício da cidadania ativa. Ao vivenciarem uma simulação prática do processo eleitoral e da organização do grêmio, os estudantes puderam consolidar o aprendizado de forma concreta e motivadora. Esta experiência fortalece não apenas o movimento estudantil, mas também contribui para a formação integral dos jovens, preparando-os para os desafios sociais e políticos futuros.

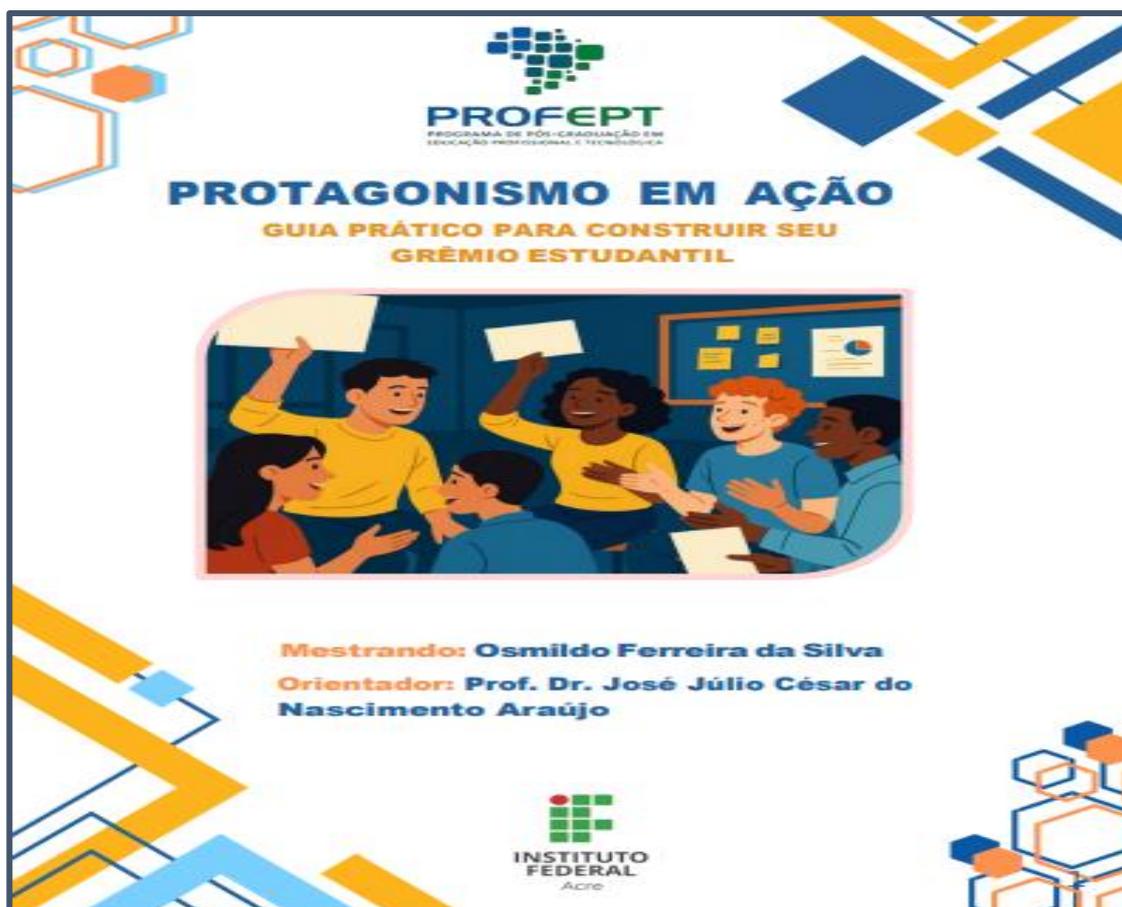
3.5 O PRODUTO EDUCACIONAL: GUIA PRÁTICO PARA CONSTRUIR SEU GRÊMIO ESTUDANTIL

Nesta seção, foi apresentado o Produto Educacional (PE), incluindo sua descrição, finalidade, justificativa, processo de desenvolvimento, aplicação e avaliação. Conforme definido por Kaplún (2003, p. 46), entende-se, nesta pesquisa, que um material educativo é “um objeto que facilita a experiência de aprendizado”, ou seja, “uma experiência de mudança e enriquecimento em algum sentido: conceitual, axiológico ou afetivo, de habilidades ou atitudes”. Dessa forma, o desenvolvimento do PE foi direcionado para apoiar as ações, tais como: habilidades ou ações dos grêmios estudantis de forma geral, visando os discentes a construir ou montar e fortalecê-los como importantes espaços pedagógicos dentro de uma Instituição de Educação Profissional e Tecnológica (EPT)⁴.

⁴ Link de acesso ao produto Educacional, <https://drive.google.com/file/d/1EH0rhQ1orRLt2at5igu4XKhrX4xISLlf/view?usp=sharing>

3.5.1 Descrição e finalidade do produto educacional

Figura 6 – Protagonismo em Ação: guia prático para construir seu grêmio estudantil



Fonte: elaborada pelo autor (2025).

O guia denominado *Protagonismo em Ação: guia prático para construir seu grêmio estudantil* é o PE desta pesquisa, tendo como objetivo demonstrar que as informações inseridas neste guia podem fortalecer e auxiliar o Movimento Estudantil Secundarista (MES), tanto no âmbito institucional, quanto social. Este projeto foi desenvolvido no contexto do IFAC, a fim de fornecer aos estudantes do Ensino Médio instrumentos práticos que os auxiliem na criação de um grêmio estudantil forte, participativo e democrático.

A proposta é estimular a construção de espaços pedagógicos de troca, diálogo e colaboração entre os próprios alunos, fortalecendo o Movimento Estudantil Secundarista (MES) dentro da instituição. Ao incentivar o envolvimento dos jovens na organização de seus coletivos, o guia contribui para o desenvolvimento de uma cultura de participação ativa e formação cidadã no ambiente escolar.

Por fim, espera-se que o guia seja um catalisador do protagonismo juvenil e da autonomia dos estudantes, que passam a ser os principais agentes na criação, organização e condução de seus próprios grêmios estudantis. Embora represente uma contribuição pontual, o material se insere em

um esforço contínuo de valorização das práticas participativas e da formação cidadã, essenciais para o fortalecimento do MES e de outros movimentos sociais no contexto escolar.

Durante a elaboração do guia, foram adotados os três eixos fundamentais propostos por Gabriel Kaplún (2003) para a construção de materiais educativos: conceitual, pedagógico e comunicacional.

O eixo conceitual corresponde à etapa de investigação e fundamentação teórica. Nele, são definidos os conteúdos centrais, com base em leituras, análises e reflexões sobre o tema do grêmio estudantil, além da incorporação de produções de autores relevantes na área da educação, participação juvenil e educomunicação. Esta fase funciona como um diagnóstico inicial, que orienta as escolhas conceituais e os objetivos formativos do material.

O eixo pedagógico diz respeito à compreensão do público-alvo — estudantes do Ensino Médio — e à adequação dos conteúdos à sua realidade escolar, social e cultural, e garante que o guia dialogue com os interesses, desafios e potencialidades dos jovens, promovendo uma abordagem acessível, contextualizada e significativa. É também nesse eixo que se define o percurso formativo, com atividades que favorecem a apropriação dos conceitos e o desenvolvimento de competências como liderança, organização e senso crítico.

Já o eixo comunicacional (embora não solicitado, é importante para completar a estrutura) envolve a linguagem, o formato e os recursos visuais utilizados no guia, e busca estabelecer uma relação direta e envolvente com os estudantes, utilizando elementos gráficos, exemplos práticos e uma comunicação clara e motivadora. Além disso, é essencial para tornar o material atrativo e funcional, facilitando sua aplicação e estimulando o protagonismo estudantil.

Os três eixos se articulam de forma dinâmica e interdependente, garantindo que o guia seja não apenas informativo, mas também formativo, inspirador e transformador.

A partir das reflexões e dados levantados na pesquisa, o primeiro passo para o desenvolvimento do guia consistiu na organização conceitual dos conteúdos a serem trabalhados. Esta etapa inicial envolveu a definição do tema central e a seleção dos tópicos mais relevantes, estabelecendo um recorte temático que orientasse a construção do material. Posteriormente, foi realizada uma revisão bibliográfica com o objetivo de fundamentar teoricamente o conteúdo proposto, reunindo referências pertinentes à temática do grêmio estudantil e à participação democrática. Com esses subsídios, deu-se início à elaboração do guia, articulando os elementos conceituais e pedagógicos em um formato acessível e prático para os estudantes do Ensino Médio.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente no contexto do IFAC, fundamenta-se no princípio da formação humana integral, com foco na emancipação dos estudantes. Esta abordagem reconhece que a educação não deve se limitar à preparação técnica para o mercado de trabalho, mas, sim, contemplar todas as dimensões da vida: intelectual, social, ética e política, promovendo uma formação cidadã crítica e consciente.

Nesse sentido, o guia se alinha diretamente aos objetivos da EPT, ao oferecer aos estudantes ferramentas que os capacitam para compreender seu papel na escola e na sociedade. Ao estimular a criação e liderança de grêmios estudantis, ainda contribui para que os jovens desenvolvam habilidades de organização, comunicação, tomada de decisão e participação democrática — competências essenciais para que se tornem sujeitos ativos e transformadores em seus contextos.

Formar um cidadão capaz de compreender o processo produtivo e suas implicações sociais, como destaca Pacheco (2015), exige que a escola promova espaços de escuta, diálogo e protagonismo. O grêmio estudantil, nesse cenário, torna-se um instrumento pedagógico potente para que os estudantes vivenciem práticas de cidadania, ampliem sua consciência crítica e fortaleçam sua atuação coletiva. Por isso, aplicar o guia na EPT é não apenas pertinente, mas necessário para consolidar uma educação que forma para a vida e não apenas para o trabalho.

A aplicação na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) reforça o papel estratégico da comunicação na formação integral das juventudes e no fortalecimento dos movimentos estudantis. Ao orientar os estudantes do ensino médio na criação de seus próprios grêmios, o guia promove não apenas o conhecimento técnico sobre organização e liderança, mas também estimula o desenvolvimento de competências comunicativas, colaborativas e cidadãs.

Mais do que um instrumento informativo, o atua como catalisador de ecossistemas comunicativos dentro das instituições escolares, favorecendo o diálogo, a escuta ativa e a construção coletiva de soluções. Esta abordagem amplia as possibilidades de participação democrática e fortalece o protagonismo juvenil, criando ambientes propícios para uma aprendizagem significativa e transformadora.

Como destaca Pacheco (2015, p. 9), a educação transcende os limites da sala de aula e se constrói nas múltiplas experiências vividas na sociedade. Nesse contexto, o guia representa uma ferramenta essencial para que os estudantes se reconheçam como sujeitos de direitos, capazes de intervir, propor e liderar ações que impactem positivamente sua comunidade escolar.

A aplicação foi realizada de forma articulada com a construção de três oficinas formativas, que tiveram como foco central o fortalecimento do MES e a vivência prática do protagonismo juvenil.

As oficinas foram estruturadas em três momentos complementares:

Oficina 1 – O que é o Movimento Estudantil? - Os estudantes foram convidados a refletir sobre o papel histórico e político do MES, compreendendo sua importância como espaço de luta, representação e construção coletiva. A partir de debates e dinâmicas, os participantes reconheceram o grêmio estudantil como uma ferramenta legítima de participação democrática.

Oficina 2 – Como montar um Grêmio Estudantil? - Nesta etapa, os estudantes tiveram acesso ao passo a passo para a criação de um grêmio, desde a formação da comissão pró-grêmio,

elaboração do estatuto, convocação da assembleia geral, até a organização da comissão eleitoral. O guia foi utilizado como referência prática, permitindo que os alunos visualizassem cada etapa com clareza e autonomia.

Oficina 3 – Vivência do Processo Eleitoral - Os participantes vivenciaram todas as fases do processo democrático: formação de chapas, elaboração e divulgação de propostas, campanha eleitoral, votação secreta e cerimônia de posse. A experiência permitiu que os estudantes compreendessem na prática o funcionamento de uma gestão estudantil, fortalecendo sua capacidade de liderança, organização e comunicação.

Ao final, os estudantes não apenas aprenderam sobre o grêmio estudantil, mas vivenciaram o protagonismo desde a concepção até a consolidação de suas agremiações, o que reafirmou o potencial do guia como instrumento pedagógico e político para a construção de uma cultura democrática no ambiente escolar.

A avaliação desta formação que gerou o PE foi realizada por meio de uma análise temática dos conteúdos produzidos durante sua aplicação, considerando as percepções dos estudantes sobre o material apresentado. Ao final de cada oficina, os participantes foram convidados a responder a um conjunto de questões avaliativas, elaboradas com o objetivo de verificar a clareza, relevância e aplicabilidade dos conteúdos programados.

As avaliações foram disponibilizadas por meio de *links* acessíveis via *QRcode*, permitindo que os estudantes, de forma prática e interativa, registrassem suas impressões sobre cada oficina. As perguntas abordavam aspectos como a compreensão dos temas, a utilidade das informações, o engajamento promovido pelas atividades e sugestões de melhoria. Esta estratégia não apenas facilitou a coleta de dados, como também incentivou o uso de tecnologias digitais no processo avaliativo.

Além disso, todas as oficinas foram avaliadas em conjunto ao final do ciclo, considerando os conteúdos abordados, os recursos utilizados e o impacto percebido pelos estudantes. A partir das respostas, foi possível identificar categorias de análise que refletiam os pontos fortes do material e os aspectos que poderiam ser aprimorados. O processo de validação reforça o compromisso do PE com a escuta ativa, a participação estudantil e a construção colaborativa de práticas educativas mais significativas.

Espera-se que esta pesquisa funcione como um impulso para a realização de novos estudos e ações voltadas ao fortalecimento e protagonismo de ações dos espaços pedagógicos promovidos pelos movimentos estudantis, que representam oportunidades valiosas de formação integral para as juventudes, pois favorecem o desenvolvimento de competências críticas, comunicativas e sociais, além de estabelecer conexões significativas com o mundo do trabalho. Em vez de reforçar a fragmentação e a individualização que marcam a sociedade contemporânea, é fundamental que

as instituições reconheçam e valorizem as entidades estudantis como espaços legítimos de formação cidadã, crítica e omnilateral.

Ao dialogar diretamente com os princípios da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), esses movimentos contribuem para a construção de uma educação comprometida com a transformação social. Ambos compartilham o propósito de enfrentar modelos hegemônicos e promover práticas educativas pautadas na equidade, na justiça social e na valorização da autonomia dos estudantes. Assim, o protagonismo estudantil torna-se não apenas uma ferramenta de participação, mas um caminho legítimo para a formação de sujeitos ativos, conscientes e engajados na construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

As organizações, como os grêmios estudantis, não apenas representam os interesses dos estudantes, mas também atuam como agentes de transformação social, promovendo o diálogo, a escuta ativa e a construção de propostas que visam melhorar a qualidade da educação. Ao exercerem seu papel reivindicatório com responsabilidade e compromisso, essas entidades contribuem para o desenvolvimento de sujeitos conscientes, capazes de compreender e intervir nas dinâmicas sociais e educacionais.

Portanto, é imprescindível que as instituições educacionais não apenas respeitem, mas incentivem a atuação desses movimentos, reconhecendo que a formação integral dos estudantes passa pela vivência democrática, pela participação ativa e pela liberdade de expressão. Valorizar essas entidades é investir em uma educação mais justa, plural e comprometida com a construção de uma sociedade verdadeiramente igualitária.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o Movimento Estudantil Secundarista (MES) no Ensino Médio integrado do Instituto Federal do Acre (IFAC) evidencia um quadro preocupante de desconhecimento e baixo engajamento dos estudantes em relação aos grêmios estudantis e ao próprio movimento estudantil. A maioria dos alunos não compreende o papel dessas organizações e tampouco participa de suas atividades, o que revela uma lacuna significativa nas práticas pedagógicas e na comunicação institucional. A ausência de informação e incentivo contribui para a fragilidade das organizações estudantis no IFAC, que enfrentam inatividade e falta de apoio, especialmente em contraste com a predominância das atléticas, que recebem maior suporte e concentram-se em atividades esportivas e recreativas, deixando as pautas políticas e reivindicatórias em segundo plano.

A pesquisa evidenciou um cenário marcado por um expressivo desconhecimento dos estudantes acerca dos grêmios estudantis, da história do movimento estudantil, da União Nacional dos Estudantes (UNE) e dos seus objetivos principais. Este desconhecimento, aliado ao baixo engajamento — com a maioria dos alunos nunca tendo participado das atividades do grêmio — revela uma lacuna profunda nas práticas pedagógicas e na comunicação institucional, uma vez que mais de 70% dos estudantes não receberam informações sobre o movimento durante o ensino médio.

Apesar do quadro inicial desfavorável, a dissertação destaca a consciência coletiva dos estudantes sobre a importância da participação estudantil nas decisões educacionais, com mais de 90% reconhecendo seu valor. Este dado, aliado ao interesse expressivo de 70% dos alunos em aprender mais sobre o movimento, demonstra um potencial significativo para ações educativas que possam fomentar o protagonismo juvenil. As oficinas realizadas no âmbito da pesquisa foram especialmente eficazes, ampliando a compreensão do papel do grêmio para quase a totalidade dos participantes e despertando o interesse pelo movimento em mais de três quartos dos estudantes, o que indica que intervenções pedagógicas bem estruturadas são caminhos viáveis para reverter o desengajamento.

No entanto, a atuação dos grêmios estudantis no IFAC enfrenta desafios estruturais importantes. A inatividade do grêmio no campus Rio Branco, a falta de apoio institucional para a formação e continuidade das representações estudantis, e a predominância das atléticas — que recebem maior suporte e concentram-se em atividades esportivas e de lazer — deslocam o foco das reivindicações para pautas menos políticas e reivindicatórias. Esta realidade contribui para a fragmentação do movimento estudantil, que se apresenta desarticulado entre as entidades formais como DCE, grêmio e atléticas, comprometendo a representatividade e a capacidade de atuação política dos estudantes.

As limitações do estudo, como o foco restrito ao IFAC - campus Rio Branco, a amostra reduzida e a utilização da metodologia de pesquisa-ação, que pode introduzir subjetividade, são reconhecidas como fatores que restringem a generalização dos resultados. Ademais, a concentração na análise dos grêmios estudantis e atléticas pode ter deixado de fora outras formas de organização estudantil, como coletivos informais, que também desempenham papel relevante na vida estudantil.

Diante desse contexto, as indicações para futuras pesquisas são claras e estratégicas. Recomenda-se a ampliação do escopo geográfico e institucional para abarcar outras instituições e regiões, possibilitando uma compreensão mais abrangente e comparativa do movimento estudantil. É fundamental aprofundar a investigação sobre os fatores que levam ao desengajamento, explorando as percepções dos estudantes sobre a relevância das atividades, a eficácia da comunicação institucional e eventuais barreiras não identificadas. Além disso, é necessário analisar o impacto da predominância das atléticas na formação política e cidadã, avaliando se essa valorização despolitiza o ambiente estudantil ou se há potencial para integração entre esporte e pautas políticas.

Outro ponto crucial para futuras investigações é o desenvolvimento e a avaliação de estratégias pedagógicas inovadoras para fortalecer o movimento estudantil, como a criação de currículos específicos, programas de mentoria para lideranças e o uso de plataformas digitais para engajamento. Garantir a sustentabilidade das organizações estudantis, por meio de modelos de apoio institucional, mecanismos de transição de gestão e articulação entre diferentes entidades, é igualmente essencial para a continuidade e eficácia das representações estudantis.

Logo, a presente pesquisa responde ao objetivo de analisar o movimento estudantil como princípio educativo para a formação omnilateral no ensino médio integrado ao demonstrar, de forma aprofundada e articulada, como o engajamento estudantil constitui um elemento central para a construção de uma educação integral, crítica e emancipatória. A partir da investigação realizada, ficou claro que o movimento estudantil não é apenas uma instância de representação política ou social, mas um espaço privilegiado para a vivência e a prática dos princípios da educação omnilateral, que busca integrar as dimensões técnica, humanística e política na formação dos jovens.

Primeiramente, a pesquisa evidencia que o movimento estudantil atua historicamente como um espaço de práxis coletiva, onde os estudantes participam ativamente de assembleias, greves e projetos pedagógicos autônomos, promovendo a articulação entre o conhecimento técnico e a consciência política. Esta experiência concreta permite que os alunos desenvolvam não só habilidades técnicas, mas também uma consciência crítica e a capacidade de agir transformadora em seus contextos, o que é fundamental para a formação omnilateral, entendida como a formação integral do ser humano em suas múltiplas dimensões.

Além disso, a pesquisa destaca que o movimento estudantil propicia um ambiente de aprendizagem coletiva e transformação social, alinhado com os princípios da educação omnilateral, que ultrapassa a mera adaptação ao mercado de trabalho para incluir a reflexão ética, política e cultural. O movimento, portanto, contribui para a humanização do processo educacional, preparando os estudantes para participarem ativamente da sociedade, com autonomia intelectual e senso crítico, elementos essenciais para a formação de cidadãos completos.

A análise também aponta os desafios impostos pelas recentes políticas educacionais, como a Contrarreforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), que restringiram a autonomia estudantil e impactaram negativamente a organização e mobilização dos movimentos. Mesmo diante dessas adversidades, o movimento estudantil demonstra resiliência e capacidade de adaptação, mantendo-se como uma fonte importante de solidariedade, pertencimento e resistência, o que reforça seu papel como princípio educativo que fortalece a luta por uma educação mais inclusiva, democrática e justa.

Ainda sobre esta perspectiva, a pesquisa evidencia que o movimento estudantil, enquanto princípio educativo, está intrinsecamente ligado aos fundamentos do Ensino Médio integrado, que busca a formação omnilateral por meio da integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura. O movimento potencializa essa integração ao promover o protagonismo juvenil, a participação política e a construção coletiva do conhecimento, elementos indispensáveis para superar a fragmentação educacional e social.

Dessa forma, a pesquisa responde ao objetivo proposto ao demonstrar que o movimento estudantil é um princípio educativo fundamental para a formação omnilateral no ensino médio integrado, pois viabiliza a articulação entre teoria e prática, técnica e política, individual e coletivo, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, autônomos e socialmente engajados. Esta compreensão reforça a necessidade de fortalecer e integrar o movimento estudantil às práticas pedagógicas e políticas educacionais, garantindo seu papel central na construção de uma educação integral, democrática e emancipadora.

Por fim, destaca-se a importância de abordagens qualitativas e longitudinais, que permitam captar as nuances das experiências dos estudantes e da gestão escolar, assim como acompanhar o desenvolvimento do movimento ao longo do tempo, avaliando a efetividade das intervenções e identificando fatores de sucesso ou insucesso.

Em suma, esta dissertação reforça que o Movimento Estudantil é um pilar fundamental para a formação integral, democrática e cidadã dos jovens. Contudo, sua efetividade depende da superação dos desafios atuais, por meio de ações educativas, apoio institucional consistente e articulação entre as diversas formas de representação estudantil. A construção de uma escola mais inclusiva, participativa e crítica passa necessariamente pelo fortalecimento do protagonismo juvenil, que deve ser estimulado pela integração do movimento estudantil ao currículo e às práticas

pedagógicas, formando cidadãos críticos, ativos e preparados para os desafios sociais e políticos do presente e do futuro.

5. REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Carlos. **Financeirização e precarização do ensino público no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2022.

ADRIÃO, T. A. **A corrosão da educação pública no Brasil: privatizações e precarização**. Redalyc.org, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/279/27970217008/27970217008.pdf>. Acesso em: 18 set. 2025.

AGUIAR SILVA, Juliana de Almeida. **Grêmios Estudantis 28 de Março: perspectivas crítica, cidadã e participativa nos espaços não formais de educação quanto ao mundo do trabalho**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Sergipe, Aracaju, 2022.

ALMEIDA, Carlos. **Ativismo digital e movimentos estudantis no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2020.

ALMEIDA, Carlos. **Movimento estudantil contemporâneo e novas formas de mobilização**. Rio de Janeiro: Lumen, 2019.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. **Outros Olhares: Gênero, cultura e mídia**. São Paulo: Editora Senac, 2000.

ALMEIDA, José. **Movimento estudantil e redemocratização: a luta pela democracia no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

ALMEIDA, J. R. Saúde mental e o movimento estudantil: uma análise das mobilizações contemporâneas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, n. 74, p. 123-145, 2019.

ALMEIDA, Marcelo. **Mobilizações Digitais e Movimento Estudantil no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2020.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **A pluralidade do movimento estudantil no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Crise econômica e interesses organizados: o sindicalismo no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Diretas já: A redemocratização brasileira**. São Paulo: Ática, 2003.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Movimento estudantil: a UNE na resistência democrática**. Petrópolis: Vozes, 1979.

ALONSO, Ana. **As jornadas de junho de 2013 e a política no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

ALVES, Fernanda. **O futuro do movimento estudantil brasileiro: desafios e perspectivas**. Brasília: UnB, 2020.

- ALVES, Lucas. **Resistência e Luta: O Movimento Estudantil no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2020.
- ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. **Estratégias de ensinagem**. 3. ed. Joinville: Univille, 2009.
- ANASTASIOU, D. A.; ALVES, M. F. **Oficinas pedagógicas e aprendizagem ativa: estratégias de ensino para o engajamento estudantil**. São Paulo: Cortez, 2009.
- ANDERY, Maria Amália Pie Abib et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1988.
- ANDES-SN. **ANDES-SN divulga calendário de mobilizações das federais**. 2025. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/aANDES-sN-divulga-calendario-de-mobilizacoes-das-federais-para-as-proximas-semanas1>. Acesso em: 18 jul. 2025.
- ANDRADE, L. **Empresário de si mesmo e educação: individualismo e mercado no contexto escolar**. São Paulo: Atlas, 2021.
- ANNUNZIATA, Felipe. FENET realiza luta por assistência estudantil e convoca ENET 2025. **A Verdade**, 3 jun. 2025. Disponível em: <https://averdade.org.br/2025/06/fenet-realiza-luta-por-assistencia-estudantil-e-convoca-enet-2025/>. Acesso em: 26 set. 2025.
- APPLE, M. W. **Ideology and Curriculum**. 2. ed. London: Routledge & Kegan Paul, 1982.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. **Movimento estudantil e política no Brasil: 1964-1984**. Campinas: Autores Associados, 2007.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. **Movimento estudantil e política no Brasil: da ditadura militar à redemocratização**. São Paulo: Annablume, 2007.
- ARAÚJO, Luis Carlos Souza. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 2009.
- ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2007.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Antonio Pinto de Carvalho. São Paulo: Martin Claret, 1991.
- AZEVEDO, Tamires Calixto de. **Educação profissional e tecnológica em foco: desafios e possibilidades da formação omnilateral no ensino médio integrado da Escola Técnica Estadual Jucelino Kubitschek/FAETEC**. Rio de Janeiro: Mesquita, 2022.
- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da UnB, 1985.
- BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 7, n. 2, p. 5-25, 2001.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BARROCO, R. **Consumismo, competição e educação: a mercantilização das relações sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BARROCO, Maria Lucia S. **Barbárie e neoconservadorismo**: os desafios do projeto ético-político. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 106, 2011. Cortez Editora Ltda.

BATISTA, P. et al. **Métodos mistos em pesquisa educacional**: triangulação de dados e análise integrada. Recife: EDUPE, 2021.

BIROLI, F. **Movimentos Sociais e Democracia**: Teoria e Prática. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2015.

BORGES, Juliana. **Mulheres no movimento estudantil universitário durante a ditadura civil-militar no Paraná (1964–1985)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

BORGES, Luana Regina. **Ditadura e gênero**: mulheres no movimento estudantil paranaense (1964-1985). 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2020.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o §2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394/1996. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 abr. 1997.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, 1909.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Lei Orgânica do Ensino Industrial. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, 30 jan. 1942.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946**. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, 11 jan. 1946.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a reestruturação do ensino médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 fev. 2017.

BRASIL. **Lei nº 14.645, de 2 de agosto de 2023**. Institui a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 dez. 1994.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CALDEIRA, Jorge. **História da riqueza no Brasil**: cinco séculos de pessoas, costumes e governos. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CALDEIRA, Teresa P. R. **Cidade de Muros**: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2000.

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Brasília, DF. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2023.

CAPES. **Documento de Área – Ensino**. Brasília: CAPES, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/capes>. Acesso em: 14 set. 2025.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A transição democrática no Brasil**: Reflexões e desafios. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARRANO, J. **Organização estudantil e participação política**: desafios no Brasil contemporâneo. Porto Alegre: Penso, 2002.

CARVALHO, Luiz Carlos de Freitas. **Educação sob ataque**: cortes orçamentários e resistência estudantil. Campinas: Autores Associados, 2020.

CASSAR, Eduardo. Atléticas universitárias incentivam difusão do esporte entre alunos. **Conexão UFRJ**, 19 fev. 2025. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2025/02/atleticas-universitarias-incentivam-difusao-do-esporte-entre-alunos/>. Acesso em: 26 set. 2025.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil**: a história que não se conta. 14. ed. São Paulo: Papirus, 1988.

CASTRO, C. **Mobilização e Engajamento Social**: Uma Perspectiva Histórica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTRO, Celso. **Movimento estudantil e a redemocratização no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

CASTRO, Mary Garcia. **Juventude e contemporaneidade**: sociabilidades, identidades e políticas públicas. Brasília: UNESCO, 2006.

CENSO ESCOLAR. **Mapeamento de Grêmios Estudantis no Brasil**. Brasília: INEP, 2023.

CHAER, D.; DINIZ, M.; RIBEIRO, F. **Metodologia de pesquisa em ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Saraiva, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **O ser humano é um ser social**. WMF Martins Fontes, 2024. Acesso em: 18 mar. 2024.

ClAVATTA, M. **Educação Profissional e Tecnológica**: princípios de formação integrada, omnilateral e politécnica. São Paulo: Cortez, 2014.

ClAVATTA, Maria. **A formação integrada**: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2005.

CLASEN, Bianca. **Movimento estudantil secundarista em Pelotas/RS**: as ocupações escolares de 2016. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

COELHO, Ana Beatriz. **O movimento dos Caras Pintadas**: juventude, mobilização e democracia no Brasil (1992). 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

COGGO CRISTOFOLETTI, Evandro; SERAFIM, Milena Pavan. Neoliberal student activism in Brazilian higher education: The Case of ‘Students for Liberty Brasil’. **Learning and Teaching: The International Journal of Higher Education in the Social Sciences**, v. 15, n. 1, p. 67–91, mar. 2022.

COSTA, Beatriz. **Movimento estudantil e interseccionalidade de lutas no século XXI**. São Paulo: Loyola, 2021.

COSTA, Beatriz. **Tsunami da Educação**: mobilizações estudantis contra cortes no orçamento federal. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

COSTA, Frederico Lustosa da. **Movimento estudantil no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

COSTA, João. **Tsunami da Educação**: A resistência estudantil contra os cortes nas universidades. São Paulo: Boitempo, 2020.

COSTA, LIMA, M. R. Ensino remoto na educação superior pública. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, 2020.

COSTA, M. **Juventude, diversidade e educação pública**. São Paulo: Cortez, 2021.

COSTA, M. A. A luta pela qualidade do ensino no Brasil: desafios e perspectivas. **Educação e Sociedade**, v. 42, n. 152, p. 345-367, 2021.

COSTA, Mariana. **Interseccionalidade nas Mobilizações Estudantis**: Alianças e Desafios. Porto Alegre: Zouk, 2020.

COSTA, Ricardo. **O Petróleo é Nosso**: A participação do movimento estudantil na luta pela soberania nacional. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2003.

COUTINHO, M. G. **A Participação Política no Brasil**: Contribuições Teóricas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

COUTINHO, Marília. **Movimentos sociais**: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2003.

CRUZ, Leonardo Ribeiro da; SARAIVA, Filipe de Oliveira; AMIEL, Tel. Coletando dados sobre o Capitalismo de Vigilância nas instituições públicas do ensino superior do Brasil. SIMPÓSIO INTERNACIONAL LAVITS, 6., 2019, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: LAVITS, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/36912>. Acesso em: 26 set. 2025.

DINIZ, Ana. **Movimento estudantil e crise econômica no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Boitempo, 2022.

DINIZ, Eli. **A força dos estudantes na política brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

DINIZ, Mariana. **Movimento estudantil e crises econômicas no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV, 2022.

DUARTE, Adriano Luiz; MEKSENAS, Paulo. História e movimentos sociais: possibilidades e impasses na constituição do campo do conhecimento. **Diálogos**, v. 12, n. 1, p. 119–139, 2008.

DUTRA, Maria de Fatima da Conceição. **Por um currículo do movimento de ocupação estudantil**: o Ocupa UFPE (2016). 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38266>. Acesso em: 10 ago. 2024.

DUTRA, Nairan Ramirez. **Movimentos estudantis no Brasil contemporâneo**: resistências e transformações. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

DUTRA, Renata. **Movimento estudantil e lutas sociais**: conexões globais e brasileiras. Brasília: Editora UnB, 2020.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2009.

EVANGELISTA, João; BAPTISTA, Maria; VERÍSSIMO, José. A ontologia do ser social em Marx. **Revista de Ciências Humanas**, v. 10, n. 2, p. 1-15, 2016.

EVANGELISTA, Kelly Cristiny Martins; BAPTISTA, Tadeu João Ribeiro; VERISSÍMO, Jean Fabrício Dias. O indivíduo como ser social. **Revista eletrônica de ciências humanas, saúde e tecnologia**, v. 5, n. 2, p. 61-76, 2016. Acesso em: 18 mar. 2024.

FACUNDES, S.; PRADO, E.; FELIX, R. **Associações atléticas universitárias**: origem, funções e impactos no engajamento estudantil. Belo Horizonte: UFMG, 2022.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

FENET – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES EM ENSINO TÉCNICO. **Atuação e mobilização estudantil**: cartilha orientativa. Salvador: FENET, 2023.

FENET – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES EM ENSINO TÉCNICO. **Atuação e mobilização estudantil 2025**: ENET e assistência estudantil. Salvador: FENET, 2025.

FENET – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES EM ENSINO TÉCNICO. **Documento Nacional do Estudante**. Salvador: FENET, 2012.

FENET. **Cartilha do Grêmio**. 2025. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/706250428/Cartilha-do-Gremio-1-2>. Acesso em: 18 jul. 2025.

FENET. **Perfil Oficial no Instagram**. Disponível em: <https://www.instagram.com/fenetoficial/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

- FERNANDES, Florestan. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1975.
- FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FERREIRA, Marcos. **Educação e política: A UNE e a reforma universitária no Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2016.
- FERREIRA, Mariana. **Autonomia universitária e democracia: a luta do movimento estudantil**. Porto Alegre: Sulina, 2023.
- FERREIRA, Rodrigo. **Movimento estudantil e defesa da autonomia universitária**. São Paulo: Saraiva, 2023.
- FLACKS, Ricardo. A questão da relevância nos estudos dos movimentos sociais. **Rimando Esperança e História**, p. 3-19, 1984.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A produção do conhecimento em educação num contexto de estado de exceção e interdição dos direitos. **Holos**, v. 5, p. 245-258, 2018.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GENTILI, Pablo. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GENTILI, Pablo; SADER, Emir. **Educação e exclusão: educação pública e novas formas de exclusão social**. São Paulo: Cortez, 1996.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOHN, Maria da Glória. **As Jornadas de Junho de 2013: protestos, juventude e política**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- GOHN, Maria da Glória. Lutas e movimentos pela educação no Brasil a partir de 1970. **Eccos – Revista Científica**, v. 11, n. 1, p. 23–38, 2009. DOI: 10.5585/eccos.v11i1.1535. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/1535>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. São Paulo: Cortez, 2014.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimento estudantil e ação coletiva no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

- GOHN, Maria da Glória. **Movimento estudantil e cidadania**: o papel político dos grêmios escolares. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimento estudantil e políticas públicas no Brasil contemporâneo**. Campinas: Unicamp, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333–361, 2011.
- GOHN, Maria da Glória. **Os caras-pintadas**: Mobilização estudantil no Brasil dos anos 90. São Paulo: Loyola, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2011.
- GOMES, Felipe. **Reforma do ensino médio e resistência estudantil**. Rio de Janeiro: FGV, 2021.
- GOMES, Flora. [Entrevista] UFSCàE entrevista Artur Gomes: o papel das atléticas no movimento estudantil. **UFSC à esquerda**. 29 de maio de 2023. Disponível em: [\[Entrevista\] UFSCàE entrevista Artur Gomes: o papel das atléticas no movimento estudantil - UFSC à Esquerda](#). Acesso em: 26 set. 2025.
- GOMES, Maria. **A resistência às reformas educacionais**: O papel do movimento estudantil. Rio de Janeiro: Record, 2021.
- GOMES, R. **História das associações atléticas acadêmicas no Brasil**: política, esporte e socialização. Florianópolis: UFSC, 2023.
- GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 79-108.
- GONÇALVES, Ana Paula. **Fragmentação e Unidade**: Desafios do Movimento Estudantil na Contemporaneidade. Brasília: Editora UnB, 2021.
- GONÇALVES, Marcelo. **Movimento estudantil, proteção de dados e tecnologias digitais**. São Paulo: Cortez, 2021.
- GONÇALVES, R. Resistência digital e movimentos sociais. **Educação e Sociedade**, Campinas, 2021.
- GOOGLE. **Google Acadêmico**. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/>. Acesso em: 10 set. 2023.
- GOSS, Karine Pereira; PRUDÊNCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. Em Tese, v. 1, n. 2, p. 75–91, 2004. DOI: 10.5007/13624.
- GOSS, Kelly Cristina de Souza; PRUDÊNCIO, Kelly Cristina de Souza. **Mídia ativista**: a comunicação dos movimentos por justiça global na internet. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **A questão meridional**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** – volume 1: Introdução ao estudo da filosofia; A filosofia da Benedetto Croce. Ed. e trad. de Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** – volume 2: Os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo. 2. ed. Tradução de Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** – volume 4: Antonio Gramsci: Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo. Tradução de Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del cárcere**. Edizione critica di Valetino Gerratana. 3. ed. Torino: Einaudi, 2007. 4 v.

IBICT. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/>. Acesso em: 10 set. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE. Ifac apoia ação solidária do DCE com a participação do Hemoacre no campus Rio Branco. **Notícias**. IFAC. Rio Branco, 24 abr. 2025. Disponível em: <https://www.ifac.edu.br/noticias/2025/abril/ifac-apoia-acao-solidaria-do-dce-com-a-participacao-do-hemoacre-no-campus-rio-branco>. Acesso em: 18 jul. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE. **III Semana Acadêmica do Ifac tem forte participação estudantil e inclusão**. **Notícias**. IFAC. 2025. Disponível em: <https://www.ifac.edu.br/noticias/2025/julho/iii-semana-academica-do-ifac-tem-forte-participacao-estudantil-e-inclusao>. Acesso em: 18 jul. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE. **Inscrições abertas para o Encontro de Estudantes do Ifac**. **Notícias**. IFAC. 2021. Disponível em: <https://www.ifac.edu.br/noticias/2021/agosto/inscricoes-abertas-para-o-encontro-de-estudantes-do-ifac>. Acesso em: 18 jul. 2025.

IFPB. Os impactos da Rede Federal na sociedade são discutidos na Câmara dos Deputados. **Notícias**. IFPB. 2025. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/noticias/2025/05/os-impactos-da-rede-federal-de-educacao-profissional-e-tecnologica-na-sociedade-brasileira-sao-discutidos-na-camara-dos-deputados>. Acesso em: 18 jul. 2025.

IFSC. Movimentos estudantis do IFSC: entenda o papel de cada um. **Blog**. IFSC. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/web/blog/w/movimentos-estudantis-do-ifsc-entenda-o-papel-de-cada-um/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

KETZER, Fernanda. **Educomunicação e protagonismo juvenil**: o movimento estudantil secundarista entre 2015 e 2016. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (org.). **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LEANDRO MOURA, Marcilene Rosa. Reformas educacionais, protagonismo juvenil e grêmio estudantil: a produção do indivíduo resiliente. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 3, n. 1, 2021.

LEHER, Roberto. **Crise do capital e luta por educação pública no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2009.

MENDES, Luciana. **A resistência contra a privatização da educação**: o papel da UNE. Brasília: Editora UnB, 2023.

MENDES, Rafael. **O protagonismo juvenil nas ocupações escolares em Campina Grande/PB em 2016**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2020.

MENDES, Raphaella Ferreira. “**Companheira me ajuda que eu não posso andar só, sozinha ando bem, mas com você ando melhor**”: mulheres, coletividades e organização no movimento de ocupação das escolas em Campina Grande/PB. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2020. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/17573>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MENDONÇA, P. **Atléticas universitárias e escolaridade**: sociabilidade, consumo e participação. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

MENEZES, Carla. **Movimento estudantil no Brasil pós-2020**: polarização e resistência. Salvador: EDUFBA, 2021.

MENEZES, Rodrigo. **Polarização política e movimento estudantil no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORETTI, Nilson. **Movimento estudantil**: história e perspectiva. São Paulo: Global, 1984.

MORETTI, Sérgio. **História do movimento estudantil**. São Paulo: Cortez, 1984.

MORETTI, Sérgio. **Movimento estudantil**: a UNE na resistência democrática (1964-1984). São Paulo: Cortez, 1985.

MOURA, Leandro. **Reformas educacionais, protagonismo juvenil e grêmio estudantil**: a produção do indivíduo resiliente. Sorocaba: [Editora], 2021.

MOURA, Maria Aparecida. **Jornadas de junho**: juventude, protestos e política no Brasil. São Paulo: Annablume, 2014.

MOURA, Thiago. **Jornadas de Junho: a nova face do movimento estudantil brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

PRÁTICA. **Conceito de networking**. Disponível em: <https://www.napratica.org.br/networking/>. Acesso em: 26 set. 2025.

OLIVEIRA, Carla. **Ocupações estudantis e a PEC 55: análise de uma resistência**. Campinas: Unicamp, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Guilherme César de. **Gestão organizacional nas atléticas: um estudo sobre gerenciamento das Associações Atléticas Acadêmicas do DF**. 2016. Monografia (Bacharelado em Administração) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

OLIVEIRA, Hector de Oliveira Vieira. O cenário atual do movimento estudantil brasileiro. **Jornal da Universidade da UFRGS**, Porto Alegre, 28 maio 2025.

OLIVEIRA, João. **Resistência estudantil no Estado Novo: estratégias e desafios**. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

OLIVEIRA, L. **Gestão e organização das Associações Atléticas Acadêmicas no Distrito Federal**. Brasília: UnB, 2016.

OLIVEIRA, Lucas. Atléticas universitárias e o esvaziamento do movimento estudantil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, n. 78, 2019.

OLIVEIRA, Luciana A. G.; ASSIS, Márcio Barbosa de; MACHADO, Maria Letícia Ferreira; CORTEZ, Rosângela M.; SILVA, Linaena Mércy da. **Normas para elaboração de trabalhos científicos**. 4. ed. rev. aum. e atual. Lavras: UNILAVRAS, 2018.

OLIVEIRA, Rafael. **O movimento estudantil e a PEC 55/2016**. São Paulo: Cortez, 2018.

OLIVEIRA, Rodrigo. **Movimento estudantil em universidades federais brasileiras (2013–2016): discursos liberais e tensões democráticas**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

PAIVA, Gabriel de Abreu Gonçalves. **A UNE e os partidos políticos no governo Lula (2003–2010)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2011. Disponível em: <http://tede.unioeste.br:8080/tede/handle/tede/924>. Acesso em: 5 ago. 2024.

PDT – PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. As atléticas e a UNE. [S. l.]: PDT. Disponível em: <https://pdt.org.br/index.php/as-atleticas-e-a-une/>. Acesso em: 8 jun. 2025.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **A UNE nos anos 60: utopias e práticas políticas no Brasil**. Londrina: Editora UEL, 1998.

- PELEGRINI, Sandra Maria. **Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.
- PEREIRA, Anderson Carvalho. “Escola sem partido: em torno de uma formação discursiva”. **Perspectiva**, UFSC, v. 37, n. 3, set. 2019.
- PEREIRA, João. **Ativismo digital e o movimento estudantil durante a pandemia de COVID-19**. Brasília: Editora UnB, 2022.
- PEREIRA, Letícia. **Movimento estudantil, feminismo e ativismo digital**. São Paulo: Autores Associados, 2018.
- PEREIRA, Letícia. **Pandemia e mobilização estudantil: estratégias digitais de resistência**. Rio de Janeiro: Lumen, 2022.
- PEREIRA, R. **Escola “sem” partido: em torno de uma formação discursiva**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.
- PEREIRA, Simone. **Interseccionalidade e ativismo estudantil no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2018.
- PINO, Ivany. **A Lei de Diretrizes e Bases da Educação: a ruptura do espaço social e a organização da educação nacional**. In: CURY, Carlos Roberto Jamil; HORTA, José Silvério Baía; BRITO, Vera Maria Vidal de (orgs.). *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 15–38.
- PRADO, Maria Elisabete Brisola Brito. **Metodologia da pesquisa aplicada ao ensino**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019.
- PRÓSPERO, Daniele. Movimento estudantil no Brasil: a luta por direitos em tempos de redes sociais, pós-eleições de 2018 e pandemia. In: OLIVERO GUIDOBONO, Sandra (org.). **Miradas cruzadas sobre as desigualdades e as identidades: livro de resumos do II Congresso Internacional Identidades, Inclusão e Desigualdade Miradas Cruzadas**. 2022. p. 100-101. Disponível em: <https://2022.ciiid.org/ponencia/movimento-estudantil-no-brasil-a-luta-por-direitos-em-tempos-de-redes-sociais-pos-eleicoes-de-2018-e-pandemia/>. Acesso em: 14 jun. 2025.
- QUINTÃO, Célia. **Caras-pintadas: juventude, política e cidadania no Brasil dos anos 1990**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- QUINTÃO, Thales Torres. **Os Media e a construção dos Caras-pintadas**. **Anagrama**, v. 3, n. 4, p. 1-16, 2010.
- RAMOS, M. **Neoliberalismo e educação: impactos sobre o coletivo e o individual**. São Paulo: Cortez, 2010.
- RAMOS, M. **Politecnicidade e formação profissional: conceitos e aplicações**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- RAMOS, Marise. **Educação profissional: a formação integrada**. São Paulo: Cortez, 2010.
- RAMOS, R. S. **Neoliberalismo, educação e juventude**. 2010.

REIS, Jêniffer Fernanda Pereira da Silva dos. **Expressões do Movimento Estudantil Secundarista no Ensino Médio Integrado no Campus Sertãozinho do IFSP**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de São Paulo, Sertãozinho, 2020.

REIS, Jonas Magalhães dos. **Formação omnilateral e emancipação humana: uma leitura crítica na perspectiva da educação profissional e tecnológica**. Curitiba: CRV, 2020.

RESENDE, José Manuel. **Sociologia da vida cotidiana: tempos, lugares e práticas sociais**. Coimbra: Almedina, 2016.

ROCHA, Ana Paula. **Movimento estudantil e acesso à educação superior no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

ROCHA, Ana Paula. **Ocupar para resistir: ocupações estudantis e reformas educacionais**. São Paulo: Loyola, 2017.

ROCHA, Carlos. **As ocupações estudantis e a radicalização do movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

ROCHA, Elza Maria de. **Movimento Estudantil e Políticas Educacionais no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

ROCHA, Everardo. **Movimento estudantil e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

RODRIGUES, A. M. **Movimento estudantil e educação: história e práticas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

RODRIGUES, Larisse de Oliveira. **O movimento estudantil e a formação política do(a) estudante de Serviço Social: contribuições e desafios**. 2008. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

RODRIGUES, Maria Lucia et al. Neoliberalism and its reflexes on public policies in Brazilian education. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, e38482, 2022.

ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempo de radicalizações e barbárie: 1968-1974. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006

ROSÁRIO, Carla. Associações atléticas acadêmicas e relações públicas: uma perspectiva da formação acadêmico-profissional. CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS – ABRAPCORP, 19., 2025. **Anais do XIX Congresso Abrapcorp**. [S. l.]: Abrapcorp, 2025, p. 1-263. Disponível em: <https://publicacoes.softaliza.com.br/abrapcorp2025/article/view/12019>. Acesso em: 26 set. 2025.

SADER, Emir. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

SAFELICE, José. **Movimento estudantil e resistência à ditadura militar**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964**. Campinas: Alínea, 2008.

- SANFELICE, Maria Teresa. **Educação, cidadania e direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2013.
- SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.
- SANTANA, Marco Aurélio. **Movimento estudantil e redemocratização no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- SANTANA, Maria Thereza. **Movimento estudantil e política no Brasil (1945–1985)**. São Paulo: Annablume, 2007.
- SANTOS, A.; PEREIRA, L. **Organização estudantil e mobilização política em universidades do Pará**. Tucuruí: Editora Universitária, 2021.
- SANTOS, Ana. **O movimento estudantil no Brasil: Origens e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2015.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.
- SANTOS, Eduardo. **Fortalecimento das pautas interseccionais no movimento estudantil**. São Paulo: Loyola, 2020.
- SANTOS, Eduardo. **Movimento estudantil e transformações sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 2020.
- SANTOS, Eduardo. **Movimento estudantil, democracia e resistência**. São Paulo: Loyola, 2021.
- SANTOS, Fernanda. **Vigilância e Repressão no Movimento Estudantil: Um Estudo do Período Pós-2016**. Salvador: Edufba, 2021.
- SANTOS, Gabriela Esther Nascimento dos. **Democracia e participação estudantil: a atuação da União Nacional dos Estudantes no debate sobre universidade pública**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2021.
- SANTOS, J. **Movimento estudantil e democracia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- SANTOS, João. **O movimento estudantil e a defesa da educação no Brasil**. Recife: UFPE, 2021.
- SANTOS, Jordana Souza. Gramsci e o papel dos intelectuais nos movimentos sociais. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 102, p. 147-153, 2009.
- SANTOS, L. F. Democratização do acesso à educação: avanços e desafios no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, v. 12, n. 3, p. 201-220, 2020.
- SANTOS, Lucas. **Educação e democracia: A luta do movimento estudantil contra o conservadorismo**. Recife: UFPE, 2022.

- SANTOS, Maria Clara. **Movimento estudantil no Brasil: uma análise histórica e crítica (1710–2019)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.
- SANTOS, Maria. **Movimento estudantil e a construção da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2015.
- SANTOS, Maria. **Movimento estudantil e diversificação de pautas**. São Paulo: Loyola, 1997.
- SARAIVA, Karla; VARGAS, Juliana Ribeiro de. Os perigos da Escola sem Partido. **Revista Teias**, v. 17, n. 3, 2017.
- SAVIANI, D. **Politecnicidade e educação: ensino integrado e relações entre teoria e prática**. Campinas: Autores Associados, 2007.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.
- SCOTT, J. C. **Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance**. New Haven: Yale University Press, 1990.
- SCZIMINSKI, Marta. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e práticas**. Curitiba: Appris, 2015.
- SEMERARO, Giovanni. **Educação e democracia no Brasil: da ditadura militar aos nossos dias**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- SEMERARO, Giovanni. Intelectuais "orgânicos" em tempos de pós-modernidade. **Cadernos Cedes**, v. 26, p. 373-391, 2006.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, A. E. S. C. da. Capitalismo de vigilância e educação. **Revista Mosaico**, 2022.
- SILVA, Ana Cláudia Ramos da. **Mobilizações Estudantis na Era Digital: Desafios e Perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.
- SILVA, Ana Cláudia Ramos da. **Políticas de Ação Afirmativa e Movimento Estudantil: Uma análise das cotas raciais nas universidades brasileiras**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.
- SILVA, André. **Plataformização da educação e capitalismo de vigilância**. Brasília: UnB, 2022.
- SILVA, André; BRANDT, Lucas. **Movimento estudantil e adaptação à pandemia de COVID-19**. Rio de Janeiro: FGV, 2021.
- SILVA, André; COSTA, Beatriz. **Movimento estudantil e políticas de inclusão**. Porto Alegre: UFRGS, 2020.
- SILVA, André; COSTA, Luciana. **A luta por representatividade nas universidades brasileiras**. Brasília: Editora UnB, 2020.
- SILVA, Camila. **Movimento estudantil e desafios contemporâneos no Brasil**. Brasília: UnB, 2022.

- SILVA, Camila. **Movimento estudantil e defesa da educação pública**. São Paulo: Cortez, 2019.
- SILVA, F. C. de A.; BRANDT, D. B. **Luta estudantil na contemporaneidade: novas formas e conteúdo na resistência ao ultra neoliberalismo pandêmico**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/anais/sipinf/assets/edicoes/2021/artigo/54.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.
- SILVA, Francisca Pratas Pereiras da. **Movimentos sociais em ascensão: estratégia da Polícia de Segurança Pública**. 2022. Tese (Doutorado) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2022.
- SILVA, Heloísa Buarque de. **História da União Nacional dos Estudantes: Da fundação à redemocratização**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- SILVA, José Carlos da. **Educação e sociedade: uma abordagem crítica**. São Paulo: Cortez, 2018.
- SILVA, José Carlos da; SOUZA, Maria Aparecida de. **Educação e trabalho: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2021.
- SILVA, Luiz Roberto Alves da. **Movimento estudantil e democracia no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- SILVA, M. L. J. Juventude e alienação política: o papel dos espaços de lazer. **Revista Educação e Sociedade**, v. 39, n. 142, 2018.
- SILVA, Mariana. **A União Nacional dos Estudantes e sua história: Da fundação às lutas pela soberania**. São Paulo: Editora USP, 2012.
- SILVA, Mariana; SOUZA, Rafael. O papel das Atléticas na fragmentação da representação estudantil. **Educação & Sociedade**, v. 42, n. 154, 2021.
- SILVA, Monica Ribeiro da. **Educação profissional e tecnológica no Brasil: entre políticas de expansão e limites estruturais**. Curitiba: UFPR, 2009.
- SILVA, Nelson. **A organização estudantil no Brasil pós-ditadura**. Brasília: Editora UnB, 2010.
- SILVA, O. **Linguagem, poder e ideologia: análise crítica do Escola Sem Partido**. Rio Branco: IFAC, 2020.
- SILVA, O.; ALMEIDA, R. Associações atléticas e participação estudantil nos Institutos Federais. **Educação e Pesquisa**, 2023.
- SILVA, O.; ROMAGNANI, F. **Escola sem Partido: formação docente e autocensura em sala de aula**. Rio Branco: IFAC, 2019.
- SILVA, Renato; SOUZA, Lara. **Mobilizações estudantis no Brasil: Análise das manifestações de 2019**. Campinas: Unicamp, 2020.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 9-29.

SINASEFE – SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Histórico e atuação institucional**. Brasília: SINASEFE, 2025.

SINGER, André. **Juventude e política no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Boitempo, 2012.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Donaldo Bello de. **Educação profissional no Brasil: fundamentos históricos e pedagógicos**. Campinas: Autores Associados, 2011.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: Entenda a crise política que levou ao impeachment de Dilma Rousseff**. São Paulo, 2017.

SOUZA, Jessé; PEREIRA, Luiz. **Movimentos sociais: teoria e prática no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SOUZA, Maria Aparecida de. **Educação e políticas públicas: uma análise crítica**. São Paulo: Cortez, 2019.

SOUZA, R. R. Fragmentação estudantil e impactos no movimento social. **Cadernos de Sociologia**, v. 25, n. 3, 2019.

SOUZA, Renata. **Movimento estudantil contemporâneo: estratégias e mobilização digital**. São Paulo: Cortez, 2017.

SOUZA, Renata. **Oposição às reformas educacionais e ocupações de escolas no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SOUZA, Thiago. **Financeirização do ensino superior e o enfraquecimento do movimento estudantil: o caso da UNAMA**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

TARROW, S. **Power in movement: social movements and contentious politics**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andréia. **Movimento estudantil e lutas sociais no Brasil do século XXI**. Campinas: Unicamp, 2019.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andréia. **Movimentos sociais e democracia no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2019.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2022.

TILLY, Charles. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

TOKARNIA, Mariana. Grêmio estudantil está presente em uma a cada dez escolas públicas. **Agência Brasil**, 2 ago. 2023. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-08/gremio-estudantil-esta-presente-em-uma-cada-dez-escolas-publicas>. Acesso em: 26 set. 2025.

TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: o golpe contra as reformas**. São Paulo: Brasiliense, 2014.

TOLEDO, Caio Navarro de. **Ditadura e Repressão no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

TOURAINÉ, Alain. **Podemos viver juntos?** Petrópolis: Vozes, 1998.

TOURINHO, F. **Participação estudantil e educação democrática nos Institutos Federais**. Brasília: Editora UF, 2010.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

UBES – UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. Não à “Escola sem Partido”. **Portal da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas**, 5 julho de 2016. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/2016/nao-a-escola-sem-partido/>. Acesso em: 26 set. 2025.

VERGUEIRO, João Paulo; TEIXEIRA, Luiza Reis. Movimento estudantil: escola de administradores. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 4, n. 3, set. 2013. Disponível em: <https://sustenere.inf.br/index.php/rbadm/article/download/ESS2179-684X.2013.003.0010/322/2170/>. Acesso em: 8 jun. 2025.

VIANA, N. Silva. Educação Física, Competição e Sociabilidade Capitalista. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, Brasília, n. 16, p. 71–88, maio/out. 2011.

VIANNA, F. R. P. M. Educação, plataformas e vigilância digital. **Cadernos de Educação**, 2023.

VIANNA, Mariana. **Ambiente digital polarizado e disputas políticas entre jovens**. São Paulo: Lumen, 2023.

VIEIRA, Hector de Oliveira. O cenário atual do movimento estudantil brasileiro. **Jornal da Universidade**, 28 maio de 2025. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/o-cenario-atual-do-movimento-estudantil-brasileiro/>. Acesso em: 14 set. 2025.

VIEIRA, João Paulo. **O movimento estudantil brasileiro pós-redemocratização: ciclos de mobilização e retração**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.

VILLELA, Carlos. Câmara de Porto Alegre aprova Projeto de “Escola sem Partido” na rede pública. **Educação**. Folha de São Paulo. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2024/12/camara-de-porto-alegre-aprova-projeto-de-escola-sem-partido-na-rede-publica.shtml>. Acesso em: 6 jan. 2025.

VYGOTSKY, Lev Semiónovitch. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

7. APÊNDICE

7.1 APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO SOBRE MOVIMENTO ESTUDANTIL

16/07/2025, 23:10

Diagnóstico sobre movimento estudantil

Diagnóstico sobre movimento estudantil DIAGNÓSTICO

1. Instituição que faz o curso

2. Nome completo

3. Nome do curso que participa

4. Você já ouviu falar sobre movimento estudantil?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

5. A sua instituição de ensino possui um grêmio estudantil?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

<https://docs.google.com/forms/d/162EBsbpe1n3BeP5Fc0-d40XIBf1s5QnX4RYXaSJd-c/edit>

1/7

6. Alguns professores da sua instituição já discutiram o movimento estudantil em sala de aula?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

7. Acha importante a participação estudantil em decisões educacionais?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

8. Você conhece a história do movimento estudantil?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

9. Já ouviu falar sobre União Nacional dos Estudantes (UNE)?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

10. Sabe quais são os objetivos principais do movimento estudantil?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

7.2 APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DE VALIAÇÃO SOBRE GRÊMIO ESTUDANTIL

16/07/2025, 23:09

Avaliação inicial: Grêmio Estudantil

Avaliação inicial: Grêmio Estudantil

1. Você já ouviu falar sobre o grêmio estudantil?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

2. Sabe qual é o objetivo principal do grêmio estudantil?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

3. Você já participou de alguma atividade ou evento organizado pelo grêmio estudantil?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

4. Você acredita que o grêmio estudantil é importante para a vida acadêmica?

Marcar apenas uma oval.

- sim
 Não

5. Nome completo

7.3 APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DA VALIDAÇÃO DAS OFICINAS

18/07/2025, 14:45

AVALIAÇÃO DA OFICINA

AVALIAÇÃO DA OFICINA

AVALIAÇÃO DA OFICINA

1. A oficina atingiu seus objetivos propostos?

Marcar apenas uma oval.

sim

não

2. A oficina atingiu seus objetivos propostos?

Marcar apenas uma oval.

sim

não

3. O conteúdo apresentado foi claro e compreensível

Marcar apenas uma oval.

sim

não

4. A metodologia utilizada foi eficaz?

Marcar apenas uma oval.

sim

Não

5. O tempo disponível foi suficiente para discussões?

Marcar apenas uma oval.

sim

não

6. As imagens e vídeos utilizados foram relevantes?

Marcar apenas uma oval.

sim

não

7. A interação entre os participantes foi estimulada?

Marcar apenas uma oval.

sim

Não

8. A oficina despertou interesse pelo movimento estudantil?

Marcar apenas uma oval.

sim

Não

9. Você gostaria de participar de oficinas semelhantes no futuro?

Marcar apenas uma oval.

sim

Não

10. Deixe sua sugestão, críticas ou comentários adicionais

11. Nome Completo

12. Curso que frequenta

13. OBRIGADO POR AVALIAR NOSSA OFICINA!

14. *Marcar apenas uma oval.*

sim

não

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

7.4 APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO: PERCEPÇÕES DOS ALUNOS SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL

16/07/2025, 23:16

Reflexões sobre o movimento Estudantil: Avaliando conhecimentos e Engajamento da oficina

Reflexões sobre o movimento Estudantil: Avaliando conhecimentos e Engajamento da oficina

* Indica uma pergunta obrigatória

1. **Você acredita que o movimento estudantil é importante para a defesa de direitos educacionais?**

Marcar apenas uma oval.

- sim
 não

2. *Marcar apenas uma oval.*

- Opção 1

3. **Você sabia que a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi criada em 1937?** nta sem título *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

7.5 APÊNDICE E - ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO SOBRE AS ATLÉTICAS

Roteiro do questionário sobre as Atléticas respondida por um dos representantes

1) Como as atléticas percebem seu papel na luta por melhorias na qualidade do ensino no campus IFAC?

As atléticas, por definição, concentram suas ações em atividades de cunho esportivo, recreativo e de integração entre os estudantes, o que contribui para o bem-estar geral da comunidade acadêmica, mas não necessariamente se traduz em uma atuação direta nas lutas por melhorias estruturais e pedagógicas do ensino no campus. Sua função institucional está voltada à promoção de eventos esportivos, festividades e ações de lazer, o que pode ter um impacto indireto positivo na permanência e na qualidade de vida estudantil. No entanto, essa atuação se distancia das pautas mais estruturantes da educação, como debates sobre a carga horária dos cursos, qualidade do material didático, estrutura laboratorial, metodologias de ensino e políticas de assistência estudantil. Dificilmente se observa um envolvimento das atléticas em instâncias colegiadas ou fóruns de discussão sobre as diretrizes pedagógicas e administrativas da instituição. Isso revela uma lacuna entre o potencial mobilizador das atléticas e sua atuação concreta na defesa de uma educação pública de qualidade.

2) As atléticas se envolvem em debates políticos ou movimentos de greve relacionados à educação e em alguns problemas estruturais no campus?

Até o momento, não se tem registro de um envolvimento expressivo das atléticas em debates políticos ou movimentos de greve dentro do IFAC. Em situações de paralisação, como greves de servidores ou mobilizações estudantis, a presença institucional mais efetiva costuma ser protagonizada pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) ou, quando existentes, pelos grêmios estudantis. As atléticas, por sua vez, permanecem ausentes desses processos, o que é uma perda significativa considerando seu potencial de engajamento e mobilização estudantil. Seu distanciamento de questões políticas e estruturais do campus impede uma atuação mais ampla e integrada, que poderia articular o esporte e o lazer com a defesa de direitos educacionais e de melhores condições de ensino-aprendizagem. A ausência das atléticas em pautas como acessibilidade, infraestrutura precária, qualidade da merenda ou falta de professores demonstra um esvaziamento de seu papel crítico e transformador no contexto escolar e universitário.

3) De que forma as atléticas acompanham e participam das discussões sobre políticas públicas para educação no que se refere a sua melhoria principalmente no campus IFAC?

Na prática, as atléticas têm se mantido distantes das discussões sobre políticas públicas educacionais, tanto em âmbito local (IFAC) quanto nacional. Ainda que existam inúmeras pautas pertinentes, como

a implementação do Novo Ensino Médio, os desafios do Ensino Médio Integrado, a precarização da carreira docente, cortes orçamentários na educação, entre outras, não se verifica uma atuação das atléticas nesse campo. O potencial de articulação das atléticas com a comunidade estudantil poderia ser canalizado para debates sobre o Código de Disciplina Discente, o aprimoramento dos currículos escolares, a realização de aulões para o ENEM, ou até mesmo a construção de espaços de escuta e acolhimento às demandas dos alunos. Contudo, a priorização de agendas esportivas e festivas tem se sobreposto à dimensão política, o que limita a contribuição dessas organizações para a melhoria da educação pública.

4) As atléticas consideram-se parte do movimento estudantil ou veem seu foco mais voltado ao esporte e lazer?

De modo geral, as atléticas se veem — e são reconhecidas — como entidades voltadas prioritariamente ao esporte, à confraternização e ao lazer. Embora componham o universo do movimento estudantil, não assumem, em sua maioria, uma postura de militância ou engajamento em pautas educacionais. Sua atuação está mais próxima da dimensão cultural e esportiva da vida acadêmica do que da formação política e da luta por direitos. Ainda que possam, em tese, integrar o movimento estudantil e articular ações conjuntas com centros acadêmicos e o DCE, isso raramente se concretiza. Essa delimitação de foco contribui para a fragmentação da representação estudantil e reduz a força coletiva dos estudantes na reivindicação de políticas públicas mais eficazes.

5) Quais ações as atléticas realizam para mobilizar os estudantes em questões políticas e sociais além do esporte?

No contexto atual do IFAC, observa-se que a atuação das atléticas em questões políticas e sociais além do esporte é quase inexistente. Em grande parte, essa ausência pode ser explicada pela própria imaturidade da organização estudantil no campus, ainda em fase embrionária, e pela falta de articulação entre as diferentes entidades representativas. Enquanto outras instituições de ensino apresentam atléticas engajadas em campanhas de doação, ações afirmativas, movimentos antirracistas ou de combate à homofobia, por exemplo, no IFAC essas possibilidades ainda não foram exploradas. A lacuna existente poderia ser preenchida por meio de formações políticas, rodas de conversa, campanhas educativas ou eventos de conscientização promovidos em parceria com o DCE, os grêmios estudantis ou coletivos independentes. No entanto, sem essa iniciativa, as atléticas permanecem restritas a um campo lúdico, sem um envolvimento mais amplo nas pautas sociais e educacionais que atravessam a realidade dos estudantes.

6) Poderia descrever a relação institucional entre as atléticas, grêmios estudantis e o DCE? Existem parcerias ou colaborações em projetos voltados ao movimento estudantil?

Atualmente, nos cursos do Ensino Médio Integrado, percebe-se uma tendência das atléticas substituírem ou ocuparem o espaço deixado pelos grêmios estudantis. Esse fenômeno não é isolado e reflete um movimento que se observa em nível nacional, onde o desinteresse ou a descrença dos jovens em relação à política institucionalizada contribui para o esvaziamento das formas clássicas de representação estudantil. Em contrapartida, as atléticas ganham visibilidade e protagonismo, ainda que centradas em atividades de entretenimento e expressão simbólica, como o uso de uniformes, slogans e eventos festivos. Nas universidades, centros acadêmicos e DCEs ainda resistem como espaços de politização e formação crítica, mas enfrentam desafios para mobilizar os estudantes diante da crescente influência das atléticas. A relação institucional entre essas entidades no IFAC é, na melhor das hipóteses, ocasional e não estruturada. Faltam projetos conjuntos, fóruns de diálogo ou parcerias contínuas voltadas ao fortalecimento do movimento estudantil. Isso revela um cenário de fragmentação e enfraquecimento da capacidade de articulação política dos estudantes em prol de melhorias concretas na educação.

7.6 APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURA AO REPRESENTANTE (DCE)

Roteiro de entrevista realizado com o representante do DCE campus Rio Branco em: 04/06 2025

- 1) A quanto tempo você é representante do DCE?**
- 2) Quanto tempo dura o mandato do representante do DCE?**
- 3) Qual a condição do DCE e Grêmio estudantil quando você assumiu o DCE?**
- 4) Como funciona a escolha dos representantes do grêmio estudantil?**
- 5) Como que fica as reivindicações dos estudantes da Instituição?**
- 6) Quantas atléticas existem no campus Rio Branco Xavier Maia?**
- 7) Qual a relação do DCE com as atléticas e o Grêmio Estudantil?**
- 8) Como funciona o apoio da instituição em relação ao DCE, Grêmio Estudantil e as Atléticas**

7.7 APENDICE G - TERMO (TCLE)

DECLARAÇÃO DO USO DOS DADOS E INFORMAÇÕES PARA FINS EXCLUSIVOS PREVISTOS NO PROJETO

Nós, Osmildo Ferreira da Silva, RG 208697 CPF 35947535220, discente de pós-graduação, curso: Mestrado profissional em Educação e Tecnológica/PROFEPT, matrícula N° 2023100145 e Jose Júlio Cesar do Nascimento, RG N° 15606872 SSP/AC CPF N° 708 770.172-04, Docente no Instituto Federal do acre campus Rio Branco, Matrícula N° 2078872, pesquisadores responsáveis pelo Projeto de Pesquisa, "MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO", que tem por objetivo primário, Analisar o princípio educativo para a formação integral do sujeito no movimento estudantil, **declaro que os dados e as informações coletados serão utilizados apenas para fins previstos no Projeto de Pesquisa**, "Movimento Estudantil Como Princípio Educativo" e no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme estabelece a Resolução CNS N° 466/2012, III.2, q; IV.7.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

Rio Branco Acre, 02 de março de 2024.

Pesquisador responsável

Pesquisador membro da equipe

7.8 APÊNDICE H - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, Paulo Roberto de Souza, diretor geral do Instituto Federal do Acre, campus Rio Branco, RG -----, CPF N° -----, AUTORIZO Osmildo Ferreira da Silva, RG 208697 SSP/AC, CPF 359475, aluno do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT com a matrícula N° 2023100145, pesquisador responsável pelo projeto de pesquisa MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO e Jose Júlio Cesar do Nascimento, docente no Instituto Federal do Acre campus Rio Branco RG N° 15606872, SS/AC, CPF N° 708.770.172-04, Matrícula N° 2078872, a realizarem coleta de dados mediante aplicação de questionários, entrevistas e rodas de conversas com os alunos do ensino médio do 1°, 2° e 3° ano integrado dos cursos técnicos de informática para internet, redes de computadores e edificações do curso técnico, campus Rio Branco - AC, para a realização do Projeto de Pesquisa MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO, que tem por objetivo primário, analisar o princípio educativo para a formação integral do sujeito no movimento estudantil.

Os pesquisadores acima qualificados se comprometem a:

- 1- Iniciar(em) a coleta de dados somente após o Projeto de Pesquisa ser aprovado pelo **Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos- CEP**.
- 2- Obedecerem às disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos.
- 3- Assegurarem a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantir que não vão utilizar as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS N° 466/2012, e obedecendo às disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.

Rio Branco – Ac, 02 de março de 2024.

7.9 APÊNDICE I - TERMO DE ASSENTIMENTO (TALE)

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

PROJETO DE PESQUISA, “Movimento Estudantil Como Princípio Educativo”

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa 'Movimento Estudantil Como Princípio Educativo, que será coordenada pelo pesquisador, mestrando, Osmildo Ferreira da Silva.

Informamos que seu pai/mãe ou responsável legal permitiu a sua participação.

Gostaríamos muito de contar com você, mas você não é obrigado a participar e não tem problema se desistir. A pesquisa será feita no Instituto Federal do Acre (IFAC), Campus Rio Branco Acre, onde os participantes participarão da seguinte forma: os participantes da pesquisa serão convidados a participar no primeiro momento, através de uma roda de conversa, será explicado o objetivo e a finalidade da pesquisa, pois, ela tem por objetivo identificar e buscar os tipos de ações que estão envolvidos, quais as dificuldades encontradas para que aconteça o desenvolvimento e o progresso e a inserção humana e igualitária desses alunos no contexto social, em seguida os participantes receberão um questionário semiestruturado com perguntas objetivas e subjetivas. Para isso, será usado material impresso e distribuído para cada participantes e será dado tempo suficiente para suas devidas respostas, ele é considerado seguro, mas é possível que ocorra algum constrangimento por parte dos participantes por ser negro e ter entrado na instituição por cota L2. Caso aconteça algo errado, ou se você tiver algum desconforto no momento das entrevistas ou até mesmo respondendo os questionários, você, seus pais ou responsáveis poderá nos procurar pelos contatos: telefone (68) 992197503, E-mail: Osmildofsilva@gmail.com. A sua participação é importante, porque os participantes da pesquisa terão um desenvolvimento pessoal e habilidades de liderança, comunicação e resolução de problemas, aprendizagem crítica, participação social ajudando os estudantes a se envolverem na vida e na comunidade e na luta por causas que acreditam, conscientização da realidade no qual eles estão inseridos. As suas informações ficarão sob sigilo, ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa serão publicados, os resultados da pesquisa serão compartilhados e divulgados, serão utilizados para contribuir com o conhecimento científico, podendo ser apresentados em conferências, publicações acadêmicas, ou até mesmo em eventos voltados para a comunidade, os dados serão tratados de forma a preservar a privacidade e confidencialidade dos participantes, respeitando os princípios éticos da pesquisa, por os participantes poderão ter acesso aos resultados finais, caso desejem, ressalta-se que não serão identificados (dados pessoais, vídeos, imagens e áudios de gravações) dos participantes (crianças/adolescentes).

Você é livre em qualquer momento de não responder alguma questão, ou mesmo a sair desta pesquisa, no momento que quiser, e não terá nenhum prejuízo se tomar esta decisão. Basta nos avisar, que retiraremos os seus dados da pesquisa, em todas as fases em que ela ocorra. Agora, pode fazer as perguntas que quiser, para se sentir seguro(a) sobre este estudo. E, se estiver disposto a participar, solicitamos que assine o termo abaixo, que disponibilizará uma via para a sua posse.

ASSENTIMENTO (CONCORDÂNCIA) DE PARTICIPAÇÃO

Eu,-----
aceito participar da pesquisa “MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO”. Entendi que pode haver riscos e benefícios que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que ninguém vai ficar com raiva de mim. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis/responsáveis legais. Recebi uma via deste termo de assentimento, li e concordo em participar da pesquisa.

Rio Branco-Acre, 02 de março 2024.

Assinatura do participante de pesquisa

Assinatura do pesquisador (a)

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:	
Pesquisador: Osmildo Ferreira da Silva Endereço: Estrada do Calafate km 02, Conjunto Village Tiradentes, rua ouro preto nº 265. Telefone: (68) 992197503 E-mail: osmildofsilva@gmail.com	Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal do Acre- CEP/IFAC Endereço: Instituto Federal do Acre, Campus Rio Branco - Bloco D - Sala do GP EDHu (vizinho ao refeitório), Av. Brasil, nº 920, Xavier Maia, CEP: 69.903-068 – Rio Branco/AC. Telefone: (68) 98101-8246 E-mail: mail: cep@ifac.edu.br

Obs.: O participante da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TALE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

ASSENTIMENTO (CONCORDÂNCIA) DE PARTICIPAÇÃO

Eu,-----
aceito participar da pesquisa "MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO". Entendi que pode haver riscos e benefícios que podem acontecer. Entendi que posso dizer "sim" e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer "não" e desistir e que ninguém vai ficar com raiva de mim. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis/responsáveis legais. Recebi uma via deste termo de assentimento, li e concordo em participar da pesquisa.

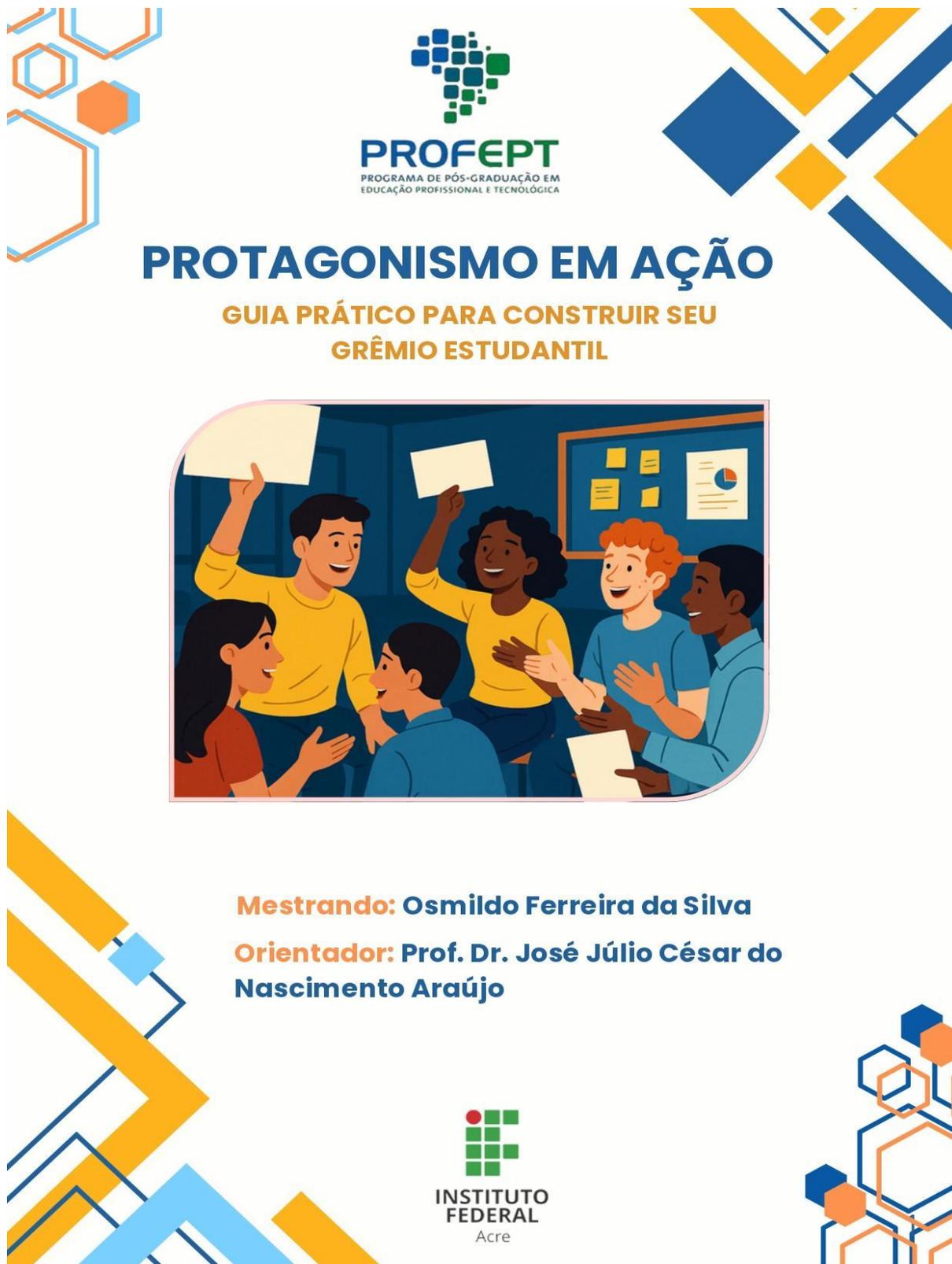
Rio Branco-Acre, 02 de março 2024.

Assinatura do participante de pesquisa

Assinatura do pesquisador (a)

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:	
Pesquisador: Osmildo Ferreira da Silva	Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal do Acre- CEP/IFAC
Endereço: Estrada do Calafate km 02, Conjunto Village Tiradentes, rua ouro preto n° 265.	Endereço: Instituto Federal do Acre, Campus Rio Branco - Bloco D - Sala do GP EDHu (vizinho ao refeitório), Av. Brasil, n° 920, Xavier Maia, CEP: 69.903-068 – Rio Branco/AC.
Telefone: (68) 992197503	Telefone: (68) 98101-8246
E-mail: osmildofsilva@gmail.com	E-mail: mail: cep@ifac.edu.br

Obs.: O participante da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TALE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.



PROTAGONISMO EM AÇÃO

GUIA PRÁTICO PARA CONSTRUIR SEU GRÊMIO ESTUDANTIL

Mestrando Osmildo Ferreira da Silva

Orientador Prof. Dr. José Júlio César
do Nascimento Araújo





FICHA TÉCNICA

Instituição de Ensino

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC) – Campus Rio Branco

Programa

Programa de Pós- Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

Programa

Programa de Pós- Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

Linha de Pesquisa

Linha de pesquisa 1 - Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Macroprojeto

Macroprojeto 3 - Práticas Educativas no Currículo Integrado

Produto Educacional

Protagonismo em Ação: Cartilha Prática para Construir Seu Grêmio Estudantil

Formato

Guia textual

Divulgação

Online

Autor

Osmildo Ferreira da Silva

Orientador

Prof.Dr. José Júlio César do Nascimento Araújo

Público-alvo

Estudante de Educação Básica de nível Médio

Descrição do Produto Educacional

Este Produto Educacional é resultado da pesquisa “Movimento Estudantil como Princípio Educativo”, que investigou a história e o protagonismo do movimento estudantil. Com o objetivo de contribuir para a criação do grêmio estudantil e fortalecer o Movimento Estudantil Secundarista na Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) no Campus Rio Branco (IFAC), foi desenvolvida uma cartilha prática intitulada “Protagonismo em ação: Cartilha prática para construir seu grêmio estudantil”. Este material apresenta diretrizes e caminhos para orientar estudantes, promovendo o protagonismo juvenil e oferecendo suporte tanto no âmbito institucional quanto social, por meio de sua aplicação prática.

PROTAGONISMO EM AÇÃO

GUIA PRÁTICO PARA CONSTRUIR SEU
GRÊMIO ESTUDANTIL



Mais do que um manual fixo, o material incentiva a comunicação, a participação e o diálogo, promovendo espaços presenciais e virtuais para o exercício da cidadania e da democracia. Assim, ajuda a formar estudantes protagonistas capazes de transformar a escola e a comunidade.

APRESENTAÇÃO

Olá, estudante!

Seja bem-vindo(a) à sua jornada de protagonismo estudantil!

Esta cartilha foi criada especialmente para você, que deseja conhecer e fortalecer o Grêmio Estudantil da sua escola. O grêmio é muito mais do que uma organização: é o espaço onde suas ideias ganham voz, onde você pode participar ativamente das decisões que impactam o dia a dia da comunidade escolar e onde se constrói cidadania na prática.

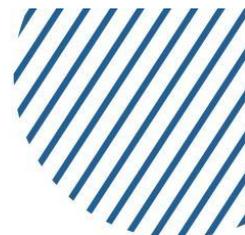
Ao longo desta leitura, você vai descobrir como o grêmio pode ser uma ferramenta poderosa para transformar sua escola em um ambiente mais democrático, inclusivo e participativo. Participar do grêmio é assumir o papel de agente de mudança, desenvolvendo habilidades de liderança, trabalho em equipe e responsabilidade social.

Este é o momento de se engajar, de unir forças com seus colegas e de construir juntos um espaço que represente verdadeiramente os interesses dos estudantes. Vamos juntos transformar ideias em ações concretas e fazer do grêmio um instrumento de transformação e crescimento para todos!

Prepare-se para dar os primeiros passos rumo a um grêmio forte, organizado e atuante. Sua voz importa e este é o seu espaço!

BOA LEITURA E MÃOS À OBRA!

SUMÁRIO: GUIA PRÁTICO PARA CONSTRUIR SEU GRÊMIO ESTUDANTIL



1. CAPA E IDENTIFICAÇÃO

- Título: "Protagonismo em Ação: Guia Prático para Construir Seu Grêmio Estudantil".
- Autoria: Osmildo Ferreira da Silva (Mestrando) e Prof. Dr. José Júlio César do Nascimento Araújo (Orientador).
- Instituição: IFAC (Campus Rio Branco), vinculado ao PROFEPT (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica).

2. FICHA TÉCNICA (P. 3)

- Público-alvo: Estudantes do Ensino Médio.
- Descrição: Produto educacional derivado da pesquisa "Movimento Estudantil como Princípio Educativo".
- Objetivo: Fortalecer a criação de grêmios estudantis e promover o protagonismo juvenil na Educação Profissional e Tecnológica.

3. APRESENTAÇÃO (P. 4-5)

- Introdução ao papel do grêmio estudantil como espaço de democracia, cidadania e transformação escolar.
- Chamada para engajamento dos estudantes.

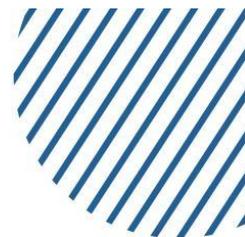
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E HISTÓRICA

- O que é o Grêmio Estudantil? (P. 7): Definição, importância histórica e papel na formação cidadã.
- Linha do Tempo do Movimento Estudantil (P. 8): Eventos marcantes no Brasil (1901–2024).
- Legislação (P. 9-11): Leis que regulamentam grêmios (Lei nº 7.398/1985, ECA, LDB, PNE).

5. PASSO A PASSO PARA CRIAÇÃO DO GRÊMIO

- Comunicação com a Direção (P. 13): Estratégias para diálogo formal e transparente.
- Formação da Comissão Pró-Grêmio (P. 14-17):
 - Divulgação da ideia, elaboração do estatuto, convocação de assembleias.
 - Modelos de ata e documentos de apoio (links incluídos).
- Comissão Eleitoral (P. 18-19): Organização de eleições democráticas.
- Inscrição e Campanha das Chapas (P. 20-21): Regras e fiscalização.
- Eleição e Posse (P. 22-23): Organização da votação, apuração e cerimônia de posse.





6. BASES PARA FORTALECIMENTO DO GRÊMIO

- Estatuto (P. 24-25): Elaboração, conteúdo mínimo e registro.
- Planejamento de Ações (P. 25-26): Identificação de necessidades, plano de ação e avaliação.
- Comunicação e Parcerias (P. 26-28):
 - Transparência com a comunidade escolar.
 - Parcerias com Conselho Escolar, APM e entidades externas.
- Estrutura de Cargos (P. 29-32): Atribuições do presidente, vice, secretário, tesoureiro e diretorias.
- Áreas de Atuação (P. 33-37):
 - Educação, sustentabilidade, cultura, esporte, cidadania, saúde, empreendedorismo e educação financeira.
- Plano de Ação Anual (P. 38-39): Modelo estruturado com objetivos, cronograma e avaliação.

7. MATERIAIS DE APOIO (P. 40-49)

- Vídeos: Links para tutoriais sobre organização de grêmios.
- Slides e Oficinas: Apresentações sobre movimento estudantil e gestão de grêmios.
- Indicações Culturais: Filmes (Eleições, Cabeça de Nêgo, Lute como uma Menina) e livros (ex.: Cartilha de Grêmios - UBES).
- Sites e Entidades: UBES, UNE, Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS (P. 50)

- Encorajamento ao protagonismo estudantil e transformação da escola através da participação democrática.

9. REFERENCIAL TEÓRICO (P. 51-54)

- Leis federais e estaduais, cartilhas, manuais e artigos sobre gestão democrática e grêmios estudantis.





O QUE É O GRÊMIO ESTUDANTIL E POR QUE ELE IMPORTA?

O Grêmio Estudantil é uma organização autônoma formada pelos estudantes para representar seus interesses dentro da escola. Mais do que um grupo, ele é um espaço democrático onde os jovens podem expressar suas opiniões, participar das decisões e promover atividades culturais, esportivas, sociais e educacionais.

Sua história no Brasil começa em 1902, com a fundação do primeiro grêmio em São Paulo, inicialmente voltado para o lazer e a cultura. Desde então, o movimento estudantil cresceu e se fortaleceu, acompanhando importantes momentos da história do país, como a luta contra regimes autoritários e a defesa da democracia. A partir da década de 1980, com a Lei do Grêmio Livre (Lei nº 7.398/1985), os grêmios ganharam autonomia formal para atuar como representantes legítimos dos estudantes.

Hoje, o Grêmio Estudantil é fundamental para o exercício da cidadania na escola. Ele oferece aos estudantes a oportunidade de desenvolver habilidades como liderança, organização, comunicação e trabalho em equipe. Ser protagonista no grêmio significa assumir responsabilidade, participar ativamente da vida escolar e contribuir para a construção de uma comunidade mais justa, inclusiva e participativa.

Esta cartilha foi feita para guiar você, estudante, no caminho de criar ou fortalecer o seu Grêmio Estudantil, mostrando como transformar ideias em ações concretas e como exercer seu papel de protagonista dentro e fora da escola.

Para entender melhor a importância desse movimento e como ele se desenvolveu ao longo do tempo, vamos conhecer um pouco da história do movimento estudantil no Brasil. A seguir, apresentamos uma linha do tempo que destaca os principais momentos e conquistas que ajudaram a construir o espaço de participação e luta dos estudantes que temos hoje.

Para entender melhor a importância desse movimento e como ele se desenvolveu ao longo do tempo, vamos conhecer um pouco da história do movimento estudantil no Brasil.





A seguir, apresentamos uma linha do tempo que destaca os principais momentos e conquistas que ajudaram a construir o espaço de participação e luta dos estudantes que temos hoje.

LINHA DO TEMPO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL

Ano	Evento Principal
1901	Fundação da Federação dos Estudantes Brasileiros, primeira entidade estudantil do país.
1902	Criação do primeiro Grêmio Estudantil em São Paulo, focado em cultura, esporte e lazer.
1910	Realização do I Congresso Nacional de Estudantes, fortalecendo a organização estudantil.
1937	Fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), marco da unidade estudantil nacional.
1948	Fundação da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), representando os secundaristas.
1964	Golpe militar: ilegalização e repressão do movimento estudantil, fechamento de entidades.
1968	Passeata dos Cem Mil, grande manifestação estudantil contra a ditadura militar.
1979	Reconstrução da UNE, retomada da luta por direitos e educação pública.
1985	Redemocratização: legalização do movimento estudantil e retorno dos grêmios às escolas.
2015-2016	Ocupações das escolas públicas em protesto por educação de qualidade e contra cortes.
2024	Prorrogação do Plano Nacional de Educação (PNE) até 2036, fortalecendo a gestão democrática escolar.





LEGISLAÇÃO:

Conheça as Leis que Protegem e Regulam o Grêmio Estudantil

Lei nº 7.398/1985 – Lei do Grêmio Livre

Sancionada em 1985, essa lei assegura a todos os estudantes do ensino fundamental, médio e técnico o direito de se organizarem em grêmios estudantis. Os grêmios são entidades autônomas, representativas dos interesses dos estudantes, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, esportivas e sociais. A lei determina que a criação, funcionamento e atividades do grêmio devem ser definidos em estatuto próprio, aprovado em assembleia geral dos estudantes, e que a escolha dos dirigentes deve ocorrer por voto direto e secreto.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/1990

O ECA reforça o direito dos estudantes à organização e participação em entidades estudantis. O artigo 53 garante a crianças e adolescentes o direito à educação, à igualdade de condições para acesso e permanência na escola, ao respeito, à participação e ao direito de organização em entidades estudantis, reconhecendo o protagonismo juvenil como parte fundamental da formação cidadã.

Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

A LDB reforça a importância da gestão democrática nas escolas, incluindo a participação dos estudantes, professores e comunidade escolar nas decisões. Ela estabelece que a organização escolar deve garantir espaços para a representação estudantil, fortalecendo o papel dos grêmios.

Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014 (prorrogado até 2036)

O PNE e os planos estaduais e municipais de educação incentivam a gestão democrática nas escolas, destacando a criação e fortalecimento de órgãos representativos como os grêmios estudantis. Eles ampliam os espaços para a participação ativa dos estudantes nas decisões escolares, promovendo autonomia, coletividade e democratização. Essas leis garantem não só a existência dos grêmios, mas também reforçam a importância da gestão democrática, que fortalece a cidadania, o diálogo, a corresponsabilidade e o senso de pertencimento. Conhecer e reivindicar esses direitos torna os estudantes protagonistas na transformação da escola e sociedade.



Lei/documentos	Ano	O que garante
Lei nº 7.398 – Lei do Grêmio Livre	1985	Direito dos estudantes do 1º e 2º graus de se organizarem em grêmios autônomos, com eleição democrática e estatuto aprovado em assembleia.
Constituição Federal – Art. 206, VI	1988	Gestão democrática do ensino público, incluindo a participação dos estudantes nas decisões escolares.
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Art. 53, IV	1990	Direito dos estudantes de se organizarem e participarem de entidades estudantis.
Direito dos estudantes de se organizarem e participarem de entidades estudantis.	1996	Estabelece a gestão democrática nas escolas e a participação da comunidade escolar.
Plano Nacional de Educação (PNE) – Meta 19	2014	Estímulo à criação e fortalecimento dos grêmios, assegurando espaços e condições adequadas.
Resolução CEE nº 140/2015 (Acre)	2015	Estabelece diretrizes para elaboração dos Regimentos Escolares, contemplando a organização e participação dos estudantes nas escolas públicas e particulares.
Plano Estadual de Educação do Acre (PEE) LEI Nº 4.591	Atual 2025	Prevê a efetivação da participação estudantil em instâncias consultivas, normativas e deliberativas do sistema estadual de educação, fortalecendo o protagonismo juvenil.

LINKS E REFERÊNCIAS DAS LEIS

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7398.htm

<https://www.sinesp.org.br/quem-somos/legis/199-educando/matricula/2041-lei-federal-n-8-069-de-13-07-1990-artigos-53-a-59-dispoe-sobre-o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-e-da-outras-providencias>

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4464impressao.htm

<https://novaescola.org.br/conteudo/2996/pne-meta-19>

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=493095

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=285582>

https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-140-2015-ac_285582.html

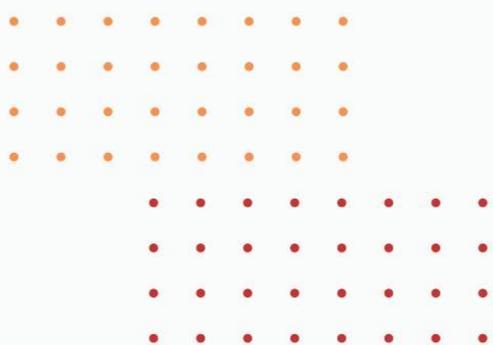
<https://see.ac.gov.br/plano-educacional/>

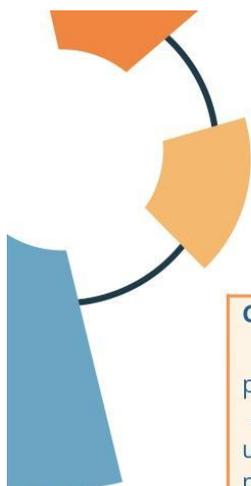
<https://see.ac.gov.br/plano-educacional/>



PASSO A PASSO

CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE GRÊMIO ESTUDANTIL!





COMUNICAÇÃO COM A DIREÇÃO

A comunicação com a direção da escola é o primeiro e um dos passos mais importantes para a criação e funcionamento do Grêmio Estudantil. Essa conversa deve ser clara, respeitosa e organizada, pois a direção é a responsável por autorizar e apoiar as atividades do grêmio dentro da escola.

COMO DEVE SER ESSA COMUNICAÇÃO?

pautada por Formalidade e Respeito

A comunicação inicial deve ser feita de forma formal, preferencialmente por meio de um documento escrito (ofício, e-mail ou carta), onde o grupo interessado apresenta a proposta de criação do grêmio. É importante demonstrar respeito e reconhecer o papel da direção como parceira nesse processo.

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

No contato, explique o que é o grêmio estudantil, sua importância para a participação democrática e para o fortalecimento da comunidade escolar. Apresente a intenção de formar uma Comissão Pró-Grêmio, que organizará a eleição e as atividades.

SOLICITAÇÃO DE APOIO E ORIENTAÇÃO

Peça o apoio da direção para divulgar a proposta entre os estudantes e para a realização das assembleias e eleições. Pergunte sobre os procedimentos internos que a escola pode ter para formalizar o grêmio e quais documentos são necessários.

TRANSPARÊNCIA E DIÁLOGO CONTÍNUO

Mantenha a direção informada sobre todas as etapas do processo: reuniões, assembleias, eleições e posse da diretoria. Após a eleição, entregue uma cópia da ata e do estatuto aprovado para a direção. Isso fortalece a confiança e o reconhecimento oficial do grêmio.

NEGOCIAÇÃO E FLEXIBILIDADE

Caso a direção apresente dúvidas ou restrições, escute atentamente, dialogue com urbanidade e busque soluções conjuntas. O grêmio deve respeitar as normas da escola, mas também pode ajudar a melhorar o ambiente escolar por meio de suas ações.

AUTORIZAÇÃO PARA ATIVIDADES

Para realizar eventos, campanhas ou projetos, o grêmio deve sempre solicitar autorização formal da direção, apresentando o planejamento e os objetivos. A direção pode recusar, mas deve justificar por escrito, garantindo transparência.

FORMAÇÃO DA COMISSÃO PRÓ-GRÊMIO

O PRIMEIRO PASSO PARA CRIAR UM GRÊMIO ESTUDANTIL É FORMAR A COMISSÃO PRÓ-GRÊMIO, VEJA COMO PROCEDER:



DIVULGAÇÃO DA IDEIA:

Reúna um grupo de estudantes interessados na criação do grêmio. Divulgue a proposta em toda a escola, convidando outros alunos e representantes de classe para participar.

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO:

A Comissão Pró-Grêmio deve ser composta por estudantes de diferentes turmas ou escolhidos entre os colegas, garantindo a diversidade e a representatividade do grupo

ELABORAÇÃO DO ESTATUTO:

O grupo se reúne para debater e elaborar uma proposta de estatuto, que são as regras que vão orientar o funcionamento do futuro grêmio. Esse documento será apresentado e discutido na Assembleia Gera.

CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL:

Após a elaboração do estatuto, a Comissão Pró-Grêmio convoca todos os estudantes da escola para uma Assembleia Geral. Use cartazes, avisos em sala de aula e redes sociais para garantir que todos fiquem sabendo da reunião.

REGISTRO E TRANSPARÊNCIA:

Durante a Assembleia, registre em ata tudo o que for discutido: quem participou, horários, local, decisões tomadas. Todos os presentes devem assinar o documento para garantir transparência e legitimidade ao processo.

A Comissão Pró-Grêmio é responsável por organizar todo o processo inicial, sempre ouvindo os colegas, promovendo o diálogo e garantindo que todos possam participar. Após a Assembleia Geral e a aprovação do estatuto, a Comissão Eleitoral será formada para organizar as eleições do grêmio.



QUEM PARTICIPA DA COMISSÃO PRÓ-GRÊMIO?

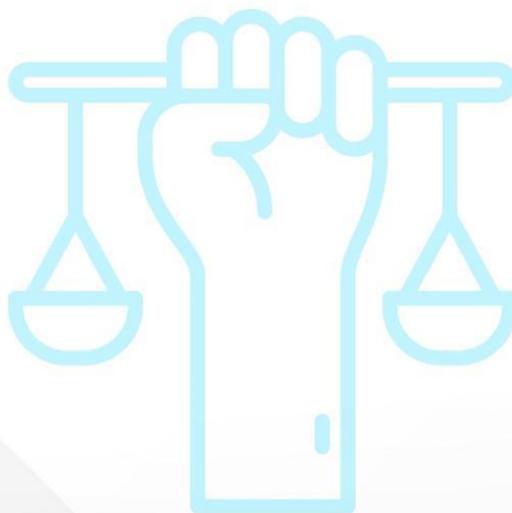
A Comissão Pró-Grêmio deve ser formada principalmente por estudantes interessados, incluindo representantes ou líderes de turma. A participação é aberta a todos os alunos que desejam contribuir para a criação do grêmio. Além dos estudantes, em alguns casos, professores e coordenadores podem atuar como apoiadores, mas a comissão é essencialmente estudantil.

QUAL É A QUANTIDADE IDEAL DE PARTICIPANTES NA COMISSÃO PRÓ-GRÊMIO?

Não há um número fixo definido nacionalmente, mas a prática recomendada é que a comissão seja composta por um grupo representativo, geralmente entre 5 a 15 estudantes, para garantir diversidade e representatividade de diferentes turmas e segmentos da escola. As comissões podem incluir representantes/líderes de turma e coordenadores do grêmio, o que indica que a comissão pode ter uma composição flexível conforme o tamanho da escola.

QUANDO A COMISSÃO PRÓ-GRÊMIO ENCERRA SUAS ATIVIDADES?

A comissão Pró-Grêmio tem seu trabalho concluído após a realização da Assembleia Geral onde o estatuto do grêmio é aprovado, a eleição da diretoria é organizada e realizada, e a nova diretoria toma posse. Após a posse, a Comissão Pró-Grêmio encerra suas atividades, passando a responsabilidade para a diretoria eleita e para a Comissão Eleitoral, que cuidará das próximas eleições.





ASSEMBLEIA GERAL: ORIENTAÇÕES PARA OS ESTUDANTES

A Assembleia Geral é o órgão máximo de decisão do Grêmio Estudantil e fundamental para sua criação e funcionamento. Veja como proceder de forma clara e objetiva:

CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA

A Comissão Pró-Grêmio deve definir a data, horário, local e pauta da Assembleia Geral. A convocação deve ser feita por edital, afixado em local visível na escola e divulgado amplamente, inclusive em salas de aula e redes sociais, com pelo menos 48 horas de antecedência.

O EDITAL DEVE INFORMAR DATA, HORÁRIO, LOCAL E TEMAS QUE SERÃO DISCUTIDOS.

PARTICIPAÇÃO

Todos os estudantes regularmente matriculados podem participar e votar na Assembleia Geral.

A presença de convidados é permitida, mas apenas estudantes têm direito a voto.

REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA.

- No dia, a Comissão Pró-Grêmio apresenta a proposta de criação do grêmio, o estatuto e as regras para funcionamento.
- Os estudantes discutem e votam a aprovação do estatuto, o nome do grêmio e outros temas relevantes, como a formação da Comissão Eleitoral.
- As decisões são tomadas por maioria simples dos votos dos presentes, sendo recomendado um quórum mínimo (por exemplo, 10% dos alunos da escola).

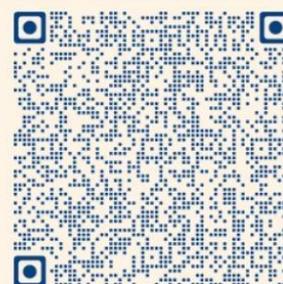
REGISTRO

Tudo o que for discutido e decidido deve ser registrado em ata, assinada pelos participantes e arquivada para consulta futura.

A seguir, disponibilizamos um link e um QR code para acessar o modelo de ata da Assembleia Geral, facilitando a elaboração e o registro correto desse documento.



[HTTPS://DOCS.GOOGLE.COM/DOCUMENT/D/1G-BSJ9GN2BVM9ZD91V6_CK_QT6OCELT3/EDIT?USP=SHARING&OUID=112377577542549047315&RTPOF=TRUE&SD=TRUE](https://docs.google.com/document/d/1G-BSJ9GN2BVM9ZD91V6_CK_QT6OCELT3/edit?usp=sharing&ouid=112377577542549047315&rtPOF=true&sd=true)



PRÓXIMOS PASSOS

Após a aprovação do estatuto e formação da Comissão Eleitoral, a Comissão Pró-Grêmio encerra suas atividades e a Comissão Eleitoral assume a organização das eleições para a diretoria do grêmio.

DICAS IMPORTANTES:

- Garanta ampla divulgação para que todos possam participar.
- Mantenha o respeito e a ordem durante a Assembleia.
- Professores e direção não devem interferir nas decisões dos estudantes, apenas apoiar o processo.

Seguindo esses passos, a Assembleia Geral será legítima, democrática e transparente, fortalecendo a participação estudantil e a gestão democrática na escola.





CRIAÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL: PASSO A PASSO PARA OS ESTUDANTES

A Comissão Eleitoral é o grupo responsável por organizar, conduzir e fiscalizar todo o processo eleitoral do Grêmio Estudantil, garantindo transparência e democracia. Veja como criar essa comissão de forma clara e objetiva:

ESCOLHA DOS MEMBROS

- A Comissão Eleitoral deve ser eleita em Assembleia Geral convocada pela Comissão Pró-Grêmio ou pela diretoria atual do grêmio.
- Geralmente, a comissão é composta por 5 a 7 integrantes, preferencialmente estudantes de diferentes turnos ou turmas, para garantir representatividade.
- Um ou dois membros podem ser indicados pela direção da escola, como professores ou funcionários, que atuam como consultores, sem direito a voto.
- Os integrantes da Comissão Eleitoral não podem ser candidatos nas eleições do grêmio.

FUNÇÕES DA COMISSÃO ELEITORAL

- Elaborar e divulgar o edital e o cronograma eleitoral.
- Organizar a inscrição das chapas concorrentes.
- Promover debates e apresentar as propostas das chapas para todos os estudantes.
- Coordenar a votação, garantindo o voto secreto e a segurança das urnas.
- Apurar os votos e divulgar os resultados oficialmente.
- Registrar todo o processo em atas e documentos oficiais.

PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO

Na primeira reunião, a comissão deve eleger internamente os cargos: presidente, vice-presidentes (se aplicável), secretário e suplentes.

Definir o calendário detalhado do processo eleitoral, incluindo datas de inscrição, campanha, votação e apuração.



DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Comissão Eleitoral deve garantir ampla divulgação do processo para que todos os estudantes estejam informados e possam participar ativamente.

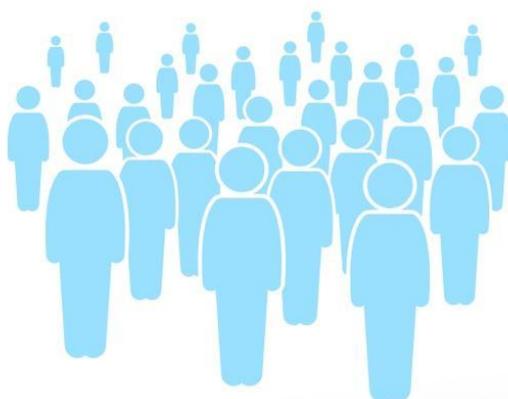
É fundamental manter a transparência em todas as etapas para fortalecer a confiança no processo.

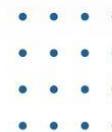
ENCERRAMENTO DA COMISSÃO

A Comissão Eleitoral encerra suas atividades após a posse da diretoria eleita do Grêmio Estudantil.

A partir daí, a nova diretoria assume a responsabilidade pela gestão do grêmio.

Seguindo esses passos, a Comissão Eleitoral assegura um processo justo, democrático e organizado, fundamental para o fortalecimento do Grêmio Estudantil e da participação dos estudantes na escola.





INSCRIÇÃO E CAMPANHA DAS CHAPAS: ORIENTAÇÕES PRÁTICAS

inscrição e a campanha das chapas são etapas fundamentais para garantir um processo eleitoral democrático, transparente e participativo no Grêmio Estudantil. Veja como proceder:

INSCRIÇÃO DAS CHAPAS

- Após a divulgação do edital pela Comissão Eleitoral, as chapas interessadas devem se inscrever dentro do prazo e horário definidos, entregando o formulário de inscrição e os documentos exigidos diretamente à Comissão.
- Só serão aceitas inscrições de chapas completas, conforme a organização de cargos prevista no estatuto do grêmio.
- Não são aceitas inscrições fora do prazo estabelecido ou de chapas incompletas.
- Todos os membros da chapa devem ser estudantes regularmente matriculados e frequentes na escola

DIVULGAÇÃO DAS CHAPAS

Após o encerramento das inscrições, a Comissão Eleitoral divulgará a lista oficial das chapas concorrentes, garantindo que todos os estudantes tenham acesso às informações.

PERÍODO DE CAMPANHA

- A campanha só pode ser realizada no período definido pela Comissão Eleitoral e divulgado no edital.
- Cada chapa deve apresentar suas ideias, propostas e projetos para a melhoria da escola, utilizando materiais confeccionados pelos próprios integrantes.
- É proibida a ajuda de professores, funcionários ou direção na confecção de materiais ou financiamento da campanha.
- A campanha deve ser respeitosa, sem ataques pessoais, e focada no debate de propostas.



REGRAS E FISCALIZAÇÃO

- Não é permitido fazer campanha fora do período estipulado ou no dia da eleição (boca de urna)
- A Comissão Eleitoral é responsável por acompanhar todo o processo, fiscalizando o cumprimento das regras e garantindo igualdade de condições para todas as chapas.
- Caso haja descumprimento das regras, a comissão pode advertir, suspender ou até impugnar a chapa, sempre com registro em ata e direito de defesa.

PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES

- Todos os estudantes podem participar das campanhas, assistir aos debates e votar no dia da eleição.
- O envolvimento de toda a comunidade escolar fortalece a democracia e a representatividade do grêmio.
- Para garantir um processo eleitoral organizado e transparente, é fundamental utilizar uma cédula de votação clara e padronizada, que facilite a escolha dos estudantes e assegure a validade dos votos. **Abaixo, você encontra um link e um QR code para acessar o modelo da cédula de votação para a eleição do Grêmio Estudantil, pronto para ser utilizado ou adaptado conforme a necessidade da sua escola.**

ACESSE O LINK E QR CODE ABAIXO
[HTTPS://DRIVE.GOOGLE.COM/FILE/D/1ZD3C9N7-LYUJUDNSVAPWYJC6ZSB3NWWN/VIEW?USP=SHARING](https://drive.google.com/file/d/1ZD3C9N7-LYUJUDNSVAPWYJC6ZSB3NWWN/view?usp=sharing)





REALIZAÇÃO DA ELEIÇÃO E POSSE

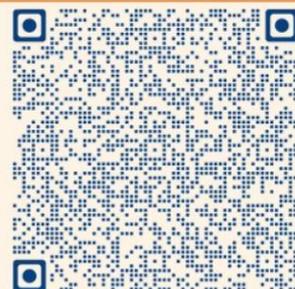
Observação

Para garantir a transparência e a legitimidade do processo, é fundamental que seja publicado um edital de eleição do Grêmio Estudantil.

Abaixo, segue um link e um QR code para acessar o formulário de inscrição.

ACESSE O FORMULÁRIO ABAIXO:

[HTTPS://DOCS.GOOGLE.COM/DOCUMENT/D/1D656_AJDCZN9GE
VR6KCJYEQSODDK3JVZ/EDITUSP=SHARING&UID=11237757754
2549047315&RTPOF=TRUE&SD=TRUE](https://docs.google.com/document/d/1D656_AJDCZN9GEVR6KCJYEQSODDK3JVZ/EDITUSP=SHARING&UID=112377577542549047315&RTPOF=TRUE&SD=TRUE)



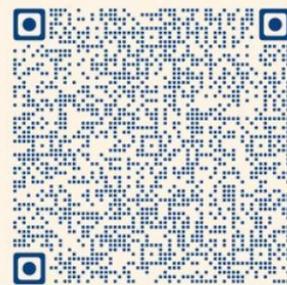
A eleição e a posse da diretoria do Grêmio Estudantil são etapas fundamentais para garantir a legitimidade, a transparência e a participação democrática dos estudantes.

Outro documento de suma importância é a ata de eleição e posse da diretoria do Grêmio Estudantil é um documento essencial para registrar oficialmente todo o processo eleitoral, desde a votação até a posse dos membros eleitos. Esse registro garante transparência, legitimidade e serve como referência para futuras consultas e para a própria gestão do grêmio.

Para facilitar a organização. **Disponibilizamos abaixo um link e um QR code para acessar o formulário de modelo de ata de eleição e posse da diretoria do Grêmio Estudantil.**

ACESSE O FORMULÁRIO ABAIXO:

[HTTPS://DOCS.GOOGLE.COM/DOCUMENT/D/1TIUZK2A1OASZJX
BUICR4C4MF/EDITUSP=SHARING&UID=11237757754254904731
5&RTPOF=RUE&SD=TRUE](https://docs.google.com/document/d/1TIUZK2A1OASZJXBUICR4C4MF/EDITUSP=SHARING&UID=112377577542549047315&RTPOF=RUE&SD=TRUE)





ORGANIZAÇÃO DA ELEIÇÃO

Veja como organizar esse processo de forma clara e objetiva:

- A Comissão Eleitoral é responsável por preparar todo o processo: elaborar listas de votação, organizar urnas e divulgar as regras para todos os estudantes.
- O voto deve ser secreto, garantindo a liberdade de escolha dos alunos.
- A votação pode ser realizada em um ou mais turnos, conforme o tamanho da escola, para que todos possam participar.
- A apuração dos votos é feita pela Comissão Eleitoral, acompanhada por representantes de cada chapa e, se necessário, por coordenadores pedagógicos da escola, para garantir transparência.

DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Após a contagem dos votos, a Comissão Eleitoral deve registrar os resultados em ata, assinada pelos presentes, e afixar a ata em local visível na escola para conhecimento de todos os estudantes.

O resultado oficial deve ser divulgado no mesmo dia ou, no máximo, no dia seguinte à eleição

POSSE DA DIRETORIA ELEITA

- A posse da diretoria do grêmio deve ser organizada pela Comissão Eleitoral, com apoio da direção escolar.
- Na cerimônia de posse, os membros eleitos assumem oficialmente seus cargos e passam a ser responsáveis pela gestão do grêmio.
- Uma cópia da ata de eleição e do estatuto aprovado deve ser entregue à direção da escola e arquivada para consulta futura.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Todo o processo deve ser registrado em atas, garantindo transparência e legitimidade.
- A cada ano, o processo eleitoral é reiniciado, permitindo a renovação da diretoria e o fortalecimento da participação estudantil



ORGANIZAÇÃO DA ELEIÇÃO

Veja como organizar esse processo de forma clara e objetiva:

- A Comissão Eleitoral é responsável por preparar todo o processo: elaborar listas de votação, organizar urnas e divulgar as regras para todos os estudantes.
- O voto deve ser secreto, garantindo a liberdade de escolha dos alunos.
- A votação pode ser realizada em um ou mais turnos, conforme o tamanho da escola, para que todos possam participar.
- A apuração dos votos é feita pela Comissão Eleitoral, acompanhada por representantes de cada chapa e, se necessário, por coordenadores pedagógicos da escola, para garantir transparência.

DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Após a contagem dos votos, a Comissão Eleitoral deve registrar os resultados em ata, assinada pelos presentes, e afixar a ata em local visível na escola para conhecimento de todos os estudantes.

O resultado oficial deve ser divulgado no mesmo dia ou, no máximo, no dia seguinte à eleição

POSSE DA DIRETORIA ELEITA

- A posse da diretoria do grêmio deve ser organizada pela Comissão Eleitoral, com apoio da direção escolar.
- Na cerimônia de posse, os membros eleitos assumem oficialmente seus cargos e passam a ser responsáveis pela gestão do grêmio.
- Uma cópia da ata de eleição e do estatuto aprovado deve ser entregue à direção da escola e arquivada para consulta futura.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Todo o processo deve ser registrado em atas, garantindo transparência e legitimidade.
- A cada ano, o processo eleitoral é reiniciado, permitindo a renovação da diretoria e o fortalecimento da participação estudantil

BASES PARA FORTALECER O GRÊMIO ESTUDANTIL



ELABORAÇÃO DO ESTATUTO DO GRÊMIO ESTUDANTIL

O Estatuto é o documento fundamental que estabelece as regras e normas para o funcionamento do Grêmio Estudantil. Ele orienta como o grêmio deve atuar, organizar suas eleições, definir a composição da diretoria e garantir a continuidade das atividades, mesmo com a troca de membros ao longo dos anos.

PASSOS PARA ELABORAR O ESTATUTO

REUNIÃO DA COMISSÃO PRÓ-GRÊMIO

O grupo responsável pela criação do grêmio deve se reunir para discutir e elaborar uma proposta inicial do estatuto, considerando as necessidades e características da escola.

CONTEÚDO BÁSICO DO ESTATUTO

O estatuto deve conter, pelo menos:

- Nome, sede e objetivos do grêmio;
- Direitos e deveres dos associados (estudantes);
- Estrutura organizacional, com as funções e atribuições da diretoria e demais órgãos;
- Regras para eleições, mandato e posse da diretoria;
- Procedimentos para convocação e funcionamento das assembleias;
- Normas para alteração do estatuto e solução de conflitos.

ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS

O estatuto deve estar em conformidade com a legislação vigente, como a Lei Federal nº 7.398/85 (Lei do Grêmio Livre) e as diretrizes da escola.

DISCUSSÃO E APROVAÇÃO EM ASSEMBLEIA GERAL

A proposta de estatuto deve ser apresentada a todos os estudantes em uma Assembleia Geral, onde será debatida, ajustada se necessário, e aprovada pela maioria dos presentes.



REGISTRO E DIVULGAÇÃO

Após a aprovação, o estatuto deve ser registrado e disponibilizado para consulta de todos os estudantes, garantindo transparência e conhecimento das regras que regem o grêmio.

Elaborar um estatuto claro e participativo é essencial para garantir a organização, a democracia e a continuidade do Grêmio Estudantil, fortalecendo a voz dos estudantes na escola. **Abaixo está disponibilizado o modelo de estatuto.**

ACESE O FORMULÁRIO ABAIXO:

https://docs.google.com/document/d/1367tW_wXqkxCIUNbkZtHPyGeHDtUMyG/editusp=sharing&oid=112377577542549047315&rtpof=true&sd=true



IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES

Converse com os estudantes para entender os principais problemas, interesses e demandas da comunidade escolar.

Utilize pesquisas, reuniões e debates para coletar sugestões.

DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS

Estabeleça objetivos claros e alcançáveis para cada ação ou projeto, alinhados com as necessidades identificadas.

Priorize iniciativas que promovam a participação, inclusão e melhoria do ambiente escolar.

ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

Descreva as atividades que serão realizadas, quem será responsável por cada etapa, os recursos necessários e o cronograma.

Inclua formas de divulgação e envolvimento dos estudantes.



MOBILIZAÇÃO E EXECUÇÃO

- Organize equipes para colocar o plano em prática, garantindo que todos os envolvidos saibam suas funções.
- Mantenha a comunicação aberta para resolver dificuldades e ajustar o plano quando necessário.

AVALIAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

- Após a execução, avalie os resultados alcançados e o impacto das ações.
- Compartilhe os resultados com a comunidade escolar, promovendo transparência e aprendizado para futuros projetos.

Planejar bem as ações e projetos fortalece o Grêmio Estudantil, tornando-o um instrumento efetivo para transformar a escola e representar verdadeiramente os estudantes.

COMUNICAÇÃO TRANSPARENTE COM A COMUNIDADE ESCOLAR

A comunicação transparente é essencial para fortalecer o Grêmio Estudantil e garantir a participação de todos os segmentos da escola. Ela cria confiança, engajamento e permite que estudantes, professores, direção e famílias acompanhem e contribuam com as ações do grêmio.

COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES

Divulgue todas as decisões, projetos, eventos e resultados de reuniões por meio de murais, redes sociais, grupos de mensagens e avisos em sala de aula.

Mantenha a comunidade informada sobre o calendário de reuniões, eleições, campanhas e oportunidades de participação.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Apresente relatórios periódicos sobre as atividades e o uso de recursos do grêmio, mostrando transparência e responsabilidade.

Realize reuniões abertas para ouvir sugestões, críticas e esclarecer dúvidas dos estudantes e da equipe escolar.



ESCU TA ATIVA

- Crie canais para receber opiniões e demandas dos estudantes, como caixas de sugestões, formulários online ou reuniões temáticas.
- Demonstre que todas as vozes são importantes e que as decisões são tomadas de forma coletiva.

ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS

- Compartilhe os resultados das ações e projetos, mostrando o impacto das iniciativas do grêmio na escola.
- Use gráficos, como o apresentado na pesquisa de motivação, para ilustrar dados e incentivar a participação dos estudantes

RESPEITO E CLAREZA

- Utilize uma linguagem simples, respeitosa e acessível, garantindo que todos compreendam as mensagens.
- Evite informações incompletas ou rumores, sempre checando os dados antes de divulgar.
- Uma comunicação transparente aproxima o grêmio da comunidade escolar, aumenta a confiança e incentiva mais estudantes a se envolverem nas decisões e projetos, tornando o grêmio mais forte e representativo.

PARCERIAS COM CONSELHOS, APM E OUTROS SEGMENTOS

A atuação do Grêmio Estudantil é ainda mais forte quando se constrói parcerias com outros segmentos da comunidade escolar, como o Conselho Escolar, a Associação de Pais e Mestres (APM), professores, funcionários e entidades externas. Essas parcerias ampliam o alcance das ações, fortalecem a representatividade dos estudantes e promovem uma escola mais democrática e participativa.



ATUAÇÃO GERAL DO GRÊMIO

ZELAR PELA HARMONIA ENTRE ALUNOS, MONITORES E PROFESSORES;

**REPRESENTAR LEGALMENTE OS ESTUDANTES PERANTE A ESCOLA E A
COMUNIDADE;**

ELABORAR E CUMPRIR SEU ESTATUTO;

INCENTIVAR A CULTURA, O ESPORTE E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ;

DEFENDER O CUMPRIMENTO DO REGIMENTO ESCOLAR;

PLANEJAR REUNIÕES E EVENTOS;

PROMOVER PROGRAMAS CONTRA BULLYING E VIOLÊNCIA;

ARRECADAR E PRESTAR CONTAS DOS RECURSOS;

DOCUMENTAR O PATRIMÔNIO DO GRÊMIO



CONSELHO ESCOLA

O Grêmio deve participar ativamente das reuniões do Conselho Escolar, levando as demandas, sugestões e propostas dos estudantes. O diálogo com o conselho é fundamental para garantir que a voz dos alunos seja considerada nas decisões importantes da escola.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES (APM)

A APM é uma parceira estratégica, pois contribui para a integração entre família e escola, auxilia na captação de recursos e pode apoiar projetos e eventos do grêmio. O grêmio pode propor atividades conjuntas, campanhas e eventos culturais, esportivos ou sociais, fortalecendo o vínculo com a comunidade escolar.

OUTROS SEGMENTOS INTERNOS

Professores, coordenadores, funcionários e direção escolar são aliados importantes. O grêmio deve buscar a colaboração desses segmentos para o desenvolvimento de projetos, campanhas educativas, ações de integração e melhorias no ambiente escolar.

PARCERIAS EXTERNAS

Além da escola, o grêmio pode buscar apoio de instituições sociais, esportivas, culturais e até estabelecimentos comerciais da região. Essas parcerias podem viabilizar campanhas, eventos, gincanas e projetos que beneficiem tanto a escola quanto a comunidade local.

PARTICIPAÇÃO E AUTONOMIA

- O grêmio tem autonomia para propor e organizar ações, mas sempre deve dialogar e buscar apoio dos conselhos e da direção escolar, respeitando as normas da escola e garantindo que as atividades estejam alinhadas com os interesses coletivos
- Construir parcerias sólidas com conselhos, APM e outros segmentos fortalece o grêmio, amplia a participação dos estudantes e contribui para uma escola mais democrática, inclusiva e conectada com a comunidade.



ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DOS CARGOS NO GRÊMIO ESTUDANTIL

A diretoria do Grêmio Estudantil é formada por um conjunto de cargos que garantem a organização, representação e execução das atividades da entidade. Os cargos mais comuns e suas composições são:

- Presidente do Grêmio Estudantil
- Vice-Presidente
- Secretário Geral
- Tesoureiro (ou Tesoureiro Geral)
- Diretor Sociocultural
- Diretor de Comunicação e Imprensa
- Diretor de Esportes
- Diretor de Cultura
- Diretor de Políticas Educacionais (em algumas escolas)
- Diretor Social
- Diretor de Eventos

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA DO GRÊMIO ESTUDANTIL

A diretoria do Grêmio Estudantil é responsável por representar os estudantes, organizar as atividades do grêmio e garantir o cumprimento do estatuto e das decisões coletivas. Cada membro possui funções específicas que, somadas, asseguram o bom funcionamento da entidade.

FUNÇÕES DO PRESIDENTE

- Representar o Grêmio dentro e fora da escola, inclusive junto aos órgãos colegiados;
- Convocar e presidir reuniões ordinárias, extraordinárias e assembleias gerais;
- Assinar documentos oficiais e financeiros em conjunto com o tesoureiro e o secretário;
- Cumprir e fazer cumprir as normas do estatuto;
- Estimular a participação dos integrantes e coordenar as ações do grêmio;
- Desempenhar outras funções inerentes ao cargo.



FUNÇÕES DO VICE-PRESIDENTE

- Auxiliar o presidente no exercício de suas funções;
- Substituir o presidente em casos de ausência, impedimento ou vacância;
- Colaborar na coordenação das atividades do grêmio.

FUNÇÕES DO SECRETÁRIO-GERAL

- Publicar avisos, convocações e divulgar editais;
- Redigir e lavrar as atas das reuniões da diretoria e das assembleias;
- Assinar a correspondência oficial junto com o presidente;
- Manter os arquivos e documentos do grêmio organizados e atualizados.

FUNÇÕES DO TESOUREIRO

- Gerenciar as finanças do grêmio, controlando receitas e despesas;
- Apresentar relatórios financeiros periódicos;
- Assinar documentos financeiros junto com o presidente;
- Prestar contas regularmente à assembleia e à comunidade escolar.

OUTRAS FUNÇÕES (DIRETORIAS E COORDENAÇÕES)

- Promover atividades culturais, esportivas, sociais e educativas;
- Coordenar campanhas, eventos e projetos;
- Garantir a comunicação interna e externa do grêmio;
- Representar interesses específicos dos estudantes conforme a diretoria definida no estatuto.

Essas **funções e cargos podem variar** conforme o estatuto de cada escola, mas o essencial é que a diretoria seja composta por **estudantes comprometidos com a representação e o fortalecimento da participação estudantil.**



GRÊMIO EM AÇÃO: ÁREAS DE ATUAÇÃO E SUGESTÕES PRÁTICAS



O Grêmio Estudantil é um espaço de participação ativa que pode transformar a escola e a comunidade. Para inspirar sua atuação, apresentamos áreas-chave e exemplos de ações que geram impacto real e duradouro e que deve ser praticado.

EDUCAÇÃO E APRENDIZAGEM

- Organizar grupos de estudo e reforço escolar.
- Promover aulões e gincanas pedagógicas.
- Incentivar participação em olimpíadas e programas acadêmicos.
- Colaborar com a gestão para ações pedagógicas motivadoras.

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- Implantar hortas escolares e projetos de reciclagem.
- Realizar campanhas de coleta seletiva e economia de água.
- Promover semanas temáticas sobre sustentabilidade e ODS.
- Organizar feiras de inovação sustentável.

CULTURA, ARTE E COMUNICAÇÃO

- Realizar festivais culturais, saraus e exposições artísticas.
- Criar jornal escolar e perfis em redes sociais para divulgação.
- Promover oficinas de comunicação, produção de podcasts e vídeos.
- Desenvolver debates e workshops sobre educação midiática e segurança digital.

ESPORTE E LAZER

- Organizar campeonatos interclasses e eventos esportivos inclusivos.
- Promover gincanas e mini-olimpíadas com diversas modalidades.
- Incentivar participação em jogos escolares e atividades recreativas.

DIVERSIDADE, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

- Realizar palestras e campanhas sobre respeito à diversidade e direitos humanos.
- Comemorar datas importantes relacionadas a grupos minoritários.
- Promover debates e rodas de conversa sobre cidadania e participação política.
- Incentivar o engajamento eleitoral e a participação em programas políticos estudantis.



SAÚDE E BEM-ESTAR

- Desenvolver campanhas de prevenção de doenças e promoção da saúde mental.
- Organizar rodas de conversa sobre autocuidado e prevenção.
- Incentivar ações comunitárias como doação de sangue.

INICIAÇÃO CIENTÍFICA E INOVAÇÃO

- Estimular projetos de pesquisa e feiras de ciência.
- Criar núcleos de estudo e oficinas de metodologia científica.

AÇÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS

- Promover campanhas de arrecadação e apoio a comunidades carentes.
- Organizar visitas e projetos sociais em parceria com a comunidade.

Essa estrutura sintetiza as principais áreas de atuação do Grêmio Estudantil, facilitando o entendimento e a aplicação prática para estudantes e gestores escolares. Pode ser enriquecida com exemplos locais e adaptada conforme a realidade da escola.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira é um tema cada vez mais relevante e pode transformar a vida dos estudantes, promovendo autonomia, responsabilidade e escolhas conscientes para o presente e o futuro. O Grêmio Estudantil pode ser protagonista nessa pauta, promovendo ações práticas e inovadoras que envolvam toda a comunidade escolar.

SUGESTÕES DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA:

- Organize uma semana temática alinhada à Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF), promovendo palestras, rodas de conversa e atividades interativas sobre controle de gastos, planejamento financeiro, poupança, consumo consciente e desigualdade social.
- Convide especialistas, profissionais do mercado financeiro e ex-alunos para compartilhar experiências e dicas práticas.



PAINÉIS, OFICINAS E WORKSHOPS PRÁTICOS

- Realize oficinas sobre temas do cotidiano, como “Como fazer um orçamento pessoal”, “Como abrir uma conta bancária”, “Como declarar Imposto de Renda” e “Como evitar dívidas”.
- Promova dinâmicas de simulação de orçamento familiar, controle de despesas e investimentos, utilizando jogos, aplicativos ou atividades lúdicas para facilitar o aprendizado.

FEIRA DO EMPREENDEDORISMO

- Organize uma feira em que os estudantes possam criar, expor e comercializar produtos ou serviços, desenvolvendo habilidades empreendedoras e de gestão financeira.
- Estimule a criatividade, o trabalho em equipe e a tomada de decisões responsáveis, mostrando a importância do planejamento, da precificação e do controle de receitas e despesas.

POR QUE INVESTIR EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA?

- Ajuda os estudantes a desenvolverem hábitos saudáveis de consumo e poupança desde cedo.
- Contribui para a redução do endividamento e para o equilíbrio financeiro pessoal e familiar.
- Prepara os jovens para lidar com desafios econômicos, tomar decisões conscientes e planejar o futuro com mais segurança

Cidadania e Educação Política: Protagonismo e Participação Estudantil

O Grêmio Estudantil é espaço privilegiado para a formação cidadã e política dos estudantes, promovendo o protagonismo juvenil, o exercício da democracia e o desenvolvimento de competências essenciais para a vida em sociedade. Uma atuação inovadora e relevante nessa área contribui para a construção de uma escola mais democrática, plural e conectada com os desafios do mundo atual.

SUGESTÕES DE AÇÕES E PRÁTICAS ATUAIS



SEMANAS TEMÁTICAS E PAINÉIS INTERATIVOS

- Organize semanas temáticas sobre cidadania, democracia e participação política, com painéis, rodas de conversa e debates que envolvam toda a comunidade escolar.
- Inclua temas como direitos e deveres, ética, diversidade, combate à desinformação e participação social.

PROGRAMAS DE PROTAGONISMO JUVENIL

- Divulgue e incentive a participação em programas nacionais como Jovem Senador, Parlamento Jovem Brasileiro e Parlamento Jovem do Mercosul, que oferecem vivências práticas do processo legislativo e da atuação cidadã.
- Promova intercâmbios com outros grêmios e instituições para ampliar a visão política dos estudantes

OFICINAS E SIMULAÇÕES POLÍTICAS

- Realize oficinas de cidadania e educação política, abordando temas como o funcionamento dos poderes, o papel das instâncias políticas e a importância do voto.
- Promova simulações do Modelo das Nações Unidas (MUN), debates parlamentares e assembleias estudantis, estimulando habilidades de argumentação, negociação, empatia e resolução de conflitos.
- Utilize metodologias ativas, como tempestade de ideias, fóruns de debate e construção coletiva de propostas para problemas locais.

MOBILIZAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA REAL

- Incentive os estudantes a tirarem o título de eleitor e a se engajarem em processos de consulta e decisão na escola e na comunidade.
- Estimule a participação em conselhos escolares, audiências públicas e conferências municipais de juventude, ampliando o alcance da atuação do grêmio.

PROJETOS DE CONTROLE SOCIAL E INTEGRIDADE

- Desenvolva projetos de auditoria cívica e controle social, como o “Estudantes em Movimento”, que envolvem os jovens no acompanhamento do uso de recursos públicos e na promoção da transparência e da integridade na escola.
- Promova ações de fiscalização cidadã, estimulando o protagonismo estudantil na melhoria da gestão escolar e da qualidade da educação.



EDUCAÇÃO MIDIÁTICA E COMBATE À DESINFORMAÇÃO

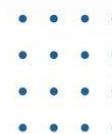
- Realize oficinas sobre leitura crítica da mídia, fake news e participação responsável nas redes sociais, fortalecendo o senso crítico e a cidadania digital dos estudantes.

Essas práticas ampliam o papel do Grêmio Estudantil como agente de transformação social, formando jovens mais críticos, engajados e preparados para atuar de forma ética e responsável na sociedade.

“O grêmio estudantil possibilita a aquisição de aprendizados políticos essenciais, auxilia na expansão da consciência de classe, no engajamento em práticas de militância e na ampliação dos direitos sociais e políticos.”

PLANO DE AÇÃO PARA A GESTÃO DO GRÊMIO ESTUDANTIL

Um bom plano de ação é fundamental para o sucesso de qualquer gestão, especialmente no contexto do Grêmio Estudantil. Ele garante que as atividades sejam organizadas, os objetivos estejam claros e as ações sejam executadas de forma coordenada e eficiente, evitando que apenas o cumprimento mecânico de tarefas se sobreponha à efetiva conquista dos resultados desejados. Esta cartilha se preocupou em oferecer orientações práticas e acessíveis para que qualquer diretoria do Grêmio possa seguir um roteiro estruturado, facilitando o planejamento, a execução e a avaliação das ações ao longo do mandato. Assim, ao utilizar este material, os estudantes estarão mais preparados para fortalecer sua representatividade, ampliar sua participação e promover melhorias concretas na escola e na comunidade.



DADOS GERAIS

- Nome do Plano: Plano de Ação da Gestão [Ano/Ano] do Grêmio Estudantil [Nome do Grêmio]
- Gestão: [Ano de início e término da gestão, ex: 2025-2026]
- Integrantes: Diretoria do Grêmio Estudantil e equipes de apoio

ÁREA(S) DE ATUAÇÃO

Plano geral contemplando as áreas de organização institucional, participação estudantil, cultura, meio ambiente, educação, saúde, esporte, comunicação e cidadania.

DESCRIÇÃO GERAL DO PROJETO

Este plano visa estruturar e coordenar as ações do Grêmio Estudantil durante sua gestão, garantindo que as atividades sejam planejadas, executadas e avaliadas de forma organizada e participativa, com foco no desenvolvimento integral dos estudantes e na melhoria do ambiente escolar.

PÚBLICO-ALVO

- Estudantes de todos os níveis da escola
- Corpo docente e administrativo
- Comunidade escolar em geral

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL:

Garantir uma gestão eficiente e participativa do Grêmio Estudantil, promovendo a cidadania, o protagonismo estudantil e ações que beneficiem toda a comunidade escolar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Organizar processos eleitorais transparentes e democráticos.
- Promover a participação ativa dos estudantes nas decisões e atividades do Grêmio.
- Desenvolver projetos nas áreas de cultura, meio ambiente, saúde, esporte, educação financeira e cidadania.
- Estimular a comunicação eficaz entre o Grêmio e a comunidade escolar.
- Avaliar continuamente as ações para garantir o alcance dos resultados esperados.



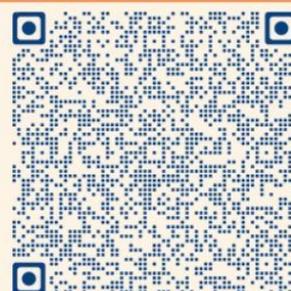
JUSTIFICATIVA

Um plano de ação estruturado é essencial para que o Grêmio Estudantil atue de forma estratégica, evitando a execução mecânica de tarefas e garantindo que os objetivos definidos sejam efetivamente alcançados. A organização prévia, o monitoramento constante e a avaliação periódica são fundamentais para o sucesso da gestão.

Mês	Ações principais
1º Mês	Divulgação do plano, capacitação, planejamento participativo
2º Mês	Processo eleitoral, início das ações culturais e ambientais
3º a 6º Mês	Execução das ações planejadas, oficinas e eventos
7º a 9º Mês	Avaliação intermediária, ajustes e continuidade das ações
10º a 12º Mês	Preparação para nova gestão, prestação de contas e relatório final

Abaixo segue o link e o QR code para acessar o modelo de um plano de ação do Grêmio Estudantil. Esse documento pode ser adaptado conforme a realidade da sua escola, facilitando o planejamento estruturado e eficaz das ações da diretoria ao longo da gestão.

ACESSE O FORMULÁRIO ABAIXO:
[HTTPS://DOCS.GOOGLE.COM/DOCUMENT/D/1IVQ4RPR34HNSUS
NH8LUFERL4FGHEY5W1/EDITUSP=SHARING&OUID=11237757754
2549047315&RTPOF=TRUE&SD=TRUE](https://docs.google.com/document/d/1IVQ4RPR34HNSUSNH8LUFERL4FGHEY5W1/EDITUSP=SHARING&OUID=112377577542549047315&RTPOF=TRUE&SD=TRUE)



MATERIAIS DE APOIO



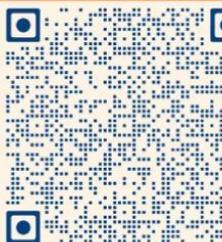
A IMPORTÂNCIA DE SE TER UM GRÊMIO NA ESCOLA (VÍDEO)

[HTTPS://DRIVE.GOOGLE.COM/FILE/D/1CCAGG78_GRXDFKYFLML
ODH10_KI5JUKD/VIEW?USP=SHARING](https://drive.google.com/file/d/1CCAGG78_GRXDFKYFLMLODH10_KI5JUKD/view?usp=sharing)



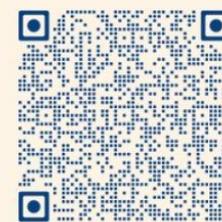
DICAS DE COMO ORGANIZAR AS ELEIÇÕES DO GRÊMIO ESTUDANTIL (VÍDEO)

[HTTPS://DRIVE.GOOGLE.COM/FILE/D/1IIZGUA21Z2PSF6J9G56ZQ
BCNW8BSNZ6Z/VIEW?USP=SHARING](https://drive.google.com/file/d/1IIZGUA21Z2PSF6J9G56ZQBCNW8BSNZ6Z/view?usp=sharing)



DOCUMENTÁRIO SOBRE ELEIÇÕES DO GRÊMIO ESTUDANTIL (VÍDEO)

[HTTPS://DRIVE.GOOGLE.COM/FILE/D/1V5DH9P5TYHCT19JS-
KLJP4CWV5AFUTMG/VIEW?USP=SHARING](https://drive.google.com/file/d/1V5DH9P5TYHCT19JS-KLJP4CWV5AFUTMG/view?usp=sharing)



VÍDEO CONHEÇA O SOFTWARE APERTAQUEM PARA O USO DE ELEIÇÕES DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS.

[HTTPS://DRIVE.GOOGLE.COM/FILE/D/1PKT_FKEBDDZNQ_MGLZ
MHPHF8BQ5UKOQM/VIEW?USP=SHARING](https://drive.google.com/file/d/1PKT_FKEBDDZNQ_MGLZMHPHF8BQ5UKOQM/view?usp=sharing)





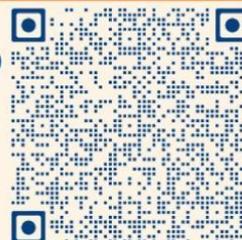
A IMPORTÂNCIA DE SE TER UM GRÊMIO NA ESCOLA (VÍDEO)

[HTTPS://DRIVE.GOOGLE.COM/FILE/D/1CCAGG78_GRXDFKYFLML
ODH10_K15JUKD/VIEW?USP=SHARING](https://drive.google.com/file/d/1CCAGG78_GRXDFKYFLMLODH10_K15JUKD/view?usp=sharing)



DICAS DE COMO ORGANIZAR AS ELEIÇÕES DO GRÊMIO ESTUDANTIL (VÍDEO)

[HTTPS://DRIVE.GOOGLE.COM/FILE/D/1IIZGUA21Z2PSF6J9G56ZQ
BCNW8BSNZ6Z/VIEW?USP=SHARING](https://drive.google.com/file/d/1IIZGUA21Z2PSF6J9G56ZQBCNW8BSNZ6Z/view?usp=sharing)



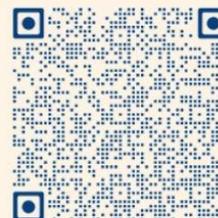
DOCUMENTÁRIO SOBRE ELEIÇÕES DO GRÊMIO ESTUDANTIL (VÍDEO)

[HTTPS://DRIVE.GOOGLE.COM/FILE/D/1V5DH9P5TYHCT19JS-
KLJP4CWV5AFUTMG/VIEW?USP=SHARING](https://drive.google.com/file/d/1V5DH9P5TYHCT19JS-KLJP4CWV5AFUTMG/view?usp=sharing)



**VÍDEO CONHEÇA O SOFTWARE APERTAQUEM PARA O
USO DE ELEIÇÕES DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS.**

[HTTPS://DRIVE.GOOGLE.COM/FILE/D/1PKT_FKEBDDZNQ_MGLZ
MHPHF8BQ5UKOQM/VIEW?USP=SHARING](https://drive.google.com/file/d/1PKT_FKEBDDZNQ_MGLZMHPHF8BQ5UKOQM/view?usp=sharing)





ACESSO AO APERTAQUEM

<https://www.apertaque.com.br/aceso>



**SLIDES DAS OFICINAS APRESENTADA DURANTE A
FORMAÇÃO SOBRE MOVIMENTO ESTUDANTIL, E GRÊMIO
ESTUDANTIL**

PRIMEIRA OFICINA:

O QUE É MOVIMENTO ESTUDANTIL, ORIGEM E HISTÓRIA

[HTTPS://DOCS.GOOGLE.COM/PRESENTATION/D/1FN60HAR6XQ
TBFQYKF31Z3UO8JYRPCTZN/EDIT?](https://docs.google.com/presentation/d/1FN60HAR6XQTBFQYKF31Z3UO8JYRPCTZN/edit?usp=sharing&ouid=112377577542549047315&rtopf=true&sd=true)

[USP=SHARING&OUID=112377577542549047315&RTPOF=TRUE&S
D=TRUE](https://docs.google.com/presentation/d/1FN60HAR6XQTBFQYKF31Z3UO8JYRPCTZN/edit?usp=sharing&ouid=112377577542549047315&rtopf=true&sd=true)



SEGUNDA OFICINA:

GRÊMIO ESTUDANTIL: SUA VOZ NA ESCOLA

[HTTPS://DOCS.GOOGLE.COM/PRESENTATION/D/1ZDZPEMF0IUY
VAK6OKXGTBQ37P7POUN3L/EDIT?](https://docs.google.com/presentation/d/1ZDZPEMF0IUYVAK6OKXGTBQ37P7POUN3L/edit?usp=sharing&ouid=112377577542549047315&rtopf=true&sd=true)

[USP=SHARING&OUID=112377577542549047315&RTPOF=TRUE&S
D=TRUE](https://docs.google.com/presentation/d/1ZDZPEMF0IUYVAK6OKXGTBQ37P7POUN3L/edit?usp=sharing&ouid=112377577542549047315&rtopf=true&sd=true)





PRIMEIRA OFICINA:

O QUE É MOVIMENTO ESTUDANTIL, ORIGEM E HISTÓRIA

[HTTPS://DOCS.GOOGLE.COM/PRESENTATION/D/1FN60HAR6XQ
TBFQYKF31Z3UO8JYRPCTZN/EDIT?
USP=SHARING&OUID=112377577542549047315&RTPOF=TRUE&S
D=TRUE](https://docs.google.com/presentation/d/1FN60HAR6XQTBFQYKF31Z3UO8JYRPCTZN/edit?usp=sharing&ouid=112377577542549047315&rtPOF=true&sd=true)



SEGUNDA OFICINA:

GRÊMIO ESTUDANTIL: SUA VOZ NA ESCOLA

[HTTPS://DOCS.GOOGLE.COM/PRESENTATION/D/1ZDZPEMF0IUY
VAK6OKXGTBQ37P7POUN3L/EDIT?
USP=SHARING&OUID=112377577542549047315&RTPOF=TRUE&S
D=TRUE](https://docs.google.com/presentation/d/1ZDZPEMF0IUYVAK6OKXGTBQ37P7POUN3L/edit?usp=sharing&ouid=112377577542549047315&rtPOF=true&sd=true)



TERCEIRA OFICINA:

INSTRUÇÕES DE COMO MONTAR UM GRÊMIO ESTUDANTIL NA MINHA ESCOLA OU COLÉGIO

[HTTPS://DOCS.GOOGLE.COM/PRESENTATION/D/14SXGC7EKKS
RHCOO14QRI9EGV86NXX5I/EDIT?
USP=SHARING&OUID=112377577542549047315&RTPOF=TRUE&S
D=TRUE](https://docs.google.com/presentation/d/14SXGC7EKKSBRHCOO14QRI9EGV86NXX5I/edit?usp=sharing&ouid=112377577542549047315&rtPOF=true&sd=true)





FOTOS DAS OFICINAS REALIZADAS DURANTE O PERÍODO DA FORMAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL COM FOCO NO GRÊMIO ESTUDANTIL.

[HTTPS://DRIVE.GOOGLE.COM/FILE/D/1N2T3DOOHN1W_FIAIBUOLCIPM6D-UNY9Q/VIEW?USP=SHARING](https://drive.google.com/file/d/1N2T3DOOHN1W_FIAIBUOLCIPM6D-UNY9Q/view?usp=sharing)



Para fortalecer a atuação dos estudantes e das diretorias de grêmios, é fundamental contar com materiais de apoio diversificados. **A seguir, apresento uma seleção de filmes, livros, sites e entidades de referência que podem ser utilizados em projetos, rodas de conversa, oficinas e formação continuada dos membros do grêmio estudantil**, além das informações já apresentada acima.

ELEIÇÕES (BRASIL, 2019)

Direção: Alice Riff

Acompanha o processo eleitoral do grêmio em uma escola pública, mostrando a transformação dos estudantes e o impacto da participação política.

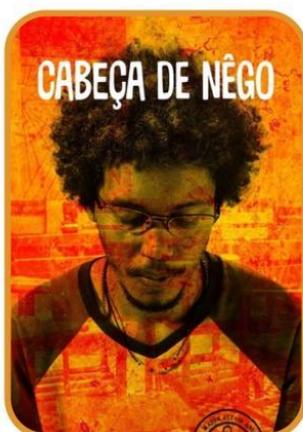


[HTTPS://WWW.UBES.ORG.BR/2019/FILME-EXPOE-POTENCIA-DA-JUVENTUDE-A-PARTIR-DA-ELEICAO-DE-UM-GREMIO/](https://www.ubes.org.br/2019/filme-expo-potencia-da-juventude-a-partir-da-eleicao-de-um-gremio/) ACESSO EM 26 DE JUN. DE 2025
| TRAILER OFICIAL

[HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=6SRJ16MI CG](https://www.youtube.com/watch?v=6SRJ16MI CG)



BASES PARA FORTALECER O GRÊMIO ESTUDANTIL



CABEÇA DE NÊGO (BRASIL, 2021. 85 MINUTOS)

Em Cabeça de Nêgo, após reagir a um insulto em sala de aula, Saulo (Lucas Limeira) é expulso da escola, recusando-se a sair das dependências da instituição. Em sua ocupação, ele usa as redes sociais para expressar todo o seu descontentamento com a direção da escola, expondo o abandono e a solidão sofridos por ele e outros estudantes, iniciando um movimento estudantil.

[HTTPS://PORVIR.ORG/6-FILMES-SOBRE-JUVENTUDES-PARA-USAR-EM-SALA-DE-AULA/](https://porvir.org/6-filmes-sobre-juventudes-para-usar-em-sala-de-aula/)
ACESSO EM: 26 DE JUN. DE 2025



LUTE COMO UMA MENINA (BRASIL, 2016)

Direção: Flávio Colombini e Beatriz Alonso.
Documentário sobre o movimento secundarista e a ocupação das escolas por meninas ativistas.
A Batalha da Rua Maria Antônia (Brasil, 2025)

[HTTPS://LIBREFLIX.ORG/ASSISTIR/LUTE-COMO-UMA-MENINA](https://libreflix.org/assistir/lute-como-uma-menina) .ACESSO EM: 26 DE JUN. DE 2025





A BATALHA DA RUA MARIA ANTÔNIA (BRASIL, 2025)

Direção: Vera Egito

Retrata a resistência estudantil e o confronto histórico entre estudantes e a ditadura militar em 1968.

[HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?
V=ZFNQEB9HG7S&T=35S](https://www.youtube.com/watch?v=ZFNQEB9HG7S&t=35s) /ACESSO EM: 26 DE
JUN. DE 2025



OUTRAS INDICAÇÕES:

- **Escritores da Liberdade (EUA, 2007)**

Direção: Richard LaGravenese

Baseado em fatos reais, mostra como a educação e o diálogo podem transformar a vida dos jovens em um ambiente escolar desafiador.

- **O Menino que Descobriu o Vento (Reino Unido, 2019)**

Direção: Chiwetel Ejiofor

História inspiradora sobre inovação, resiliência e transformação social a partir da juventude.

LIVROS

O Grêmio Estudantil de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental e a Relação com a Formação da Cidadania dos Alunos

Autora: Amália Galvão Idelbrando

Editora: Dialética, 2021

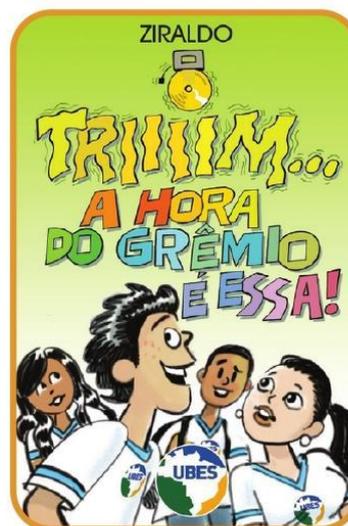
Analisa o papel do grêmio na formação cidadã dos estudantes e traz reflexões práticas para a atuação



Cartilha de Grêmios - UBES

Parceria UBES e Ziraldo

Guia prático para organização, direitos e funcionamento do grêmio estudantil, disponível gratuitamente online





LIVROS

Guia Grêmios e Participação Estudantil na Escola – Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Orientações detalhadas para criação, fortalecimento e atuação dos grêmios, com foco em gestão democrática e inclusão



SITES E ENTIDADES DE APOIO

Cartilha de Grêmios – UBES

- UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
- www.ubes.org.br
- Principal entidade de representação dos estudantes do ensino básico, com materiais, notícias, cartilhas e orientações sobre grêmios.

UNE – União Nacional dos Estudantes

- www.une.org.br
- Representa estudantes universitários e oferece apoio, campanhas e conteúdos sobre movimento estudantil e cidadania

Campanha Nacional pelo Direito à Educação

- www.campanha.org.br
- Disponibiliza guias, vídeos e materiais para formação de grêmios e coletivos estudantis.

Seduc CE – Cartilha Grêmios Estudantil

- [Cartilha Grêmios Estudantil 2022](#)
- Material atualizado com dicas, exemplos de projetos e orientações práticas para gestão do grêmios.



SUGESTÕES DE USO DO MATERIAL DE APOIO

- Utilize os filmes em sessões de cinema-debate na escola.
- Promova rodas de leitura e discussão dos livros indicados.
- Consulte os sites e cartilhas para tirar dúvidas, buscar inspiração e acessar modelos de documentos.
- Incentive a participação dos estudantes nas entidades estudantis para fortalecer a representatividade.

Esses materiais são ferramentas valiosas para formação, reflexão e mobilização dos estudantes, contribuindo para uma gestão de grêmios estudantis mais consciente, democrática e transformadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caro(a) jovem protagonista

Encerramos este material educativo e formativo com a convicção de que ele contribuirá de maneira significativa para a criação, fortalecimento e atuação dos grêmios estudantis secundaristas. Nosso objetivo é apoiar a colaboração e a união entre as diversas organizações estudantis, promovendo um movimento estudantil cada vez mais representativo, democrático e atuante dentro das instituições de ensino.

Esperamos que esta cartilha sirva como instrumento prático e fonte de inspiração para as ações do movimento estudantil, impulsionando a construção de grêmios fortes, organizados e comprometidos com a defesa dos direitos e interesses dos estudantes. Que cada estudante se reconheça como parte fundamental desse processo coletivo, desenvolvendo uma formação crítica, emancipadora e capaz de transformar a realidade escolar.

Que este material ajude a orientar, motivar e empoderar os discentes na construção de espaços de participação, diálogo e luta por seus ideais, contribuindo para uma escola mais justa, plural e democrática.

"QUE ESTA CAMINHADA COLETIVA FORTALEÇA VOZES, INSPIRE AÇÕES E TRANSFORME REALIDADES."

REFERENCIAL TEÓRICO



ACRE. Resolução CEE nº 140, de 10 de abril de 2015. Estabelece diretrizes para a elaboração de regimentos escolares de educação básica para as escolas públicas e particulares no âmbito do Estado do Acre. Diário Oficial do Estado do Acre, Rio Branco, 10 jun. 2015. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=285582>. Acesso em: 23 jun. 2025.

ACRE. Lei Complementar nº 162, de 20 de junho de 2006. Institui e organiza o Sistema Estadual de Ensino do Acre, observando os princípios e normas da Constituição Federal. Diário Oficial do Estado do Acre, Rio Branco, 21 jun. 2006. Disponível em: <https://app.al.ac.leg.br/legisla-e/legislacao/visualizar/6636>. Acesso em: 23 jun. 2025.

ACRE. Lei Ordinária nº 1214, de 26 de novembro de 1996. Dispõe sobre a constituição e funcionamento dos Conselhos Escolares nas unidades de ensino público e conveniadas do Estado do Acre. Diário Oficial do Estado do Acre, Rio Branco, 27 nov. 1996. Disponível em: <https://app.al.ac.leg.br/legisla-e/legislacao/visualizar/4956>. Acesso em: 23 jun. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 nov. 1985. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7398.htm. Acesso em: 23 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 nov. 1985. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7398.htm. Acesso em: 23 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 ago. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 23 jun. 2025.



BRASIL. Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013. Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12933.htm. Acesso em: 23 jun. 2025.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001. Dispõe sobre a comprovação da qualidade de estudante e de menor de dezoito anos nas situações que especifica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 ago. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2208-01.htm. Acesso em: 23 jun. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei nº 1.224, de 2015. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1328638&filename=Avulso+PL+1224%2F2015. Acesso em: 23 jun. 2025.

CPERS – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul. Cartilha de Grêmios Estudantis do CPERS. 2019. Disponível em: https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/08/cartilha_sem_marcas-compressed.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. Guia Grêmios e Participação Estudantil na Escola. 2023. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/guia_gr%C3%AAmios_ok.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

Guia Grêmios e Participação Estudantil no Acre (2023), produzido por órgãos oficiais, orienta sobre a organização dos grêmios estudantis no estado, destacando a importância da autonomia estudantil e da participação democrática. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Guia_Gremios_2023_gp5lfpH.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.



GOVERNO DO MARANHÃO. Grêmio Estudantil. Secretaria de Estado da Educação do Maranhão, 2025. Disponível em: <https://www.educacao.ma.gov.br/wp-content/uploads/2025/05/Cartilha-Gremio-Estudantil.pdf-1.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2025.

GOVERNO DO CEARÁ. Grêmio Estudantil: Protagonismo e Cidadania na Escola. Secretaria da Educação do Ceará (Seduc), 2023. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2023/03/cartilha_gremio_2023.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

GOVERNO DE GOIÁS. Modelo Cartilhas, Manuais e Ebooks. 2024. Disponível em: https://goias.gov.br/saude/wp-content/uploads/sites/34/2024/01/cartilhas_manuais_guias_ebooks.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

GOVERNO DE GOIÁS. Cartilha Grêmio Estudantil. Secretaria de Estado da Educação de Goiás, 2022. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/wp-content/uploads/sites/40/2022/03/ANEXO3-CartilhaGremioEstudantil2022-9d1.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2025.

METTZER, Blog da. Referência bibliográfica nas Normas ABNT. 2025. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/referencias-bibliograficas-abnt/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

PORTAL DE ATENDIMENTO. Processo Eleitoral Grêmio Estudantil. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://atendimento.educacao.sp.gov.br/knowledgebase/article/SED-02085/pt-br>. Acesso em: 23 jun. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Dicas para criar e gerenciar um grêmio estudantil. Vitória, ES, [s.d.]. Disponível em: <https://m.vitoria.es.gov.br/semi/dicas-para-criar-e-gerenciar-um-gremio-estudantil>. Acesso em: 23 jun. 2025.



SÃO PAULO (Estado). Lei Estadual nº 15.667, de 11 de janeiro de 2015. Dispõe sobre a organização e funcionamento dos grêmios estudantis nas escolas públicas estaduais. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 13 jan. 2015. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2015/lei-15667-11.01.2015.html>. Acesso em: 23 jun. 2025.

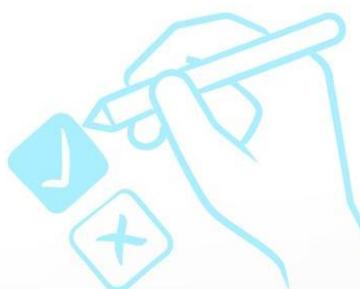
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Grêmio Estudantil. 2024. Disponível em: https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/CARTILHA_GREMIO_ESTUDANTIL_WEB.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SEDUC nº 45, de 2025. Dispõe sobre o novo estatuto dos grêmios estudantis da rede estadual de ensino. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 2025. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/FAQ-Gr%C3%AAmio-ESTUDANTIL-2019.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2025.

UBES – UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. Lei do Grêmio Livre – Ubes. 2023. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/gremios/lei-do-gremio-livre/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

UBES – UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. Monte o seu Grêmio escolar. 2023. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/grêmios/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA (UJC). Cartilha sobre Grêmio Estudantil. 2016. Disponível em: <https://ujc.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Cartilha-sobre-Gremio-estudantil.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2025.



8. ANEXOS

8.1 ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Movimento Estudantil Como Princípio Educativo

Pesquisador: Osmildo Ferreira da Silva

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 78134024.0.0000.0233

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

Patrocinador Principal: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.227.444

Apresentação do Projeto:

1. Apresentação do Projeto:

Trata-se de um Protocolo de Pesquisa institucional vinculado ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC, intitulado "MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO". Este protocolo visa atender às exigências do curso de mestrado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - PROFEPT, do pesquisador OSMILDO FERREIRA DA SILVA, tendo como orientador o Prof. Dr. José Júlio César do Nascimento. O objetivo deste estudo é analisar o princípio educativo para a formação integral do sujeito no movimento estudantil. A presente pesquisa terá como base, o método científico dialético de natureza aplicada com a metodologia da pesquisa - ação. Quanto às fontes de informação, trata-se de uma pesquisa empírica, pois envolve interação do pesquisador com os sujeitos que estão no Campus Rio Branco do Instituto Federal do Acre, também é bibliográfica e documental, pois o tema "movimento estudantil como Princípio Educativo" é discutido nas teses e dissertações que são base para o referencial teórico e para as etapas dessa pesquisa. Na perspectiva dos modos e procedimentos técnicos, a pesquisa se utilizará da pesquisa-ação para associar os participantes e o pesquisador com finalidade de envolvê-los de forma

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12
Bairro: Areal **CEP:** 69.906-302
UF: AC **Município:** RIO BRANCO
Telefone: (68)98101-8246 **Fax:** (68)3302-0822 **E-mail:** cep@ifac.edu.br

Continuação do Parecer: 7.227.444

participativa, permitindo que o estudo seja colaborativo para que seja elaborado o produto Educacional, organização e formação de um coletivo de negros e pardos, como fortalecimento de suas lutas e reivindicações de seus direitos. Bem como, a organização e implementação de um coletivo de alunos negros e pardos do Instituto Federal do Acre - Campus Rio Branco. A formação desse coletivo, ajudaria na organização, formação integral e Omnilateral desses estudantes, bem como contribuir para o desenvolvimento da educação integral e inclusiva no instituto.

Objetivo da Pesquisa:

2.OBJETIVOS - RECOMENDAÇÃO ATENDIDA (adequar a escrita à Lei 12.711/2012 - População Negra e Grupo de Ações Afirmativas L2):

2.1. Objetivo geral:

Analisar o princípio educativo para a formação integral do sujeito no movimento estudantil.

2.2. Objetivos específicos:

-Descrever a trajetória do movimento estudantil no Brasil a partir do aposto teórico da revisão sistemática da literatura.

-Analisar o princípio educativo do movimento estudantil para a formação Omnilateral.

-Propor e organizar, a partir da pesquisa-ação, a implementação de um coletivo de alunos negros (PRETOS OU PARDOS) do Instituto Federal do Acre e Campus Rio Branco.

-Elaborar um caderno de orientação para organização de coletivos de alunos negros (PRETOS OU PARDOS) E A TODOS OS ALUNOS QUE QUEIRAM PARTICIPAR nos Institutos Federais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS:

IBP:

A seleção dos estudantes com características raciais e cotista, no momento das entrevistas, questionários com esses estudantes do ensino médio técnico integrado, mesmo que não tenha

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12
Bairro: Areal **CEP:** 69.906-302
UF: AC **Município:** RIO BRANCO
Telefone: (68)98101-8246 **Fax:** (68)3302-0822 **E-mail:** cep@ifac.edu.br

Continuação do Parecer: 7.227.444

a intenção de causar incômodo ou estresse, pode levar ao participante da pesquisa o constrangimento o desconforto dos participantes, já que perguntas irão sondar questões de cunho social que ainda existem bastante preconceitos.

PD:

A seleção dos estudantes com características raciais e cotista, no momento das entrevistas, questionários com esses estudantes do ensino médio técnico integrado, mesmo que não tenha a intenção de causar incômodo ou estresse, pode levar ao participante da pesquisa o constrangimento o desconforto dos participantes, já que perguntas irão sondar questões de cunho social que ainda existem bastante preconceitos.

Medidas de Minimização de Riscos:

O pesquisador apresenta o seguinte texto, em igual teor em todos os documentos submetidos (PB, TCLE, TALE e IBP), em relação aos riscos da pesquisa:

3. Esclarecimentos sobre riscos, benefícios, providências e cautelas e formas de acompanhamento e assistência ao participante da pesquisa.

3.1 Esclarecemos que os riscos poderão existir, ou até mesmo sofrer preconceito e constrangimento raciais por ser negro, durante sua participação na pesquisa quanto a seleção para coleta de dados, tendo em vista, as características raciais e por ser inserido na instituição por via de cotas L2, ressalta-se que, no caso dos participantes decida desistir da pesquisa poderá interromper o preenchimento do questionário e sair do estudo a qualquer momento, sem nenhuma restrição ou punição. Por outro lado, nenhuma despesa será produzida para os participantes, toda a organização, logística e eventuais despesas, estará a cargo exclusivamente do pesquisador.

3.2 Para minimizar ou excluir eventuais riscos, serão tomadas as providências e cautelas no sentido de que não será necessária a identificação no formulário de respostas, ficando assim garantido o sigilo das informações prestadas, bem como todo o processo será precedido pela anuência, assinatura e observância do que resta registrado do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12
Bairro: Areal **CEP:** 69.906-302
UF: AC **Município:** RIO BRANCO
Telefone: (68)98101-8246 **Fax:** (68)3302-0822 **E-mail:** cep@ifac.edu.br

Continuação do Parecer: 7.227.444

3.3 Esclarecemos durante a realização da pesquisa você (seu/sua filho/a ou menor sob sua responsabilidade legal) estará resguardado pelo sigilo das informações prestadas e que após o encerramento e/ou interrupção da pesquisa, você (de seu/sua filho/a ou menor sob sua responsabilidade legal) continuará a ser acompanhado/a, tendo direito a todos benefícios da pesquisa que lhe couberem.

AVALIAÇÃO DOS RISCOS

O pesquisador apresentou os riscos da pesquisa no Projeto Detalhado (PD), constando também no IBP e no TCLE e no TALE.

- Considera-se adequado.

BENEFÍCIOS:

O pesquisador apresentou os BENEFÍCIOS da pesquisa no Projeto Detalhado (PD), constando também no IBP e no TCLE e no TALE.

Desenvolvimento pessoal: o movimento estudantil pode proporcionar aos estudantes oportunidades de desenvolvimento pessoal, como o desenvolvimento de habilidades de liderança, comunicação e resolução de problemas.

Aprendizagem crítica: o movimento estudantil pode promover a aprendizagem crítica e transformadora, ajudando os estudantes a compreender os problemas sociais e a desenvolver habilidades para resolvê-los.
Participação social: o movimento estudantil pode promover a participação social, ajudando os estudantes a se envolverem na vida da comunidade e a lutar por causas que acreditam.

Conscientização, pois o manual informará como organizar coletivos, que poderá beneficiar outros Institutos Federais.

AVALIAÇÃO DOS BENEFÍCIOS:

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12
Bairro: Areal **CEP:** 69.906-302
UF: AC **Município:** RIO BRANCO
Telefone: (68)98101-8246 **Fax:** (68)3302-0822 **E-mail:** cep@ifac.edu.br

Continuação do Parecer: 7.227.444

Resolução CNS nº 466/1 Termos e definições: II.4 - benefícios da pesquisa - proveito direto ou indireto, imediato ou posterior, auferido pelo participante e/ou sua comunidade em decorrência de sua participação na pesquisa;

- Considera-se adequado.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa proposta é de grande relevância para a formação integral dos sujeitos no contexto do movimento estudantil, especialmente no Instituto Federal do Acre (IFAC). Ao adotar uma perspectiva omnilateral e igualitária, a pesquisa se alinha com os princípios educativos que buscam o desenvolvimento pleno dos estudantes, considerando tanto suas dimensões acadêmicas quanto sociais e políticas.

O foco nos estudantes negros e pardos dos cursos integrados do IFAC é significativo, pois esses grupos frequentemente enfrentam desafios específicos em sua trajetória educacional. A criação de um coletivo de negros e pardos como produto educacional da pesquisa tem o potencial de fortalecer as lutas e reivindicações desses estudantes, promovendo uma maior inclusão e equidade no ambiente educacional. Contudo, para a realização da pesquisa faz-se necessário algumas adequações científicas e éticas, as quais estão expressas nas "Considerações sobre os Termos de Apresentação Obrigatória" deste Parecer.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1- Folha de Rosto (FR):

ANÁLISE DA FOLHA DE ROSTO:

Todos os campos estão preenchidos adequadamente, todas as assinaturas dos responsáveis estão apostas e todas as datas estão informadas corretamente na data de 23 de fevereiro de 2024.

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12
Bairro: Areal **CEP:** 69.906-302
UF: AC **Município:** RIO BRANCO
Telefone: (68)98101-8246 **Fax:** (68)3302-0822 **E-mail:** cep@ifac.edu.br

Continuação do Parecer: 7.227.444

-Considera-se adequada

2- Projeto de Pesquisa Detalhado:

Considerando que "a revisão ética dos projetos de pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser associada à sua análise científica" (Resolução CNS Nº 466/2012 VII.4), serão analisados os itens do Projeto de Pesquisa que contém inadequações e precisam de revisão, para que se conclua a revisão ética da proposta de pesquisa.

2.1 O Projeto Detalhado (PD):

Apresenta todos os elementos obrigatórios de um projeto de pesquisa conforme normas vigentes, com exceção dos riscos e benefícios.

2.2 Título do Projeto:

É apresentado da mesma forma em todos os documentos do protocolados.

2.3 Resumo:

Apresenta forma e estruturada adequada: Introdução, objetivo, justificativa, metodologia e o desfecho pretendido.

Apresenta como palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Movimento Estudantil; Princípio Educativo e Formação Omnilateral.

2.4 Problema e Hipótese de Pesquisa:

2.4.1 Problema de Pesquisa:

O seguinte problema é apresentado no PD e no IBP:

A problemática desta pesquisa é: Quais os princípios educativos de um movimento estudantil?

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12
Bairro: Areal **CEP:** 69.906-302
UF: AC **Município:** RIO BRANCO
Telefone: (68)98101-8246 **Fax:** (68)3302-0822 **E-mail:** cep@ifac.edu.br

Continuação do Parecer: 7.227.444

O tema do movimento estudantil como princípio educativo passou a ser um problema de pesquisa para mim a partir da desmobilização e fatores que vem trazendo o enfraquecimento dos movimentos estudantis nas instituições de EPT, diante dessa narrativa, faz o seguinte questionamento, é possível desenvolver um conjunto de atividades formativas para formar novas lideranças entre os discentes a partir da concepção do movimento estudantil como princípio educativo?

AVALIAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA:

Considera-se, que o problema de pesquisa é compatível com o Objetivo Geral da Pesquisa apresentado no PD e no IBP.

2.4.2 Hipótese:

Não foi apresentada hipótese no PD, e no IBP o problema de pesquisa foi inserido como hipótese, com o seguinte texto:

Hipótese: A problemática desta pesquisa é: Quais os princípios educativos de um movimento estudantil?

AVALIAÇÃO DA HIPÓTESE:

Pesquisas Qualitativas: Em estudos qualitativos, o foco é mais descritivo e exploratório. Em vez de testar hipóteses, esses estudos buscam compreender fenômenos complexos, contextos e significados. Sendo facultado ao pesquisador a elaboração de uma hipótese.

2.5 Objetivos

2.5.1 Objetivo Primário/Geral:

Não há divergências no enunciado do Objetivo Geral nos documentos do Protocolo de Pesquisa.

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12
Bairro: Areal **CEP:** 69.906-302
UF: AC **Município:** RIO BRANCO
Telefone: (68)98101-8246 **Fax:** (68)3302-0822 **E-mail:** cep@ifac.edu.br

Continuação do Parecer: 7.227.444

2.5.2: Objetivos Secundários/Específicos - RECOMENDAÇÃO ATENDIDA:

Foram apresentados quatro objetivos secundários/específicos, não havendo divergências nos documentos do Protocolo da Pesquisa. Porém, existe uma regulamentação quanto à nomenclatura de pessoas negras (Lei 12.711/2012)

- Considera-se adequado

Metodologia (RECOMENDAÇÃO ATENDIDA - adequar a escrita à Lei 12.711/2012 - População Negra e Grupo de Ações Afirmativas L2.)

A pesquisa terá como base, o método científico dialético, tendo em vista, que é um método de investigação. A pesquisa investigará o tipo de formação política e acolhimento a esses discente, no caso negros (PRETOS OU PARDOS) e que se inseri na instituição (IFAC) por cota I2, e o processo de acolhimento em que estão nesse trâmite de formação na Instituição. Quanto à natureza, a pesquisa se desenvolverá de maneira aplicada. A pesquisa aplicada é aquela que tem por objetivo à aplicação dos conhecimentos científicos na solução de problemas concretos. Propondo, a partir da pesquisa - ação, a organização e implementação de um coletivo de alunos negros (pretos OU PARDOS) do Instituto Federal do Acre - campus Rio Branco. Quanto às fontes de informação, trata-se de uma pesquisa empírica, pois envolve interação do pesquisador com os sujeitos que estão no campus Rio Branco do Instituto Federal do Acre, também é bibliográfica e documental, pois o tema movimento estudantil como Princípio Educativo é discutido nas teses e dissertações que são base para o referencial teórico e para as etapas dessa pesquisa. No que concerne à finalidade, a pesquisa é explicativa, pois objetiva identificar e buscar quais os tipos de ações estão envolvidos, quais as dificuldades encontradas para que aconteça o desempenho e o progresso desse movimento social para que aconteça a inserção humana e igualitária desses alunos no contexto social. A pesquisa também será exploratória, esta pesquisa têm como objetivo proporcionar maior finalidade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constitui hipóteses: então a pesquisa fará levantamentos de dados bibliográficos e fará análise que estimule a compreensão dos fatos. Na perspectiva dos modos e procedimentos técnicos, a pesquisa se utilizará da pesquisa-ação para associar os participantes e o pesquisador com finalidade de envolvê-los de forma participativa,

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12
Bairro: Areal **CEP:** 69.906-302
UF: AC **Município:** RIO BRANCO
Telefone: (68)98101-8246 **Fax:** (68)3302-0822 **E-mail:** cep@ifac.edu.br

Continuação do Parecer: 7.227.444

permitindo que o estudo seja colaborativo. A pesquisa será desenvolvida no Instituto Federal do Acre, campus Rio Branco. Hoje o IFAC oferece cursos técnicos integrados, subsequentes, superiores e conta com uma estrutura para oferecer aulas de educação a distância. Quanto aos grupos e participantes a pesquisa usará alunos do ensino médio integrado do 1º, 2º e 3º ano dos cursos de informática para internet, Redes de computadores e Edificações do curso técnico do IFAC, campus Rio Branco. A pesquisa se utilizará de uma amostra de trinta (30) alunos do ensino médio integrado do 1º, 2º e 3º ano dos cursos de informática para Internet, Redes de Computadores e Edificações do curso técnico do IFAC, campus Rio Branco, que ingressaram usando seus direitos e garantias assegurado pela lei de cotas, especificamente por cota L2 negros e pardos.

- Considera-se a metodologia adequada para a proposta de pesquisa apresentada.

2.5.3. Critérios de Inclusão: - RECOMENDAÇÃO ATENDIDA

Foi identificado o seguinte texto no PD e IBP:

Inclusão: Alunos do ensino médio integrado do 1º, 2º e 3º ano dos cursos de Informática para Internet, Redes de computadores e Edificações. Alunos do ensino médio integrado que ingressaram no IFAC por cota L2, negros e pardos.

Exclusão: Não ser alunos regulamente matriculados no ensino médio integrado do 1º, 2º e 3º ano dos cursos de Informática para Internet, Redes de Computadores e Edificações. Ter ingressado como aluno do ensino médio integrado no Instituto Federal do Acre (IFAC), por interferências de outras cotas que não sejam as raciais.

Consta em igual teor no PD e no IBP.

- Considera-se adequado.

2.5.4. Metodologia de Análise de Dados:

Os textos apresentados no PD e nas IBP são idênticos.

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12
Bairro: Areal **CEP:** 69.906-302
UF: AC **Município:** RIO BRANCO
Telefone: (68)98101-8246 **Fax:** (68)3302-0822 **E-mail:** cep@ifac.edu.br

Continuação do Parecer: 7.227.444

- Considera-se adequado.

2.6. Avaliação dos Aspectos Éticos:

Os Aspectos Éticos foram apresentados em seção própria no PD e foram objeto de análise nas seções Avaliação dos Riscos e Benefícios, 3 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE deste Parecer.

2.7. Desfechos:

2.7.1. Desfecho Primário e secundário:

No PD e nas IBP, o Desfecho Primário foi explicitado no seguinte texto:

O desfecho primário será a dissertação sobre o movimento estudantil como princípio educativo que no final da pesquisa possibilitará a criação de um produto que seria o coletivo de alunos negros e pardos do ensino integral secundarista do IFAC. Esse coletivo seria formado por estudantes que compartilham o interesse em promover a educação integral e omnilateral de estudantes negros e pardos. O coletivo poderia ter um impacto positivo na vida de estudantes negros e pardos do IFAC. O coletivo poderia ajudar esses estudantes a desenvolverem suas habilidades e conhecimentos, a se sentirem mais representados e a participarem mais ativamente da escola e da comunidade. O coletivo também poderia contribuir para a mudança da cultura escolar. Poderia ajudar a promover uma escola mais justa e inclusiva, onde todos os estudantes, independentemente de sua raça ou etnia, tenham as mesmas oportunidades de sucesso.

O coletivo teria como objetivos:

- Promover a formação política e cultural de estudantes negros e pardos;
- Combater o racismo e a discriminação na escola;

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12
Bairro: Areal **CEP:** 69.906-302
UF: AC **Município:** RIO BRANCO
Telefone: (68)98101-8246 **Fax:** (68)3302-0822 **E-mail:** cep@ifac.edu.br

Continuação do Parecer: 7.227.444

-Defender os direitos de estudantes negros e pardos;
-Promover a participação de estudantes negros e pardos na vida escolar e na comunidade. O coletivo seria uma forma de dar concretude aos resultados da dissertação. Seria um espaço onde os estudantes negros e pardos poderiam colocar em prática os conhecimentos e habilidades adquiridos na pesquisa.

-Considera-se adequado.

Desfecho secundário: O desfecho secundário da dissertação seria a disseminação dos resultados da pesquisa para a comunidade acadêmica e para a sociedade. A dissertação poderia ser publicada em revistas científicas ou em livros. Também poderia ser apresentada em eventos acadêmicos ou em palestras públicas. A disseminação dos resultados da pesquisa seria importante para promover o debate sobre o movimento estudantil como princípio

educativo. Também seria importante para contribuir para a formação de novos pesquisadores e para a transformação social

-Considera-se adequado.

2.8 Cronograma de Execução: - SOLICITAÇÃO E RECOMENDAÇÃO ATENDIDAS

-A atualização do cronograma da pesquisa com datas de início e término respeitando a emissão do parecer do CEP para aplicação e coleta de dados.

-Que o cronograma, apresente as identificações das etapas e datas de início e término em igual teor no PD e IBP.

Recomenda-se

-Que sejam acrescida, ao cronograma, a data de entrega do relatório final ao CEP.

- Considera-se adequado

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12
Bairro: Areal **CEP:** 69.906-302
UF: AC **Município:** RIO BRANCO
Telefone: (68)98101-8246 **Fax:** (68)3302-0822 **E-mail:** cep@ifac.edu.br

Continuação do Parecer: 7.227.444

2.9= Orçamento Financeiro:

As planilhas constantes no PD e no IBP apresentam igual teor, especificando os itens, quantidades, valores unitários e valor total de R\$ 4.600,00 reais.

- Considera-se adequado.

2.10= Referências:

Consideram-se adequadas ao estudo proposto.

3= Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): 3.1- Encontram-se adequados:

- a) O TCLE foi redigido em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, em forma de convite ao participante. (Res. CNS Nº 466/12 - II.23);
- b) Foi explicitada a garantia da assistência imediata e integral ao participante da pesquisa (Res. CNS Nº 466/12 - II.3.1, II.3.2 e IV.3.c);
- c) A garantia de plena liberdade do participante da pesquisa de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma (Res. CNS Nº 466/12 - IV.3.d);
- d) A garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa durante todas as fases da pesquisa (Res. CNS Nº 466/12 - IV.3.e);
- e) A garantia de que o participante da pesquisa receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Res. CNS Nº 466/12 - IV.3.f);
- f) A garantia de ressarcimento e como serão cobertas as despesas tidas pelos participantes da pesquisa e dela decorrentes (Res. CNS Nº 466/12 - IV.3.g);
- g) O TCLE está assinado, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal. (Res. CNS Nº 466/12 - IV.5.d);
- h) O TCLE está assinado, ao seu término, (...) assim como pelo pesquisador responsável, ou pela

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12
Bairro: Areal **CEP:** 69.906-302
UF: AC **Município:** RIO BRANCO
Telefone: (68)98101-8246 **Fax:** (68)3302-0822 **E-mail:** cep@ifac.edu.br

Continuação do Parecer: 7.227.444

- (s) pessoa (s) por ele delegada (s). (Res. CNS Nº 466/12 - IV.5.d);
- i) A página das assinaturas se encontra na mesma folha do Consentimento Livre e Esclarecido (Res. CNS Nº 466/12 - IV.5.d);
- j) Consta o endereço e contato telefônico ou outro do CEP local (Res. CNS Nº 466/12 - IV.5.d).
- k) Consta DECLARAÇÃO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL que expresse o cumprimento das exigências contidas nos itens IV. 3 e IV.4, este último se pertinente (Res. CNS Nº 466/12 - IV.5.a);
- l) Explicita que o documento foi elaborado em duas vias, RUBRICADAS EM TODAS AS SUAS PÁGINAS (Res. CNS Nº 466/12 - IV.5.d);
- m) Constam o endereço e contato telefônico ou outro, DOS RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA. (Res. CNS Nº 466/12 - IV.5.d);
- n) Evidencia os RISCOS aos participantes da pesquisa.

- Considera-se adequado.

4. Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE

- a) O TALE foi redigido em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, em forma de convite ao participante. (Res. CNS Nº 466/12 - II.23);
- b) Foi explicitada a garantia da assistência imediata e integral ao participante da pesquisa (Res. CNS Nº 466/12 - II.3.1, II.3.2 e IV.3.c);
- c) A garantia de plena liberdade do participante da pesquisa de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma (Res. CNS Nº 466/12 - IV.3.d);
- d) A garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa durante todas as fases da pesquisa (Res. CNS Nº 466/12 - IV.3.e);
- e) A garantia de que o participante da pesquisa receberá uma via do TALE (Res. CNS Nº 466/12 - IV.3.f);
- f) A garantia de ressarcimento e como serão cobertas as despesas tidas pelos participantes da pesquisa e dela decorrentes (Res. CNS Nº 466/12 - IV.3.g);
- g) O TALE está assinado, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal. (Res. CNS Nº 466/12 - IV.5.d);
- h) O TALE está assinado, ao seu término, (...) assim como pelo pesquisador responsável, ou pela

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12
Bairro: Areal **CEP:** 69.906-302
UF: AC **Município:** RIO BRANCO
Telefone: (68)98101-8246 **Fax:** (68)3302-0822 **E-mail:** cep@ifac.edu.br

Continuação do Parecer: 7.227.444

- (s) pessoa (s) por ele delegada (s). (Res. CNS Nº 466/12 - IV.5.d);
- i) A página das assinaturas se encontra na mesma folha do Consentimento Livre e Esclarecido (Res. CNS Nº 466/12 - IV.5.d);
- j) Consta DECLARAÇÃO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL que expresse o cumprimento das exigências contidas nos itens IV. 3 e IV.4, este último se pertinente (Res. CNS Nº 466/12 - IV.5.a);
- k) Constam o endereço e contato telefônico ou outro, DOS RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA. (Res. CNS Nº 466/12 - IV.5.d);
- l) Evidencia os RISCOS aos participantes da pesquisa;
- m) Evidencia os BENEFÍCIOS aos participantes da pesquisa;

- Considera-se adequado.

5. Instrumentos de Coleta de Dados da Pesquisa - SOLICITAÇÃO ATENDIDA:

- Inclusão dos instrumentos de coleta de dados (Questionário, roteiros, entre outros.)

Foram apresentados como anexos do PD (APÊNDICE DO PD - Questionário Semiestruturado para Diagnóstico de Estudantes e Roteiro de Oficinas: Construção de um Coletivo de Alunos)

- Consideram-se adequados.

6. Autorização para a Realização da Pesquisa e Declaração de Infraestrutura:

Foi apresentado o documento emitido pelo Diretor Geral do IFAC Campus Rio Branco, sr. Paulo Roberto de Souza, datado e assinado em 02 de março de 2024.

- Considera-se adequado

6. Declaração de Início da Coleta: Foi apresentada declaração devidamente assinada pelo pesquisador na data de 01 de março de 2024.

- Considera-se adequada.

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12
Bairro: Areal **CEP:** 69.906-302
UF: AC **Município:** RIO BRANCO
Telefone: (68)98101-8246 **Fax:** (68)3302-0822 **E-mail:** cep@ifac.edu.br

Continuação do Parecer: 7.227.444

7. Uso de Dados da Pesquisa: Foi apresentado o documento devidamente preenchido e assinado pela pesquisadora no dia 02 de março de 2024 (apresentado em duplicidade).

- Considera-se adequada.

8. Termo de Assentimento: Foi apresentado.

- Considera-se adequado

9. NÃO SE APLICAM OS SEGUINTE DOCUMENTOS: Termo de Autorização para Acesso e Uso de Prontuário Clínico emitido pelo paciente ou seu representante legal; Termo de Anuência da Comunidade Indígena ou justificativa para a não apresentação da anuência; Termo de Compromisso de Utilização de Dados de Arquivo (TCUD); Declaração de que toda pesquisa a ser feita com material biológico armazenado será submetida para a para aprovação do CEP e/ou CONEP; Acordo Interinstitucional de Operacionalização, Compartilhamento, Uso de Material e Partilha em caso de Dissolução de Parceria; Regulamento do Banco de Material Biológico.

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando as exposições constantes deste Parecer na avaliação dos riscos e benefícios, nos comentários e considerações sobre a Pesquisa e nas considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória, conclui-se que o Protocolo de Pesquisa atendeu as solicitações e recomendações deste Comitê, sanando todas as pendências indicadas.

Considerações Finais a critério do CEP:

1- Considerando que Protocolo de Pesquisa retornou com todas as pendências sanadas, foi considerado APROVADO, e poderá seguir para o início do trabalho de campo.

Salientamos a necessidade de cumprimento do CRONOGRAMA. Caso haja modificação, o pesquisador deve submeter emenda ao Projeto, na Plataforma Brasil.

Após a conclusão, deverá ser anexado o Relatório da Pesquisa, para a finalização da mesma.

Saudações,

CEP/Ifac

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12
Bairro: Areal **CEP:** 69.906-302
UF: AC **Município:** RIO BRANCO
Telefone: (68)98101-8246 **Fax:** (68)3302-0822 **E-mail:** cep@ifac.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC**



Continuação do Parecer: 7.227.444

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2290520.pdf	10/09/2024 16:49:53		Aceito
Outros	Movimento_como_principio_educativo_alterado.pdf	10/09/2024 16:20:52	Osmildo Ferreira da Silva	Aceito
Outros	cartarespostaoCEP.pdf	10/09/2024 14:46:22	Osmildo Ferreira da Silva	Aceito
Outros	cronograma_mestrado_alteracao.docx	06/09/2024 14:15:54	Osmildo Ferreira da Silva	Aceito
Outros	Declaracao_de_anexacao_dos_resultados.pdf	06/09/2024 12:13:29	Osmildo Ferreira da Silva	Aceito
Outros	termodeassentimentotale.pdf	06/03/2024 10:53:52	Osmildo Ferreira da Silva	Aceito
Outros	declaracao_de_que_os_dados_serao_usados_somente_para_a_pesquisa.pdf	05/03/2024 12:56:24	Osmildo Ferreira da Silva	Aceito
Outros	delaracoes_de_que_a_pesquisa_nao_foi_iniciada.pdf	05/03/2024 12:47:06	Osmildo Ferreira da Silva	Aceito
Outros	declaracao_de_que_a_coleta_de_dados_nao_foi_iniciada.pdf	05/03/2024 12:38:47	Osmildo Ferreira da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimentolivreeesclarecimento_tcle.pdf	05/03/2024 12:02:23	Osmildo Ferreira da Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_de_pesquisa.pdf	05/03/2024 11:50:54	Osmildo Ferreira da Silva	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao_de_infraestrutura_para_a_realizacao_da_pesquisa.pdf	05/03/2024 11:30:22	Osmildo Ferreira da Silva	Aceito
Outros	termo_de_autorizacao_para_realizacao_dapesquisa.pdf	05/03/2024 11:17:46	Osmildo Ferreira da Silva	Aceito
Outros	declaracaodegarantiadequeosbeneficiospoprojetoretornemaosparticipantesdapesquisa.pdf	02/03/2024 23:46:12	Osmildo Ferreira da Silva	Aceito
Cronograma	cronogramadapesquisa.docx	02/03/2024 15:29:57	Osmildo Ferreira da Silva	Aceito
Outros	declaracaodousodosdadosedinformacoesparafinsexclusivosprevistonoprojeto.pdf	02/03/2024 13:07:26	Osmildo Ferreira da Silva	Aceito
Outros	termodecompromissodeutilizacaoedadossdearquivo.pdf	02/03/2024 11:01:09	Osmildo Ferreira da Silva	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_de_compromisso_do_pesquisador_responsavel.pdf	01/03/2024 11:38:05	Osmildo Ferreira da Silva	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto1.pdf	24/02/2024 18:03:53	Osmildo Ferreira da Silva	Aceito

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12
Bairro: Areal **CEP:** 69.906-302
UF: AC **Município:** RIO BRANCO
Telefone: (68)98101-8246 **Fax:** (68)3302-0822 **E-mail:** cep@ifac.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO ACRE - IFAC



Continuação do Parecer: 7.227.444

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO BRANCO, 14 de Novembro de 2024

Assinado por:

MARIA DAS GRAÇAS ALVES PEREIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Reitoria IFAC - Via Chico Mendes, 3.084 - 1º andar - sala 12

Bairro: Areal

CEP: 69.906-302

UF: AC

Município: RIO BRANCO

Telefone: (68)98101-8246

Fax: (68)3302-0822

E-mail: cep@ifac.edu.br

8.2 ANEXO B- DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO GRAMATICAL

DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO GRAMATICAL

DECLARO para os devidos fins que se fizerem necessários que eu, **Mariana Beraldo Santana do Amaral da Rocha** (CPF: 140.399.997-03/IDENTIDADE: 22358738-7), formada no curso de Letras (Português/Latim) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013), Mestra em Letras Clássicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016) e Doutora em Letras Clássicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2020), realizei a correção gramatical, de acordo com a norma vigente, do trabalho **MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO**. A revisão abrangeu aspectos como correção ortográfica, adequação gramatical e observância à norma culta da língua, respeitando a coesão e a coerência textual do conteúdo apresentado. Por ser verdade, assino a presente em via.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2025.



Mariana Beraldo Santana do Amaral da Rocha
(Doutora em Letras Clássicas. Contato: marianasantanadoamaral@yahoo.com.br).